

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO: MESTRADO
Área de concentração: Fundamentos da Educação

**O SEMINÁRIO MAIOR ARQUIDIOCESANO NOSSA SENHORA DA
GLÓRIA DE MARINGÁ ENQUANTO INSTITUIÇÃO EDUCATIVA**

SIDNEY FABRIL

MARINGÁ
2007

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO: MESTRADO
Área de concentração: Fundamentos da Educação

**O SEMINÁRIO MAIOR ARQUIDIOCESANO NOSSA SENHORA DA
GLÓRIA DE MARINGÁ ENQUANTO INSTITUIÇÃO EDUCATIVA**

SIDNEY FABRIL

MARINGÁ
2007

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO: MESTRADO
Área de Concentração: Fundamentos da Educação

**O SEMINÁRIO MAIOR ARQUIDIOCESANO NOSSA SENHORA DA GLÓRIA DE
MARINGÁ ENQUANTO INSTITUIÇÃO EDUCATIVA**

Dissertação apresentada por SIDNEY FABRIL, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Área de Concentração: Fundamentos da Educação, da Universidade Estadual de Maringá, como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador:
Prof. Dr. César de Alencar Arnaut de Toledo

MARINGÁ
2007

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá – PR., Brasil)

F124s Fabril, Sidney
O Seminário Maior Arquidiocesano Nossa Senhora da
Glória de Maringá enquanto Instituição Educativa /
Sidney Fabril. -- Maringá : [s.n.], 2007.
246 f. : il.

Orientador : Prof. Dr. César de Alencar Arnaut de
Toledo.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de
Maringá. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2007.

1. Sacerdotes - Formação. 2. Formação sacerdotal -
História. 3. Seminário Maior Arquidiocesano Nossa
Senhora da Glória, Maringá, Paraná. 4. Educação -
formação sacerdotal. 5. Instituição educativa -
Seminário católico. 6. Seminário católico - Instituição
educativa. 7. Arquidiocese de Maringá. I. Universidade
Estadual de Maringá. Programa de Pós-Graduação em
Educação. II.Título.

CDD 21.ed. 370.98162

SIDNEY FABRIL

**O SEMINÁRIO MAIOR ARQUIDIOCESANO NOSSA SENHORA DA GLÓRIA DE
MARINGÁ ENQUANTO INSTITUIÇÃO EDUCATIVA**

BANCA EXAMINADORA

**Prof. Dr. César de Alencar Arnaut de Toledo
(Orientador) - UEM**

Prof. Dr. Geraldo Inácio Filho – UFU - Uberlândia

Prof. Dr. José Joaquim Pereira Melo - UEM

Data de Aprovação: 28/03/2007

AGRADECIMENTOS

Principalmente ao meu orientador, que me motivou à pesquisa, a tal ponto de nunca eu ter saído de uma conversa com ele sem estar feliz por fazê-la e disposto a concluir o trabalho no dia seguinte, se fosse possível. Também pela competência e profissionalismo. Ainda pela amizade.

Aos meus familiares, que me mostraram a importância dos estudos e me deram a possibilidade de realizá-los.

Aos meus amigos, especialmente ao Edson, pelo incentivo e ajuda, tanto no começo, quanto ao longo de todo o processo do curso; ao Marcos, por ter me colocado em contato com pessoas e com materiais que enriqueceram o meu trabalho, e ao Guto, pela disponibilidade com que me ajudou agora no final, quando eu muito precisava, principalmente pela escassez de tempo.

FABRIL, Sidney. **O SEMINÁRIO MAIOR ARQUIDIOCESANO NOSSA SENHORA DA GLÓRIA DE MARINGÁ ENQUANTO INSTITUIÇÃO EDUCATIVA.** 246 f. Dissertação (Mestrado em educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientador: Dr. César de Alencar Arnaut de Toledo. Maringá, 2007.

RESUMO

O presente trabalho é uma análise da formação sacerdotal na instituição educativa dos seminários, especialmente a que aconteceu nos últimos 25 anos no Seminário Maior Arquidiocesano Nossa Senhora da Glória, da Arquidiocese de Maringá - Paraná. O trabalho começa caracterizando a identidade de uma instituição educativa. Depois contextualiza a formação sacerdotal em geral e no Brasil ao longo da história, mostrando a instituição dos seminários a partir do Concílio de Trento e sua posterior implantação nos diversos países e no Brasil nos séculos seguintes. Mostra ainda como se deu a formação sacerdotal na Arquidiocese de Maringá, ao longo dos seus 50 anos, em todas as etapas formativas. Por fim, descreve e analisa a criação, a identidade, o prédio, os formadores, os seminaristas e os referenciais teórico-metodológicos da formação no Seminário Maior Arquidiocesano Nossa Senhora da Glória e no seu Instituto de Filosofia. Esta pesquisa mostra que a estrutura do seminário tridentino se caracterizou pela disciplina, numa tentativa de, através de um clero bem formado, responder às investidas da Reforma. O clero formado nesse tipo de seminário conseguiu fazer com que a Igreja construísse a identidade católica nos últimos quatro séculos. Num pequeno intervalo de tempo, por volta do Concílio Vaticano II, novas experiências na formação de padres aconteceram, principalmente no Brasil e na América Latina, mas foram logo selecionadas e apenas alguns elementos foram incorporados ao sistema tridentino, reforçado pelo pontificado do Papa João Paulo II (1978-2005), caracterizado por uma volta à disciplina. O Seminário Maior Arquidiocesano Nossa Senhora da Glória é uma instituição educativa que se enquadra no cenário de formação para uma “Igreja da Instituição”, como pode ser caracterizada a Arquidiocese de Maringá e, assim, os padres são formados para a organização e manutenção da instituição, a partir da hierarquia.

Palavras-chave: Educação; Fundamentos da Educação; Formação Sacerdotal; Seminário Católico; Arquidiocese de Maringá.

FABRIL, Sidney. **THE ARCHDIOCESAN MAJOR SEMINARY “OUR GLORIOUS LADY” IN MARINGÁ PR BRAZIL AS AN EDUCATIONAL INSTITUTE.** 246 f. Dissertation (Master in Education) – State University of Maringá. Supervisor: César de Alencar Arnaut de Toledo. Maringá, 2007.

ABSTRACT

Priestly formation in seminary educational institutions, in particular the 25-year old Archdiocesan Major Seminary “Our Glorious Lady”, of the Archdiocese of Maringá PR Brazil, is analyzed. Procedure starts by identifying the educational institution and by contextualizing priestly formation in general and in Brazil through history. The seminary institution is investigated from the Council of Trent and its introduction in several countries and in Brazil in the next centuries. The type of priestly formation in the Archdiocese of Maringá during the last fifty years, throughout its training stages, has been described. Further, an analysis is undertaken on the foundation, identity, premises, personnel, seminarians and the theoretical and methodological parameters of the Archdiocesan Major Seminary and its Philosophy Institute. Current research shows that discipline was the trend that underpinned the structure of the seminary as conceived by the Council of Trent as an answer back to the Reformation’s attacks. Since this was done by a well-trained clergy, the priests trained in this type of seminary produced the Catholic identity of the last four centuries. However, in a short space of time, or rather, within the context of the Second Vatican Council, new experiences in priestly formation were being undertaken, especially in Brazil and in Latin America. Certain experiences were selected and incorporated within the Tridentine system which was reinforced during the discipline-oriented pontificate of Pope John Paul II (1978-2005). The Archdiocesan Major Seminary of Maringá is thus an educational institution that has to be seen within the context of an establishment made for the “institutional Church”. The Archdiocese of Maringá and its priests have been and are trained within this context, or rather, for the organization and the maintenance of the institution with the support of the hierarchy.

Key words: education; founding concepts of Education; priestly formation; Catholic Seminary; Archdiocese of Maringá.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. HISTÓRIA DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS	15
2.1. Dos Annales à Nova História e à História Cultural.....	17
2.2. História e História das Instituições Escolares	26
3. HISTÓRIA DA FORMAÇÃO SACERDOTAL	35
3.1. As Origens dos Seminários	35
3.2. História da Formação Sacerdotal no Brasil	47
3.2.1. Período Colonial	47
3.2.2. Período Imperial	55
3.2.3. Período Republicano.....	59
3.2.3.1 – <i>De 1889 ao Concílio Vaticano II</i>	59
3.2.3.2 – <i>Do Concílio Vaticano II aos nossos dias</i>	69
3.3. História da Formação Sacerdotal na Arquidiocese de Maringá.....	90
4. O SEMINÁRIO MAIOR ARQUIDIOCESANO NOSSA SENHORA DA GLÓRIA DE MARINGÁ	105
4.1. Introdução	105
4.2. A Criação do Seminário Maior Arquidiocesano Nossa Senhora da Glória.....	106
4.3. A Identidade do Seminário Maior Nossa Senhora da Glória.....	111
4.4. O Prédio do Seminário Maior Nossa Senhora da Glória	116
4.5. Os Formadores do Seminário Maior Nossa Senhora da Glória	122
4.6. Os Seminaristas do Seminário Maior Arquidiocesano Nossa Senhora da Glória ..	131
4.7. Princípios Teórico-Metodológicos do Processo Formativo do Seminário Maior Nossa Senhora da Glória	143
4.7.1 – Formação Pastoral.....	148
4.7.2 – Formação para a Vida Comunitária	151
4.7.3 – Formação Humano-Afetiva	156
4.7.4 – Formação Espiritual	159
4.7.5 – Formação Intelectual	163
4.7.5.1. <i>O INSTITUTO FILOSÓFICO ARQUIDIOCESANO DE MARINGÁ (IFAMA)</i>	168
5. CONCLUSÕES	179
REFERÊNCIAS.....	183
ANEXOS	196
ANEXO I – FOTOS DO SEMINÁRIO MENOR E MAIOR ARQUIDIOCESANO NOSSA SENHORA DA GLÓRIA DE MARINGÁ E PROJETO ARQUITETÔNICO DO SEMINÁRIO MAIOR	196
ANEXO II – PRIMEIRO REGIMENTO DO SEMINÁRIO MAIOR ARQUIDIOCESANO NOSSA SENHORA DA GLÓRIA DE MARINGÁ – 1987 ...	203

ANEXO III – SEGUNDO REGIMENTO DO SEMINÁRIO MAIOR ARQUIDIOCESANO NOSSA SENHORA DA GLÓRIA DE MARINGÁ - 1998....	217
ANEXO IV – MODELO DO QUESTIONÁRIO APLICADO AOS SEMINARISTAS PARA UMA PESQUISA INTERNA EM 2003	242

1. INTRODUÇÃO

O Seminário Maior Arquidiocesano Nossa Senhora da Glória, da Arquidiocese de Maringá, teve seu prédio inaugurado em 21 de março de 1982, quando se completavam os 25 anos da criação da diocese. Suas atividades tiveram início em fevereiro de 1983, com a chegada de 20 seminaristas, sendo 10 da Arquidiocese de Maringá, 08 da Diocese de Umuarama e 02 da Diocese de Campo Mourão. Foi o primeiro Seminário Maior, para o clero diocesano, não só da Arquidiocese de Maringá, mas de toda a região noroeste do Paraná. Esse seminário foi criado para formar seminaristas na etapa da filosofia. Por isso, junto do seminário foi instalado o Instituto de Filosofia da Arquidiocese de Maringá, que encerrará suas atividades em 2007, uma vez que, com a instalação do *campus* da Pontifícia Universidade Católica do Paraná em Maringá e tendo sido aberto nele o curso de filosofia, os seminaristas, a partir de 2006, começaram a realizar nessa universidade os seus estudos filosóficos.

Nesse seminário foram matriculados durante os 24 anos do seu funcionamento, 377 seminaristas de diversas dioceses. Além das dioceses de Maringá, Campo Mourão e Umuarama, passaram por ele seminaristas de Paranaíba, Guarapuava, Londrina, Cornélio Procopio, Cascavel, Foz do Iguaçu, Guajará-Mirim – RO, Rio Branco – AC, Sinop – MT e Carolina – MA.

Depois de ter criado o Seminário Menor no início de 1962 e de tê-lo fechado ao final de 1968, com quase 08 anos de funcionamento, novamente a Arquidiocese de Maringá voltava a ter um seminário. É preciso notar isso, porque, ao contrário de diversas dioceses do Paraná, a Arquidiocese de Maringá, já com 50 anos de existência, só teve um seminário de formação para religiosos a partir de 2002, o Seminário Santo Agostinho, da Ordem dos Agostinianos Recoletos.

Para a Igreja Católica em Maringá, esse seminário se reveste de uma importância fundamental. Dos 70 padres que trabalham hoje na Arquidiocese de Maringá, 32 estudaram no Seminário Maior Arquidiocesano Nossa Senhora da Glória, 01 faleceu e outro exerce temporariamente um cargo político. Isso significa que metade do clero dessa arquidiocese se formou, na etapa da filosofia, nesse seminário, sem contar o número de padres das outras dioceses.

Dos 35 padres da Arquidiocese de Maringá que se formaram na etapa da filosofia no Seminário Maior Arquidiocesano Nossa Senhora da Glória, 31 estão trabalhando na condução de paróquias, um faleceu, um estuda num outro país, um trabalha num seminário, um abandonou o sacerdócio e um trabalha exercendo um cargo político. Com isso, constata-se que ele formou quadros quase que exclusivamente para a instituição. Falta uma pesquisa sobre os que terminaram o curso de filosofia e não seguiram o caminho do sacerdócio.

Não se pode deixar de mostrar certa influência que esse seminário sofreu na década de 1980, da Teologia da Libertação. Embora o auge dessa linha tenha se dado na década de 1970, os anos iniciais do seminário foram vividos no contexto da Igreja das CEBs no Brasil, da opção preferencial pelos pobres e da aplicação das conclusões da Conferência de Puebla, acontecida em 1979. Era ainda o início do pontificado de João Paulo II, que se caracterizou por uma volta à disciplina. Os inícios do seminário aconteceram também no contexto social e político do fim do regime militar e da instalação da Assembléia Nacional Constituinte, que formulou a nossa atual Constituição.

A pesquisa sobre o Seminário Maior Arquidiocesano Nossa Senhora da Glória já se justificaria pelo fato de ser o único seminário na região durante um bom período, por terem passado por ele muitos seminaristas, por ter formado metade do clero da Arquidiocese de Maringá nas duas últimas décadas e diversos padres de outras regiões do Paraná e de outros estados, por seu Instituto de Filosofia estar fechando. Mas a problematização sobre o modelo de seminário e da formação dos padres para a realidade atual e, também da Igreja, é que é mais instigante na pesquisa. É importante nos atermos às conseqüências não somente eclesiais, mas também sociais de uma pesquisa como essa. Sabemos do grande número de pessoas que freqüentam a Igreja e têm algum contato com os padres em Maringá e região. O padre tem um papel, como educador, de muita abrangência. Poucos líderes têm tantas pessoas semanalmente lhes ouvindo diretamente como um padre quando profere a sua homilia dominical. Além do quê, o padre coordena muitos tipos de formação em sua paróquia: catequese com crianças, adolescentes, jovens e adultos; cursos de formação bíblica e doutrinária; cursos de formação de liderança; retiros e outros.

Esta pesquisa sobre um seminário católico num mestrado em educação se justifica porque o seminário é uma instituição educativa. E como é um internato, o processo educativo formal se dá o tempo todo, em todas as atividades, e não só no estudo das disciplinas do curso de filosofia. E esse é o objetivo desse trabalho: investigar o Seminário

Maior Arquidiocesano Nossa Senhora da Glória de Maringá enquanto instituição educativa, perceber os referenciais teóricos nos quais se baseia e as suas contradições, as influências que sofreu e sofre no processo histórico, as respostas práticas que deu e tem dado aos desafios que se lhe apresentam.

A análise específica do nosso objeto de estudo permitirá chegar a conclusões que acreditamos serem importantes não somente para reflexão dos responsáveis pela formação dos padres, mas para todos os que, de alguma forma, são atingidos pelo trabalho dos padres, sejam membros da Igreja ou da sociedade. Esta pesquisa será importante também como fonte para outros trabalhos sobre a formação dos padres e sobre o Seminário Maior Arquidiocesano Nossa Senhora da Glória, já que segundo nos consta, sobre esse seminário ainda não tinha sido desenvolvida nenhuma pesquisa.

Para uma pesquisa sobre a história de uma instituição educativa, achamos necessário fazer uma reflexão sobre a intensa renovação por que passou a pesquisa histórica nas últimas décadas. Começamos pela ruptura com a historiografia tradicional provocada pela Escola dos *Annales*, a influência que sofreu das ciências sociais, seu modo de interpretar o tempo e a mudança, sua percepção do homem também enquanto produto e não só sujeito da história, sua mudança no conceito de fontes, sua concepção de história-problema e a hipótese do porquê do seu sucesso, principalmente na Europa. Nesse empreendimento, nossa pesquisa se baseou nas reflexões de José Carlos Reis (2000). Passamos, depois, rapidamente pela Nova História e pela História Cultural, com suas continuidades e descontinuidades em relação à Escola dos *Annales*. E é nesse contexto que está localizada a grande produção em história da educação na atualidade. Na França, ganhou espaço o estudo da história das disciplinas escolares e na Inglaterra, a análise da sociologia do currículo. Ao lado dessas pesquisas, apareceu também a história das instituições educativas, que começou na Europa e se espalhou por muitos países. No Brasil, vários historiadores e educadores se lançaram nessa linha de pesquisa, sendo fator de destaque a formação de núcleos de pesquisa e grupos de trabalho em diversas regiões do país.

Tendo chegado à história das instituições educativas, tratamos de explicitar do que se trata, como se define uma instituição educativa e qual a sua identidade histórica. Por fim, mostramos quais são as categorias de análise de uma instituição educativa. Para isso, nos servimos dos referenciais de Justino Pereira de Magalhães (1999), professor da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa e

coordenador da Seção Portuguesa de História da Educação da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, bastante citado nos trabalhos de pesquisa em história das instituições educativas, o que o qualifica como autoridade no assunto. Também nos foi de grande ajuda a pesquisa de Esther Buffa e Paolo Nosella (2002), que são referências para a pesquisa da história das instituições educativas no Brasil, especialmente para a abordagem da categoria trabalho. Esse é o conteúdo do 1º capítulo.

Depois, achamos necessário situar o Seminário Maior Arquidiocesano Nossa Senhora da Glória no contexto da formação sacerdotal ao longo da história. Começando pela formação que o “Mestre” Jesus deu aos apóstolos, passamos pelas escolas catequéticas, paroquiais, monacais, para chegarmos às episcopais ou catedralícias, e às universidades. Junto com as universidades surgiram os colégios das ordens religiosas, que se estenderam também para a formação do clero secular. A partir do modelo implantado nesses colégios é que o Concílio de Trento (1545-1563) instituiu o seminário, ou seja, “o jardim fechado onde germinam seguras as sementeiras das vocações”. O Concílio de Trento é o marco mais importante na história da formação sacerdotal, já que a partir dele, cada diocese passou a ser praticamente obrigada a abrir um seminário. Com ele se criou oficialmente para toda a Igreja uma instituição específica para formar padres. O modelo tridentino de seminário predominou nos séculos posteriores e muitos desses seminários foram construídos nos mais diversos países. Dentre as figuras de destaque para a implantação dos seminários tridentinos temos São Carlos Borromeu, na Itália, e São Vicente de Paulo, na França. Podemos dizer que a estrutura dos seminários deixada por Trento se funda fortemente na disciplina e suas bases perduram até hoje. Duas características básicas do molde tridentino de formação foram a uniformidade e a romanização, e como consequência, tem-se uma homogeneidade no tipo de sacerdote, ainda que formado em países e culturas diferentes. Para essa parte, muito nos ajudaram as considerações de Luis Sala Balust (1964), que foi Professor da Universidade Pontifícia de Salamanca. Vale dizer que pouquíssimo material publicado em língua portuguesa existe sobre esse assunto.

Depois, foi necessário contextualizar a formação sacerdotal no Brasil. E foi o que fizemos, passando pelos períodos da Colônia, do Império e da República. Dividimos esse último em dois períodos: antes e depois do Concílio Vaticano II. Destacamos as novas experiências de formação acontecidas no Brasil, no período do pós-concílio, analisando um período de crise dos seminários tridentinos. As experiências de “pequenas comunidades”,

“comunidades inseridas” e “casas de formação” procuraram responder às exigências por mais engajamento dos padres e seminaristas na sociedade, de mais autonomia e de mais liberdade. Porém, embora tenham trazido ganhos que permaneceram na formação sacerdotal, foram sendo podadas e controladas por uma volta à disciplina. Para a análise desse período de crise apoiamos-nos nas reflexões de Ken Serbin (1992), com sua pesquisa de doutorado sobre a história dos seminários diocesanos de 1930 até o presente.

Finalmente, contextualizamos o Seminário Maior Arquidiocesano Nossa Senhora da Glória na história da formação sacerdotal na Arquidiocese de Maringá. Aqui mostramos como se deu desde a criação da diocese, há 50 anos, a formação do clero em todas as etapas de formação: recrutamento vocacional, seminário menor, propedêutico, filosofia e teologia. Vimos por onde passaram os seminaristas da diocese, os seminários criados e fechados e os responsáveis pela formação. É disso que tratamos no 2º capítulo.

No 3º capítulo, chegamos à investigação específica do Seminário Maior Nossa Senhora da Glória a partir das categorias elencadas por Justino Pereira de Magalhães (1999) e resumidas por Décio Gatti Júnior (2005). A partir delas, tratamos da criação, da identidade, do prédio, dos formadores, dos seminaristas e dos referenciais teórico-metodológicos do processo formativo do Seminário Maior Nossa Senhora da Glória. Os referenciais são: a formação pastoral, a formação para a vida comunitária, a formação humano-afetiva, a formação espiritual e a formação intelectual, sendo que nessa última, refletimos sobre o Instituto de Filosofia do Seminário: seus professores, alunos, currículos, biblioteca e regimento. Para o desenvolvimento dessa reflexão contamos com entrevistas orais, principalmente com o fundador do seminário, Dom Jaime Luiz Coelho, e com o 1º reitor, Padre Orivaldo Robles, além dos outros reitores, alunos e ex-alunos. Tivemos acesso a todos os arquivos do referido seminário: livro do tomo, livro de registro de alunos, pastas de cada aluno, material da secretaria e da contabilidade e material fotográfico. Vale dizer que este pesquisador foi aluno da primeira turma do Seminário Maior Nossa Senhora da Glória, Reitor por cinco anos e Diretor de Estudos do seu Instituto Filosófico por seis anos.

2. HISTÓRIA DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS

A história só se apresentou como problema para o homem a partir da época moderna, quando foram rompidas as formas de vida predominantemente naturais, ou seja, aquelas cujo meio natural fornecia os elementos básicos de subsistência, e passou para as condições de produção da existência humana predominantemente sociais, isto é, produzidas pelo próprio homem. A visão do tempo era predominantemente cíclica, não havendo a necessidade de se compreender o sentido das transformações nele processadas. Na época moderna, a natureza passou a ser vista como matéria-prima das transformações operadas no tempo pelo homem.

E a visão do tempo deixa de ser cíclica, caracterizando-se agora por uma linha progressiva que se projeta para frente, ligando o passado ao futuro por meio do presente. Surge aí a questão de se compreender a causa, o significado e a direção das transformações. A História emerge, pois, como um problema não apenas prático, mas também teórico. O homem, além de um ser histórico, busca agora apropriar-se da sua historicidade. Além de fazer história, aspira a se tornar consciente dessa sua identidade. (SAVIANI, 2000, p. 8).

A máxima expressão teórica da história se daria no século XIX nas obras de Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831) e Karl Marx (1818-1883) e, noutra vertente, na corrente positivista derivada de Auguste Comte (1798-1857). Essas reflexões tornaram possível imprimir caráter científico à história que, até por volta de 1850 não passava de narrativa ou descrição dos fatos (acontecimentos passados). De fato, com algumas exceções, os historiadores, ainda hoje, têm pouca familiaridade com a teoria e a reflexão filosófica. (SAVIANI, 2000).

Na década de 20 do século passado, organizou-se o movimento conhecido como “Escola dos *Annales*”, que buscava a superação da historiografia tradicional de inspiração positivista, até então dominante, pautando-se, até 1969, pela “busca de construção racional de uma história totalizante” (SAVIANI, 2000, p.09). A partir dos anos 70, surgiu a chamada “Nova História”, que adotava pressupostos estruturalistas provindos da filosofia, da lingüística e da etnologia, e se tornou, segundo Saviani (2000), o centro do atual debate teórico e metodológico no campo da História.

Saviani (2000) mostra que para Ciro Flamarion Cardoso existe hoje uma contraposição entre dois paradigmas denominados por ele de “iluminista” e “pós-moderno”, por sinal instigante, mas, segundo ele, simplificador, já que “coloca sob uma mesma rubrica correntes bastante distintas e, até mesmo, opostas entre si” (SAVIANI, 2000, p. 11).

Os resultados desse debate têm a maior importância para a pesquisa histórico-educacional, já que os significados da educação e da história estão intimamente entrelaçados.

E no âmbito da investigação histórico-educativa essa implicação é duplamente reforçada: do ponto de vista do objeto, em razão da determinação histórica que se exerce sobre o fenômeno educativo; e do ponto de vista do enfoque, dado que pesquisar em história da educação é investigar o objeto educação em perspectiva histórica. (SAVIANI, 2000, p. 12).

Por isso, é necessário um amplo diálogo entre educadores e historiadores, o que parece já estar acontecendo, mais por iniciativa dos pesquisadores da História da Educação, fato que não elimina as reais dificuldades teóricas.

As escolas e os sistemas educacionais, por mais diversos e diferentes que sejam, são espaços onde encontramos informações em número tão significativo que nos permitem conhecer a história, não somente da própria escola ou do sistema educacional que se queira pesquisar, mas da história local, regional e nacional. As escolas não podem ser deixadas de lado na pesquisa histórica, sob pena de se negligenciar ou se obscurecer o movimento geral da sociedade.

A tendência recente da pesquisa da história das instituições educacionais vai na direção do particular e do singular, contrariamente ao modo como se vinha procedendo antes, na linha da filosofia da história, que tratava de questões gerais e abstratas.

O campo da pesquisa histórica passou, ao longo das últimas décadas, por um intenso processo de renovação teórico-metodológica. Impulsionados pelo esforço de superação de uma historiografia que, numa de suas formas dominantes, produzia uma descrição dos fatos eminentemente políticos, construída sob os auspícios da tradição positivista; e, em outra de suas modalidades, fomentava uma narrativa carregada de análises que privilegiavam os aspectos econômicos da vida social, em detrimento de outras esferas da produção do social, a produção historiográfica da atualidade tem demonstrado uma tendência de valorização das temáticas relacionadas às formas culturais produzidas no processo de construção da

vida social dos povos. Valorizando cada vez mais os estudos sobre os aspectos específicos de cada processo social particular, a singularidade passa a ser temática presente na historiografia contemporânea. (INÁCIO FILHO, 2004, p. 26-27).

Nos fins do século XX, a história foi questionada sobre a natureza e a qualidade do saber que produzia. Foi posta em dúvida a idéia da produção da verdade absoluta ou do saber absoluto. A Escola dos *Annales*, no período do entre-guerras, na França, representou uma forma de ruptura com a historiografia tradicional. Também o grupo conhecido como “marxismo vulgar”, na Inglaterra, em meados de 1950, rompeu com a leitura marxista da história e se afastou do Partido Comunista oficial. Nesse terreno de rupturas e inovações podemos compreender melhor a atual configuração da produção historiográfica, inclusive a educacional.

Gatti Júnior (2002) afirma que boa parte dos historiadores hoje concorda que a realidade pode ser compreendida de diversas formas e não de um único modo, assim como também não existe um “único motor” que determina todo o desenvolvimento histórico. Esse autor mostra ainda que a tendência percebida de maneira geral na historiografia ocidental é a de considerar a teoria, não como um pressuposto absoluto, mas como uma forma de acesso e um recurso para dar início ao inquérito das fontes de pesquisa.

2.1. DOS ANNALES À NOVA HISTÓRIA E À HISTÓRIA CULTURAL

O que poderia ser uma nova escola em oposição a uma escola tradicional? A hipótese de José Carlos Reis (2000), é que “a base profunda de um método histórico é uma ‘representação do tempo histórico’ e é essa representação que diferencia as diversas escolas e programas históricos”. (REIS, 2000, p. 25). Segundo ele, uma escola histórica só pode se apresentar como nova desde que tenha uma original representação do tempo histórico. Os *Annales* fizeram isso.¹ Com sua proposta de interdisciplinaridade, fizeram uma história influenciada pelas ciências sociais.

¹ No livro de CARDOSO (1982), encontramos uma discussão sobre o problema da cientificidade da História, principalmente no primeiro capítulo, onde o autor mostra a evolução da História como disciplina. Em nosso século, destaca que os passos mais importantes da construção da História como ciência estiveram influenciados por duas correntes: o marxismo e o grupo dos *Annales*. Depois de caracterizar cada corrente em relação à história, mostra seus pontos comuns e divergentes e conclui ser a história uma ciência em construção.

Segundo Reis (2000), essa aproximação da história com as ciências sociais aconteceu em três momentos: primeiro, a história se deu conta da importância que ganharam as ciências sociais e da sua percepção do mundo humano com outra concepção de tempo; depois, os novos historiadores constataram que se mantivessem a mesma representação do tempo histórico tradicional impossibilitariam a cooperação interdisciplinar entre as ciências sociais e a história e, finalmente, propuseram no interior da disciplina histórica uma nova representação do tempo histórico que tornasse possível essa interdisciplinaridade.

As ciências sociais, no início do século XX, ofereceram uma visão do social diferente da abordada pela história tradicional, o que criou uma tensão. E o centro da questão está na representação do tempo.

As ciências sociais opõem-se à visão da história como construção linear e acelerada do futuro, da utopia, da liberdade, pois, para elas, uma abordagem especulativa da história é inválida e perigosa. A organização da vida humana a partir de um final tecnicamente inantecipável não é epistemológica e politicamente confiável. O sentido dos eventos não se dá a um conhecimento especulativo. Não se pode propor ações totais e imediatas a partir de uma consideração especulativa do final da história. Contra a abordagem teleológica, as ciências sociais preferirão uma 'abordagem estrutural' do tempo histórico. Com o conceito de 'estrutura social', as ciências sociais querem submeter a sociedade à representação do tempo da física e da matemática. Elas buscam encontrar no mundo humano regularidades, estabilidades, reversibilidades. O tempo das ciências sociais não se refere à sucessão, à mudança, à assimetria passado/futuro, mas tende a aboli-las em uma simultaneidade estrutural, o que era até então impensável e impossível para o mundo humano. (REIS, 2000, p. 31).

Porém, o fato de ter aceitado a influência das ciências sociais não fez com que os *Annales* deixassem de descrever e analisar a mudança. Isso aconteceu através do conceito de "longa duração", onde o tempo histórico é representado como "dialética da duração". Nesta, os eventos são inseridos numa ordem simultânea, onde a mudança é limitada e não leva a uma ruptura descontrolada. Isso significa a estruturação da mudança, a dominação da assimetria entre passado e futuro. "A história desacelera-se, isto é, estrutura-se. Torna-se reversível, simultaneidade: sucessão sem mudança, repetição". (REIS, 2000, p.36). E a inclusão da perspectiva da permanência no estudo da mudança foi justamente para conhecer e controlar melhor as mudanças humanas no tempo.

O homem não deixou de ser sujeito e de fazer a história, mas houve uma revisão e uma reconstrução do conceito de 'homem', de 'humanidade', de 'história'. Para os *Annales*, o homem não é só sujeito, consciente, livre, criador da história; ele é também, e em grau maior, resultado, objeto, feito pela história.

Os homens do campo econômico-social-mental permitem (deles) uma abordagem quantificada, analítica e problematizante. A história não será a narrativa de povos e indivíduos livres, produtores de eventos grandiosos, que fazem avançar o espírito universal em direção à liberdade. Ela será a pesquisa, análise, teoria e cálculo, limitados em sua validade, de fenômenos necessários, repetitivos, massivos, que limitam a ação livre individual. Há fundamentalmente uma recusa da história política, das relações exteriores dos Estados nacionais, suas guerras, seus líderes, seus imperialismos. Na agitada realidade européia do século XX, as preocupações deixam de ser de ordem política e passam a ser de ordem econômico-social – uma questão de massas e quantidade, de produção e escassez, de estabilidade e crise, de controle e pacificação das forças desestruturadoras. Os *Annales* enfatizarão os condicionamentos econômico-sociais das ações e decisões individuais, a sociedade global e as massas, as condições materiais e não os projetos individuais, subjetivos e ideológicos. Influenciada pelas ciências sociais, a história visava antes aquilo que os homens não sabem que fazem e não os seus planos declarados, suas causas edificantes, suas crenças libertárias. Aliando-se às ciências sociais, a história renovada dos *Annales* encontra um novo campo de pesquisa, amplo e diversificado. (REIS, 2000, p. 36-37).

A história, para tratar dessas realidades humanas, teve que mudar o conceito de fonte e teve que renovar seus métodos e técnicas. Os documentos usados não são mais aqueles textos que revelam claramente a intenção do sujeito, mas a documentação massiva e involuntária. Os documentos agora terão que revelar aquilo que é duradouro, aquilo que se refere à longa duração, aquilo que deixa perceber a estrutura. Isso significa que agora, em vez de se valorizar primeiro o ofício, o edital, a carta, que explicitam claramente a intenção do sujeito, serão valorizadas as certidões de batismo, de casamento e de óbito, os contratos, os testamentos, as listas de preços e de salários, por exemplo, já que estes revelam a vida cotidiana, a vida produtiva, as crenças coletivas das massas anônimas. As lacunas e o silêncio das fontes oficiais devem ser preenchidos agora por todos os outros meios possíveis.

Os *Annales* foram engenhosos para inventar, reinventar ou reciclar fontes históricas. Eles usavam escritos de todos os tipos: psicológicos, orais, estatísticos, plásticos, musicais, literários, poéticos, religiosos. Utilizaram

de maneira ousada e inovadora a documentação e as técnicas das diversas ciências sociais: da economia, arquivos bancários, de empresa, balanços comerciais, documentos portuários, documentos fiscais, alfandegários; da demografia, registros paroquiais, civis, recenseamentos; da antropologia, os cultos, os monumentos, os hábitos de linguagem, os livros sagrados, a iconografia, os lugares sagrados, as relíquias, os gestos e as palavras miraculosas, a medicina popular, as narrativas orais, os processos de inquisição, os testamentos, o vocabulário, o folclore, os rituais; do direito, arquivos judiciais, processos criminais, arquivos eleitorais, correspondências oficiais, a legislação; da arqueologia, eles continuarão a usar as cerâmicas, tumbas, fósseis, paisagens, conjuntos arquiteturais, inscrições, moedas. As técnicas para o tratamento dessas fontes: teorias econômico-sociais, a informática, a reconstituição de famílias, a análise estatística, modelos, inventários, a lexicografia, a fotografia aérea, a fenologia, a dendrocronologia, carbono 14, a genealogia, o microfilme, o gravador, a filmagem etc. (REIS, 2000, p. 37).

Todos os documentos que deixam vestígios da passagem do homem podem agora ser usados para fazer a história. Essa abertura e ampliação das fontes, técnicas e objetos estão associadas à grande renovação teórica da história-problema. Para os franceses positivistas, Charles Langlois e Charles Seignobos, do início do século XX, “sem documentação, não há história”. Já, para os *Annales*, “sem problema, não há história”. Uma pesquisa não começa pelo documento, mas pelo problema que o pesquisador historiador quer resolver. As buscas pelas respostas às questões bem formuladas pelo sujeito que pesquisa é que vão fazer a história. (REIS, 2000). Isso significa que é o problema posto que dará direção ao pesquisador para construir o referencial necessário para verificar as hipóteses suscitadas. Ele tem a liberdade de explorar o material empírico e de interpretar os processos históricos. O fato histórico não está “bruto” na documentação, não é dado, não fala por si mesmo, não é fixo e definitivo, mas é o historiador que vai construindo os dados necessários para provar suas hipóteses. Na história-problema, o historiador não fica narrando um fato como se fosse possível ser totalmente neutro e objetivo. Ele, ao contrário, deixa clara sua elaboração conceitual, seus pressupostos, seus problemas, suas hipóteses, suas fontes e técnicas, o modo como as utilizou e o lugar institucional e social a partir do qual ele fala. A pesquisa, enfim, é toda organizada a partir do problema que a suscitou.

Rompendo com a narração, a história tornou-se uma empresa teórica, que segue o caminho de toda ciência: põe problemas e levanta hipóteses e demonstra-as com uma documentação bem criticada e com uma argumentação conceitual rigorosa. Ela não é mais orientada por valores

transistóricos ou uma narração da chegada final e triunfal da razão. (REIS, 2000, p. 39).

Na concepção da história-problema, o historiador passa a ser o mediador de um diálogo/debate entre os homens do passado e do presente. Com isso, os homens do presente podem ter uma melhor localização de si no tempo, conhecer melhor sua identidade e o sentido específico da sua diferença no mundo. E os homens do passado podem, com esse diálogo, romper a sua finitude e sobreviverem na memória.

Reis (2000) tem uma hipótese para explicar a grande repercussão dos *Annales* na Europa e, particularmente, na França. Segundo ele, além dos *Annales* proporem uma concepção de história, do homem, dos objetos, fontes, técnicas e métodos mais adequados a uma época, oferecem uma “utopia”, um caminho de estabilidade e tranquilidade, uma forma de evasão, uma proteção contra a descontinuidade e contra o desconhecido.

A nossa hipótese é que as ciências sociais e os *Annales* representaram uma nova forma de busca da “salvação”, isto é, da estabilidade e harmonia utópicas. As “estratégias de fuga” da história são diferentes, mas o resultado visado é o mesmo: o controle da mudança brusca, o controle da alteridade e da irreversibilidade pela suspensão do devir e a construção da permanência, da identidade, da paz. (REIS, 2000, p. 42).

Isso se explica porque a Europa, e a França em particular, foram marcadas no século XX pela derrota, pelo limite, pela finitude. A Europa perdeu a hegemonia mundial, depois de séculos de domínio incontestável. Por meio das guerras internas e externas, conheceu a destruição. Tem agora que aceitar outros centros de poder e decisão. O tempo histórico dos *Annales* venceu porque deu a possibilidade, após 1945, aos europeus, de reconhecer a sua condição e começar a reconstrução.

Após 45, a derrota da Europa estava consumada. Entregue a fins múltiplos e poderosos, a aceleração do tempo que levara àquele resultado dramático poderia, se prosseguisse, levar ao fim do próprio planeta e da humanidade. Era preciso, então, desacelerar a história, vê-la de outro modo, isto é, desestimular a produção de eventos, sobretudo os produzidos pela enorme força material das massas. As massas, o novo poder emergente, deveriam ficar fora da produção do evento. Elas deveriam ficar confinadas à sua “vida material”, sem acesso ao evento, à produção da história. (REIS, 2000, p. 44).

Os *Annales*, com a categoria de história-problema, ajudaram a Europa a encontrar soluções mais eficazes à sua nova situação. A história quer oferecer informações objetivas

e técnicas para a reconstrução. Daí ensina a cautela, o controle e a estruturação da mudança. A pesquisa histórica vê o tempo diferentemente do tempo vivido e não pretende reconstituí-lo, mas reconstruí-lo. Ela não quer legitimar e nem estimular a produção de eventos, mas controlá-los, dominá-los e até evitá-los. O futuro é visto aqui com cautela.

O futuro é objeto ainda de espera e de ação, mas racional e tecnicamente informada e planejada. “Dominar a história” é conhecê-la empiricamente e planejá-la, controlando as crises, os ciclos de baixa e a fricção dos eventos. Trata-se de um controle técnico do vivido, que permite a ação segura. O evento é submetido a conjunturas e permanências que o enquadram. A história concebida como “dialética da duração” possui “suspensão” e absorve o impacto dos eventos. Procura-se articular mudança e continuidade em uma “oscilação feliz”. (REIS, 2000, p. 46).

Enfim, os *Annales* propõem à Europa e à humanidade uma representação do tempo que enfatiza a continuidade estrutural, que oferece uma mudança segura e estabilidade.

Peter Burke (1997), depois de fazer um balanço final sobre as contribuições das três gerações dos *Annales*, oferece sua própria conclusão:

Da minha perspectiva, a mais importante contribuição do grupo dos *Annales*, incluindo-se as três gerações, foi expandir o campo da história por diversas áreas. O grupo ampliou o território da história, abrangendo áreas inesperadas do comportamento humano e a grupos sociais negligenciados pelos historiadores tradicionais. Essas extensões do território histórico estão vinculadas à descoberta de novas fontes e ao desenvolvimento de novos métodos para explorá-las. Estão também associadas à colaboração com outras ciências, ligadas ao estudo da humanidade, da geografia à lingüística, da economia à psicologia. Essa colaboração interdisciplinar manteve-se por mais de sessenta anos, um fenômeno sem precedentes na história das ciências sociais. [...] A historiografia jamais será a mesma. (BURKE, 1997, p. 126-127).

A partir de 1970, passou a ser desenvolvida uma historiografia diferente, a chamada Nova História, desdobrada dos *Annales*, mas com diferenças significativas em relação ao tipo de história preconizada por seus fundadores. A Nova História é herdeira dos *Annales* e permitiu ao historiador da educação uma abertura a conceitos, problemáticas e informações que lhe proporcionaram a revisão da agenda tradicional.

São abordagens de natureza interdisciplinar que, articulando novas categorias de espaço e de tempo com uma redefinição do sujeito histórico, social e individual, permite uma aproximação à ação e a construção das relações educativas. É uma matriz historiográfica que

procura o lugar do homem e que visa explicar como esse mesmo homem inventou o seu cotidiano ao longo do tempo. (MAGALHÃES, 1999, p. 54).

O pós-68 foi a época do fim das utopias. A década de 1970 foi, então, marcada pelo descrédito na possibilidade de uma história total e pelo começo de uma historiografia de análise do segmento, do descontínuo e, até do fragmentário. Os historiadores, assim como os intelectuais da época, se distanciaram da cena pública, profissionalizando-se. De qualquer modo, muitas inovações foram feitas, com adesão de historiadores em todo o Ocidente. O desenvolvimento da história social desembocou em uma especialização cultural.

A história cultural, diferentemente da história social, é marcada em seu desenvolvimento, por um distanciamento do corte sociológico, aproximando-se cada vez mais de um ângulo de análise interdisciplinar que conta com aproximações principalmente da antropologia, com marcante influência das idéias de antropólogos como Geertz ou Sahlins. Esta tendência à especialização na história francesa parece ser inevitável, sendo que a segmentação dos campos de análise é, sem dúvida, sua grande característica. (GATTI, 2002, p. 10).

Os historiadores ingleses romperam tanto com a historiografia positivista, tradicional e conservadora, quanto com a historiografia simplificadora do chamado “marxismo vulgar”. Sob muitos aspectos, inauguraram uma historiografia mais abrangente e mais crítica, já que somaram às tradicionais questões econômicas, questões culturais.

Perceberam que o ser social e sua vivência precisam ser compreendidos em sua complexidade e criticaram análises que preconizavam um recorte compreensivo marcadamente macrosocial, ou seja, atribuíram grande importância às singularidades e particularidades sociais. (GATTI, 2002, p. 10-11).

Por esse histórico, percebe-se que a pesquisa histórica, nas últimas décadas, passou por intensa renovação, na qual vem sendo valorizada a utilização tanto de aportes teóricos quanto das fontes primárias, que não se limitam mais apenas aos documentos escritos, mas abarcam também fontes orais, iconográficas e outras.

A nova história cultural tem-se caracterizado por seus procedimentos e sua estrutura interdisciplinar, pela substituição da história das mentalidades, pela elaboração de uma história da cultura material e do mundo das emoções, das representações e das imagens mentais. Por

vezes, adquire a forma de história intelectual, com foco na cultura de elite e dos pensadores, ou de história da cultura popular, tanto na perspectiva sócio-histórica, presente em Vygotski, ou de significados partilhados, presente em Geertz. (GATTI; PESSANHA, 2005, p. 75-76).

Assim, é possível constatar que vigora a orientação teórica que defende que a construção de interpretações sobre o passado se faz no diálogo necessário entre nossas idéias e concepções com os indícios que conseguimos reunir para corroborar nossas hipóteses.

Fica difícil descrever ou analisar os impactos desses novos procedimentos historiográficos. Peter Burke, entre os principais problemas da nova história cultural, assinala questões de definição, de fontes, de método, de explicação, de síntese; e o estado de incomunicabilidade entre os historiadores dedicados a cada uma das subdisciplinas, já que esse cenário favorece a sua proliferação.

Porém, esses problemas não têm impedido a produção acadêmica nessa tendência historiográfica, que por sinal tem sido muito fértil. Nesse contexto está localizada a grande produção no campo da história da educação.² Para Viñao Frago, a fertilidade da produção em história da educação na proximidade com a nova história cultural tem se dado nas pesquisas sobre a história dos intelectuais e sobre a apreensão das idéias de grupos intelectuais em relação às questões concretas e, também, na área de história da cultura e das organizações escolares, e da mente humana como produto sócio-histórico.³

[...] Cultura escolar é tomada como: um conjunto de aspectos institucionalizados que caracteriza a escola como organização; a cultura específica de um estabelecimento escolar; a cultura de um conjunto de estabelecimentos em comparação com outros (por exemplo, escolas rurais e faculdades de direito); a cultura de uma área territorial determinada; a cultura do mundo acadêmico em geral em comparação a outros setores sociais. (GATTI; PESSANHA, 2005, p.76).

No Brasil, no último quarto do século XX, foram sentidos os impactos das inovações paradigmáticas e de procedimentos sobre a produção da história da educação. Nos anos de 1980, a história da educação, nascida no Brasil de mãos dadas com a

² Sobre este assunto, conferir interessante artigo publicado na Revista do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria: AYALA; ZEVALLOS (2001).

³ Antonio Viñao Frago, mais conhecido por Antonio Viñao, é professor da Faculdade de Educação da Universidad de Murcia, Espanha, e autor do livro **Alfabetização na sociedade e na história: vozes, palavras e textos** (1993).

pedagogia, posicionou-se pela adoção do ponto de vista paradigmático da história e não mais da educação. Como prova disso, em 1997 foi criado um grupo de trabalho dedicado à história da educação, aprovado pela Associação Nacional de História.⁴ O caminho percorrido tem sido o da elaboração de interpretações sobre o passado da educação brasileira em sua concretude, mediante consulta a uma série enorme de fontes primárias e secundárias e não mais apenas a legislação educacional.

A inovação paradigmática e temática no âmbito da história da educação tem sido beneficiada pelo afluxo de pesquisadores qualificados para as diversas regiões brasileiras, interessados em desenvolver pesquisas voltadas para a temática regional. E mais, esses pesquisadores, sob o impacto das novas tendências da pesquisa histórica, valorizam as especificidades e singularidades regionais e locais, como importantes objetos de estudo e, promovem um corte fortemente histórico e não mais filosófico ou sociológico, nas suas investigações sobre o passado.

Na França, tem ganhado espaço o estudo da “história das disciplinas escolares”, que examina o percurso das mesmas ao longo de décadas ou de séculos.⁵ Na Inglaterra, a análise se tem dado na chamada “sociologia do currículo”.⁶ No Brasil, encontramos trabalhos que se aproximam desses campos de pesquisa no campo da historiografia gestada nas universidades, principalmente nos programas de mestrado e doutorado.⁷

Ao lado da história das disciplinas escolares aparece a história das instituições educacionais, nessa linha de renovação no campo da história da educação. Iniciou-se na Europa e já atingiu pesquisadores, da história e da educação, no mundo todo.

⁴ Fundada em 19 de outubro de 1961, na cidade de Marília, trata-se da Associação Nacional dos Professores Universitários de História (ANPUH). Trabalha pelo aperfeiçoamento do ensino de História, pela pesquisa e divulgação de assuntos de História, pela defesa das fontes e manifestações culturais, pela defesa do livre exercício das atividades do profissional de história. Busca a representação dos profissionais de História perante instâncias administrativas, legislativas, órgãos financiadores e entidades científicas ou acadêmicas. Promove a cada dois anos o Simpósio Nacional de História.

⁵ Pesquisas desenvolvidas por André Chervel e Anne-Marie Chartier na seção de História da Educação do Instituto Nacional de Pesquisas Pedagógicas.

⁶ As obras de Michael Young e de Stephen Ball revelam este corte sociológico, influenciadas pelos esforços teóricos de Raymond Williams.

⁷ Cf. NUNES, Clarice. *Ensino e Historiografia da Educação: Problematização de uma hipótese*. In: **Revista Brasileira de Educação**, nº 1, 1996, p. 67-79. Também VIDAL, Diana Gonçalves y FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *História da Educação no Brasil: a constituição histórica do campo (1880-1970)*. In: **Rev. Bras. Hist.**, jul. 2003, vol. 23, nº 45, pp. 37-70. Veja ainda artigo de José Luís Sanfelice intitulado *História das Instituições Escolares: apontamentos preliminares*, publicado na **Revista HISTEDBR on-line**, nº 8, em outubro de 2002, disponível em < http://www.histedbr.fae.unicamp.br/uniso_art01.html >, onde o autor trata do projeto acadêmico-científico do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Sorocaba.

[...] A história das instituições educacionais almeja dar conta dos vários atores envolvidos no processo educativo, investigando aquilo que se passa no interior das escolas, gerando um conhecimento mais aprofundado destes espaços sociais destinados aos processos de ensino e de aprendizagem, por meio da busca da apreensão daqueles elementos que conferem identidade à instituição educacional, ou seja, daquilo que lhe confere um sentido único no cenário social do qual fez ou ainda faz parte, mesmo que ela se tenha transformado no decorrer dos tempos. (GATTI, 2002, p. 20).

No Brasil, apesar da falta de arquivos e de fontes organizadas, vários historiadores e educadores têm se lançado nessa linha de pesquisa. É a abertura da possibilidade da escrita de uma nova história da educação brasileira, que leva em conta as especificidades e singularidades regionais, locais e institucionais, embasada num conjunto de estudos rigorosos e criteriosos, elaborados nas diversas regiões. Fato de destaque é a formação de núcleos de pesquisa e grupos de trabalho em diversas regiões.

Enfim, a produção do conhecimento na área de história da educação vem crescendo aceleradamente no Brasil. Essa produção se dá em grau intenso nos lugares de maior concentração de pesquisas, mas vai se estendendo para as diversas regiões do Brasil, de modo que se percebem no país todo, diferentes formas de investigação histórico-educativa. A grande diversidade de temáticas e multiplicidade de iniciativas vem exigindo balanços, que têm sido realizados através de congressos, reuniões, publicações e outros instrumentos.

2.2. HISTÓRIA E HISTÓRIA DAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES

A polissemia do conceito pode dificultar a compreensão e também o desenvolvimento de uma pesquisa profunda e avançada. Os fenômenos educativos são multidimensionais e complexos, daí a necessidade de distinção dos diferentes planos de abordagem.

Segundo Magalhães,

A história da educação é uma área do conhecimento que toma como objeto a educação, a partir de uma abordagem historiográfica, com base em conceitos e conceptualizações de natureza pedagógica/educacional: antropológicos, filosóficos, didáticos, sociológicos, psicológicos, axiológicos, organizacionais, historiográficos. A educação é o objeto epistêmico, o objeto a conhecer e a construir no plano histórico – um

objecto complexo, multidimensional, polissêmico: educação/instituição; educação/ação; educação/conteúdo; educação/produto. (MAGALHÃES, 1999, p. 67).⁸

Sendo assim, temos que entender a história das instituições educativas nesse contexto da história da educação. Por isso, cabe aqui agora um conceito de instituição educativa. Gatti expõe um de Magalhães.

No plano histórico, uma instituição educativa é uma complexidade espaço-temporal, pedagógica, organizacional, onde se relacionam elementos materiais e humanos, mediante papéis e representações diferenciados, entretecendo e projetando futuro(s), (pessoais), através de expectativas institucionais. É um lugar de permanentes tensões [...] são projetos arquitetados e desenvolvidos a partir de quadros sócio-culturais. (GATTI; PESSANHA, 2005, p. 79).

Ainda, segundo Magalhães,

A instituição educativa constitui, no plano histórico, como no plano pedagógico, uma totalidade em construção e organização, investindo-se numa identidade. Totalidade em organização, a instituição educativa apresenta uma cultura pedagógica que compreende um ideário e práticas de diversa natureza, dados os fins, os atores, os conteúdos, inserida num contexto histórico e desenvolvendo uma relação educacional adequada aos públicos, aos fins, aos condicionamentos e às circunstâncias. A instituição educativa constrói um projeto pedagógico, indo ao encontro de um determinado público, constituindo-se, deste modo, a relação e a razão fundamentais para a manutenção e desenvolvimento do seu projeto educativo – um processo que envolve dimensões humanas, culturais e profissionais de diversas naturezas: dimensões pedagógicas, sociológicas, administrativas, relações de poder e de comunicação, relações de transmissão e apropriação do saber. (MAGALHÃES, 1999, p. 68-69).

Boa parte do que acontece numa instituição educativa não é representada por escrito ou por outro tipo de registro. Isso se dá porque tais acontecimentos acabam se integrando na rotina do cotidiano escolar ou se inserem num processo continuado, onde se fixam o princípio e o fim, e se registram os resultados; também porque muitas dimensões da memória se apagam com a mudança dos atores e muitas outras são destruídas.

⁸ Justino Magalhães é professor da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa. Foi coordenador da Secção Portuguesa de História da Educação da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação. Publicou diversos livros, capítulos e artigos científicos, entre os quais se podem destacar alguns livros: *Alquimia da escrita: alfabetização, história, desenvolvimento no mundo ocidental do Antigo Regime* (2001), *Roteiro de fontes para a história da educação* (2001). Organizou *Fazer e ensinar história da educação* (1998) e, junto com Rogério Fernandes, *Para a história do ensino liceal em Portugal* (1999), *Ler e escrever no mundo rural do Antigo Regime: um contributo para a história da alfabetização e da escolarização em Portugal* (1994).

A história das instituições educativas constitui um processo epistêmico que medeia entre a(s) memória(s) e o arquivo, não se limitando a memória às dimensões orais, mas incluindo as crônicas e outros textos afins e não se confinando o arquivo à documentação e informação escritas. (MAGALHÃES, 1999, p. 69).

Segundo Werle,

A história das instituições escolares trabalha também com representações no sentido de tornar presente o que está ausente – presentificação do ausente -, como esforço de uma imagem da escola, como memória. Nessa dimensão dá a ver aspectos de um passado ausente, seus funcionamentos, relações entre demanda e procura, organização dos espaços e seus usos, percorrendo e articulando elementos de sua base material e base de gestão. (WERLE, 2004, p. 15-16).⁹

A percepção do conjunto de uma instituição educativa começa a se dar a partir de um olhar externo, mas somente à medida que o historiador mergulha na sua interioridade, com informações de diversas fontes, obtidas em diversas vezes, que lhe permitam uma análise sistemática e sob um mesmo conjunto de fenômenos, é que estabelecerá a problematização e, ao buscar as respostas, dará um sentido para as suas investigações. Por isso, o contato com o arquivo é fundamental.

A abordagem dos processos de formação e de evolução das instituições educativas constitui um domínio do conhecimento historiográfico em renovação no quadro da História da Educação. [...] É um processo de investigação onde se cruzam informações de várias naturezas – orais, arquivísticas, museológicas, arquitetônicas, fontes originais e fontes secundárias – um manancial de informação cujas exploração e utilização carecem de uma cuidada vigilância hermenêutica. Um vaivém esclarecido entre a memória e o arquivo. (MAGALHÃES, 1999, p. 63).

Segundo Magalhães (1999), a história das instituições educativas não será renovada por oposição ou preenchimento de lacunas abertas pelas abordagens tradicionais, que procuram convergir com a ortodoxia da história oficial.

Reorganiza-se de fato (a história das instituições), dando corpo às características mais genuínas da monografia historiográfica e intenta construir uma identidade histórica, tomando em atenção as coordenadas de tempo e de espaço: quadros de mudança e quadro de permanência;

⁹ Flávia Obino Corrêa Werle é professora da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos-RS.

relações entre o local / regional e o geral / nacional; relações entre quadros teórico / conceptuais e quadros práticos, seja no que se refere às dimensões pedagógica e didática, seja no que se refere aos objetivos e aos condicionamentos sociais, humanos e tecnológicos. [...] Esta atualização passa, entre outros aspectos, por uma problematização da relação das instituições educativas com o meio sócio-cultural envolvente e pelos questionamento e (re)construção das representações simbólicas das práticas educativas que marcam a sua identidade histórica. [...] Compreender e explicar a existência histórica de uma instituição educativa é, sem deixar de integrá-la na realidade mais ampla que é o sistema educativo, contextualizá-la, implicando-a no quadro de evolução de uma comunidade e de uma região, é por fim sistematizar e (re)escrever-lhe o itinerário de vida na sua multidimensionalidade, conferindo um sentido histórico.(MAGALHÃES, 1999, p. 64).

Para Magalhães (1999), as principais dimensões de análise e de organização básica da investigação sobre as instituições educativas são as seguintes:

1. Espaços e estrutura arquitetônica dos edifícios – caberá pesquisar se o edifício foi construído para abrigar aquela instituição ou se foi adaptado. Que tipo de adaptações foram feitas, se for esse o caso. Se o prédio é público ou particular, já que sendo particular haverá uma maior liberdade e capacidade de iniciativa. Com que recursos foi construído, como foi planejado, como foi equipado. Ainda, caberá pesquisar o local em que foi construído, sua implantação na paisagem física e humana, as formas de acesso e isolamento, as possibilidades que oferece de relação e integração com a comunidade e o meio envolvente. Também deve ser estudada a distribuição e organização dos espaços, ou seja, onde estão os espaços maiores e melhor equipados e por quê. E ainda como o edifício é conservado.
2. Área pedagógica e didática e área de direção e gestão - são áreas distintas, mas profundamente interligadas. São duas grandes áreas de organização da instituição, que funcionam em espaços separados e tendem a especializar-se em torno de agentes e de relações determinantes. Na área pedagógica e didática, é fundamental a relação entre o corpo docente e o discente. Na área de gestão e direção, tanto os alunos quanto os professores são secundados, vêm de cima as decisões, dos órgãos de chefia e de poder.

Torna-se necessário conhecer e caracterizar os órgãos de gestão, direção; explicar como se efetua a comunicação interna e externamente; conhecer e caracterizar as relações de poder, as hierarquias e as instâncias com capacidade de decisão; conhecer e caracterizar os corpos docente, administrativo e auxiliar; conhecer e avaliar as formas de participação por parte dos diversos atores, a título individual, grupal ou de representação; conhecer a relação e a participação da comunidade

envolvente; as relações com o poder central e com os poderes regionais e locais. (MAGALHÃES, 1999, p. 72-73).

O setor administrativo tem função de destaque, embora o efetivo funcionamento da escola não se circunscreva à estrutura administrativa. A ação administrativa avaliza e legitima a ação pedagógica e, muitas vezes, acaba até se sobrepondo a ela, fazendo desaparecer, no plano histórico, as marcas da realização efetiva dos atores principais da instituição, os professores e alunos. Esses, efetivamente fazem o cotidiano escolar.

3. Estrutura sócio-cultural – a importância dessa dimensão é fundamental, já que a função básica de uma instituição educativa é a produção e a transmissão de cultura, tanto pela matriz científica e tecnológica, como pela matriz de valores, atitudes e comportamentos. A abordagem dessa dimensão é obtida pela investigação sobre a ação, os sentimentos e o sentido da participação dos atores, sobre suas atribuições e papéis, sobre seu grau de empenho e sobre o sentido que norteou sua ação. Isso permitirá construir a identidade histórica da instituição educativa pesquisada.

Torna-se por consequência necessário conhecer e caracterizar os atores, inferir dos seus móveis de ação, das suas expectativas e formas de realização e participação, seja no que se refere aos alunos, professores, funcionários, seja no que se refere a pais e à comunidade sócio-cultural envolvente – se a memória faculta uma visão das táticas, das expectativas e das realizações / frustrações dos agentes, o arquivo permite (re)construir as estratégias e os contextos. Este quadro analítico não é por consequência estático e só ganha sentido no inquérito à ação, na recriação das relações, ou melhor das interações. De forma mais operacional, uma abordagem à democraticidade interna, ou à sua ausência, uma abordagem com vista ao conhecimento e caracterização da “cultura organizacional”, do “clima social da escola”, são no plano interno, fases intermédias desta investigação. Mas é também necessário um olhar externo e externável, uma abordagem que se obtém através de quadros comparativos, através de estratégias simuladas de avaliação, através da imprensa regional e local, dando voz aos que se pronunciam de forma favorável e aos mais críticos, estabelecendo e comparando quadros analíticos, diferenciados no tempo, no espaço e nas suas marcas sócio-culturais. Uma problemática relacional pluridimensional e complexa, que se desenvolve na complementaridade e na diferenciação espaço-temporal. (MAGALHÃES, 1999, p. 73).

4. Identidade cultural e educacional – trata-se do modelo pedagógico da instituição educativa, que é a sua representação sintética, orgânica e funcional, fruto da interação entre a história anterior, a memória e o arquivo. É a interpretação do seu itinerário histórico à luz do seu próprio modelo educacional.

Décio Gatti Júnior e Pessanha (2005) resumem assim as categorias de análise básicas da pesquisa sobre história das instituições educativas elencadas por Magalhães:

- Espaço (local/lugar, edifício, topografia).
- Tempo (calendário, horário, agenda antropológica).
- Currículo (conjunto das matérias lecionadas, métodos, tempos etc. ou racionalidade da prática).
- Modelo pedagógico (construção de uma racionalidade complexa que articula a lógica estruturante interna com as categorias externas que a constituem – tempo, lugar e ação).
- Professores (recrutamento, profissionalização, formação, organização, mobilização, história de vida, itinerários, expectativas, decisões, compensações).
- Manuais escolares.
- Públicos (cultura, forma de estimulação e resistências).
- Dimensões (níveis de apropriação, transferências da cultura escolar, escolarização, alfabetização, destinos de vida). (p. 80).

Ester Buffa e Paolo Nosella, pesquisadores da filosofia e da história das instituições escolares de São Carlos: a antiga Escola Normal, a Escola Profissional e a Escola de Engenharia de São Carlos da USP, são referência para a pesquisa brasileira da história das instituições educativas, principalmente para a abordagem da categoria trabalho, já que para eles, o trabalho influencia nos processos educativos dos homens e na configuração das instituições escolares.

Pesquisar uma instituição escolar é uma das formas de se estudar filosofia e história da educação brasileira, pois as instituições escolares estão impregnadas de valores e idéias educacionais. As políticas educacionais deixam marcas nas escolas. Assim, se bem realizadas, as investigações sobre instituições escolares apresentam a vantagem de superar a dicotomia entre o particular e o universal, o específico e o geral, o concreto e o conceito, a história e a filosofia. É possível observar que, com frequência, a produção intelectual dos educadores brasileiros oscila entre trabalhos de grande densidade teórica, porém distantes do cotidiano escolar, de um lado, e, de outro, trabalhos impregnados de realidade empírica que, por não fornecerem explicações mais universais, não conseguem, por sua vez, satisfazer plenamente a inteligência dos leitores. [...] Assim, temos procurado elaborar uma história não apenas descritiva, narrativa, mas interpretativa das instituições escolares pesquisadas. (BUFFA, 2002, p.25-26).¹⁰

O modo de trabalhar de Ester Buffa e Paolo Nosella está delineado em três pontos metodológicos principais:

¹⁰ Doutora em Ciências da Educação pela Université René Descartes, Paris. Professora titular da Universidade Federal de São Carlos.

1. Princípios teórico-metodológicos – aqui se observam três preocupações dos autores: as relações entre trabalho e educação, com a opção pela linha de que o trabalho influencia os processos educativos do homem e a configuração das instituições escolares; o debate entre visões gerais e descrições do singular, onde as primeiras são muito genéricas e paradigmáticas e as segundas, meramente curiosas, com a opção metodológica que considera o particular como expressão do geral; e a opção de construir uma história das instituições escolares não apenas factual ou meramente descritiva, mas também interpretativa, já que existe uma concepção filosófica a partir da qual são interpretados nomes, datas, fatos.

2. Categorias de análise – os autores se inspiraram nas categorias propostas por André Petitat nos seus estudos sobre o surgimento dos colégios franceses no século XVI.

Assim, procuramos investigar o processo de criação e de instalação da escola, a caracterização e a utilização do espaço físico (os elementos arquitetônicos do prédio, sua implantação no terreno, seu entorno e acabamento), o espaço do poder (diretoria, secretaria, sala dos professores), a organização do uso do tempo, a seleção de conteúdos escolares, a origem social da clientela escolar e seu destino provável, os professores, a legislação, as normas e a administração da escola. Essas categorias permitem traçar um retrato da escola com seus atores, aspectos de sua organização, seu cotidiano, seus rituais, sua cultura e seu significado para aquela sociedade. (BUFFA, 2002, p. 27).

3. Procedimentos técnicos da investigação, levantamento e utilização de fontes – uso de atas, relatórios, livros de matrícula, livro de ouro, programas das disciplinas e fotografias, que permitem pesquisar os diferentes aspectos da instituição, como sejam os conteúdos estudados, os alunos, os professores etc.

Werle (2004) mostra que falar em história das instituições escolares implica em falar de:

1. Monumentos: são prédios materiais, mas também são documentos. Isso quer dizer que existem no monumento relações de poder envolvidas, ou seja, por que foi construído assim, quem construiu, porque cessaram as atividades (se é o caso de escolas que não existem mais), como se dá o uso do prédio, as mudanças acontecidas nele por causa de inovações pedagógicas, por propostas de segurança ou pelo crescimento de demandas.

A história da instituição escolar, no que se refere à base material, precisa levar em consideração seus usos, as preocupações com beleza, segurança, funcionalidade, ampliações, reformas, transferências de espaços e da

localização dos prédios e sua inserção no panorama local. À cidade como um todo pertence a escola e, portanto, a preservação da memória de instituições escolares está afeta ao ambiente no qual a escola se insere, às ruas e demais prédios, à vizinhança, ao bairro e à cidade. (WERLE, 2004, p. 24).

A história de uma instituição escolar é memória, mas também é, “fundamentalmente história narrada a partir da crítica ao monumento, marca de poder de uma época, de uma sociedade” (WERLE, 2004, p.21).

2. Documentos/monumentos – são objetos, materiais, pertences que recolhidos pela análise do pesquisador tornam-se monumentos.

São documentos/monumentos tudo o que pertence à escola, depende das pessoas que nela estão, servem-nas, exprimem-nas, demonstram suas presenças, suas atividades, seus gostos e suas maneiras de ser e de exercer poder, tudo o que é marca daqueles que nela estudam, aprendem, ensinam, cuidam, limpam, dirigem, supervisionam, inspecionam a educação. Os documentos/monumentos respondem à intenção de criar, construir, edificar. Fazer história das instituições educativas envolve identificar tais intenções, procurar analisá-las, compreendê-las. Envolve um processo transformativo, de desnaturalização do documento, transformando-o em monumento, na medida em que hipóteses são construídas, dúvidas são lançadas, comparações são feitas. (WERLE, 2004, p. 25).

É preciso tratar o documento no conjunto dos monumentos de que faz parte, ou seja, contextualizá-lo.

3. Relatos orais, memórias, recordações – são as narrativas orais, obtidas por meio de entrevistas. As pessoas idosas podem colaborar muito, já que é difícil perder a memória antiga. Trabalha-se tanto com memórias coletivas quanto com as individuais. O ato de recordar é narrativo, “no qual recebe destaque a concatenação de atos, fatos e datas, bem como os esquecimentos e silêncios” (WERLE, 2004, p.27). Impõe-se à narração a crítica, como ao texto e ao documento.

Werle (2004) também adverte para alguns riscos e dificuldades que se pode encontrar no trabalho de construção da história das instituições educativas.

O primeiro apontado é o de cair na tentação de trazer o documento na íntegra para a narrativa, achando que com isso se obtém maior autenticidade na informação. Se o pesquisador não criticar o documento, não inquiri-lo, não problematizá-lo, assim como os relatos orais, vai fazer história factual, objetiva, muitas vezes a história contada pela direção da escola.

O segundo é o de adotar o discurso da história institucional oficial. Isso pode acontecer principalmente quando a instituição ainda está em funcionamento, já que aqueles que abrem as portas e os arquivos podem sutilmente pressionar o pesquisador para que legitime sua visão e a linha de sua gestão.

Um terceiro risco é o de buscar a descrição da totalidade da história institucional, como se fosse possível numa pesquisa, ou para um só pesquisador, descobrir toda a verdade da instituição pesquisada. O sentido da história das instituições educativas é plural. Portanto, “há que fazer escolhas, ênfases, em decorrência da disponibilidade de materiais para consulta, ou das opções teóricas e interesses do pesquisador” (WERLE, 2004, p. 30).

Duas dificuldades para a pesquisa da história das instituições educativas são: a falta de segurança gerada pela relativização das fontes documentais e a destruição de documentos pela própria escola. É preciso valorizar o material disponível, já que são monumentos portadores de elementos do contexto histórico da instituição.

Como conclusão sobre o que se fala quando se trata da história das instituições educativas, Werle afirma:

Quando falo de história institucional escolar, refiro-me a narrativas de fundo interpretativo com base em fontes guardadas como monumentos pelas instituições e guardadas como lembranças na memória pelos atores, estruturadas por um processo crítico-analítico que evidencia a multidimensionalidade das relações e processos que perpassam a base material e a base de gestão. Narrativas que reconstróem as relações da escola com seu entorno. Impossível falar de história das instituições educativas sem situá-las no contexto socioeconômico da época. Narrativas que se desenvolvem pela força de eixos explicativos que de alguma forma explicitam faces da identidade institucional. Narrativas que integram dialeticamente passado e presente na voz dos entrevistados, quando a escola ocorre, revisita a sua história, na abordagem do pesquisador. (WERLE, 2004, p. 31-32).

Constatamos que tanto as pesquisas desenvolvidas por pesquisadores brasileiros como estrangeiros têm seguido um roteiro bastante parecido. Muito há ainda que se fazer no campo da história das instituições educativas, mas já há um grande esforço e interesse de muitos pesquisadores que têm à sua frente a possibilidade da escrita de uma nova história da educação, principalmente a brasileira, capaz de levar em conta as singularidades locais, regionais e institucionais.

3. HISTÓRIA DA FORMAÇÃO SACERDOTAL

3.1. AS ORIGENS DOS SEMINÁRIOS

A Igreja costuma começar a explicação da origem dos seminários, ou da formação sacerdotal, com a escolha que Jesus fez dos apóstolos. Entende ela que os três anos de vida pública de Jesus com eles, com suas pregações e milagres podem ser considerados como um curso intensivo para os seus discípulos. Os apóstolos também, de certa forma, realizaram pessoalmente a missão de formar a seus sucessores, sobretudo no aspecto espiritual.

Nos primeiros séculos, os bispos escolhiam cristãos “piedosos e de qualidades” com o fim de promovê-los ao diaconato e ao presbiterato. Ficavam vinculados ao bispo, à sua própria vida de oração e ação e eram instruídos gradualmente a respeito dos ministérios que iam receber. Era obrigação do bispo formar seu clero, sendo o descuido com isso reprimido com severidade nos concílios. “Es normal que las residencias episcopales en los primeros siglos sean a la vez *presbyterium* y seminário”. (BALUST, 1964, p. 14).

Com o surgimento das heresias e num ambiente pagão, a Igreja se preocupou com a formação da juventude cristã e dos jovens clérigos. Segundo Balust (1964), desde meados do século II, havia escolas catequéticas em Roma, Alexandria, Antioquia e Cesaréia da Palestina, onde foram feitas as primeiras sínteses teológicas e onde se preparavam pessoas para o apostolado e se ensinavam aos aspirantes ao sacerdócio a gramática, o canto, a aritmética e a filosofia, preparando assim para o estudo da Sagrada Escritura. As funções de docência eram confiadas a um delegado do bispo. No final do segundo século, a formação dos eclesiásticos passou a ter um caráter permanente na figura do *diaconus episcopi*, que se chamaria mais tarde *archidiaconus* ou arcediogo. Suas faculdades jurídicas foram sendo definidas até aparecer no século IV, nos concílios de Nicéia (325) e no Cartaginense IV (398), como substituto do bispo para a formação dos clérigos.

No período das perseguições, o número de eclesiásticos era limitado, mas com o Edito de Milão (313), que trouxe um clima de liberdade propício ao cristianismo, as vocações começaram a se multiplicar, de modo que as pequenas escolas episcopais se tornaram insuficientes. Os clérigos buscaram, então, a educação, em outras várias escolas, cujos mestres eram eruditos, mas às vezes, pagãos ou de pouca formação cristã. O

arcediogo, preso a tantas outras funções administrativas, reduziu sensivelmente seu papel na formação do clero. Com a filosofia helênica, começaram a se infiltrar entre os eclesiásticos idéias platônicas e gnósticas, fazendo surgir heresias e corrupção de costumes. Para tentar frear esses males, a Igreja apelou para o rigor das leis, começando a fazer mais exigências na preparação e instituição dos clérigos e a exigir uma série de condições para a ordenação: proibiu ordenação sem exame, desconhecidos, de outra diocese, sem carta do seu bispo, recentemente convertido. Eram excluídos da ordenação os servos e soldados, os simoníacos, os infames e lapsos, os que se dedicavam aos negócios e à magia. Outros preceitos aludiam à idade mínima de 25 anos para a ordenação, à vida comum, a obediência ao bispo e à castidade.

Apesar da preocupação para melhorar o nível de formação do clero, a figura do padre espiritual não aparece em nenhuma legislação da Igreja do período e só mais tarde, por influência dos mosteiros, chegaria aos centros de formação de padres. A Igreja teve em Santo Agostinho (354-430) o melhor representante dos seus anseios por uma formação mais sólida do clero. Agostinho defendia o ascetismo e a solidão como elementos propícios para a boa formação cristã. Depois da morte de sua mãe, já presbítero, retirou-se para Tagaste, onde levou vida monacal com seus amigos. Esse mosteiro acabou tendo o aspecto de um seminário, já que muitos dos seus componentes se tornaram clérigos ou bispos. Em 396, no início do seu episcopado, instituiu o que chamou de “mosteiro do clero na casa do bispo”. O presbitério de Hipona quis assegurar a vida comunitária dos sacerdotes em um ambiente de recolhimento, porém no meio do povo e a seu serviço, e preparar os aspirantes ao sacerdócio. O padre espiritual era o próprio Agostinho.

Por estas realizaciones se le consideró durante muchos siglos como el modelo más acabado del ideal del clero y en todas las moradas sacerdotales se le considero como a su grande padre. Su colegio clerical constituye el primer ensayo de importancia en cuanto a proveer a los clérigos de un centro de formación; es el punto de partida de cuanto se hizo en este terreno hasta el concilio de Trento. (BALUST, 1964, p. 16).

Depois (séculos IV e V) vieram as escolas paroquiais, que eram centros pequenos e pobres de formação clerical sob a direção dos párocos. Nelas se ensinava o mínimo para o exercício do ministério sacerdotal: ler, escrever, canto eclesiástico e história sagrada. O ensino acontecia num local anexo à Igreja, ou na mesma, sob o controle do pároco. O

professor era com frequência um leigo, que tinha também outros ofícios, como o de cantor e o de sacristão, e recebia modestas retribuições, raramente algum dinheiro. Tinha que ser confirmado pela autoridade eclesiástica e, em algumas dioceses, submeter-se a um exame. Essas escolas rurais ajudaram no fomento às vocações e asseguraram a educação clerical aos futuros sacerdotes.

Independente dessas anteriores, com grande influência já no século VI, desenvolveram-se em maior grau as escolas monásticas. Sua organização e impulso se devem principalmente a Cassiano, na Gália, e Cassiodoro e Bento, na Itália. As duas formas de trabalho desenvolvidas foram o ensino e a transcrição de livros. Essas escolas tinham uma seção interna para a formação dos monges, e outra externa, para a instrução dos leigos, que era gratuita. O programa de estudos compreendia as sete artes liberais ou o *Trivium* (gramática, retórica e lógica) e o *Quadrivium* (aritmética, geometria, astrologia e música). O ensino teológico era voltado para a compreensão da Sagrada Escritura. A partir da segunda metade do século XII, essas escolas perderam importância, com exceção de Montecassino, e começou o verdadeiro desenvolvimento das escolas episcopais. As escolas monásticas acabaram se dedicando ao que poderíamos chamar de ensino secundário, enquanto as episcopais foram elaborando um guia completo de ensino e iriam desembocar nas universidades.

As escolas episcopais ou catedralícias constituíam-se praticamente em seminários destinados à formação de clérigos que, a partir de então figurariam como a nova classe de intelectuais. Nessas se entrava menino e se saía sacerdote. Segundo Balust (1964), uma das regiões onde as escolas episcopais mais fixaram raízes foi a Espanha.

En el Concilio Toledano II, celebrado en el 527, aparece en embrión todo lo que se encontrará más adelante en los seminários clericales: la tonsura como ceremonia de iniciación, dedicación al servicio de la iglesia, recogimiento en um local eclesiástico, bajo los ojos del obispo y la vigilancia continua de um educador delegado de este, que es a la vez director y maestro. (BALUST, 1964, p. 18).

O IV Concílio de Toledo (633), presidido por Santo Isidoro (560-636), determinou que se escolhesse um *praepositus* ou *senior*, delegado do bispo, para cuidar da instrução e da formação dos clérigos adolescentes. O nome e o ofício lembram a figura dos padres espirituais dos mosteiros.

As escolas catedralícias se desenvolveram em Roma e nas ilhas britânicas até encontrarem acolhida também entre os monarcas francos, dos quais se distinguiu Carlos Magno (771-814) que, com autoridade, favoreceu sua difusão. Ele pretendia criar um clero com certa cultura para ajudá-lo no governo do seu império, a quem estava unida a Igreja. “A obra deste grande imperador foi a de unificar a civilização teutônica com a romana, ajustar o bárbaro franco à cultura romana, lançar as bases da organização social dos germanos, sobre as quais eles vieram a erguer a estrutura da sociedade moderna”. (MONROE, 1979, p. 115). Esse objetivo foi alcançado em 800, quando impôs uma estrutura política e legal aos teutônicos. Essas reformas contavam com o apoio da Santa Sé. A partir de 787, Carlos Magno baixou suas célebres capitulares sobre as escolas. Essas capitulares e as prescrições conciliares fixaram várias vezes o mínimo de conhecimentos indispensáveis aos clérigos.

El capitular *Interrogo vos presbyteri* (803) pide sean examinados los candidatos a las órdenes para ver si saben y entienden el símbolo, el Padre nuestro, los cânones y el penitencial, la misa, el rito de bautizar, el oficio divino, y si entienden y saben explicar a los demás los evangelios y homilias de los padres. En otro lugar se ordena que se les examine sobre catequesis, predicación y oír confesiones. (BALUST, 1964, p. 19).

Até o século X, as escolas episcopais foram realizando seu trabalho, quando no século seguinte começaram a declinar e a desaparecer em várias dioceses. Sem essas escolas, a formação do clero entrou numa verdadeira decadência, a ponto do Concílio de Ravena (898) exigir dos párocos somente que soubessem ler e cantar o ofício. A Santa Sé insistiu em vários momentos, através de suas disposições para que essa situação fosse revertida, mas nada de considerável se pode registrar. O concílio lateranense III (1179) estabeleceu que houvesse um mestre em todas as catedrais, mosteiros e igrejas, que ensinasse gratuitamente os clérigos e os estudantes pobres. O IV concílio de Latrão (1215) confirmou o estabelecido no III e acrescentou que nas igrejas metropolitanas devia haver também um teólogo, encarregado de ensinar a Escritura e as outras coisas referentes à cura das almas aos sacerdotes e clérigos. É importante lembrar que a docência então tinha o valor de coisa espiritual, que não se podia vender sem que se cometesse o pecado de simonia.

Com a importância que ganharam as escolas episcopais e com a ocorrência de grande número de alunos em alguns lugares, foi necessário o aumento do número de

professores e de escolas. Concedia-se, então, em nome do bispo a *licentia docendi* a novos mestres, que conseguissem passar por uma prova que os demonstrasse idôneos. Com isso, se iniciava a aquisição de graus acadêmicos oficiais e se iniciavam as universidades.

A partir do século XII, as universidades se multiplicaram por toda a Europa.¹¹ Quando se conseguia a *licentia ubique docendi*, os graduados tinham a permissão para ensinar em toda a cristandade. Embora as universidades estivessem impregnadas da fé e dessem lugar de destaque para a teologia e os cânones, não eram precisamente um centro de formação sacerdotal. E o ambiente universitário, às vezes, era de depravação, inclusive entre os clérigos. Por isso, começaram a ser fundados colégios para clérigos estudantes em Paris, na Inglaterra, em Bolonha e mais tardiamente na Espanha. Nesses colégios havia dois modelos de organização: o modelo parisiense, mais hierárquico, onde um reitor, geralmente sacerdote, era imposto aos alunos e o modelo bolonhês, mais democrático, onde o reitor era escolhido por eleição entre os próprios colegiais. Porém, devido ao fato de que era pouco o número de vagas oferecidas e também que vários estudantes não eram candidatos ao sacerdócio, muitos futuros sacerdotes estudaram nas universidades sem passar por esses colégios. Muitos outros, pelo fato de não poderem pagar as despesas com o estudo nas universidades, preparavam-se para o sacerdócio frequentando as escolas das catedrais ou monacais, que se conservavam. Como não havia uma lei geral que exigisse a frequência a uma escola, bastava que o candidato demonstrasse por meio de um exame que possuía o mínimo de conhecimentos necessários para ser ordenado. Esses colégios devem ser destacados como um passo para o ideal do seminário tridentino no século XVI, já que possuíam regras, asseguravam alguns atos de piedade, neles se facilitava o estudo, a formação estava a cargo de um mestre, em quase todos havia capelas e capelães e eram dirigidos por um reitor.

Devem ser mencionados, junto com as universidades, os colégios das ordens religiosas. Nesses, o superior diretor tinha competência sobre o foro externo e interno e se deu notável importância ao espiritual, dado que influenciaria a reforma dos colégios seculares.

Una reforma colegial pensada en función de un mejoramiento de la formación sacerdotal es la realizada por Jean Standonck en el Colegio de Monteagudo de Paris, dentro del clima espiritual de la *devotio*

¹¹ Segundo MONROE (1979), durante o século XIII foram criadas 19 dessas instituições, 25 no século XIV e 30 no século XV.

moderna.[...] Más de 80 estudiantes componían la “familia pauperum”: 12 estudiantes de teología en memoria de los apóstoles, 72 de filosofía en recuerdo de los discípulos del Señor, dos capellanes que representaban a Cristo y a María. Fue un magnífico vivero de vocaciones. La regla era austerísima, tenían penitencias todas las semanas, oían misa todos los días y los teólogos hacían, además, media hora de oración mental. La formación corría mayormente a cargo del rector, elegido entre los colegiales pobres. (BALUST, 1964, p. 24-25).

O exemplo de Standonck influenciou outras partes. Dois clérigos espanhóis conheceram essa experiência e fundaram colégios parecidos: Fernando de Contreras, em Sevilha e João de Ávila (1500-1569), uma das figuras mais importantes da reforma católica na Espanha, que chegou a fundar 15 colégios para a formação de sacerdotes. Deve-se destacar na história da formação sacerdotal a participação de João de Ávila no Concílio de Trento através de Dom Pedro Guerrero, arcebispo de Granada, que levou seus memoriais de reforma, um deles escrito para a segunda convocação, de 1551, dedicado expressamente à reforma do estado eclesiástico, cuja influência se percebe na preparação do decreto tridentino sobre os seminários.

No século XV, os cardeais Domenico Capranica e Stefano Nardini fundaram em Roma colégios que receberam seus nomes, justamente com a finalidade de dar aos candidatos ao sacerdócio uma formação que se fazia urgente e necessária, tal era a situação de degradação em que se encontravam. No século seguinte, Inácio de Loyola fundou em Roma os dois célebres colégios, o romano (1551) e o germânico (1552), um para os professores e outro para os alunos. O Concílio de Trento teve esses dois colégios muito presentes ao instituir as normas sobre os seminários. Nos estatutos do Colégio Germânico promulgados pelo Papa Gregório XIII em 1564 apareceu o papel dos diferentes formadores do colégio: o reitor, os confessores e os diretores espirituais dedicados exclusivamente a esse serviço.

In quello stesso tempo, il Cardinale Reginaldo Pole, arcivescovo di Canterbury, dopo aver esortato i Vescovi di Cambrai e di Tournay a imitare l'esempio di sant'Ignazio, preparo per l'Inghilterra il suo famoso decreto sui seminari che, approvato dal sinodo di Londra del 1556 e pubblicato il 10 febbraio dello stesso anno, servì di modello all'á legge emanata pochi anni dopo dal Concilio di Trento per la Chiesa universale, mediante il capitolo 18 del decreto *Sulla riforma*, approvato il 15 luglio 1563. (PAULO VI, 1963, p. 02).

O Concílio de Londres, embora venha na linha da legislação canônica dos concílios II e IV de Toledo e II e IV de Latrão, trouxe elementos novos: a obrigação de se instituir em cada diocese o Colégio, ao que se dava já o nome de *seminarium*, seu caráter de preparação exclusiva para o sacerdócio, organização das bases econômicas que garantiam sua existência.¹² Tudo isso seria incluído no decreto tridentino.

Na época do Concílio de Trento (1545-1563)¹³, o clero diocesano apresentava todo tipo de problema: situação de concubinato freqüente; falta de residência do pároco na sua paróquia, que ficava confiada a outros¹⁴; falta de tribunais eficazes para coibir os abusos; ocupação somente com cerimônias e sacramentos; falta de pregação e catequese; falta de cuidado pastoral. Os bispos eram quase todos de origem nobre. Eram muito jovens e preocupados com a administração e gozo dos benefícios da condição de suas famílias. Eram formados apenas em direito canônico e quase nunca punham os pés em suas dioceses, que eram apenas trampolins para sua carreira eclesiástica e, muitas vezes, recebidas como prêmio por algum serviço prestado à Cúria Romana ou a algum rei. Os bispos eram apenas magistrados e administradores. Os critérios da Cúria Romana para essas coisas pouco diferiam de qualquer corte real. Essa situação mudou radicalmente com o Concílio de Trento. (BENELLI, 2006).

Foi na sessão XXIII, do dia 15 de julho de 1563, sob o pontificado de Pio IV, que 237 padres conciliares (dos quais 193 bispos e 25 arcebispos) aprovaram por unanimidade os 18 cânones (*Decretum de Reformatione*) que puseram em marcha um dos mecanismos imprescindíveis da reforma do estado clerical. O famoso decreto *Cum adolescentium aetas* sobre a instituição dos seminários deixou felizes os padres conciliares. “Nos lo confirma el Cardenal Sforza Pallavicini em su Historia del Concilio de Trento. Al decir que muchos obispos afirmaban que este solo decreto compensaba todos los trabajos y fatigas del largo Concilio” (BALUST, 1964, p. 25). O capítulo ou cânon 18 tem como título: “Forma de se

¹² Segundo ALMEIDA (1949, p.114), a palavra seminário apareceu nessa época do Concílio de Trento e ele a aproveitou. “Nenhuma outra mais apropriada para significar esse jardim fechado em que há de germinar, crescer e florir a delicada plantinha da vocação sacerdotal, no estudo e na piedade”. Segundo o Dicionário AURÉLIO (1975), seminário é um “viveiro de plantas onde se fazem as sementeiras”.

¹³ O Concílio de Trento teve início em 13 de dezembro de 1545. A primeira fase aconteceu de 1545 a 1547, a segunda de 1551 a 1552 e a terceira, de 1561 a 1563.

¹⁴ Segundo RIZZARDO (1984), durante o Concílio de Trento, em 1546, o bispo de Clermont, na França, revelou que das 800 paróquias que formavam a sua diocese, só 60 eram administradas por párocos. As demais pertenciam a eclesiásticos ou leigos que ninguém sabia onde moravam, e as governavam por delegados. Na Itália, o cardeal Hipólito D’Este foi eleito arcebispo de Milão aos 12 anos e durante os 30 primeiros anos do seu governo jamais visitou seu povo.

erigirem os Seminários de Clérigos, particularmente pobres, em cuja erecção se hão de observar muitas consas. Da educação dos que se hão de promover nas Cathedraes, e Igreja maiores” (REYCEND, 1781, p. 199). E diz assim:

Como a idade da adolescencia, não sendo bem educada, seja propensa a seguir os appetites do mundo; e não sendo desde os annos tenros encaminhada à piedade, e religião, antes que os hábitos dos vícios se apoderem inteiramente do homem, nunca persevera perfeitamente nem sem grandíssimo, e especial auxilio de Deos Omnipotente na disciplina Ecclesiastica: estabelece o santo Concilio; que todas as Igrejas Cathedraes, Metropolitanas, e outras superiores a estas, segundo as suas rendas, e extensão de território, sejam obrigadas a sustentar, e educar virtuosamente, e instruir na Disciplina Ecclesiástica a certo número de meninos da mesma Cidade, e Diocese, ou daquella Província, se no Bispado os não houver; em hum Collegio contíguo às mesmas Igrejas, ou em outro lugar conveniente, que o Bispo elegerá. Neste Collegio pois serão admitidos aqueles, que tiverem ao menos doze annos, e forem nascidos de legitimo matrimonio, e souberem ler, e escrever competentemente, e cuja índole, e desejo dem esperanças de que se empregarão perpetuamente nos ministerios Ecclesiasticos. Quer que principalmente se elejam filhos dos pobres, mas nem por isso exclue os ricos, com tanto que se sustentem á sua custa, e mostrem vontade de servir a Deos, e a Igreja. Dividirá o Bispo esses meninos em tantas classes, quanto lhe parecer, conforme o seu número, idade, e progresso na Disciplina Ecclesiastica; parte delles, como parecer conveniente, empregará no ministerio da Igreja, e parte conservará no Collegio, substituindo outros no lugar dos que se tirarem, de sorte que esse Collegio seja perpétuo Seminario de Ministros de Deos. (REYCEND, 1781, pp. 199 e 201).

Então, ficou prescrito que todas as dioceses deveriam fundar seus seminários, que receberiam meninos a partir de 12 anos, que já soubessem ler e escrever e dessem mostras de querer perseverar até o fim no ministério sacerdotal. O seminário ensinaria as humanidades, a Bíblia, e os autores católicos. Os seminaristas usariam a tonsura, o hábito eclesiástico, assistiriam à missa diariamente, se confessariam ao menos uma vez por mês, comungariam de acordo com a orientação do diretor espiritual e participariam de todas as outras orações e celebrações. O responsável e árbitro supremo dessa instituição seria o bispo, assistido por dois cônegos, que deveria visitá-la freqüentemente e garantir a disciplina e o cumprimento dos seus regulamentos, aplicando os castigos e penas quando necessário, inclusive expulsar os de mau comportamento e difíceis de educar. Deveriam ser escolhidos meninos pobres, que seriam educados gratuitamente, sem excluir os ricos, que deveriam custear sua formação. Para fundar e manter o seminário, o concílio prescreveu o uso dos recursos já existentes nas dioceses e um imposto sobre a renda dos eclesiásticos.

O que seriam os seminários depois, aparecia em Trento só em germe e embrião. Nos quatro séculos seguintes, a Igreja foi desenvolvendo as bases lá lançadas. Como a obrigação pelos seminários ficou a cargo do bispo diocesano, cada diocese ou país foi incrementando conforme suas concepções, e aconteceu que muitas experiências diocesanas com frutos comprovados acabaram sendo aprovadas em caráter geral.

Porém, o decreto de Trento suprimiu o inciso que constava no projeto primitivo de obrigar a todos os que aspiravam ao sacerdócio a passar pelo menos algum tempo no seminário, e ainda acabou sendo muito indulgente nos requisitos para a recepção das ordens: boa fama, capacidade comprovada através de exame para ensinar os rudimentos da fé e administrar os sacramentos e vida de exemplo para o crescimento dos fiéis. Isso foi, sem dúvida, uma lacuna.

Em 26 de janeiro de 1564, o Papa Pio IV aprovou de maneira definitiva todos os decretos do concílio pela bula *Benedictus Deus et Pater*, e prevendo as dificuldades para a sua recepção e observância, criou em 02 de agosto do mesmo ano a Congregação do Concílio, para terminar a reforma da Cúria Romana e impor por todos os meios, inclusive pela excomunhão, a obediência aos decretos tridentinos. O seminário, por ter sido um dos temas mais importantes da reforma tridentina, foi constante objeto de preocupação dos papas e da Congregação do Concílio.

Ao concílio se seguiu um período de entusiasmo pelos seminários. O Papa Pio IV queria logo abrir um seminário em Roma, para ser modelo para os outros bispos, mas isso só aconteceu em fevereiro de 1565, e foi dirigido pelos jesuítas. Segundo Almeida (1949), o Cardeal Marco Antônio Amúlio, bispo de Rieti, abriu seu seminário em julho de 1564, sendo o primeiro do mundo, então, a seguir as normas tridentinas.

O grande destaque para a implantação dos seminários é dado a São Carlos Borromeu (1538-1584), bispo de Milão. Ele chegou a fundar, a partir de 1564, seis seminários na sua diocese, cada um para um grupo homogêneo de pessoas: um para reabilitar sacerdotes com dificuldades em ciência e virtude; um seminário maior, para aperfeiçoamento no estudo das humanidades, onde se estudavam filosofia e teologia; um terceiro para clérigos já maiores, considerados incapazes de estudos mais profundos, onde se preparava para a cura de almas com lições de casos de consciência, da Sagrada Escritura e do catecismo do concílio; e outros três seminários de gramáticos em diversos locais da diocese, de onde era feito o recrutamento para os outros três seminários citados. O cuidado desses seminários, Carlos Borromeu colocou-o primeiro nas mãos dos jesuítas. Depois

fundou os Oblatos de Santo Ambrósio para o ministério da formação de clérigos. Com a saída dos jesuítas, sentiu-se a necessidade de criar uma base jurídica e pedagógica para esses centros de formação e redigir novos estatutos. Desse modo nasceram as *Institutiones ad universum Seminarii regimen pertinentes*, que exerceram muita influência sobre os seminários que iam sendo criados. Esses estatutos se ativeram mais aos aspectos da piedade e da formação moral que ao intelectual, embora não o desconsiderasse de modo algum. Tinham um plano disciplinar bastante rígido, baseado demais na vigilância, e era muito exigente nos critérios de admissão. Os encarregados dos seminários deveriam ser:

el rector, el ministro o vice-rector, el confesor, que es prácticamente el director espiritual, el prefecto de estudios y los profesores, quienes no deben olvidar su obligación de ejemplaridad, el tesorero ou ecónomo, el prefecto de biblioteca y los prefectos de disciplina, que son alumnos mayores que acompañam continuamente a las secciones. (BALUST, 1964, p.28).

A França ocupa o segundo lugar nas iniciativas pós-tridentinas para uma melhor formação do clero. A iniciativa foi do cardeal de Lorena, que fundou em 1569 o Seminário de Reims, sua diocese. Em 1629, quando morreu o padre Pedro de Bérulle (1575-1629), sua Congregação do Oratório, possuía 43 casas ou colégios, donde se recrutavam muitos candidatos ao sacerdócio, e 3 seminários. São Vicente de Paulo (1581-1660) trabalhou tanto pela instituição dos seminários na França que se tornou o Borromeu francês. Em 1642, Paris contava com o Seminário *des Bons Enfants*, fundado por São Vicente, Seminário São Nicolau do Chardonnet, fundado pelo padre Adriano Bourdoise, Seminário de Saint Magloiré, dos Padres Oratorianos e o Seminário de São Sulpício, fundado por Jean Jacques Olier. Depois foram fundados os de Marselha (1647) e de Coutances (1650). (ALMEIDA, 1949). Nos países germânicos, destaca-se Bartolomeu Holzhauser (1613-1658).

Portugal, que tinha à frente o piedoso rei Dom Sebastião, foi o primeiro país a adotar oficialmente os decretos do Concílio de Trento. O seminário de Braga foi o primeiro a ser fundado por Dom Frei Bartolomeu dos Mártires em 1572. Segundo Almeida (1949), até 1640, havia seminários em Braga, Porto, Viseu, Miranda, Coimbra, Guarda, Portalegre, Funchal e Goa. Na América Latina, merece destaque a figura de São Turíblio de Mongrovejo (1538-1606), que trabalhou como arcebispo de Lima, no Peru.

Nos séculos XVIII e XIX, algumas reformas aconteceram na formação do clero, mas nenhuma substancial. No século XX, temos, depois de diversas tentativas, a criação da Sagrada Congregação dos Seminários e Universidade de Estudos, em 1915, pelo Papa Bento XV.¹⁵ Com a separação que foi acontecendo entre Igreja e Estado nos mais diversos países, não sem muitas lutas e conflitos, a Igreja foi se preparando para codificar o direito canônico, que foi promulgado em 1917. O código confirmou as experiências de vários séculos de formação sacerdotal e se tornou a referência para a fundação dos novos seminários.

Em 1964, nos tempos do Concílio Vaticano II, Balust enumerou duas características básicas dos seminários de sua época: uniformidade e romanização, frutos da influência que a Santa Sé exercia sobre eles. O seminário tridentino admitia uma variada realização e interpretação na sua legislação elementar, o que ao longo do tempo foi adquirindo uma unidade de estilo. E como consequência dessa uniformidade e romanização na formação, houve uma homogeneidade no tipo de sacerdote, ainda que de países de cultura e costumes tão diversos. Antes do Código, o internato era mais ou menos facultativo. Depois, se tornou obrigatório para todos os alunos, pelo menos a partir da teologia. Isso criou a necessidade de multiplicar os seminários. A disciplina e a direção espiritual foram cada vez mais reforçadas com o objetivo de se dar uma sólida formação interior.

Balust (1964) classifica os seminários na década de 1960, apesar da uniformidade substancial, em dois tipos: o latino, com suas variantes carolina (de Carlos Borromeu) e francesa (vicentino-sulpiciano), e o germânico.

No seminário carolino, as distintas funções educadoras têm campos mais definidos, sob a autoridade do reitor; a disciplina é mais estrita, a vida comum mais reduzida e as formas de piedade mais tradicionais; o seminário menor é exclusivamente clerical; o seminário maior tem dois ou três anos de filosofia e quatro de teologia; dá-se maior importância para a formação intelectual, ainda que não se descuide da preparação para o apostolado. É seguido de maneira preferencial na Itália, Espanha, Portugal e América do Sul. No seminário francês, todos participam das diversas funções, cabendo ao reitor coordenar os demais formadores; dá-se maior espaço ao desenvolvimento da personalidade, à vida em equipe e à piedade litúrgica; o seminário menor consiste em um

¹⁵ Em 1967, o Papa Paulo VI, denominou-a Sagrada Congregação para as Instituições Católicas e em 1988, o Papa João Paulo II, definiu-a como Sagrada Congregação para a Educação Católica.

seminário-colégio ou colégio diocesano, no qual os alunos convivem com os meninos de sua idade e seguem os cursos do Estado; o seminário maior tem duração média de cinco anos: um ou dois de filosofia e três ou quatro de teologia, sendo que o último vem a ser uma intermediação entre a vida de seminário e a vida de futuro apóstolado; no seminário maior os formadores e alunos se interessam pelo conhecimento dos problemas do mundo moderno e pela preparação litúrgica e ação social. É seguido nas nações de língua francesa e em vários países de língua inglesa nos diversos continentes. Ao longo dos anos, os dois modelos latinos se misturaram bastante.

No modelo germânico existem seminários menores com estudos internos, mas há colégios em que os adolescentes com vocação sacerdotal vivem comunitariamente sem distintivos externos e estudam com os de sua idade nos cursos estatais. Após o término dos estudos médios, os alunos passam à faculdade de teologia, que inclui também os estudos de filosofia. Geralmente estudam nas universidades e, se não há faculdades de teologia onde moram, residem em casas perto das universidades. Nessas casas seguem o regimento e têm o diretor espiritual, que não é o mesmo para todos os alunos. Estudam de quatro a cinco anos na faculdade de teologia; depois, de um a dois anos passam ao seminário, onde se preparam para a ordenação através de uma vida regulamentada e estudando as matérias mais práticas: catequética, pastoral e ascética. O seminário do tipo germânico procura dar uma sólida formação espiritual através do cultivo de uma vida sacramental-litúrgica e da oração pessoal, principalmente na teologia. Como os alunos estudam quase todo o tempo da formação nas universidades, têm um nível intelectual muito bom, ainda que sua formação não seja sempre a escolástica. Além dos países de língua alemã, esse tipo de seminário predomina também nos países centro-europeus.

Nota-se assim a importância da formação do clero e dos seminários para a Igreja.

O seminário sintetiza em si os nossos desejos apostólicos, constitui o penhor seguro do futuro progresso da Igreja, é uma defesa e um remédio contra seus inimigos, uma firme esperança de salvação das almas, a pedra angular de toda nossa construção. (PIZZARDO, 1963, p. 481).

Foi principalmente pela instituição dos seminários, no Concílio de Trento, que a Igreja conseguiu se reformar. Com a disciplina e uniformização na formação, foi conseguindo um clero homogêneo, capaz de dar unidade interna ao seu corpo institucional e conseguir se manter como uma das mais importantes instituições na sociedade.

3.2. HISTÓRIA DA FORMAÇÃO SACERDOTAL NO BRASIL

3.2.1. PERÍODO COLONIAL

A partir do Concílio de Trento (1545-1563), a Igreja decidiu caracterizar-se como sociedade cristã perfeita, o que a fez valorizar sobremaneira os aspectos visíveis da fé e do culto exterior. Acentuou-se a concepção eclesiológica fundada sobre a instituição clerical, ou seja, tudo ficou centrado na figura do clero, em detrimento dos leigos. O clericalismo marcou profundamente a Igreja surgida do Concílio de Trento.

No Brasil, o catolicismo tradicional e a instituição do padroado não permitiram a implantação, de forma decisiva, da mentalidade clericalista.¹⁶

O regime do padroado dos Reis de Portugal aconteceu num contexto medieval. Tratou-se de um compromisso entre a Sé Romana e a Coroa Portuguesa que implicou na incorporação das ordens religiosas existentes na época ao governo de Portugal. Assim, os monarcas portugueses passaram a exercer, ao mesmo tempo, o governo civil e o religioso, principalmente nas colônias.¹⁷ Segundo Possamai (1998), a Santa Sé concedeu direitos, deveres e privilégios à Coroa Portuguesa como patrona das missões e instituições católicas nos territórios sob o domínio português.

Muitos destes privilégios e deveres haviam sido originariamente concedidos à Ordem de Cristo quando se iniciara o período das grandes navegações portuguesas, momento em que lhe foi cedida a jurisdição espiritual sobre todas as terras descobertas e a descobrir. Com a obtenção do cargo de grão-mestre da Ordem de Cristo e das demais ordens militares, Santiago e Avis, os reis de Portugal assumiram o controle sobre todos os postos, funções, cargos e benefícios eclesiásticos nos territórios ultramarinos conquistados em nome destas Ordens. (POSSAMAI, 1998, p. 01).

Pelo regime do Padroado, cabiam aos reis as despesas com a construção de igrejas e capelas, com a manutenção do clero e com o envio de missionários para converter os pagãos.

¹⁶ Veja-se VAINFAS (2000: verbete padroado); DE SOUZA, Ney (org), especialmente o primeiro capítulo da primeira parte, intitulado: *A cristandade colonial e o regime de padroado* (p. 19-29).

¹⁷ Durante a maior parte do período colonial (1500-1822), a catequese e o ensino no Brasil ficaram a cargo das ordens religiosas, a saber, os jesuítas, os franciscanos, oratorianos, dominicanos, beneditinos, carmelitas e capuchinhos.

Em troca, recebiam os dízimos eclesiásticos e administravam os assuntos ligados ao clero e às Ordens Religiosas estabelecidas nos seus territórios. O regime do padroado acabou por manter a Igreja sempre submetida aos governantes, de modo que ela não obteve nesse período independência e autonomia, aliás, havia uma aliança indissolúvel entre o altar e o trono.

Apesar de todo apelo reformista feito pelo Concílio de Trento aos bispos, no Brasil o movimento reformador não teve destaque. Um sinal da reforma que se notou na época foi a elaboração das “Constituições Primeiras” do arcebispado da Bahia, em 1709.

As grandes limitações do episcopado brasileiro se explicam por três aspectos mais relevantes: escassez de bispos (apenas sete bispados até o final dos três séculos de vida colonial), as longas vacâncias entre um prelado e outro, e a profunda dependência dos bispos do poder real, por causa do padroado português.¹⁸ (SCHMIDT; COLLING, 1986, p. 24).

Quanto ao clero, sua situação nesse período pode ser caracterizada pelos seguintes aspectos: o sacerdócio era obscurecido pelo caráter de funcionalismo eclesiástico, ou seja, era exercido mais como profissão, ofício ou carreira, e não como vocação; o padre era um funcionário público com funções litúrgicas. A cultura geral era mais elevada que a da população em geral, mas a sua formação teológica era bastante limitada. Por causa do pouco ganho, o clero se deixava absorver por atividades de caráter comercial e político. Vários elementos do clero se deixavam envolver pelo clima de permissividade moral, próprio da sociedade colonial.

Convém ter presente que tanto Tomé de Souza como Men de Sá eram filhos de sacerdotes, sendo um deles prior de Rates e o outro cônego da Sé de Coimbra. Essa situação era admitida pela população. Não é pois de estranhar que, desde o início da sociedade colonial parte expressiva dos clérigos tivesse suas amásias. Vivendo num ambiente onde não havia restrições para a prática sexual, quase todos os padres seculares aqui estabelecidos desde os primórdios da colonização não tomaram em conta a lei do celibato eclesiástico. A facilidade com que também eles obtinham escravas indígenas, e em seguida escravas negras, estimulava ainda mais o exercício de sua atividade sexual. (AZZI, 2001, p. 79).

Segundo Schwartzman, o padre secular era uma figura de segundo plano. Aliava-se aos donos da terra, para quem desempenhava as funções rituais de praxe e, eventualmente se dedicava ao ensino das letras e da religião. “A carreira eclesiástica era considerada como uma

¹⁸ Segundo MOURA (2000), de 1551 a 1676, só havia a diocese de Salvador, na Bahia. Em 1676 e 1677 foram criadas mais três: Pernambuco, Rio de Janeiro e São Luís do Maranhão, esta última diretamente dependente de Lisboa. E na primeira metade do século XVIII foram criadas mais três dioceses: Pará (1719), Mariana (1745) e São Paulo (1745). Assim, até a Independência em 1822, havia sete dioceses no Brasil.

opção menor, buscada por pessoas de origem social pouco definida, e que através dela buscavam uma posição de relativo prestígio que de outra forma não conseguiriam” (SCHWARTZMAN, 1986, p. 5).

Com relação à formação do clero no período colonial, encontram-se as Confrarias dos Meninos de Jesus (1550-1560), na Bahia, como primeira resposta para solucionar o problema de vocações. Tratavam-se de internatos constituídos de órfãos trazidos de Portugal e também de elementos nativos, que visavam a preservação moral dos jovens e a preparação de candidatos à vida religiosa e sacerdotal. Eram dirigidos por leigos.

Há também os Colégios Jesuíticos, que não eram centros específicos de formação sacerdotal, mas acabavam exercendo tal função. A partir do fim do século XVII, foi dado um grande impulso para a fundação de seminários eclesiásticos, com destaque para Bartolomeu de Gusmão (1685-1724) e Gabriel Malagrida (1689-1761) entre os jesuítas, Ângelo de Siqueira (1707-1776), do clero secular, e o Irmão Joaquim do Sacramento (1761-1829), eremita.

Encontram-se ainda nesse período os Seminários Episcopais. O primeiro foi fundado, segundo Rubert (1970), em 12 de fevereiro de 1569, em Salvador, e funcionou por um período de uns trinta anos em regime de internato. Desse seminário, alguns documentos do Arquivo Vaticano e da Torre do Tombo fazem referência. Segundo ele:

Criado o bispado da Bahia em 1551 e imediatamente preenchido, parecia estar longe o dia em que pudesse ter um seminário diocesano. Esse período foi recuado por alguns autores até a criação do Seminário de São José do Rio de Janeiro em 1739. Contudo, não é exato. Não foi apenas em 1815 que a Bahia teve seminário episcopal, mas já no século XVI! Aliás, é honroso aduzir que ao nosso primeiro bispo Dom Pedro Fernandes (1552-1556) não era estranha a idéia de seminário. Dele se disse que “era zeloso da honestidade e perfeição dos clérigos” e que “viviavam com ele em congregação e os sustentava à sua mesa”. Era uma espécie de seminário. No famoso arquivo da Torre do Tombo, por feliz coincidência, foi encontrada a carta da fundação do Seminário da Bahia, sob este título: “Carta do Seminário do Bispado das partes do Brasil”, data de 12 de fevereiro de 1569. (RUBERT, 1970, p. 130).

A carta do rei Dom Sebastião revelou que a criação desse seminário foi feita conforme a determinação do Concílio de Trento, que providenciaria o seu sustento pelos dízimos que recebia do Brasil (120 mil réis por ano para o sustento do seminário) e que a sua direção ficaria a cargo dos jesuítas, havendo a possibilidade de ajuda de outros mestres. A carta também incumbia a Dom Pedro Leitão, segundo bispo da Bahia (1558-1573), formado em teologia, eleito em 1557, a tarefa de construir o dito seminário.

Por essa carta se pode concluir a existência jurídica do seminário episcopal da Bahia. Porém, isso poderia ter ficado só no papel. Para comprovar que esse seminário realmente funcionou, o autor recorre a “depoimentos de testemunhas fidedignas e mesmo oculares, que atestam acerca do estado da Diocese por ocasião do processo de nomeação dos bispos em sede vacante” (RUBERT, 1970, p.132).

Segundo Rubert, o seminário funcionava em regime de internato e só podia ter como internos 12 candidatos, sustentados às expensas do rei. O reitor era um padre secular, embora a recomendação do rei era a de que fosse um jesuíta. Não se pode afirmar com segurança se o funcionamento do seminário começou no tempo de Dom Pedro Leitão, falecido em 1573, ou de seu sucessor, Dom Antônio Barreiros (1576-1600), como também se todos os estudos eram feitos no colégio dos jesuítas. Certas matérias eclesiásticas eram ministradas na Sé: canto, cerimônias litúrgicas e alguma matéria teológica. O autor descreve o modo de vida nesse seminário e quem foram seus alunos:

Os seminaristas, com regime de internato, usavam batina e obedeciam a um certo regulamento. Não sabemos quantos e quais foram os alunos que passaram pelo primeiro seminário do Brasil. Sem dúvida, diversos cônegos e párocos do fim do século XVI e inícios do século XVII foram alunos do seminário. Com muita probabilidade estiveram nele o primeiro bispo nascido no Brasil, Dom Agostinho Ribeiro e o Padre Vicente Rodrigues Palha, que se tornou Vigário Geral da Bahia, para fazer-se, mais tarde, franciscano com o nome de Frei Vicente do Salvador, pai da História Pátria. (RUBERT, 1970, p. 133).

Não se pode afirmar com exatidão o tempo de duração do seminário episcopal da Bahia e nem quando deixou de funcionar. Segundo Rubert, deve ter funcionado durante pouco menos de trinta anos. Extinguiu-se aos poucos por falta de recursos. Dom Barreiros morreu em 1600 e a Sé da Bahia teve uma vacância de cinco anos. Crê-se que foi nesse período que o seminário encerrou suas atividades.

Em 1605, quando tomou posse o novo bispo, Dom Constantino Barradas, que governou a diocese até 1618, foram tomadas providências para a restauração do seminário, ou seja, pediu-se à corte que fossem pagas as cômguas atrasadas havia três anos ao bispado.¹⁹ A carta do rei Dom Filipe, recebida três anos depois ordenava o devido pagamento, mas o

¹⁹ Segundo o DICIONÁRIO AURÉLIO (1975), cômgrua é a “pensão que se concedia aos párocos para sua conveniente sustentação”. Como o rei, pelo regime do padroado, recebia os dízimos eclesiásticos, devia sustentar a Igreja em seus domínios através da construção de igrejas, conventos e seminários e também através do pagamento do salário dos padres. Os valores arrecadados através dos dízimos nunca retornavam integralmente à Igreja, já que era uma das principais formas de sustentação financeira da monarquia portuguesa. (Cf. POSSAMAI, 1998).

desentendimento entre o bispo e o governo civil, e as dificuldades financeiras da corte não permitiram a continuidade da obra. Com a ameaça de piratas e com as invasões holandesas, a situação piorou. Rubert (1970, p.134-135) mostra que o bispo

num relatório ao Papa Paulo V, em 1615, declarava acerca do seminário: “Não há seminário clerical, que segundo as disposições do Concílio de Trento, Ses. 23, cap. 18, deveria existir: e um que havia nesta dita cidade de Salvador, por não ter o necessário sustento, se fechou. E não obstante ter o rei por diversas vezes ordenado que fosse restaurado e que se lhe desse a cômgrua sustentação, urgindo as entradas que antes tinha, nem assim os ditos ministros régios obedeceram à ordem real nem há persuasão alguma que os faça obedecer”. Deve-se, pois, à má vontade do governo da Colônia a não continuação do seminário, já que ao governo pertencia reedificá-lo e dotá-lo, uma vez que percebia os dízimos eclesiásticos. O bispo se tornava, em tais casos, impotente.

Enfim, a existência do Seminário Episcopal da Bahia, embora efêmera, comprova que houve a implantação de um seminário tridentino no Brasil, apenas seis anos após o Concílio de Trento.²⁰

A falta de seminários no Brasil era suprida pelos vários colégios jesuíticos, situados nos centros mais importantes. Foram eles que asseguraram a formação dos clérigos desde o começo da Colônia até o início do movimento geral dos seminários. Almeida relata que o primeiro curso de filosofia no Brasil foi criado em 1572, no colégio da Bahia, e fornecia o título de “mestre em artes” a seus diplomados; e que isso se estendeu aos colégios do Rio de Janeiro, São Paulo, Olinda, Recife, Maranhão e Pará. “Por aí se vê como não faltavam escolas, e de praxes universitárias, para os futuros clérigos, até 1759 e em cada diocese, exceto a de Mariana...” (ALMEIDA, 1949, p. 122). Serafim Leite descreve como era esse curso e relata a iniciação dos graus acadêmicos no Brasil:

Depois do curso de Letras vinha o de Artes ou Ciências Naturais, como então se denominava o curso de Filosofia, e abrangia a Lógica, a Física, a

²⁰ No texto de SAEZ (1999), a lista de seminários fundados na América, nos séculos XVI e XVII, traz o Seminário de San Nicolas de Patzcuaro, no México, como o primeiro, fundado em 1542, por Dom Vasco de Quiroga. Depois se tem o de Guadalajara (México), em 1571; o de Tenochtitlan (México) em 1573; de San Martín de Lima (Peru) em 1583; de Santiago (Chile) em 1584; de São Luís (Quito-Ecuador) em 1594; de Charcas (Bolívia) em 1595; de São Pedro (Puebla-México) em 1596; da Assunção (Guatemala) em 1597; de Santo Antão do Cuzco (Peru) em 1601; de Santiago de la Paz (Santo Domingo) em 1603; de São Bartolomeu (Bogotá) em 1605; de Santo Agostinho (Panamá) em 1608; Seminário Menor de Havana (Cuba) em 1608; de Santiago (Tucumán-Argentina) em 1611; de São Jerônimo (Arequipa-Peru) em 1619; de São Carlos Borromeu (Buenos Aires) em 1622; de São Francisco (Huamanga-Peru) em 1625; de Santa Rosa de Lima (Caracas-Venezuela) em 1641; de São Jerônimo de Puebla (México) em 1641; de São Francisco de Assis (Popayán-Colômbia) em 1642; da Conceição (Chiapas-México) em 1675; de São Raimundo Nonato (Leon-Nicarágua) em 1680; de Santa Cruz (Oaxaca-México) em 1681; de Comayagua (Honduras) em 1682; de Santo Ambrósio (Cuba) em 1689 e de São José (Guadalajara-México) em 1696.

Metafísica, a Ética e a Matemática. No *Ratio* desenvolveu-se isto mais no que toca sobretudo ao método, autores e doutrinas. Quanto ao Brasil em particular, vemos que se recomendou o mesmo que se tinha indicado para Coimbra em 1567, isto é, que durasse o curso três anos, ao modo do Colégio Romano. Em 1568, pedia a Congregação Provincial da Bahia faculdade para começar o curso de Dialética e Teologia, logo que houvesse número suficiente de alunos. O curso começou quatro anos depois, em 1572, e foi o primeiro curso de Artes (Filosofia e Ciências) no Brasil, sendo lente o P. Gonçalo Leite, recém-chegado de Portugal. [...] Nesta matéria de estudos deve-se assinalar um fato importante: a iniciação dos graus acadêmicos no Brasil e os debates que suscitou. Os primeiros graus de bacharel em Artes datam de 1575 e conferiram-se aos alunos que principiaram o curso, em 1572, com o P. Gonçalo Leite. São os primeiros graus acadêmicos que se deram na América Portuguesa; portanto, é uma data a marcar na História da Instrução Luso-Brasileira. O próprio redator da Carta Anua correspondente pressentiu a transcendência desse fato, porque diz, não sem ênfase, que foram os primeiros a que ninguém até ali tinha subido no Brasil desde todos os séculos. Como era natural, assistiu em peso a cidade do Salvador. (SERAFIM LEITE, 2004, Tomo I, Livro I, p. 30 e 36).

Almeida (1949) mostra, no entanto, que essas escolas não bastavam. Era necessária uma formação mais profunda. Os jesuítas, depois de darem catequese aos índios em muitas e grandes regiões do Brasil, dirigiam-se aos brasileiros estabelecidos em povoados e fazendas, e constataavam que se o pároco ou o capelão não possuía a devida formação eclesiástica, o trabalho das missões se perdia. Por isso, os jesuítas fundaram seminários.

Em meados do século XVIII, os seminários episcopais, como organizações puramente diocesanas, surgiram em maior número, sendo que a maioria das dioceses tomou a iniciativa de criá-los. A ordem cronológica da fundação dos seminários nesse período é a seguinte, segundo Almeida (1949): Seminário de São José, no Rio de Janeiro, em 05 de setembro de 1739; Seminário de Santo Alexandre, no Pará, em 17 de abril de 1749; Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte, em Mariana, no dia 20 de dezembro de 1750; Seminário de Nossa Senhora da Lapa, no Rio de Janeiro, em 29 de julho de 1752; Seminário de Nossa Senhora das Graças, em Olinda, no dia 16 de fevereiro de 1800 e o Seminário de São Dâmaso, na Bahia, em 15 de agosto de 1815.

Segundo Moura (2000), que baseia seus dados na obra do Pe. Serafim Leite, o primeiro seminário do Brasil, no entanto, foi o Seminário São José, do Rio de Janeiro, inaugurado por Dom Frei Antônio de Guadalupe. Depois, segundo ele, foi fundado o Seminário de Nossa Senhora da Conceição, na Bahia, criado pelo arcebispo Dom José Botelho de Matos, que chegou em 03 de maio de 1741. Foi confiado aos jesuítas e funcionou em suas dependências até 1756.

Era Seminário Maior (não Menor, ou de Preparatórios). O Seminário da Baía, já há muito inaugurado, para a educação da juventude estudiosa que se destina a seguir o Curso de Filosofia e Teologia, chegou ao seu desejado termo neste ano de 1757, e começou a ser freqüentado com a entrada de nobres adolescentes. Logo iniciaram o Curso de Filosofia nas Escolas Gerais do nosso colégio, com o maior aplauso de toda a cidade, e esperança de futuro progresso. A casa, onde moram, é grande e dotada dos necessários aposentos e repartições. E circundada por um muro externo, dentro do qual fica uma quinta ameníssima para recreio com a sua fonte de água nativa. (SERAFIM LEITE, 2004, Tomo V, Livro I, Cap. VII, p. 236).

O primeiro internato para meninos foi fundado pelo Pe. Alexandre de Gusmão (1629-1724), jesuíta, na Bahia. Os primeiros alicerces foram lançados em 1687. Porém, era um instituto de estrutura intermediária entre os colégios e os seminários tridentinos. Embora se chamasse Seminário de Belém da Cachoeira, não tinha a finalidade específica de formar sacerdotes. Por iniciativa do Pe. Gabriel Malagrida, em 16 de junho de 1749, foi aberto no Pará o Seminário de Nossa Senhora das Missões, que era uma espécie de colégio-internato, onde recebiam educação os filhos dos moradores dispersos pelo interior, e não necessariamente para a vida eclesiástica. Moura (2000) relata ainda sobre a existência de dois seminários no Maranhão, também criados por iniciativa do Pe. Gabriel Malagrida: Seminário Santa Úrsula, de Parnaíba, fundado em 1749 e o de Guanaré, em Aldeias Altas de Itapicuru, que depois se fundiram em Sambaíba. Depois, foi criado o Seminário de Mariana, em 20 de dezembro de 1750, pelo primeiro bispo, Dom Frei Manuel da Cruz. Em seguida, os jesuítas fundaram o Seminário de São Luís do Maranhão, em 1753, também por iniciativa de Malagrida. Finalmente, vem o seminário erigido pelos jesuítas em São Paulo, em 1757, num prédio junto ao colégio.

Depois, o movimento de criação de seminários se estendeu para o Sul, até Paranaguá. Essa região do Brasil estava sendo povoada aos poucos, necessitando também de poucos sacerdotes. Paranaguá pediu uma casa dos jesuítas em 1682, mas só foi aberta em 1708, e logo se converteu em seminário. Por questões econômicas, só em 1752 foi possível abrir um colégio, que tinha um lugar reservado para o seminário, com dependências para alojar 20 alunos internos. (PÉREZ; GREGORY; LEPARGNEUR, 1965).

Assim, embora alguns nomes e datas não se coadunem nos dois autores citados, temos dados que são um referencial importante para a história dos seminários no Brasil. É importante ressaltar que assim como seminaristas estudavam nos colégios jesuíticos, também alunos não destinados ao sacerdócio estudavam nos seminários diocesanos. Às vezes, eram mantidos alunos externos que, com seu estudo pago, ajudavam a sustentar o seminário, já que as dificuldades financeiras eram grandes. Também, às vezes, se chamaram de seminários os

internatos, inclusive para meninas. Serafim Leite (2004) mostra a diferença entre seminário e colégio:

Além de pública e geral, a instrução, dada pelos jesuítas do Brasil, nos seus colégios, era gratuita. Dizemos colégios, não seminários. Nos seminários os alunos não recebiam apenas instrução e educação, recebiam também moradia e sustento; quer dizer eram internatos escolares, com a competente e indispensável remuneração do custo de vida. A instrução e educação continuava a ser gratuita; nem as despesas de sustentação dos mestres vinham dessas pensões, mas de outras, em geral as que os fundadores dos Seminários benemeritamente estabeleciam, como é no mais famoso de todos os seminários, o de Belém da Cachoeira. A distinção, entre seminários e colégios, consiste em que nos seminários admitiam-se de preferência os que se destinavam à carreira eclesiástica; e a admissão nos colégios estava patente a todos. Nos seminários, instrução particular; nos colégios, pública e gratuita. (SERAFIM LEITE, 2004, Tomo VII, Livro II, Cap. I, p.51).

Em 1759, os jesuítas foram expulsos do Brasil pela ação do Marquês de Pombal (1699-1782). Até então, eles mantinham o controle sobre o sistema de educação do império português. Os jesuítas formavam um grupo sacerdotal fortemente organizado, com condições de disputar o domínio da colônia com a monarquia portuguesa. O projeto dos jesuítas era ambicioso e grandioso: ia do controle doutrinário da Universidade de Coimbra à organização política e econômica dos índios da região das missões. Isso explica o conflito da ordem jesuítica com o Estado Português. (SCHWARTZMAN, 1986).

Ainda é preciso destacar que uma das obras educacionais mais importantes da Igreja no Brasil, nesse período, foi o Seminário de Olinda, fundado em 1800, por Monsenhor José Joaquim de Azeredo Coutinho (1742-1821), formado em Coimbra, que se tornou um centro freqüentado por uma parte do clero e dos intelectuais progressistas, partidários da independência da Colônia. Nesse seminário é que melhor se manifestou o espírito das reformas pombalinas, inspirada nos enciclopedistas franceses. Dom Azeredo Coutinho realizou uma reforma educacional que propunha que a educação do clérigo, até então voltada para a catequese, fosse substituída por uma formação baseada nas ciências naturais, a fim de incrementar a atividade econômica da Colônia, segundo Casemiro dos Reis Filho.²¹ Fugia dos padrões tradicionais porque introduziu o grego, o francês, a história, a geometria, a física, a história natural, a cronologia e o desenho, ao lado das antigas disciplinas: gramática, latim, retórica, poética, filosofia e teologia. (BEAULIEU; CHARBONNEAU; MARTINS, 1966).

²¹ Casemiro dos Reis Filho apresenta o livro de Gilberto Luiz Alves, citado nas referências.

[...] teve lugar, no Brasil Colônia, a implantação de uma escola cujo projeto pedagógico visou atender necessidades nitidamente burguesas, segundo o que se pretende demonstrar, mesmo tendo vicejado no interior da Igreja Católica e mesmo sendo, o seu idealizador, um homem muito diferente do livre-pensador francês, pois defensor do absolutismo e da escravidão. O Seminário de Olinda foi essa escola e o bispo Azeredo Coutinho foi esse homem. (ALVES, 1993, p. 12).

Quanto à formação de indígenas para o sacerdócio, Dussel (1983), referindo-se à América Espanhola, mas equivale para o Brasil, mostra que a questão era que para ser sacerdote na cristandade se necessitava passar por um seminário tridentino.

Pero no hubo seminarios para indios, y lo poco que hubo fue rápidamente perseguido, mal interpretado y por último cerrado. La oligarquia hispánica, no siempre letrada y frecuentemente analfabeta, no podía soportar (era una cuestión de dominación política y social, y por ello económica e ideológica) que un índio accediera a los estratos dominantes de la cristiandad. El sacerdocio era un aparato esencial del sistema y los indígenas que llegaron a la consagración fueron escasísimos en toda la cristiandad colonial. (DUSSEL, 1983, p. 522).

Enfim, quanto às vocações nativas, houve restrição sobre a formação de um clero genuinamente brasileiro no período colonial. Os motivos alegados eram referentes à dificuldade dos nativos para a vivência do celibato, à diferença de caráter entre os brancos e nativos e aos vícios morais da sociedade brasileira de então. Porém, as razões eram verdadeiramente culturais, já que se pretendia impor um modelo cultural impossível aos indígenas.

Com a vigoração do regime do padroado, no período colonial, predominou o caráter leigo na Igreja do Brasil. A participação dos leigos se dava na construção de igrejas, na promoção de devoções e na ação social. Sua participação coletiva no catolicismo tradicional se dava nas confrarias religiosas, ou seja, irmandades ou ordens terceiras, ou então na dedicação pessoal à vida eremítica.

3.2.2. PERÍODO IMPERIAL

Depois da expulsão dos jesuítas em 1759, no período imperial, a Igreja, e principalmente a formação do clero, enfrentou dificuldades na implantação das reformas tridentinas e no estabelecimento de um vínculo mais estável com a Igreja de Roma. A sua atuação, porém, seguiu nos moldes do período colonial.

A Igreja continuava comprometida com as estruturas sociais e políticas do Império, como se pôde perceber no processo de libertação dos escravos e da implantação da República. Com a crise das ordens religiosas tradicionais, a situação de decadência do clero, a imensa extensão territorial das dioceses e a estrutura burocrática do padroado, a Igreja viu-se obrigada a um processo de renovação, o que se deu pela vinda de novas ordens e congregações religiosas, pela reforma do clero e pela instituição dos seminários.

Há que se destacar a fundação do Colégio Caraça em 1820, em Minas Gerais, pelos padres lazaristas. Com um ensino nos moldes jesuíticos e coloniais, conseguiu manter sua reputação numa sociedade que começava já a privilegiar a técnica. Foi aberto em 1821 com 14 alunos de gramática latina. Seu funcionamento foi descontínuo, com mudanças e interrupções até 1850, quando passou a plena atividade. Segundo Moura (2000, p.79), “até 1907, mais de cinco mil alunos haviam passado pelo Colégio Caraça, sendo que muitos deles integraram as elites eclesiástica, jurídica e política do país”. Em 1912 foi transformado num seminário que preparava padres e missionários lazaristas.

As novas ordens religiosas difundiram novas devoções e fundaram novas instituições religiosas, como por exemplo, a congregação mariana, o apostolado da oração e as conferências vicentinas, que substituíram as irmandades e as ordens terceiras tradicionais, lideradas por leigos.

O grande desafio para renovar a Igreja era renovar o clero. Para isso era preciso uma formação adequada, o que exigia formadores bem instruídos. A preocupação era formar padres que se ocupassem da “cura das almas”, convictos do celibato e alheios à vida social e política. A solução foi instituir seminários chamados tridentinos.

Vários desses seminários foram instituídos no Brasil, nesse período. Neles se ensinava gramática, escolástica, cânon, patrologia e exegese. Eram seminários fechados, com disciplina rigorosa e com intensa vida de piedade. Formavam um novo tipo de clero, mais dependente da igreja e do bispo e menos atuante na vida das famílias e da política.

No período entre 1820 e 1830, o Irmão Joaquim do Livramento (1761-1829), natural de Santa Catarina, devoto do Santíssimo Sacramento, não pertencente a nenhuma ordem religiosa e não ordenado sacerdote, percorreu grande parte do Brasil, difundindo aquela devoção e fundando seminários e hospitais. Fundou um seminário em Angra dos Reis, a “Casa de Jacuecanga”. Em 1823, fundou um outro seminário em Itu, São Paulo, que teve como primeiro diretor o Pe. Manoel Ferraz de Sampaio Botelho. Depois, retirou-se para São Paulo a fim de fundar outro seminário.

Segundo Almeida (1949), no Seminário de São Dâmaso, na Bahia, em 1834, era ministrado o curso de humanidades (francês, filosofia e retórica) e ciências eclesiais. Era um seminário maior para moços que já sabiam latim. Em 1852, esse seminário tinha as cadeiras de teologia dogmática e moral, história eclesial e cantochão. Nesse mesmo ano, foi fundado o Seminário São Vicente de Paulo, que recebia do Governo Geral o dinheiro para pagar os mestres de latim, francês, grego e filosofia. Havia também aulas de inglês, geometria e retórica e era para seminaristas menores, mas também recebia alunos não seminaristas. Em Pernambuco, Pará e Maranhão, ainda naquele ano, se exigia nos exames para as ordens menores, latim e conhecimento da doutrina.

O regimento dos referidos seminários estava baseado nas “Constituições do Arcebispado da Baía”, documento conclusivo do Sínodo realizado em 1709 por convocação de Dom Sebastião Monteiro da Vide (1643-1722), nos capítulos referentes ao clero. Exigia-se a ortodoxia do ensino de filosofia e teologia e matérias conexas. Nada dizia sobre o regime de internato e uma preparação mais específica para o sacerdócio num seminário. Segundo Almeida, pode-se concluir que era possível chegar às ordens sem ter passado por um seminário.

Diz o título 50: “Como a primeira tonsura não seja ordem (tomada estreitamente a ordem enquanto sacramento) mas somente uma disposição para as ordens, pela qual os que a recebem ficam dedicados à Igreja, denominando-se clérigos, que vale o mesmo que escolhidos para Deus, não se requer para a receber, como dispõe o Sagrado Concílio Tridentino, mais que estar crismado, ter idade de sete anos completos, saber a doutrina cristã, ler e escrever, e haver do ordinando tal informação que se não presuma escolher o estado clerical para se eximir do foro e jurisdição secular, mas para nele servir a Deus Nosso Senhor em sua Igreja [...] Não será admitido a elas sem mostrar primeiro no exame, que tem estudado latim com suficiência, e que será capaz de curar almas ou confessar”. (ALMEIDA, 1949, p. 125).

Antes de se apresentar para o exame, o candidato deveria comprovar, com informações recolhidas sob sigilo, que tinha os requisitos para ser ordenado no futuro. Isso significava que precisava, por meio de cartas de pessoas idôneas, ficar demonstrado que não era doente, que era “bem proporcionado de corpo” e “limpo de sangue”, ou seja, não era descendente de negro ou de judeu.

O pároco ou os párocos das freguesias, onde houvesse residido o ordinando, lia o pregão à missa de domingo ou dia santo: se o ordinando é batizado e crismado. É ou foi herege ou apóstata, filho ou neto de hereges, infiéis, judeus ou mouros ou que fossem presos ou penitenciados pelo Santo Ofício.

Se é filho legítimo. Se tem parte de nação hebréia ou outra infecta nação, de negro ou mulato. Se é cativo e sem licença de seu senhor se quer ordenar. Se tem idade para a ordem que pretende: 7 anos para a tonsura e as 3 primeiras ordens menores, e 10 para a de Ostiário. “Se é corcovado, ou aleijado de perna, braço, dedo, ou tem outra deformidade, que cause escândalo ou nojo algum a quem o vê”. Se lhe falta a vista, especialmente do olho esquerdo, ou se tem tal belida em algum deles que cause deformidade. “Se é enfermo de lepra ou gota coral ou de outra doença contagiosa. Se é vexado ou assombrado do demônio”. Resumimos o restante: se é abstêmio (vomita o vinho). Se é homicida ou feriu, ainda por ser membro da Justiça, acusador, testemunha. Se causou aborto. Se é bígamo. Concubinário. Tido por incontinente. Se está às voltas com as justiças. Se fez penitência pública, infame de fato e de direito. Se é excomungado, suspenso, interdito. Se tutor, ou administrador de bens públicos. Se é casado ou se comprometeu a casar-se. Se vem ordenar-se por medo. Se frequenta a confissão ou comunhão. Se mora ou nasceu no arcebispado. (ALMEIDA, 1949, p. 126).

Para as ordens sacras era necessário ter: 22 anos para a Epístola, 23 para o Evangelho, e 25 para a missa. E os exames, que continuaram válidos por muitos anos em muitos bispados, deveriam ser feitos por uma banca examinadora, severa no julgamento. Para o exame da tonsura e ordens menores, recebidas juntas, o candidato devia saber latim, música, catecismo e o cerimonial de cada ordem.²² Para o exame de latim era preciso interpretar em português o Catecismo ou o Concílio Tridentino. Para as ordens maiores, era feito também o exame do catecismo, cujo texto era o do Catecismo Romano ou Tridentino. Repetia-se o latim, as cerimônias de cada ordem e se fazia, para o sacerdócio, o exame dogmático, moral e prático sobre todos os sacramentos. Para o exame de confissão, passava-se quase toda a teologia moral. “Quanto a livros adotados, só podemos ter certeza do Catecismo Romano e do próprio livro das Constituições, mais o *Rituale*, o *Breviarium* e o *Missale Romanum*”. (ALMEIDA, 1949, p. 127). Nada consta sobre exame de filosofia. As Constituições trazem as mais pormenorizadas minúcias, desde o tipo e cor de roupa, chegando até a indicar a cor da

²² Segundo o CATECISMO ROMANO (1962, p. 317-322), a tonsura era uma espécie de preparação para receber as ordens, um voto de consagração a Deus. O cabelo devia ser cortado na forma de uma coroa e ir ampliando a circunferência cada vez que se passava a um grau mais alto da ordem. Era um dado da tradição apostólica que lembra a coroa de espinhos de Cristo e também que o que vai receber as ordens vai participar de um sacerdócio régio. As ordens menores eram: o ostiarato, cujo ofício era guardar as chaves e a porta do templo e afastar os que não podiam entrar nele; o leitorato, cujo ofício era recitar as leituras do antigo e novo testamento na igreja e ensinar os primeiros rudimentos da fé cristã; o exorcistato, pelo qual se dava o poder de invocar o nome do Senhor sobre os possessores de espíritos impuros e o acolitato, que dava a obrigação de acompanhar e servir nas funções do altar aos diáconos e subdiáconos e os ministros de ordens maiores. As ordens maiores eram: o subdiaconato, cuja função é a de servir o diácono ao altar (aqui se assumia a obrigação do celibato); o diaconato, cujo ofício consistia em acompanhar sempre o bispo, fazer-lhe guarda durante a pregação, assistir o bispo e o sacerdote na missa ou na administração de outros sacramentos e fazer a leitura do evangelho na missa e o presbiterato, cujo ofício era oferecer o sacrifício da missa e administrar os demais sacramentos que lhe coubessem. Hoje não existem mais as chamadas ordens menores, apenas a instituição dos ministérios de leitor e acólito. O candidato recebe o sacramento da ordem, que é concebido como tendo 3 graus: de diácono, de presbítero e de bispo.

cueca, o corte de cabelo e da barba, comportamento nas refeições e proibições de jogos e formas de contato permitido com as mulheres.

Os formadores desses seminários começaram a ser preparados no Colégio Pio-Latino-Americano, fundado em Roma, por Pio IX, em 1858. Dirigido pelos jesuítas, preparava padres para toda a América Latina, já que muitos países não conseguiam ainda fundar seminários. O número de sacerdotes brasileiros formados era reduzido e a única saída era recorrer a sacerdotes estrangeiros, especialmente religiosos. Vários sacerdotes brasileiros que estudaram no Colégio Pio-Latino-Americano viriam depois a ser indicados para postos no episcopado.²³

A igreja foi se caracterizando, com esse processo de reforma, pela clericalização. Os leigos, inclusive, são enquadrados na estrutura clerical da igreja, nos moldes tridentinos.

Outro fato a ser destacado nesse período é a imigração européia, especialmente para o sul do Brasil e que moldou um catolicismo marcado por outras tradições e costumes religiosos e deu origem a um florescimento vocacional que deve ser mencionado.

3.2.3. PERÍODO REPUBLICANO

3.2.3.1 – De 1889 ao Concílio Vaticano II

Com a proclamação da república em 1889, a vida religiosa do Brasil entrou num período marcadamente diferente. Isso porque se deu a separação entre a Igreja e o Estado, ratificada pela promulgação da Constituição em 24 de fevereiro de 1890, com a abolição do padroado. “Em 1889, a Igreja no Brasil, em consequência do sistema anterior, contava apenas com 13 bispos e 700 padres (clero mal formado e submetido ao Estado) para os 14 milhões de habitantes”. (ALVES, 2002, p.18). A reforma católica no Brasil se consolidou no período entre 1889 e 1939, com a multiplicação de dioceses e arquidioceses, com a abertura de seminários, a ordenação de padres e bispos, a fundação de conventos e comunidades

²³ De acordo com SERNA (2000), de 1858 até 1899, haviam passado pelo Colégio Pio Latino-americano 628 alunos, dos quais 340 chegariam a ser ordenados sacerdotes e 62 alcançariam a consagração episcopal. A distribuição desses alunos por países é a seguinte: Argentina – 78, **Brasil – 226**, Colômbia – 50, República Dominicana – 5, Guatemala – 19, México – 94, Paraguai – 5, Porto Rico – 1, Uruguai – 15, Bolívia – 17, Chile – 19, Costa Rica – 15, Equador – 27, Honduras – 2, Nicarágua – 7, Peru – 19, El Salvador – 8 e Venezuela – 7. O grande número de seminaristas brasileiros demonstra como os bispos responderam positivamente ao pedido do papa de enviar alunos para Roma, mas também a enorme dificuldade que os bispos enfrentavam para responder à exigência de formar sacerdotes bem preparados.

religiosas, a criação de numerosas escolas católicas e o surgimento das províncias eclesiais do norte e do sul, e também com a realização de diversos sínodos diocesanos.²⁴

Em 1939, sob a direção da Cúria Romana, foi realizado o Concílio Plenário Brasileiro, que encerrou o movimento de consolidação do espírito tridentino no Brasil. Depois do Concílio Plenário Americano, acontecido em Roma em 1899, pensou-se em se fazer um brasileiro. O Papa Leão XIII sugeriu que fosse adiado e preparado por conferências provinciais. Isso foi o que aconteceu e os bispos do Brasil meridional, a partir de 1901 começaram as conferências trienais. Foram quatro conferências, sendo as outras realizadas em 1904, 1907 e 1911. Desde 1901, as conclusões foram apresentadas sob a forma de “Pastoral Coletiva”, às quais iam sendo acrescentadas novas resoluções. As províncias do norte do Brasil também realizaram conferências, mas adotaram integralmente as conclusões das províncias do Brasil meridional. A intenção era a de unificar espiritualmente todo o Brasil, do norte ao sul.

De 12 a 17 de janeiro de 1915, reuniram-se em conferência pela 5ª e última vez, antes da promulgação do Código de Direito Canônico, os Exmos. Prelados das Províncias Meridionais do Brasil, a fim de dar os últimos retoques a já volumosa “Pastoral Coletiva”, apresentando-a desta vez, com outro título, mais próprio à natureza do trabalho, isto é, como “Constituições Diocesanas das Províncias Eclesiais Meridionais do Brasil”. (CONSTITUIÇÕES ECLESIASTICAS DO BRASIL, 1950, p. 06).

O documento continuou a ser chamado de “Pastoral Coletiva” devido à carta pastoral que o introduzia. Em 1917 foi promulgado o novo Código de Direito Canônico, que invalidou juridicamente, em parte, as “Constituições”. A idéia de um Concílio Nacional foi levada avante e, com a anuência da Santa Sé, foi convocado por decreto do Cardeal Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra (1882-1942) em 18 de maio de 1939. O Concílio Plenário Brasileiro aconteceu de 02 a 20 de julho de 1939, na Igreja de Nossa Senhora da Candelária, no Rio de Janeiro, e contou com a participação de 96 bispos. Os decretos foram aprovados pelo Papa Pio XII em 08 de março de 1940, promulgados em 07 de setembro do mesmo ano e postos em vigor no dia 07 de março de 1941. Foram praticamente 40 anos desde a primeira conferência das províncias do Brasil meridional até o Concílio. O documento final do Concílio tinha um caráter reforçadamente romanizador e clerical, reservando pouco espaço à pastoral específica

²⁴ Segundo MOURA (2000), de 1890 a 1900, as dioceses passaram de 12 para 19; de 1900 a 1910, foram para 41; de 1910 a 1920, para 59; de 1920 a 1930, para 88; de 1930 a 1945, para 108; de 1945 a 1965, para 182; de 1965 a 1985, para 237 e de 1985 a 1998, para 244. Em 2006, existem no Brasil 268 circunscrições eclesiais e 429 bispos, sendo que 137 são eméritos.

no Brasil. Por sinal, a língua usada no concílio e o idioma do texto foi o latim. Nenhuma tradução para o português se providenciou e depois de dez anos de sua promulgação, os bispos brasileiros resolveram editar a velha Pastoral Coletiva de 1915, “naturalmente atualizada e adaptada ao Código de Direito Canônico e aos Decretos do Concílio Plenário Brasileiro [...] com o intuito de promulgar um indispensável complemento dos Decretos do Concílio Plenário Brasileiro, em forma mais popular e acessível a todos os fiéis” (CONSTITUIÇÕES ECLESIASTICAS DO BRASIL, 1950, p. 07).

Nesse documento, no título sobre a disciplina do clero, tratou-se dos seminários em geral e dos seminários centrais e provinciais. As determinações eram categóricas em preservar as disposições do Concílio de Trento. Cada diocese deveria ter seu seminário ou colégio que educasse para o estado sacerdotal. Nas dioceses maiores deveriam se estabelecer dois seminários: um menor, para os cursos de humanidades, e um maior, para os de filosofia e teologia. Enquanto não se pudesse estabelecer seminários diocesanos, os bispos deveriam enviar seus seminaristas para outros seminários. Cada diocese deveria ter também uma escola apostólica ou um pré-seminário, que preparasse os candidatos ao seminário menor.

A importância dada ao seminário é explicitada no número 1179: “[...] é impossível dar a uma diocese boa direção e governo, sem o auxílio de um ótimo Seminário. Onde é florescente o Seminário, florescente será também a diocese, e onde é decadente o Seminário, agonizará a diocese” (CONSTITUIÇÕES ECLESIASTICAS DO BRASIL, 1950, p. 258). Isso revela o clericalismo da Igreja e a centralização de tudo na figura do padre.

As “Constituições” mostravam também que as condições para o bom funcionamento de um seminário são a disciplina e a boa administração do seu patrimônio. O bispo era considerado o reitor nato do seminário, devendo acompanhar todos os movimentos da instituição e fiscalizar a obediência às suas ordens e o cumprimento do regimento.

Destaque especial dá o referido documento ao cultivo e promoção das vocações sacerdotais. Os sacerdotes deveriam se responsabilizar por isso, cuidando de engajar os meninos que desejassem o sacerdócio no Apostolado da Oração, na Congregação Mariana e admitindo-os como coroinhas. As paróquias deveriam instituir a Pia Obra das Vocações Sacerdotais, para a qual deveriam contribuir todas as associações, principalmente a Ação Católica. Deveriam ainda instituir o Dia das Vocações Sacerdotais, quando se fariam exercícios espirituais e coletas de esmolas para a manutenção dos seminários e dos seminaristas pobres, aos quais se deveriam oferecer o maior número possível de matrículas gratuitas e de bolsas.

Particular cuidado se pedia dos padres na seleção dos candidatos ao seminário:

Sejam os Revs. Párcos e demais Sacerdotes extremamente cuidadosos, onerada gravemente a sua consciência, na escolha e exame dos meninos que enviarem para o Seminário, não lhes fornecendo, quando o não possam fazer em consciência, os documentos e atestados exigidos pelo direito, comprovando sua idoneidade sob todos os pontos de vista, especialmente da saúde, inteligência, caráter e piedade. (CONSTITUIÇÕES ECLESIAÍSTICAS DO BRASIL, 1950, n° 1185, p. 259).

A direção do Seminário deveria contar com o reitor, com o diretor espiritual, com confessores e com mestres, devendo esses ser modelos no falar e no agir e cultivar nos alunos o “genuíno” espírito eclesiástico, a piedade, o respeito e obediência aos superiores, em especial o bispo, e o papa. Os seminaristas eram aconselhados a participar também da chamada “Milícia Angélica”, movimento fundado com inspiração em Santo Tomás de Aquino, com a finalidade de serem ajudados a viver na castidade.

O programa de estudos deveria seguir rigidamente as prescrições do Código de Direito Canônico e as determinações da Santa Sé. Os seminaristas maiores deveriam dominar o latim, a língua oficial da Igreja. O latim deveria ser usado ao menos para as disciplinas de filosofia, teologia e direito canônico. “Sejam também em latim as disputas filosóficas e teológicas, que desejamos sejam freqüentes e na forma silogística, mesmo durante as aulas” (CONSTITUIÇÕES ECLESIAÍSTICAS DO BRASIL, 1950, n° 1189, p. 260). Ainda se previam aulas de canto gregoriano, música sacra, arte sacra e arqueologia cristã, de ação católica e social. Interessante notar que se pede para incutir nos seminaristas “os princípios da verdadeira civilidade cristã, o amor da Pátria, o zelo da felicidade e prosperidade do país” (n° 1191, p. 260), o que revela a idéia de regime de cristandade ainda bastante presente, mesmo no contexto da separação oficial entre Igreja e Estado. Constava ainda do programa de estudos, a formação para a vida missionária, o exercício da eloqüência, a prática de ouvir confissões, de administrar os sacramentos e de dirigir as almas e de combater o espiritismo e demais erros. Entre as poucas coisas próprias do Brasil que se podia incluir nos estudos estava a explicação dos decretos do Concílio Brasileiro, das Pastorais Coletivas e dos sínodos e estatutos diocesanos, na cadeira de teologia pastoral. Nas férias, que se deveriam passar numa casa de campo, os seminaristas deveriam ter aulas práticas de línguas, retórica, canto gregoriano e música sacra.

Poucas dioceses na época tinham condições de instituir um seminário nos citados moldes. Por isso, as “Constituições Eclesiásticas do Brasil” recomendavam a criação de Seminários maiores, e também menores, centralizados. Em 1° de janeiro de 1934, a Santa Sé

havia elevado à categoria de Seminários Centrais os das Arquidioceses de Salvador, São Paulo e Porto Alegre. Os seminários centrais deveriam ajustar seus programas de estudo para serem elevados à categoria de faculdades filosóficas e teológicas.

Por fim, as referidas “Constituições” mencionam o Pontifício Seminário Pio Brasileiro, criado em Roma pelo Papa Pio XI, em 1933, que recebia os “melhores alunos” dos seminários brasileiros para se formarem na Universidade Gregoriana. Esse documento, das “Constituições Eclesiásticas do Brasil” “estabelece que cada diocese mantenha permanentemente pelo menos um seminarista no Pio Brasileiro, escolhido entre os que mais se distingam por sua saúde, inteligência e piedade” (nº 1214, p. 264).

A Santa Sé, a partir da Proclamação da República, marcou sua presença de maneira cada vez mais forte na igreja do Brasil por meio da Nunciatura Apostólica, restaurada em março de 1901, principalmente porque a indicação dos novos bispos passou a ser feita pelo Núncio Apostólico.

É importante ainda destacar que após a Proclamação da República, muitas congregações religiosas masculinas e femininas, vindas da Europa, se espalharam pelo Brasil, principalmente no Sul, para reforçar a nova orientação da Igreja.²⁵

Impressionante o número de Congregações Religiosas que chegam ao Brasil entre 1890 e 1930. Em um espaço de apenas quarenta anos, vêm do exterior 31 Congregações masculinas, e uma é fundada no Brasil. As Congregações femininas são quase o triplo: 71 são de origem estrangeira e 22 são fundadas no Brasil neste período. Entre os fatores que explicam esse súbito aumento, deve ser lembrada a política anticlerical de vários países europeus em princípios do século XX, com a expulsão de contingentes inteiros de religiosos. No entanto, convém aduzir ainda outro fator de ordem sociológica: a vida religiosa consagrada oferecia, na época, um meio de promoção social, sobretudo para a mulher! (MATOS, 2003, p. 37-38).

Os bispos também se preocuparam em obter o controle dos santuários de peregrinação popular, tanto para influenciar na reforma de vida do povo cristão quanto para evitar abusos administrativos dos leigos das irmandades. Congregações religiosas da Europa foram convidadas para assumir a direção espiritual e administrativa desses santuários, com destaque para os Redentoristas e Capuchinhos.

Canudos e Contestado, movimentos messiânicos, surgiram nessa época. Foram considerados fanáticos pela autoridade eclesiástica, que os desaprovou e praticamente

²⁵ Sobre as ordens e congregações que já mantinham colégios no Brasil por ocasião da Proclamação da República e as que iniciaram seus trabalhos depois dela, ver: MOURA (2000), principalmente os anexos 1 a 6, que trazem a lista da escola, o ano da fundação, o município e a congregação ou ordem mantenedora.

legitimou a repressão da força militar.²⁶ Esses movimentos revelam como se desenvolveu à margem da Igreja oficial, um catolicismo popular, principalmente porque a presença e atenção da Igreja para com os mais pobres era inexpressiva. A Igreja acabava sempre marcando presença junto às elites e o povo ia construindo sua própria religiosidade. Esses dois movimentos não foram os únicos. Depois que começavam a ganhar terreno, a Igreja, atrelada às elites, tornava-se defensora e, portanto, cúmplice da repressão.

Vale notar também que a liberdade de culto autorizada pela reforma política permitiu a expansão de diversas denominações protestantes e a organização dos cultos afro-brasileiros no país.

A Igreja, devido à perda dos privilégios como religião oficial, passou a se opor sistematicamente à República. Só a partir de 1921, com o trabalho de Dom Leme no Rio de Janeiro, é que o episcopado passou a aceitar a República e a buscar uma afirmação do catolicismo na vida da nação. É uma nova relação de poder que se estrutura. Em 1922, foi fundado pelo movimento dos intelectuais, liderado por Jackson de Figueiredo (1891-1928), e

²⁶ A maior expressão desses movimentos está ligada ao nome de Antonio Vicente Mendes Maciel (1830-1897) – o Antonio Conselheiro, que apareceu como “beato” no sertão nordestino, por volta de 1870. Os beatos eram figuras comuns no sertão nordestino. Sua origem se liga às atividades do Pe. José Maria Ibiapina (1806-1883), que se tornou figura popular, principalmente através da criação de diversas “Casas de Caridade”, que se multiplicaram a partir da segunda metade do século XIX. Essas eram uma mistura de orfanato e escola, administradas por ordens leigas, não reconhecidas, mas toleradas pela Igreja. Em função dessas “Casas de Caridade”, se multiplicaram as ordens de beatos, que eram expressão concreta do catolicismo popular no sertão nordestino. Então, por causa do crescimento do seu prestígio, Antônio Conselheiro passou a ser sistematicamente perseguido pela Igreja. Com inúmeros seguidores, estabeleceu-se no sertão baiano, no Arraial de Canudos, à margem do Rio Vaza-Barris. Formou ali uma comunidade de beatos que, em virtude das pressões religiosas e civis, decidiu romper com o mundo circundante. Essa comunidade tinha uma organização interna forte e se tornou um núcleo próspero. O crescimento de Canudos incomodava os grandes proprietários rurais e a Igreja. O movimento de repressão começou com muitas denúncias oficiais, principalmente contra Antonio Conselheiro, acusado de conspirar contra a República, por causa de sua posição monarquista. Com esse pretexto, deram-se diversas campanhas contra Canudos, a primeira em 1896, no governo de Prudente de Moraes (1894-1898). A resistência do movimento foi notável, sofrendo as forças oficiais diversas derrotas, até que em outubro de 1897, a quarta expedição, com oito mil soldados, comandada pelo general Artur de Andrada Guimarães arrasou o povoado e dizimou os habitantes. A Guerra do Contestado aconteceu entre 1912 e 1916. O nome se refere a uma região disputada por Santa Catarina e Paraná. Desde o povoamento no século XVIII, houve nessa região confronto com os índios, depois luta entre famílias pela disputa da terra, além dessa região ser afetada pela Guerra dos Farrapos (1835-1845) e pela Revolução Federalista em 1893. Ao lado dessas lutas, desenvolveu-se ali um catolicismo popular representado pelos “monges”, a exemplo dos beatos nordestinos. No final do século XIX, o monge João Maria ganhou notoriedade e, depois de sua morte, tornou-se figura lendária entre os sertanejos. Por volta de 1912, ocupou o seu lugar José Maria, que se dizia irmão do anterior. Passou logo a liderar um grupo de fiéis que se reunia num bairro rural do município de Curitiba, hoje Santa Catarina. Por pressão do prefeito, o grupo mudou-se para Palmas, hoje Paraná, lugar das disputas entre catarinenses e paranaenses. Novamente foram dispersos, mas desta vez o monge José Maria foi morto. A crença no seu retorno, fortalecida pelas visões de uma menina, nas quais José Maria aparecia ordenando a reunificação dos fiéis, espalhou-se rapidamente e os crentes começaram a chegar a Taquaruçu. As repressões foram violentas e prontas, mas os sobreviventes se reuniram em Santa Maria, onde organizaram uma cidade santa e resistiram, até serem derrotados pelo exército em 1916. (KOSHIBA; PEREIRA, 1980).

depois por Alceu Amoroso Lima (1893-1983), o Centro Dom Vital.²⁷ O objetivo do Centro Dom Vital era ajudar os bispos brasileiros a recatolicizarem os intelectuais, proporcionando-lhes o conhecimento da doutrina da Igreja e dos seus ideais na prática social. Este grupo também se caracterizou por uma posição anti-revolucionária. (NAGLE, 2001).

Assim como Dom Vital, o novo catolicismo militante vai buscar o que havia de radicalmente mais conservador e ultramontano no pensamento da Igreja: a defesa da ordem, da hierarquia, da autoridade religiosa, da educação guiada pelos princípios religiosos e controlada pela autoridade eclesiástica e o ataque aos ideais, considerados deletérios, do liberalismo, do individualismo, da liberdade de informação e pensamento, e também ao poder do Estado, quando desprovido da supervisão da Igreja. Também como nos tempos de D. Vital, a nova militância surge em um contexto de reafirmação do poder e direção de Roma sobre sua Igreja Universal. (SCHWARTZMAN, 1986, p. 9).

Dom Leme organizou grandes manifestações populares no Rio de Janeiro e, ainda na década de 1930, aconteceram diversos congressos eucarísticos nacionais. Em 1931, Dom Leme reuniu multidões em dois momentos marcantes: a inauguração da estátua do Cristo Redentor no Corcovado e a consagração do país a Nossa Senhora Aparecida, para mostrar ao novo governo a força da Igreja e a necessidade de levá-la em consideração na construção da nova ordem política.

Segundo Frisanco (2000), era conveniente para Getúlio Vargas unir-se à Igreja, já que a ordem política estava ameaçada pelo crescimento da luta dos sindicatos por direitos trabalhistas e da atuação dos pensadores comunistas.

O catolicismo, com sua ideologia conservadora para preservar a moralidade, a família, a disciplina, a ordem, a obediência à hierarquia, o combate ao comunismo, passou a ser visto cada vez com melhores olhos pelos dirigentes do Estado brasileiro [...] O governo passou a precisar da força ideológica da Igreja Católica para fazer com que o povo acreditasse mais em Deus, nas soluções milagrosas e ao mesmo tempo em suas fraquezas humanas, 'causa de seus fracassos profissionais e financeiros'. Era uma forma de desarticular toda a possibilidade de revolta contra o sistema vigente, revoltas que apavoravam não só as classes dirigentes políticas, como também as eclesiásticas. (FRISANCO, 2000, p. 16 e 17).

²⁷ Dom Vital foi o bispo de Olinda envolvido na “questão religiosa”, que girou ao redor do direito que teria ele ou não de expulsar os membros de irmandades religiosas ligados também à maçonaria, ou de interditar o funcionamento destas irmandades enquanto suas ordens não fossem cumpridas. Acontece que estas irmandades cumpriam também funções civis. O que estava em jogo era o papel da Igreja em relação ao Estado, numa época em que a Igreja buscava em todo o mundo reafirmar sua posição de liderança e autoridade, através de seus valores e conceitos mais tradicionais. Dom Vital argumentava que se o Estado brasileiro é católico, deveria ser, naturalmente, súdito da Igreja. Foi levado aos tribunais e acabou na cadeia. Ver: MATOS (2002), p. 247-250.

A Igreja Católica queria e o Estado precisava manter a harmonia social. Assim, os interesses de ambos coincidiam e cada um fez a sua parte. Essas manifestações da Igreja Católica se situaram nesse quadro. Da parte do Estado, o governo de Getúlio Vargas apoiou a inclusão do ensino religioso nas escolas públicas, por meio do decreto nº 19.941, de 30 de abril de 1931, que abriu todas as portas para o mesmo ser incluído na Constituição de 1934; a partir de então, amparado legalmente. A moral, necessária sempre para a manutenção da ordem social e política, foi sendo transmitida pelo ensino religioso nas escolas públicas e pela atuação da Igreja Católica, de modo que o povo passou a ter horror ao comunismo e às manifestações sindicais que, de tão fortes, já levavam o Governo a tomar medidas repressivas.

A revolução de 30 marcou o fim da República Velha no Brasil, e o eixo econômico se transfere do campo para cidade. A cidade tornou-se o centro da vida pública e social da nação. O processo inicial de urbanização gerou uma crise na consciência religiosa do povo. Apesar disso o “catolicismo tridentino” se fortaleceu: novas dioceses são criadas, novos bispos são nomeados, aumentam-se as devoções populares, associações religiosas, congressos eucarísticos, multiplicam-se as escolas católicas e a impressão de periódicos e revistas. (SCHMIDT; COLLING, 1986, p. 29).

Dentro do catolicismo tridentino que se expandia, surgiu um processo de renovação pastoral sob a influência de diversos movimentos europeus, denominado Ação Católica. A Ação Católica foi criada na Itália em 1922, por Pio XI. Foi definida pelo Papa como “a participação do laicato católico no apostolado hierárquico, para a difusão e atuação dos princípios católicos na vida individual, familiar e social”. (MATOS, 2003, p. 105). Era uma organização de leigos, especialmente da classe média, sob o mandato da hierarquia da Igreja, com a finalidade de estabelecer o reino universal de Cristo. Era um movimento a serviço da nova ordem social numa perspectiva de neocristandade. No Brasil, foi promulgada em 1935 e funcionava como órgão articulador das organizações católicas já existentes, não sem conflitos com as mesmas, principalmente com a Congregação Mariana.

Pouco progresso houve quanto à formação do clero nesse período. Em 1890 havia nove seminários maiores no Brasil e em 1929, apenas quinze. Por causa da restrição às vocações nativas, as congregações religiosas européias se expandiram muito até 1950, chegando a ter 50 seminários maiores e 66 menores.²⁸ O modelo de formação era ainda o

²⁸ Segundo MATOS (2003), no censo de 1872 havia no Brasil 2.363 sacerdotes, sendo 2.256 padres diocesanos e 107 religiosos. O pequeno número de religiosos se deve às medidas restritivas impostas às antigas Ordens Religiosas, desde 1855. Em 1935, calcula-se haver 2.466 padres seculares, número pouco superior ao de 1872. Já os religiosos saltam de 107 para 2.028 sacerdotes, e ainda, 1.128 irmãos e 647 estudantes clérigos. Os religiosos cresceram 35 vezes mais.

tridentino, nada adaptado à realidade cultural brasileira, formando assim um clero caracteristicamente europeizado. Como havia dado certo na Europa, era o caso de transpô-lo no Brasil.

Podemos dizer que no período entre 1850 a 1950 a Igreja Católica estabilizou o sistema tridentino de formação sacerdotal. Foi um período, chamado pelo Papa Pio XII, de “século de ouro dos seminários”, período em que centenas desses seminários foram construídos para internar jovens candidatos ao sacerdócio. Matos (2003), falava de 116 seminários maiores e menores até 1950.²⁹ Mas Serbin (1992) mostra que, segundo dados de uma pesquisa publicada pelo CERIS (Centro de Estatísticas Religiosas e Investigações Sociais), em 1964, havia no Brasil mais de 600 seminários, contando casas de estudos superiores de religiosos clérigos, casas de noviciado, seminários menores (juvenatos e aspirantados), seminários menores seculares e seminários maiores seculares. Na verdade, eram 83 seminários maiores, 141 noviciados de religiosos clérigos e não clérigos, 241 seminários menores e 139 pré-seminários ou escolas apostólicas, num total de 605 instituições de formação de sacerdotes ou religiosos, nos quais havia um total de 26.026 membros distribuídos da seguinte forma: do clero secular: 1.066 seminaristas maiores, 6.503 menores e 1.567 em pré-seminários e escolas apostólicas, num total de 9.136; do clero regular: 1.932 seminaristas maiores, 689 noviços, 10.056 menores e 4.049 em pré-seminários e escolas apostólicas, num total de 16.726. (PÉREZ; GREGORY; LEPARGNEUR, 1965, p. 53). Com a criação desses seminários se pretendia a reforma do clero brasileiro dentro de um processo de europeização, o que equivale dizer, clericalização da Igreja no Brasil. O conceito básico que guiou esse processo foi a disciplina. Segundo Serbin, tentou-se formar no Brasil uma “sociedade de disciplina”, na qual os sacerdotes seriam os líderes locais, enquanto o país era inserido cada vez mais no sistema capitalista mundial. Com a disciplina, mantinha-se a ordem social, já que no início da década de 60 havia o crescimento dos movimentos comunistas, do desejo de mudanças e de reformas. A Igreja, sempre com medo da Revolução, devia formar os padres na disciplina, já que eles estariam mais próximos do povo e sobre ele deviam exercer influência.

Em todos os seus matizes, esta disciplina penetrou cada espaço da vida seminarística, determinando e regulamentando o controle corporal, a organização hierárquica, a observação, a arquitetura e o espaço físico

²⁹ Segundo SCHOOPYANS (1966), em 1966 havia só para o clero secular, 42 pré-seminários, 83 seminários menores e 15 seminários maiores. Em 1960, havia 1567 alunos nos pré-seminários, 6503 nos menores e 1066 nos maiores. De 1953 a 1962, o número de seminaristas maiores passou de 1415 para 1600.

interno, os horários, a espiritualidade, a educação, a obediência, o celibato e, em geral, a normalização e a padronização dos comportamentos. Desta disciplina resultou o modelo tradicional do seminário fechado, no qual os jovens não podiam ler jornais ou revistas, receber visitas dos pais, ter contato com leigas, ou sair sem permissão do reitor; enfim, um lugar de quase total isolamento da realidade externa. (SERBIN, 1992, p. 92).

Esse modelo de seminário contou com a ajuda financeira do Estado Nacional para se espalhar e sempre sob a supervisão do Vaticano, que enviava visitantes com poder de mando a todos os seminários, inclusive sobre os bispos. Porém, os novos padres formados nele saíam despreparados para uma prática pastoral real nas bases, já que sua formação fazia deles seres superiores aos fiéis, “outros Cristos”.

Historicamente, segundo Serbin (1992), os seminários serviam como lugar de reprodução social do clero. Neles, os jovens eram introduzidos na instituição da Igreja e aprendiam a manobrar pelo poder eclesiástico. Os seminários provocavam o aburguesamento dos jovens, já que lhes garantia uma vida confortável e uma carreira segura, numa sociedade que não oferecia profissões fora da medicina, da advocacia e da política. Para quem não podia pagar uma escola particular, o seminário significava um modo, às vezes o único, de ascensão social, já que oferecia educação clássica e acabava por integrar o jovem à elite intelectual do país e lhe garantia, como aspirante ao clero, uma posição de prestígio na sociedade.

Para as famílias simples um outro fator de motivação pode intervir: a entrada de um rapaz no seminário pode significar um alívio apreciável no orçamento familiar, a possibilidade inesperada de uma educação barata e até mesmo, inconscientemente, a ocasião de uma forma honrosa de promoção social. (SCHOOYANS, 1966, p. 11).

Esse prestígio aumentava quando os seminaristas iam completar seus estudos em Roma, como parte do processo de europeização, o que depois da ordenação, dava-lhes mais chances para o bispado.

Assim, os seminários reproduziam a igreja em si e definiam através dos padres o catolicismo da população brasileira, pobre e de origem rural. A igreja instituição dependia dos seminários para sobreviver, o que explica a preocupação exagerada com a falta de padres e a insistência em construir mais e mais seminários no Brasil.

3.2.3.2 – Do Concílio Vaticano II aos nossos dias

O Concílio Vaticano II foi a reunião dos bispos, representantes dos episcopados do mundo inteiro, acontecido na Cidade do Vaticano, que durou de 1962 a 1965. Foi convocado pelo Papa João XXIII e concluído pelo Papa Paulo VI, devido à morte do primeiro. Esse concílio foi ecumênico e representou uma grande reviravolta nas concepções sobre a Igreja, que determinou também uma nova visão sobre todos os seus aspectos, inclusive sobre o papel do padre.

É importante começarmos a análise desse período Pós-Vaticano II no Brasil, tendo uma referência quantitativa. O Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais (CERIS) disponibilizou dados referentes ao número de vocações para a vida sacerdotal e religiosa e, por isso, as tabelas abaixo são de grande ajuda para que as considerações sejam baseadas nos dados disponíveis. As tabelas trazem dados dos seminaristas diocesanos e religiosos e também as vocações para a vida religiosa feminina, que não serão objeto de análise.

Tabela 01

**VOCAÇÕES PARA A VIDA SACERDOTAL E RELIGIOSA
BRASIL 1964/1989**

ANO	SEMINARISTAS				NOVIÇOS ¹		NOVIÇAS	
	Diocesanos		dos Institutos		Institutos Clericais	Institutos Laicais	Vida Mista ²	Vida Contemplativa
	Maiores	Menores	Maiores	Menores				
1964	885	5.020	1.951	10.910	118	43	3.362	63
1965	642	4.361	1.923	11.421	119	92	3.252	76
1966	898	5.100	1.964	11.539	159	83	3.054	90
1967	932	5.458	1.700	11.149	105	65	2.816	107
1968	870	4.576	1.665	10.077	62	58	2.322	81
1969	936	3.913	1.525	9.220	40	85	1.663	55
1970	757	3.424	1.444	7.937	67	34	1.383	67
1971	820	2.239	1.292	6.970	32	27	1.103	66
1972	801	2.552	1.303	6.117	26	18	1.112	54
1973	740	2.121	1.304	5.958	37	45	935	47
1974	757	3.453	1.248	6.190	21	44	881	67
1975	1.000	3.259	1.525	6.560	14	53	1.033	78
1976	1.083	3.290	1.523	6.375	23	46	982	77
1977	1.156	3.290	1.577	6.470	33	40	1.177	73
1978	1.239	3.280	1.555	6.359	18	49	1.251	78
1979	1.466	3.459	1.701	6.536	26	40	1.473	94
1980	1.692	3.637	1.847	6.712	33	31	1.554	109
1981	2.142	3.877	2.113	6.182	48	57	1.583	103
1982	2.381	3.764	2.094	5.606	33	72	1.602	96
1983	2.588	3.340	3.048	5.048	34	60	1.699	131
1984	2.680	3.252	2.547	5.663	34	57	1.811	132
1985	3.067	3.359	2.734	4.212	93	54	2.039	116
1986	3.110	3.396	3.296	5.101	95	53	1.863	116
1987	3.216	3.149	3.640	4.510	94	55	1.788	128
1988	3.196	2.862	2.722	4.639	112	44	1.661	114
1989	3.036	2.778	2.516	3.953	501	46	1.474	112

¹ Até 1988 estão excluídos os candidatos ao Presbiterato (Seminaristas dos Institutos).

² Até 1969, inclui, equivocadamente, as vocações para os Institutos Seculares.

FONTE: CERIS - Departamento de Estatística e Pesquisas Sociológicas

Tabela 02

**VOCAÇÕES PARA A VIDA SACERDOTAL E RELIGIOSA
BRASIL 1990/2000**

Ano	Para o Presbitério Diocesano		Para a Vida Religiosa						
	Seminaristas Menores	Seminaristas Maiores	Institutos Masculinos				Institutos Femininos		
			Pré- Noviços	Noviços	Professos Temporários		Pré- Noviças	Noviças	Professas Temporárias
Institutos Clericais	Institutos Laicais								
1990	2.723	3.147	1.834	657	997	100	1.263	1.528	6.353
1991	2.772	3.449	1.864	600	1.128	97	1.267	1.469	6.234
1992	3.010	3.263	2.572	584	1.020	123	1.347	1.413	6.091
1993	3.068	3.497	2.404	646	1.122	147	1.429	1.371	5.845
1994	3.155	3.721	1.827	571	1.223	141	1.470	1.411	5.412
1995	3.154	3.973	2.162	662	1.239	179	1.553	1.409	5.487
1996	3.094	3.937	2.692	713	1.363	144	1.557	1.529	5.397
1997	3.127	4.212	2.350	795	1.433	125	1.547	1.531	5.304
1998	3.253	4.640	2.460	688	1.407	108	1.496	1.509	5.298
1999	3.436	4.761	2.734	688	1.503	119	1.588	1.589	5.560
2000	3.412	5.247	2.530	863	1.772	114	1.582	1.558	5.565
2001/2	3.156	5.625	2.615	845	845	197	1.494	1.516	5.455

FONTE: CERIS - Departamento de Estatística e Pesquisas Sociológicas

A renovação da Igreja no Brasil foi um processo induzido a partir de fora. Isso significa que com os novos documentos sobre liturgia, catequese, exegese, vindos de Roma, era transferida para o nosso contexto a renovação em andamento nos países europeus. Essa renovação não atingiu a estrutura do poder eclesial, mas formou o clero na “reta doutrina”, aumentou sua coesão interna e o tornou capaz para realizar campanhas de esclarecimento realizadas na época sobre o espiritismo, maçonaria, seitas e religiosidade popular.

O lugar social da Igreja era o mesmo, ao lado da classe média e rica. As relações entre Igreja e Estado davam-se na cúpula. Começou a se manifestar na Igreja uma sensibilidade social, mas com uma visão e propostas moralizantes e assistencialistas, endossando o projeto desenvolvimentista do governo: SUDENE, programas de educação de base, escolas e universidades católicas. Não havia uma posição crítica em relação ao sistema sócio-político-econômico.

A Ação Católica proporcionou o importante fato do engajamento dos leigos no apostolado. No Brasil, a Ação Católica passou do modelo italiano, enraizado nas paróquias, para o modelo belgo-francês, voltado para a evangelização dos diferentes meios da sociedade: agrário, estudantil, operário, universitário. É a Ação Católica Especializada. Essa experiência

teve forte influência na criação da CNBB em 1952, que foi aos poucos assumindo a liderança da renovação da Igreja, primeiramente com o chamado Plano de Emergência (1962) e depois com o Primeiro Plano Pastoral de Conjunto (1965).

O processo de renovação na década de 60 caracterizou-se pela renovação da Igreja na base. De um lado, os membros participantes da Ação Católica, de movimentos de educação popular, aprofundando a análise social, foram detectando o mecanismo gerador do subdesenvolvimento no sistema capitalista dependente e associado. De outro lado, o impulso renovador do Vaticano II, reforçado pela *Populorum Progressio*, gera uma nova maneira de ler os problemas sociais à luz da fé e faz surgir atitudes libertadoras por parte de sacerdotes e leigos, às vezes sem o efetivo apoio da hierarquia eclesiástica.³⁰ Por isso, estes, muitas vezes, se tornam vítimas fáceis da repressão política e policial. (SCHMIDT; COLLING, 1986, p. 30).

Começaram a surgir as CEBs, que aceleraram o processo de renovação da Igreja na base, a ponto de se poder dizer que foi gerada uma nova eclesiologia. A aplicação das orientações conciliares e das encíclicas sociais fez surgir verdadeiras crises nos vários setores da Igreja. Isso provocou várias reações: resistência popular às mudanças na liturgia e na supressão de devoções tradicionais, desistência de muitos padres do ministério sacerdotal, tensões entre a Igreja mais ligada aos setores médio e rico e a Igreja ligada ao povo pobre.³¹

A Igreja depois de Medellín tomou, no Brasil, novos caminhos.³² Passou a ser uma Igreja com muito mais expressão nas bases, deixando um tanto quanto seu caráter institucional. As dioceses adquiriram mais autonomia, embora em colegialidade com as outras, expressa sobretudo na CNBB. Desenvolveu-se a co-responsabilidade presbiteral e os ministérios leigos foram intensamente assumidos. A opção pelos pobres, pela libertação integral e pelas CEBs foi um marco importante que ajudou a generalizar a nova consciência histórico-teológico-pastoral da Igreja no Brasil. A Igreja entendia que o regime militar havia salvado o país do comunismo, mas notava que o mesmo reprimia, acusava, prendia e matava os bispos, padres e leigos que denunciasses os abusos do governo autoritário. Alguns bispos passaram a admitir que a lei de segurança nacional era uma afronta à dignidade humana.

³⁰ “O progresso dos povos”. É uma carta encíclica do Papa Paulo VI sobre os critérios que a Igreja reconhece corretos para um desenvolvimento justo. Mostra também o direito que as nações pobres têm ao desenvolvimento.

³¹ Essa tensão se torna clara entre os bispos nas atividades da CNBB. Sobre isso ver: BERNAL (1989), p. 59-93.

³² Medellín na Colômbia sediou a II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, realizada em 1968. Foi importante pelo fato de ter acontecido poucos anos depois do encerramento do Concílio Vaticano II, proporcionando uma espécie de adaptação dos princípios do Concílio para a realidade latino-americana. Ver: PADIN; GUTIÉRREZ; CATÃO (1998).

Pode-se dizer que depois do golpe de 1964, houve um esforço por parte da Igreja e do Estado em manter um bom relacionamento. Os militantes progressistas da esquerda, que lutavam contra a repressão, eram tratados como grupos isolados da Igreja Católica, para evitar um rompimento entre a Igreja e o Estado enquanto instituições, mas a repressão foi, aos poucos, levando para o lado progressista muitos padres conservadores. Dessa forma, a partir do final da década de 60 e início dos anos 70, a Igreja vai se tornando mais comprometida com a justiça social e com os pobres. (FRISANCO, 2000, p. 25).

O clima de renovação da Igreja incidiu também na formação sacerdotal. Antes do Concílio havia prosperidade vocacional que se manifestava no aumento do número de seminários. A formação era baseada em leis e normas, com caminhos e metas claras e muito definidas. Com o Concílio Vaticano II, houve um clima de renovação e maior liberdade.

O Concílio Vaticano II, trazendo uma nova eclesiologia, deu nova fisionomia ao ministério presbiteral. Substituiu o termo “sacerdote” por “presbítero”. Introduziu o tema da “caridade pastoral” como sua espiritualidade. Falou da co-responsabilidade no governo da Igreja Particular, destacando o valor do trabalho em comunidade, através da colegialidade no presbitério. A formação presbiteral passa, a partir daí, a considerar o formando seu principal agente. Ela começa a ser concebida como processo integral e integrador, pessoal e comunitário. (SCHMIDT; COLLING, 1986, p. 33).

O clero enfrentou uma grande crise de identidade após o Concílio e isso provocou muitas desistências. No interior da igreja, a crise foi exposta pelo Concílio Vaticano II e pela própria rigidez da formação sacerdotal e, externamente pelas mudanças sociais, pela ditadura militar, pelas lutas estudantis e pela efervescência política dos anos 60 no mundo. No Brasil, essa crise se manifestou, em poucos anos, na desistência de milhares de sacerdotes e no fechamento de mais de 100 seminários.

Em 1910 existiam nos três estados sulinos (RS, SC, PR) só três seminários e, nos cinquenta anos seguintes, esse número subiu a 35 ou 40. Nascera em média, um seminário de 18 em 18 meses. E, semelhantemente, foram-se construindo seminários por todo o Brasil, em tal proporção que, ao irromper a presente crise, os senhores bispos puderam dar-se ao melancólico luxo de fechar mais de 100 seminários ainda com sobra de outros que continuam funcionando. (LOCKS, 1972, p. 937).

A Igreja no Brasil, ao mesmo tempo da crise dos seminários, vinha também se transformando, desde a criação da CNBB, que se deu no dia 14 de outubro de 1952.³³

³³ Sobre a criação da CNBB, ver: BERNAL (1989), principalmente o primeiro e o segundo capítulos.

Começou a surgir uma ala progressista dentro da hierarquia e também nas bases, em movimentos leigos. Depois do Concílio e com o endurecimento do regime militar no final dos anos 1960, essa ala ganhou o controle da CNBB e, utilizando as idéias do Concílio e dos planos pastorais já citados, instituiu um novo modelo de Igreja no Brasil nos anos 1970 e 1980. A Igreja foi definida como Povo de Deus, do qual todos fazem parte igualmente. Com a opção preferencial pelos pobres e a Teologia da Libertação, no contexto latino-americano, o papel do padre foi redefinido como servidor do povo.

A Teologia da Libertação nasceu nos anos 1960, na América Latina. No contexto de efervescência político-social dos governos populistas dos anos 1950-1960, como Perón na Argentina, Vargas no Brasil e Cárdenas no México, que promoveram um desenvolvimento nos moldes de um capitalismo dependente, associado ao capitalismo dos países ricos, que excluía as grandes maiorias, surgiram fortes mobilizações populares exigindo profundas transformações na estrutura sócio-econômica dos respectivos países. Segundo BOFF; BOFF (1986, p. 94), essas reivindicações fizeram surgir ditaduras militares nos principais países latino-americanos “que se propunham garantir o desenvolvimento do capital com grande teor de segurança alcançada pela repressão política e pelo controle policial de todas as manifestações públicas”. A revolução socialista de Cuba se apresentava nesse contexto como uma alternativa para o rompimento com a dependência, fator principal do subdesenvolvimento. “Eclodem em muitas partes focos de luta armada, visando a derrubada do poder vigente e a instauração de regimes de inspiração socialista” (BOFF; BOFF, 1986, p. 94). Os governos populistas e o modelo desenvolvimentista entraram em crise no final da década de 1960 e se verificou um vigoroso pensamento sociológico que mostrava que o desenvolvimento acontecia mesmo para os países ricos, e à custa dos países pobres. Nos ambientes eclesiais atentos às mudanças da sociedade e ao seu estudo, essa interpretação gerou nova vitalidade e também crítica às medidas pastorais em vigor.

À dependência entre o centro e a periferia se deveria opor um processo de ruptura e de libertação. Portanto, desfazia-se a base para a Teologia do desenvolvimento e se criavam os fundamentos teóricos para uma Teologia da Libertação. As bases reais e materiais só foram dadas quando os movimentos populares e os grupos cristãos já se encontravam militando no sentido de uma libertação sócio-política, aberta para uma libertação completa e integral. Foi então que surgiram as condições objetivas de uma autêntica Teologia de Libertação. (BOFF; BOFF, 1986, p.96).

A atmosfera teológica criada durante o Concílio Vaticano II era de grande liberdade e criatividade, o que propiciou a coragem de os teólogos latino-americanos pensarem suas

questões pastorais com seus próprios referenciais e não com os dos países ricos, isso tanto do lado católico (Gustavo Gutiérrez, Segundo Galilea, Juan Luis Segundo, Lucio Gera e outros) como do protestante (Emílio Castro, Júlio de Santa Ana, José Miguez Bonino). Gustavo Gutiérrez em março de 1964, num encontro de teólogos latino-americanos em Petrópolis, apresentou a Teologia como reflexão sobre a práxis. Essa linha de pensamento foi ganhando melhores contornos em outras reuniões e encontros, principalmente em torno da preparação para a Conferência do Episcopado Latino-americano em Medellín (1968). Gustavo Gutiérrez esteve em Montreal em 1967, quando propôs reflexões sobre a situação dos países pobres e o desafio para uma pastoral de libertação. Isso foi um marco importante para que se avançasse para uma Teologia da Libertação. “Num encontro teológico em Cartigny na Suíça, em 1969, propõe-se os primeiros delineamentos: ‘Hacia una Teologia de La Liberación’” (BOFF; BOFF, 1986, p. 98). Em 1970 e 1971, em Bogotá, aconteceram os dois primeiros congressos sobre Teologia da Libertação.

Finalmente em dezembro de 1971, G. Gutiérrez publica o livro inaugural desta teologia com o seu *Teologia da Libertação, perspectivas*. Já antes, em maio do mesmo ano Hugo Assmann publicava o livro coletivo *Opressão-libertação: desafio de los cristianos* (Montevideo) e em dezembro Leonardo Boff terminava em forma de artigos o seu *Jesus Cristo Libertador* (Petrópolis). Estava aberto assim o caminho para uma teologia feita a partir da periferia e articulada com as questões desta periferia que representavam e continuam representando ainda um imenso desafio à missão evangelizadora das Igrejas. (BOFF; BOFF, 1986, p. 98).

Segundo Boff; Boff (1986), a Teologia da Libertação teve sua origem no encontro com Cristo pobre nos pobres. O primeiro passo para se fazer Teologia da Libertação era justamente fazer a ação que liberta (libert-ação). Ultrapassando as estratégias do assistencialismo e do reformismo, os pobres venceriam sua situação de opressão e chegariam à libertação.

Na libertação, os oprimidos se unem, entram num processo de conscientização, descobrem as causas de sua opressão, organizam seus movimentos e agem de forma articulada. Inicialmente reivindicam tudo o que o sistema imperante pode dar (melhores salários, condições de trabalho, saúde, educação, moradia etc.); em seguida, agem visando uma transformação da sociedade atual na direção de uma sociedade nova marcada pela participação ampla, por relações sociais mais equilibradas e justas e por formas de vida mais dignas. (BOFF; BOFF, 1986, p. 16-17).

O segundo passo é a reflexão da fé a partir da prática libertadora. Aqui se busca superar a epistemologia racionalista que compreende a teologia apenas por suas mediações teóricas, para se situar dentro da “epistemologia bíblica, para a qual compreender significa amar, deixar-se envolver corpo e alma, comungar integralmente, numa palavra, comprometer-se, consoante as palavras do profeta: ‘Julgou a causa do aflito e do oprimido: não é isso conhecer-me, diz o Senhor?’ (Jr 22,16)”. (BOFF; BOFF, 1986, p. 21). A Teologia da Libertação usa de três mediações: a sócio-analítica, que olha para o mundo do oprimido, procurando entender o porquê da opressão; a hermenêutica, que procura ver qual é o plano de Deus em relação ao pobre; e a prática, que tenta descobrir as linhas de ação para superar a opressão de acordo com o plano de Deus.

Segundo Boff; Boff (1986), essa teologia passou pela etapa de desbravamento, quando os primeiros lançaram esse modo de fazer teologia em palestras, congressos, retiros, artigos, etc.; depois, pela etapa de edificação, quando se apresentou a Teologia da Libertação como uma perspectiva a partir da qual se poderia reler toda a teologia e se procurou conferir conteúdos doutrinários na linha da libertação; ainda, pela etapa do embasamento, quando, por um lado, se procurou fundar epistemologicamente o discurso teológico libertador e, por outro, “aprimorar a inserção dos teólogos e de outros ‘intelectuais orgânicos’ nos meios populares e nos processos de libertação” (BOFF; BOFF, 1986, p. 101); finalmente, a etapa da sistematização, quando se procurou produzir material escrito enfeixando os temas fundamentais da Teologia e da Pastoral Popular na ótica da libertação. A Teologia da Libertação se difundiu bastante, encontrando muito apoio em amplos setores, mas também, como era de esperar, muitas resistências. As reservas e oposições vinham dos que temiam uma demasiada politização da fé, dos que recusavam qualquer utilização das categorias marxistas na análise social e dos que não concordavam com as mudanças profundas que essa Teologia postula nas estruturas da sociedade capitalista. A preocupação com a Teologia da Libertação mereceu dois documentos da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé, do Vaticano, que procuraram dar a “Instrução sobre alguns aspectos da Teologia da Libertação” (1984) e a “Instrução sobre a Liberdade Cristã e a Libertação” (1986).

O modelo de Igreja proposto pela Teologia da Libertação foi o da práxis libertadora, a Igreja dos pobres, das CEBs, dos diversos ministérios. Nela, competia à hierarquia anunciar a Palavra de Deus e denunciar as injustiças, promover e defender a dignidade e os direitos humanos, solidarizar-se com os leigos e estimulá-los em sua criatividade e interpretar as aspirações dos povos, especialmente dos marginalizados. Enfim, cabia à hierarquia exercer toda sua autoridade como serviço e não como poder. A formação do clero deveria caminhar

na linha de formar o padre servidor dos pobres e não o funcionário de uma instituição. A Teologia da Libertação se tornou um dos instrumentais teóricos no qual se basearam as experiências das chamadas “comunidades inseridas”, para a formação de padres e religiosos. Tratavam-se de pequenas comunidades de seminaristas e formadores que buscavam a inserção em favelas e periferias, para a partir dessa realidade conduzir o seu processo formativo.

Segundo Cozzens (2001), com o Vaticano II, houve a passagem do modelo cultural ao modelo de servo-líder, o que gerou, pelo menos, quatro mudanças de paradigma na vivência do padre: do púlpito à participação, de pregador clássico a portador do mistério, do estilo solitário ao ministério colaborativo e de uma espiritualidade monástica a uma espiritualidade secular. O padre passou a ter um engajamento pastoral muito mais ativo que o padre pré-conciliar e politicamente mais à esquerda, adquirindo, então, um novo papel eclesial e político. Isso provocou uma profunda crise de identidade do padre e também do seminarista, conjugada ainda com o fenômeno da urbanização e da penetração de ideologias e modos de vida ligados à modernização ocidental, que valorizavam a descoberta e o desenvolvimento da individualidade.

Muito da história dos seminários nessa época do pós-concílio tem a ver com as tentativas de adaptar a formação ao novo modelo de Igreja. A crise dos seminários nessa época está no contexto das mudanças na Igreja e também na sociedade brasileira. O país passava por conflitos sociais provocados pelo rápido crescimento da indústria, pela migração maciça e rápida do campo para as grandes cidades e pelo impasse político, causado por mobilizações de estudantes, operários, camponeses e outros grupos, que levou ao golpe militar de 1964. Os seminaristas foram afetados por este contexto e queriam até tomar parte nas lutas, em alguns casos. Essas novas idéias penetraram os ambientes seminarísticos, chegando a “derrubar os muros” de alguns seminários. Os seminaristas reconheciam que estavam isolados do mundo e ausentes nas lutas e queriam participar. Para tanto exigiam mudanças nos seminários e tentaram formar seus próprios movimentos e organizações, fato inédito na história dos seminários.

O instrumento mais poderoso para atacar o modelo tridentino de seminários foi dado aos seminaristas e outros que o combatiam, no plano eclesial. Foi o decreto *Optatum Totius* (OT) do Concílio Vaticano II, sobre a formação sacerdotal.³⁴ O que esse documento trouxe de mudança foi o fato de permitir adaptações nos seminários em cada país ou rito conforme as

³⁴ “A Desejada Renovação de toda a Igreja...”. São as primeiras palavras do documento promulgado pelo Papa Paulo VI, em Roma, no dia 28 de outubro de 1965.

circunstâncias de tempo e lugar e transferir a responsabilidade das mesmas às conferências episcopais, descentralizando do Vaticano, embora não totalmente.

Uma vez que, em face da grande diversidade de povos e regiões, podem ser promulgadas apenas leis gerais, adote-se em cada país ou rito um método peculiar de formação sacerdotal, estabelecido pelas Conferências Episcopais, revisto de tempo em tempo e aprovado pela Sé Apostólica. Com base neste método, adaptem-se as leis universais às peculiares circunstâncias de tempo e lugar, para que a formação sacerdotal corresponda sempre às necessidades pastorais das regiões em que deve ser exercido o ministério. (PAULO VI, 1982, p. 508).

O decreto *Optatam Totius* também determinou que toda a formação fosse subordinada ao fim pastoral e abriu a possibilidade de se criar pequenas comunidades nos seminários onde o número de seminaristas fosse elevado, “para atender melhor à formação individual” (PAULO VI, 1965, p. 513). Mostrou a necessidade de se levar em consideração as necessidades dos alunos, coisa que não acontecia no sistema tradicional. Ainda aconselhou a introdução de outras ciências no ensino, no caso a pedagogia, a psicologia e a sociologia, com a finalidade de preparar o padre para o diálogo com o mundo moderno. Outro ponto importante foi a insistência no incentivo à ação e ao apostolado dos leigos. O decreto conservou as noções-chave do modelo tradicional, como eram a disciplina, a piedade, o silêncio, a pobreza, o celibato, a obediência, mas com uma concepção diferente. Serbin (1992, p. 99) afirma que “na sua totalidade, o OT representou uma ruptura com a formação do seminário fechado, não só pela maior flexibilidade que tencionava na formação, senão também pela voz que deixou aos bispos, o que representou uma diminuição no poder de Roma sobre os seminários”.

A renovação e a abertura proporcionadas pelo Vaticano II fizeram com que surgissem muitas experiências novas no campo da formação sacerdotal. Uma dessas experiências foram as chamadas “pequenas comunidades” ou “comunidades inseridas”. Segundo Moro (1997), a criação de pequenas comunidades já tinha sido sugerida em 1966, no primeiro Congresso Latino-americano de vocações.

Também no Brasil, no mesmo ano de 1966, fala-se da existência de tais pequenas comunidades distribuídas em uma cidade com a presença de formadores que as acompanham, e cujos estudos são feitos em um Centro separado, o qual reúne todos os seminaristas que vivem nestas pequenas comunidades. (MORO, 1997, p. 185).

Além de ser uma resposta a um período de crise acontecida no pós-concílio, com a saída de muitos presbíteros e seminaristas e fechamento de muitos seminários no Brasil, as pequenas comunidades foram solicitadas por insistência dos próprios seminaristas que pediam uma formação mais inserida. Por isso, a expressão “comunidade inserida”.

Eles apresentavam, para isto, razões evangélicas tais como: desejo de uma maior proximidade do povo para melhor compreender seu sofrimento, sua realidade e caminhada, desejo de uma vida mais simples e austera a exemplo de Charles de Foucauld, procura de uma maior radicalidade na vivência da Palavra de Deus, e busca de uma espiritualidade mais engajada.³⁵ (MORO, 1997, p. 187).

Os questionamentos dos seminaristas expressavam desencanto com o interesse financeiro de muitos padres, com o desequilíbrio sexual de alguns deles, com o seu isolamento e também o desajuste social. Também queriam o fim do ambiente artificial dos seminários, que os separava de suas famílias e comunidades, a renovação dos estudos de filosofia e teologia. Exigiam maior contato com os leigos e treinamento pastoral e apontavam a evangelização como a principal finalidade do sacerdócio. A maior queixa se referia à formação inadequada. Queriam uma formação que desenvolvesse as personalidades, que os fizesse descobrir suas capacidades, lhes desse responsabilidades e a possibilidade de tomar iniciativas.

Os questionamentos e reivindicações dos seminaristas acabavam caindo, embora não diretamente, nos alicerces da disciplina. E um dos baluartes da disciplina era o celibato obrigatório. Serbin (1992, p. 103), baseando-se no historiador da Igreja no Brasil, Frater Henrique Cristiano José de Matos, chega a afirmar que “os seminários têm existido em função do celibato”. Por isso, isolam do mundo e das mulheres. Muitos seminaristas achavam não ser o celibato necessário para viver o sacerdócio, e pediam que tivesse caráter optativo e não fosse mera imposição jurídica. Enfim, esse questionamento sobre o celibato obrigatório era um sinal da crise, já que representava uma contestação da autoridade.

³⁵ Charles de Foucauld nasceu na França, em Estrasburgo, em 15 de novembro de 1858. Converteu-se aos 28 anos e durante uma peregrinação à Terra Santa descobriu sua vocação: seguir Jesus em sua vida oculta de Nazaré. Passou 7 anos na Trapa, primeiro no Mosteiro Nossa Senhora das Neves e depois em Akbes, na Síria. Em seguida, viveu sozinho uma vida eremítica, perto das Clarissas de Nazaré. Ordenado sacerdote aos 43 anos (1901), partiu para o Saara, primeiro em Beni-Abbes, depois em Tamanrasset, em meio dos Tuaregues do Hoggar. Queria ser o “irmão universal”. Mantinha sua casa sempre aberta, não a fechando a ninguém. Agia sempre como irmão dos muçulmanos que encontrava. Em 1º de dezembro de 1916, foi morto por um bando de Tuaregues que rodeou sua casa. A radicalidade do seu estilo de vida fez surgir seguidores, formando 11 congregações religiosas que se inspiram em seu exemplo. Foi beatificado pelo Papa Bento XVI em 13 de novembro de 2005. Ver: BINGEMER (2006).

Em relação à estrutura físico-geográfica, as pequenas comunidades no período Pós-Concílio Vaticano II, provocaram as maiores transformações. Elas enfatizaram o papel dos seminaristas na organização da vida do seminário, diminuindo a influência da disciplina dos regulamentos e dos reitores, e rompendo com os padrões tradicionais da autoridade. Os seminaristas passaram a assumir mais responsabilidades na administração da casa, a ter mais autonomia e desenvolver sua personalidade, rompendo com o esquema da padronização de comportamentos e com o tratamento massivo. Passou a existir também, maior flexibilidade dos horários. Os seminaristas também puderam começar a sair para os estágios pastorais. Por influência da Teologia da Libertação, esses estágios se desenvolveram com os pobres, doentes e outros grupos marginalizados. Isso possibilitou um maior contato com o mundo, uma maior consciência das responsabilidades e dificuldades que um padre geralmente enfrenta e uma maior integração dos estudos com a prática.

Uma das experiências mais radicais com as pequenas comunidades foi a da “teologia da enxada” do Seminário Regional do Nordeste em Recife. Com a aprovação dos seus bispos e a orientação dos formadores, dois grupos de seminaristas, insatisfeitos com a formação do seminário, decidiram viver pobremente em áreas rurais do agreste pernambucano e paraibano. De manhã, faziam trabalho de agricultura, e de tarde e de noite, os estudos e trabalhos apostólicos. Os seminaristas deixaram de estudar as matérias tradicionais e optaram por tentar formar uma visão da antropologia rural. Usaram poucos livros e tentaram “projetar sobre um assunto da vida humana a luz da revelação... Dessa maneira, o resultado do estudo constituiria uma preparação para a pregação e a ação pastoral”. Esses estudos incluíram um “diálogo com a religião popular”. A formação tornou-se uma espécie de pesquisa na qual os seminaristas colhiam dados sobre a vida e a religião dos camponeses e depois procuravam comparar essa vida popular com a fé e os textos bíblicos. Fizeram relatórios e tiraram conclusões sobre temas com a casa, a terra, a refeição, os santos, os pobres e os ricos, a relação homem-mulher, a eucaristia, o pecado, a doença e outros. Desses trabalhos os seminaristas formaram algumas sugestões práticas para a ação pastoral. A meta final foi obter “uma pregação capaz de ser entendida pelo povo simples”. Embora essa experiência só tenha durado de 1969 a 1971, no Recife continua o modelo das pequenas comunidades e o trabalho pastoral dos seminaristas no meio rural. (SERBIN, 1992, p. 116).

É importante destacar o papel dos religiosos na implantação dessas experiências de pequenas comunidades ou comunidades inseridas, tanto na produção de literatura sobre a formação como na vanguarda das novas experiências. As pequenas comunidades inseridas foram elementos-chave na formação das CEBs. Nelas, os religiosos desenvolveram uma atuação sócio-política ante os valores tradicionais da vida religiosa, especialmente a obediência. “Surgiram novos conceitos, tais como o do consenso, da participação, da co-

responsabilidade, do rodízio nas tarefas, da obediência à missão entre os pobres, do superior como coordenador e do autogoverno” (SERBIN, 1992, p. 118-119). Essas idéias representaram a deterioração da disciplina eclesiástica.

Depois de muitas experiências das “pequenas comunidades”, a Congregação para a Educação Católica, responsável pelos seminários, fez intervenções onde demonstrava não aceitá-las por serem muito pequenas, não terem a presença permanente de formadores e não apresentarem as condições mínimas do que é essencial para que fossem um verdadeiro seminário. A partir da década de 1980, os elementos positivos e negativos foram sendo pesados e se ficou com a “Casa de formação” ou “Comunidade de formação” como uma opção aos antigos grandes seminários. A conferência de Puebla afirmou que “o processo de amadurecimento e formação da vocação presbiteral encontra o seu ambiente mais propício no ‘Seminário Maior’ ou ‘Casa de Formação’, declarado pelo Concílio Vaticano II necessário para a formação sacerdotal”. (PUEBLA, 1979, p. 301).³⁶ A expressão “Casa de Formação” passou então a fazer parte dos documentos dos bispos da América Latina. No Brasil, a CNBB passou a adotar cada vez mais essa experiência de formação. Segundo MORO (1997, p. 199), “tal forma de Seminário mantém hoje mais da metade dos seminaristas brasileiros”. As Casas de Formação passaram a fazer parte também dos documentos do Vaticano sobre a formação sacerdotal.

Em 1980, quando o Papa João Paulo II esteve no Brasil, falando aos seminaristas e seus formadores, em Porto Alegre, usa o termo Seminários e Casas de formação religiosas. O Papa acena explicitamente para a necessidade da atualização do seminário e outras instituições educativas. (MORO, 1997, p. 196).

A Exortação Apostólica Pós-Sinodal sobre a formação dos sacerdotes *Pastores Dabo Vobis*, do Papa João Paulo II, também fez referência às casas de formação, pelo menos em quatro números.³⁷ Dom Jayme Chemello foi um dos representantes do Brasil no Sínodo de 1990 em Roma, sobre a formação dos sacerdotes e lá falou sobre as casas de formação.³⁸ Na 25ª reunião ordinária do Conselho Permanente da CNBB, realizada de 20 a 23 de novembro

³⁶ Conferência dos bispos latino-americanos realizada em Puebla de Los Angeles, México, em 1979.

³⁷ *Pastores Dabo Vobis* se traduz por “Dar-vos-ei pastores”. É o documento atual do Vaticano mais importante sobre a formação dos padres. Foi elaborado a partir das conclusões do Sínodo de 1990 sobre a formação dos sacerdotes.

³⁸ Bispo de Pelotas – RS desde 1977, Coordenador do Setor Vocações e Ministérios da CNBB de 1988 a 1994, Coordenador do Departamento de Vocações e Ministérios do CELAM de 1991 a 1994, Presidente da CNBB de 1998 a 2002.

de 1990, Dom Jayme dizia que o seminário desejado pelo Sínodo está em conformidade com o desejado pelas diretrizes da CNBB, inclusive as casas de formação.

Em uma entrevista afirma que o seminário caminhará para ser uma casa de formação cada vez mais próxima da Igreja local, do bispo, do presbitério e dos leigos. Esta inserção que leva em conta a inculturação do evangelho foi chamada de diocesanidade pelo Sínodo. Por isso, com o Sínodo, as casas de formação ganharam novo alento. (MORO, 1997, p. 200).

No Brasil, os cursos promovidos pela CNBB para formadores de seminário revelaram a Casa de Formação como ponto pacífico nos anos 1980. E isso foi se consolidando sempre mais, também na América Latina, a ponto de se tornar quase consenso entre os formadores. Assim, a casa de formação, como modelo de formar padres, passou a vigorar como parte do patrimônio formativo da Igreja.

Muitas experiências foram feitas de modo planejado, já outras foram acontecendo conforme as circunstâncias, sejam de reajuste a fatores demográficos (saída de seminaristas ou pequeno grupo perseverante), econômicos (falta de recursos) ou políticos. Outras experiências eram tentativas de resposta às exigências e necessidades dos seminaristas. Com o tempo, houve uma triagem das experiências: várias foram modificadas ou eliminadas e outras foram refinadas e persistiram, tornando-se alternativas viáveis, como é o caso da Casa de Formação.

Em relação à estrutura econômica dos seminários, se nos períodos colonial e imperial, a Coroa Portuguesa os subvencionava, e no período republicano, principalmente a partir de Vargas, também havia alguma verba do Estado para vários seminários, com a ditadura militar, devido à contestação da Igreja, a subvenção praticamente acabou.³⁹ Com isso, depois do Concílio Vaticano II, os seminários se voltaram para a auto-suficiência econômica, que significa autonomia política, ideológica e formativa. Isso representou uma ruptura importante na história dos seminários. Nesse período do corte das subvenções estatais, os seminários recebiam significativa ajuda, para construção de prédios e manutenção, de organizações católicas européias, especialmente da *Adveniat*, da Alemanha.⁴⁰ De resto, foram se adaptando

³⁹ Na época do governo Vargas, na década de 1930, houve uma aliança da Igreja com o Estado, que durou até a ditadura militar instalada em 1964, que permitia uma subvenção do governo federal aos seminários. Na década de 1960, segundo SERBIN (1992), quase duzentos seminários recebiam auxílio anual. Essa ajuda oficial, sem dúvida, criava uma dependência dos seminários com o Estado. SERBIN apresenta um quadro, tendo como fonte o Diário Oficial da União, que revela os seguintes dados do ano e seminários subvencionados: 1956 – 50 seminários; 1965 – 177; 1966 – 126; 1967 – 197; 1971 – 47; 1976 – 38; 1981 – 29; 1985 – 13 e 1989 – 9.

⁴⁰ Organização de católicos alemães com a finalidade de ajudar financeiramente projetos da Igreja Católica em países pobres.

e conseguindo se manter, apesar das crises. Com a expansão da rede de ensino público no país, o ensino fundamental e médio dos seminaristas passou a ser feito fora do seminário. A maior parte dos custos de construção e manutenção dos seminários nas duas últimas décadas se tem dado pela contribuição das paróquias, dinheiro arrecadado por essas através do dízimo, coletas, festas, almoços, rifas, campanhas, sistema de apadrinhamento e outros.

A estrutura educacional dos seminários também foi mudada. O fato mais importante a destacar nessas mudanças foi o do estudo de filosofia e teologia passarem a ser realizados, em muitos casos, em institutos especiais ou em faculdades leigas, levando os formandos para fora do seminário. A saída dos seminaristas para os institutos, onde estudavam além de outros formandos, freiras, leigas e leigos representou uma grande mudança na formação, no sentido que quebrou a disciplina da separação do mundo e das relações do seminarista com o sexo oposto. Foi incluído o estudo de outras matérias, além da filosofia e da teologia, como por exemplo, economia, sociologia, antropologia, psicologia, e ainda, o estudo da realidade brasileira usando as ciências sociais e discutindo as ideologias dominantes, o neocapitalismo e o marxismo. Ainda em vários casos, os professores não eram mais os padres, mas leigos e leigas e até ex-padres, o que provocou um rompimento com o predomínio clerical no ensino. Isso levou a uma valorização do leigo e a um desenvolvimento pessoal e individual. A luta pelo reconhecimento civil dos institutos também representou um avanço, já que a maioria deles só tinha reconhecimento eclesiástico. Com isso, abria-se, nesse período pós-conciliar, a possibilidade de uma formação profissional também, o que seria o caso se houvesse desistência do seminarista, e também o levava a participar em condições de igualdade em outros setores da sociedade.

Os institutos contribuía para a economia das dioceses e congregações, já que uma mesma estrutura podia atender um número grande de alunos. A gestão desses institutos também era muito mais democrática, permitindo inclusive a formação de diretórios acadêmicos dirigidos por alunos. Isso apontou para a formação de um novo modelo de padre para uma nova Igreja.

O uso da psicologia e da psicanálise é outro fator importante a ser destacado na preparação dos novos padres, a partir dos anos 1960. Muitos padres desajustados social, afetiva e sexualmente acusavam o seminário fechado de ser o responsável pelo começo ou pela intensificação dos seus desequilíbrios. O uso da psicologia também ajudou a desestruturar a formação tradicional que estava bastante ligada ao diretor espiritual, já que pôs os seminaristas nas mãos de profissionais de fora da instituição, fazendo diminuir o seu controle sobre eles. A direção espiritual foi cada vez mais se unindo à psicologia. Interessante

foi também o uso da psicologia entre os formadores, já que tinham que passar por essa experiência para conhecer melhor seus formandos. Com a psicologia se valorizava a individualidade da pessoa, tratada agora como sujeito e não apenas como membro de uma instituição massiva.

Com a introdução da psicologia nos seminários, a disciplina foi deslocada do plano da relação entre formador e formando para o interior do seminarista. Ou seja, a disciplina não perdeu a importância. Foi transformada, chegando a ser uma questão pessoal. Agora interpretava-se que a disciplina tradicional não era o problema, mas as “necessidades inconscientes” é que eram importantes. (SERBIN, 1992, p. 125).

Esse período de crise pode ser situado entre 1965 e 1975, durante o qual aconteceram essas novas experiências. A partir do papado de João Paulo II e da onda conservadora que invadiu o mundo nos anos 1980, os seminários passaram a ser pressionados para uma chamada “volta à grande disciplina”. Isso revela “uma vontade decidida de reordenar uma situação, sentida como confusa, incontrolada, entregue aos impulsos subjetivos” (LIBÂNIO, 1984, p. 11). Nessa direção várias medidas foram tomadas pela Congregação para a Educação Católica.⁴¹ Uma delas foi a publicação da *Ratio Fundamentalibus Institutionis Sacerdotalis* (Diretrizes Básicas da Formação Sacerdotal), em 1970, que dava certa liberdade para as adaptações de cada região, mas determinava o básico. Reafirmava que “os seminários são necessários como instituições destinadas à formação dos sacerdotes e dotadas daqueles elementos educativos mais importantes que junto com outros podem eficazmente contribuir para a formação integral dos futuros presbíteros” (n. 01, p. 07). Chegava-se até a aceitar as pequenas comunidades, mas dentro do grande seminário. A estrutura básica do seminário fechado, ou seja, o internato num prédio central, deveria ser mantida. O Cardeal Gabriel Maria Garrone, prefeito da mencionada congregação nesse período, em diversos pronunciamentos, embora desse alguma esperança de renovação do modelo de formação sacerdotal, demonstrava que não havia nenhum interesse do Vaticano numa descentralização total do sistema de formação. Em todos os documentos sobre o assunto havia sempre algo explícito sobre o fato de que qualquer nova experiência deveria ser aprovada pela Santa Sé.

Não se pode aceitar a idéia de um Seminário fragmentado em pequenas comunidades dispersas numa cidade, sem deixar algo de essencial daquilo que a Igreja chama Seminário. De fato, pode ainda ser possível o contato

⁴¹ Medidas de volta à disciplina podem ser consideradas também a revisão e promulgação do Novo Código de Direito Canônico em 1983, com 33 cânones sobre a formação dos padres e a publicação do Catecismo da Igreja Católica, em 1992, como referência para os catecismos nacionais e diocesanos.

habitual e regular quando se trata apenas de pavilhões separados mas dispostos num único “campus”, como no caso, por exemplo, do Seminário de Buffalo (EE.UU.), ou ainda do Seminário João XXIII. Caso contrário, na hipótese de comunidades dispersas numa cidade, torna-se praticamente impossível toda a unidade efetiva de direção. E pode-se também perguntar qual a diocese capaz de reunir um grande número de homens suficientemente qualificados para assumirem as responsabilidades, eles sozinhos, por “pequenas comunidades de Seminário”. Por outro lado, qualquer mudança que criasse uma situação verdadeiramente nova com relação ao comum exigiria a aprovação de toda a conferência para ser aceita. (GARRONE, 1967, p. 176).

Apesar das hesitações e reservas de vários setores da Igreja no Brasil e no Vaticano, as pequenas comunidades e outras experiências floresceram no Brasil e, em 1984, quando a CNBB elaborou a complementação das diretrizes do Vaticano, essas experiências foram aprovadas, o que significou a institucionalização de certos aspectos da nova formação. Este documento apoiou o direito de cada diocese organizar os estudos filosófico-teológicos, o estudo da realidade brasileira e a história regional, o estudo da sociologia e das ciências humanas, o estudo da religiosidade popular, o uso da psicologia, a educação sexual e outros.

Uma inovação que merece destaque especial é a fundação da OSIB – Organização dos Seminários e Institutos do Brasil. Foi fundada em 02 de julho de 1978, em Brasília, por 43 formadores e reitores de seminários maiores, quando participavam de um encontro nacional promovido pelo Setor Vocações e Ministérios da CNBB. Este tipo de encontros acontecia frequentemente desde 1966. Havia já a OSLAM – Organização dos Seminários Latino Americanos, fundada em 1958, que sugeriu desde os anos 70 a criação do organismo brasileiro. O primeiro presidente da OSIB foi o Pe. Alberto Antoniazzi, de Belo Horizonte.

O objetivo da OSIB, que já completou 28 anos, é promover o intercâmbio e a cooperação entre os seminários e casas de formação. É uma organização reconhecida pela CNBB e a assessora nas questões relativas à formação de sacerdotes. Faz recenseamentos periódicos dos seminários e os publica em catálogos, promove cursos de formadores, pleiteia o reconhecimento civil dos cursos de filosofia e teologia e publica boletins. Tem subseções em quase todos os regionais da CNBB, embora não tenha nenhum poder direto sobre os seminários.

As contribuições da Assembléia da OSIB e do Encontro de Reitores de julho de 1980 foram acolhidas no documento da Assembléia Geral dos Bispos do Brasil de 1981, intitulado “Vida e Ministério dos Presbíteros – Pastoral Vocacional”. Também em 1981, a OSIB, com a assessoria da CNBB, iniciou um amplo processo de consulta aos seminários, para elaborar as “Diretrizes Básicas da Formação de Presbíteros na Igreja do Brasil”, aprovadas em 1984,

como já vimos. Em 1990, aprovou em sua assembléia um conjunto de critérios para a admissão às etapas do seminário maior e à ordenação presbiteral. De 1993 a 1994, a OSIB empenhou-se na renovação das Diretrizes da Formação de Presbíteros da Igreja no Brasil, à luz da Exortação Apostólica “*Pastores Dabo Vobis*”, do Papa João Paulo II, sobre a formação sacerdotal, que foram aprovadas em 1995, com o reconhecimento da Santa Sé. Em 01 de janeiro de 1998, entrou em vigor o “Decreto geral legislativo sobre a admissão de egressos ao seminário”, elaborado com a ajuda da OSIB e aprovado pela CNBB e Santa Sé, em 1997.

Talvez o fato mais importante em relação à OSIB seja que ela é dos formadores, o que permite que aqueles que estão mais perto dos problemas da formação desenvolvam os cursos e programas especiais. Como assessoria à CNBB, serve como uma fonte rápida e eficiente de informações. A OSIB dá um papel ativo aos padres na organização eclesial, e essa responsabilidade pode contribuir para o maior prestígio do clero. (SERBIN, 1992, p. 133).

É preciso mostrar também que nessa época das novas experiências houve pontos negativos. Os leigos não foram valorizados suficientemente. O preparo pastoral nos seminários, praticamente não existiu. A teologia estudada nos seminários não foi atualizada. A questão do celibato ainda não foi tratada como deveria e, por falta de formação na área da afetividade, os jovens tiveram de lidar sozinhos com ela. A escassez e a grande rotatividade de formadores foi outro problema. Existiu também uma defasagem intelectual dos seminaristas, agravada pela falta de um programa de formação continuada. Finalmente, não existiu uma visão nacional da formação nos seminários. Cada diocese ou congregação fazia a sua própria experiência. Faltou um movimento organizado dos seminaristas que lhes permitisse o desenvolvimento de uma visão mais ampla dos problemas da formação, da Igreja e da realidade social brasileira. Os seminaristas se tornaram mais seguidores que líderes.

Podemos afirmar sim, que a partir do papado de João Paulo II aconteceu a volta à disciplina. Depois da realização do Concílio Vaticano II seguiu-se um período de abertura da Igreja a novas experiências, onde diversas iniciativas aconteceram. Tal período não pode prolongar-se dentro de um corpo social. Esse não resiste ser submetido continuamente a novidades. Surgem, então, no seu interior, desejos e pressões por estabilidade, que acabam levando a um período de triagem.

A triagem é feita em vista de um período seguinte de enquadramento. Selecionam-se as experiências para sobre elas legislar. Aquelas julgadas positivas pela autoridade competente são prescritas, deixando o caráter

experimental para assumir o de oficial. Passa-se do espaço da criatividade livre para o da normatividade obrigatória. (LIBANIO, 1984, p. 133).

O pontificado de João Paulo II trouxe essa marca de normatizar, disciplinando as experiências que podiam ou não continuar. Era uma tentativa de criar uma nova identidade católica, já que a de Trento tinha sido bastante dissolvida. No caso da formação de padres, a ênfase foi dada justamente no sentido de deslocar cada vez mais o padre dos problemas concretos do homem na atualidade para uma preocupação com os aspectos intraeclesiais. Era o fim das novas experiências. A Igreja passou cada vez mais a formar padres apenas para o seu quadro institucional.

A Igreja, seguramente, nos últimos anos não esteve muito interessada em manter no seu interior o pensar crítico, a reflexão corajosa, a diversidade teológica, a pluriformidade eclesial. Em relação à formação presbiteral, ficou claro que o interesse da Igreja, nos últimos anos, não era tanto cunhar homens de estatura espiritual, mas fiéis serviçais do aparato eclesiástico. (NERY, 2001, p. 40).

No seminário, passou-se a dar ênfase ao intelectual em vez da ação, ênfase na teologia e pouca atenção às ciências humanas, menos contato com o mundo, com as mulheres e com os leigos em geral, houve redução no engajamento e no treinamento pastoral. Os ataques à teologia da libertação ajudaram a decompor a base teórico-teológica que punham o padre junto às bases populares. As experiências de trabalho durante a formação foram praticamente abolidas.

A volta à disciplina está bem caracterizada com a reativação das visitas canônicas aos seminários, coisa que acontecia constantemente no período pré-conciliar. O Brasil foi um dos primeiros países a ser visitado por representantes da Cúria Romana. A primeira visita depois do concílio aconteceu em 1981, quando Dom Eugênio Sales, cardeal do Rio de Janeiro, pediu a Roma uma revisão do seu próprio seminário. O Vaticano mandou bispos brasileiros visitarem também outros dez seminários: Fortaleza, Recife, São Paulo, Aparecida, Porto Alegre, Brasília, Salvador, Belo Horizonte, Juiz de Fora e Mariana. Os problemas que, segundo os visitantes apareceram, não foram especificados oficialmente e seriam tratados diretamente com os bispos responsáveis dos referidos seminários. Em 1984, uma segunda visita foi feita às Casas de Formação da Arquidiocese de São Paulo, pelo cardeal alemão Josef Hoeffner, que acabou por elogiar as novas experiências. Em 1988 e 1989 aconteceu a mais abrangente das visitas, quando 15 bispos brasileiros visitaram em torno de 300 casas de formação diocesanas. Nessa visita a CNBB exigiu um papel e pôde determinar muitas das

condições, que foram aceitas pela Congregação para a Educação Católica. O resultado dessa visita não fez com que fossem exigidas mudanças bruscas ou inesperadas.

Embora o papel da CNBB em relação a essas visitas tenha indicado uma reação à volta à disciplina, ela aconteceu graças aos chamados bispos conservadores. Entre 1982 e 1992, vários desses bispos retiraram seus alunos dos institutos de teologia e filosofia, como aconteceu no Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belém, Recife, Belo Horizonte. Esses se opunham às pequenas comunidades, à teologia da libertação e às ciências sociais. Seminaristas e professores que não concordavam com a linha desses bispos eram expulsos dos institutos. O exemplo mais forte aconteceu na arquidiocese de Olinda e Recife, quando em 1985, com a posse de Dom José Cardoso Sobrinho, em substituição a Dom Hélder Câmara, o antigo seminário de Olinda foi reaberto e os alunos foram retirados do Instituto de Teologia de Recife (ITER) para estudarem no Mosteiro de São Bento. O ITER formava padres e leigos na linha da teologia da libertação. Tinha sido fundado por Dom Hélder no final dos anos 1960 e recebia alunos do Seminário Regional Nordeste II, que distribuía seus alunos em pequenas comunidades na periferia de Recife. Em agosto de 1989, a Congregação para a Educação Católica baixou uma ordem fechando o ITER e o Seminário Regional Nordeste II até o final do ano, o que provocou vários protestos e levou Dom Luciano Mendes de Almeida, presidente da CNBB, a Roma em busca de uma audiência com o Papa. A Congregação para a Educação Católica manteve-se firme na decisão do fechamento e os bispos progressistas do regional Nordeste II se apressaram em abrir outros dois seminários. A carta oficial dava como razão a inadequada formação para o clero. Mais tarde, outras razões foram apontadas: no ITER: pensamento marxista e ciências sociais demais, presença de ex-padres no corpo docente; no Seminário Regional: pouca vida litúrgica e falta de acompanhamento adequado de padres nas pequenas comunidades. Segundo Serbin (1992, p.150), o que é importante ressaltar é que...

[...] os principais motivos do fechamento estão ligados à luta política dentro da Igreja e à questão da disciplina: uma lavagem ideológica dos seminários e, conseqüentemente, do clero, e a necessidade de separar os alunos do mundo e restabelecer a ordem hierárquica, recompondo as estruturas físico-geográfica, educacional e psicológica desagregadas na época das experiências.

Não se pode deixar de mencionar duas pesquisas importantes realizadas pela CNBB sobre o perfil dos seminaristas. Uma foi realizada em 1982 e a outra, dez anos depois, em

1993.⁴² Eis alguns dados: em 1982, a média de idade dos seminaristas era de 24 anos e em 1993, de 26 anos. Em 1982, havia 4,2 seminaristas maiores por 100 mil habitantes e em 1993, 3,97. Quanto à origem dos seminaristas, em 1982, 47,6% dos pesquisados vinham da roça, 11% da cidade pequena e 41,4% da cidade média ou grande. Já em 1993, 41% vinham da roça, 8% de cidades sem escola do 2º grau, 26% de cidades com menos de 100 mil habitantes, 21% de cidades com mais de 100 mil habitantes e de 4% não se obteve essa informação. Em relação aos rendimentos familiares, em 1982, 86,9% ganhavam até cinco salários mínimos e em 1993, 83,6%.⁴³ As duas pesquisas revelam grande semelhança de dados e impressiona o fato de que, 11 anos depois, quase nada pareceu ter mudado. O que mais marca é que os seminaristas provêm do mundo rural, mesmo num contexto nacional de crescente urbanização. Isso mostra que a vocação dos seminaristas foi marcada pela Igreja tradicional e não pela renovação eclesial.

Enfim, a volta à disciplina nos seminários revela que a Igreja, depois de ter dado um salto na direção da renovação, voltou para a tradição e precisa de padres formados numa linha que lembra as estruturas tridentinas, já que esse tipo de Igreja exige tal tipo de padre.

⁴² Uma importante pesquisa, já citada, foi realizada com o auxílio do CELAM em vários países sobre a situação dos seminários. No Brasil, o inquérito foi feito pelo departamento de estatísticas da CRB, sob a direção de Madre Conceição Menezes, em 1960. Os dados foram tabulados e analisados pelo CERIS. As perguntas foram enviadas a cada seminarista com o objetivo do conhecimento dos fatores familiares, sociais, culturais e religiosos relacionados com as vocações sacerdotais. Cf. PEREZ; GREGORY; LEPARGNEUR (1965). Uma última pesquisa foi realizada em 1998 por ANDRÉ MARMILICZ, com apoio da CNBB, sobre a qual elaborou sua tese de doutorado, defendida em Roma, junto à Universidade Pontifícia Salesiana, em 2002. O autor faz uma pesquisa sobre formandos e formadores dos Seminários Maiores do Brasil, sistematiza a teoria da relação educativa, aplicando-a aos seminários e compara esta teoria com as orientações adotadas pela OSIB em seus cursos para formadores. Cf. MARMILICZ (2003).

⁴³ Os dados completos e a análise destas pesquisas se encontram na Coleção “Estudos da CNBB”, números 40 e 74.

3.3. HISTÓRIA DA FORMAÇÃO SACERDOTAL NA ARQUIDIOCESE DE MARINGÁ

No dia 1º de fevereiro de 1956, o Papa Pio XII criava a Diocese de Maringá, separando a sua área geográfica da Diocese de Jacarezinho, norte do Paraná. A nova diocese contava com uma área de 14.902,67 Km², ainda muito extensa. A bula papal de criação era intitulada *Latissimas Partire Ecclesias* e dizia ser dever da Igreja dividir as dioceses muito extensas a limites mais convenientes para proporcionar a todos os cristãos “os confortos e utilidades da religião católica”. (ARQUIDIOCESE DE MARINGÁ, 1982, p. 06).⁴⁴

A criação da diocese de Maringá está no contexto da colonização do norte e noroeste do Paraná. Até a metade do século XIX, todo o norte do Paraná era uma área composta de densa floresta, separada de São Paulo pelo rio Paranapanema e distante da capital do Estado. A expansão da atividade cafeeira em direção ao oeste do Estado de São Paulo, por volta de 1860, fez com que a cafeicultura se aproximasse do Paraná. Nessa época, o norte velho paranaense começou a ser ocupado com as primeiras lavouras de café, mas de forma desordenada. O grande impulso da economia cafeeira deu-se no começo do século XX, até a Grande Depressão. Segundo Trintin (2006), dois pontos foram importantes para a expansão cafeeira no Paraná:

Um dos pontos refere-se à importância do documento firmado entre os principais Estados produtores de café, o *Acordo de Taubaté*, resultando um controle bastante rígido sobre as novas plantações. Entretanto, o acordo acabou por favorecer o plantio de café em áreas onde não havia restrição; e o Paraná, por não apresentar, nesse período, nenhuma representatividade como produtor de café, pôde tirar proveito dessa sua condição. Tanto é que produtores, principalmente de São Paulo, aceleraram a ocupação dessa região e passaram a efetuar sua produção em território paranaense. Formou-se em 1910 a primeira fazenda realmente grande, que plantou aproximadamente um milhão de pés de café. O outro fator que contribuiu para a ocupação da região e a expansão cafeeira foi a busca de novas terras por produtores paulistas, que viam sua produção cada vez mais decrescente devido ao esgotamento do solo e em uma conjuntura de preços baixos e restrições quanto ao plantio. Enquanto isso, as terras virgens paranaenses apresentavam melhores perspectivas e alta rentabilidade, possibilitando novas oportunidades e a perspectiva de maiores lucros na produção do café. (TRINTIN, 2006, p. 44).

⁴⁴ A tradução do título da bula papal é: “dividir as igrejas muito extensas”.

Até os anos 1920, a produção de café no Paraná seguiu o modelo paulista, com predomínio das grandes propriedades. Depois, com a colonização planejada por empresas privadas, predominou aos poucos o modelo de pequenas propriedades. Mesmo numa conjuntura desfavorável, devido a depressão econômica mundial e a superprodução de café, segundo Trintin (2006), a cafeicultura se expandiu no Paraná devido a elevada produtividade proporcionada pelo solo paranaense; pelo fato de, a partir da década de 1930, a produção ter sido baseada na pequena propriedade, com utilização do trabalho familiar e poucos empregados assalariados e, então, podendo o pequeno produtor operar em condições de baixa rentabilidade; pelas negociações do governo estadual com o governo federal que aplicaram medidas restritivas e imposto anual somente aos estados que ultrapassassem 50 milhões de cafeeiros, beneficiando o Paraná, onde o contingente era bem inferior a essa cifra. É importante destacar o tipo de empreendimento que se firmou aqui, ligado à pequena propriedade.

Por último, estruturou-se na região um tipo peculiar de pequenos estabelecimentos agrícolas ligados a empresas privadas e o projeto de maior proporção foi o iniciado em 1925 pela *Paraná Plantation* e sua subsidiária brasileira, a Companhia de Terras do Norte do Paraná, posteriormente denominada Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. (TRINTIN, 2006, p. 47).

Inicialmente a Companhia queria plantar algodão para exportação. Por diversos problemas, o projeto não durou, e para ressarcir-se dos prejuízos iniciais, criou um projeto imobiliário na área adquirida e passou a vender suas terras em pequenos lotes, com prestações de até 48 meses. “A partir de então, moldou-se um novo tipo de economia cafeeira, proporcionando condições para o processo de ocupação do Norte Novo do Estado”. (TRINTIN, 2006, p.48). O Norte Novo era formado pelas microrregiões de Londrina, de Maringá e de Apucarana.

A fim de facilitar a venda de suas terras e valorizá-las, a colonizadora buscou assegurar as condições de infra-estrutura para permitir o escoamento da produção local. Para isso, a partir de 1928, viabilizou a extensão da ferrovia de Cambará, no Norte do Paraná, até suas terras, ligando essa região aos grandes centros de comercialização de café e facilitando o acesso de novos colonizadores às terras adquiridas.

Os núcleos ocupacionais, depois transformados nas principais cidades do Norte Novo do Estado, foram formados de modo planejado, diferentemente do Norte Velho.

Com base em um plano diretor inspirado em um projeto similar desenvolvido em Birigui, São Paulo, e que havia sido bem sucedido, formularam-se as diretrizes para a ocupação/colonização da região. Tal projeto consistia na montagem de um sistema onde as cidades que seriam os núcleos econômicos mais importantes deveriam estar a 100 Km de distância uma das outras. Entre elas, a uma distância de 10 a 15 Km, ficariam os patrimônios, que serviriam de centros comerciais com vistas a facilitar o intercâmbio de mercadorias. (TRINTIN, 2006, p. 49).

Esse projeto de colonização planejada se constitui num empreendimento altamente lucrativo, atraindo muitos produtores, que combinaram a produção cafeeira com a produção de alimentos. Muitos desses vinham do Estado de São Paulo, tanto é que essa região se vinculou muito mais a São Paulo que as demais regiões do Paraná, tanto em termos econômicos quanto culturais. Depois da Segunda Guerra Mundial, o Paraná tornou-se o maior produtor de café do Brasil. Esse modelo, baseado em pequenas propriedades, pelos bons resultados que produziu, foi adotado pelo governo do Estado para outras regiões.

Nos finais da década de 30, o Paraná ainda possuía grandes áreas de terras inexploradas no norte do estado. Diante da perspectiva de bons resultados dos projetos de colonização, notadamente o da Companhia de Terras Norte do Paraná, o governo estadual passou também a empreender programas de colonização semelhantes, loteando e vendendo terras, predominantemente em pequenas propriedades. Devido a essa iniciativa, várias frentes de povoamento foram abertas, principalmente a partir dos anos 50, alcançando áreas não só no norte, como o Norte Novíssimo, mas também outras em direção ao leste e sudoeste do Estado. (TRINTIN, 2006, p. 52-53).

Padis (1981) mostra que, em um quarto de século apenas, na área da Companhia de Terras, surgiram 110 núcleos urbanos, transformados depois, na grande maioria, em cidades. “Dentre eles, 62 foram criados pela própria companhia colonizadora, enquanto os outros 48 foram fundados por diversos outros grupos, formalmente organizados ou não”. (PADIS, 1981, p. 93). Assim surgiu, de modo planejado pela Companhia de Terras, a cidade de Maringá, em 1947, e tornada município em 14 de novembro de 1951.

A Companhia de Terras procurou dotar os núcleos ocupacionais da infra-estrutura básica, como vimos. A cidade de Maringá foi “planejada para ser uma segunda capital regional, um lugar privilegiado, no centro da gleba pertencente à Companhia”. (LUZ, 1997, p. 46). O planejamento levava em consideração também o aspecto religioso: “Às Mitras Diocesanas, igrejas, casas paroquiais e congregações religiosas foram doados terrenos para serem utilizados em obras educacionais e assistenciais”. (LUZ, 1997, p. 47). Como era a população predominantemente católica, a Igreja foi se consolidando.

Para o estreitamento das relações sociais entre a população urbana e rural, muito contribuíram as práticas religiosas, notadamente as da Igreja Católica. Por ocasião das missas aos domingos e dias santos, visitas pastorais e festas religiosas, a cidade recebia grande número de visitantes e trabalhadores rurais com suas famílias; estes às vezes se demoravam alguns dias, visitando parentes e amigos ou simplesmente fazendo compras. (LUZ, 1997, p. 182).

Tornando-se um centro importante em todos os aspectos, também o religioso acompanhou, o que levou à criação da diocese de Maringá, em 1956, quando a cidade contava com quase 10 anos. A bula do Papa Pio XII, que criava a diocese, prescrevia também a criação, o quanto antes, de um seminário.

Como, porém, o crescer progressivo do florescimento e fecundidade da Igreja depende, em grande parte, da escolha e formação dos jovens que, considerando a fertilíssima seara das almas, desejam alistar-se no número dos operários do Evangelho, queremos que na Diocese logo se construa segundo as normas do Direito e de acordo com as leis promulgadas pela Sagrada Congregação dos Seminários e Universidade de Estudos, um seminário ao menos elementar, do qual se escolham a seu tempo, jovens que sejam enviados a esta Santa Cidade, junto ao Colégio Pio Brasileiro, para serem devidamente instruídos em filosofia e teologia.⁴⁵ (ARQUIDIOCESE DE MARINGÁ, 1982, p. 06).

Após a criação da Diocese de Maringá, o mesmo Papa nomeou o 1º bispo diocesano em três de dezembro de 1956. Era Dom Jaime Luiz Coelho, então cura da Catedral de Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo.⁴⁶ No dia vinte e quatro de março de 1957 foi instalada canonicamente a diocese e seu primeiro bispo tomou posse. O Núncio Apostólico no Brasil, Dom Armando Lombardi, encarregado de executar o conteúdo da bula papal, prescreveu o *Decreto Executorial*, que foi trazido e lido pelo Monsenhor Mário Pio Gásperi,

⁴⁵ Colégio onde se hospedam seminaristas e padres brasileiros que estudam em Roma, tanto para estudos de graduação como de pós-graduação.

⁴⁶ O primeiro bispo nasceu em Franca, no Estado de São Paulo, e estava então com apenas 40 anos. Era o oitavo filho de uma família de 14 irmãos. Iniciou o curso ginásial no Colégio Champagnat, dos Irmãos Maristas, em Franca, e depois foi aluno do Colégio São José, em Batatais. Daí entrou para o Seminário Diocesano de Campinas. Seus estudos superiores de Filosofia e Teologia foram feitos no Seminário Central de São Paulo. Foi ordenado padre com 25 anos, em Ribeirão Preto. Trabalhou como vigário cooperador da Catedral de Ribeirão Preto, foi secretário geral do bispado e chanceler da cúria. Foi nomeado cura da Catedral em 1944, cônego honorário da mesma catedral em 1948, monsenhor em 1956, e primeiro bispo diocesano de Maringá, em 1957, quando contava 15 anos de sacerdócio. Procedente de uma família tradicional católica, assumiu a nova diocese com grande desejo de instalar todos os aspectos institucionais de visibilidade da Igreja Católica na região noroeste do Paraná.

auditor da Nunciatura Apostólica no Brasil e delegado do Núncio. O decreto reforçava o que a bula já mencionava:

Queremos e ordenamos que o Bispo de Maringá, com a sua consciência gravemente onerada, quanto antes, construa o Seminário Menor Diocesano, de onde se escolherá os melhores alunos e os enviará a Roma, freqüentando os cursos de Filosofia e Teologia no Colégio Pio Brasileiro. No que respeita ao Seminário Maior, observe-se o que está disposto para o Brasil. No mesmo instante em que este nosso decreto for executado, os clérigos que, pelo seu ministério estejam nos territórios da nova Diocese de Maringá, a ela ficam incardinados; quanto aos alunos do Seminário, embora estudando em outros lugares, presume-se que pertençam à nova diocese erigida, se nasceram no seu território. (ARQUIDIOCESE DE MARINGÁ, 1982, p. 08-09).

Na sua chegada a Maringá, em 24 de março de 1957, Dom Jaime trazia pronta já a sua primeira carta pastoral, sobre a plenitude do sacerdócio e também de saudação aos seus diocesanos, intitulada *In omnibus Christus*.⁴⁷ Ao saudar os sacerdotes, diz ele:

Já antevemos, numa “bem aventurada visão de paz”, o nosso futuro Seminário de Nossa Senhora da Glória, cenáculo sacerdotal, de onde sairão os futuros ministros para a vinha do Senhor. E olhando para aqueles meninos e jovens que já se preparam nos Seminários da Província e outros Seminários acolhedores para o futuro sacerdócio, queremos aconchegar em nosso coração de Pai e amigo, aos queridos Seminaristas, que num futuro não muito longe, irão trabalhar ao nosso lado, na grande obra da evangelização das almas. (COELHO, 1957, p. 29).

E ao saudar os seminaristas, diz:

Aos queridos e esperançosos seminaristas maiores e menores, rica partilha que nos coube com a criação da diocese, a nossa bênção muito afetuosa e paternal. Formando-se, no momento, no Seminário Maior de Curitiba, no Seminário Menor de Jacarezinho e em outros seminários, acenam-nos como prelúdio vitorioso daquele que será, em Maringá, o nosso tão desejado Seminário de Nossa Senhora da Glória. (COELHO, 1957, p. 39).

Essas palavras revelam a decisão tomada de se construir um seminário na nova diocese. Quando foi instalada, a diocese de Maringá contava com 25 seminaristas menores, dos quais um estudava no Seminário São José, de Curitiba, um no seminário de Ribeirão Preto e os outros 23, no seminário de Jacarezinho. Quanto aos seminaristas maiores, coube a Maringá somente dois, que estudavam teologia no Seminário Arquidiocesano São José, no Rio Comprido, no Rio de Janeiro, dos quais um ainda preferiu, no final de 1957, retornar a

⁴⁷ Pode ser traduzido por: “que Cristo seja tudo em todos”, lema episcopal do primeiro bispo de Maringá.

Jacarezinho. Desde sua chegada, Dom Jaime lançou-se à busca de novos seminaristas. Conseguiu vagas no seminário menor de Curitiba e enviou, de avião, já que a Rodovia do Café estava em construção, uma primeira turma em 30 de janeiro de 1958. Essa turma contava com 13 seminaristas. No ano seguinte, foram enviados a Curitiba mais 11 seminaristas. Curitiba continuou a receber seminaristas menores de Maringá até 1962, quando foi inaugurado o Seminário Menor Nossa Senhora da Glória. Porém, continuaram naquele seminário os que lá haviam começado seus estudos.

Já em 1958 foram iniciados os trabalhos preparatórios à construção do Seminário Diocesano com campanhas em toda a diocese. Em 15 de agosto daquele mesmo ano, com a presença do arcebispo de Curitiba, dos bispos de Ribeirão Preto e Londrina e do representante da Nunciatura Apostólica, foi lançada a pedra fundamental do Seminário.⁴⁸ A planta do seminário era inspirada, com as devidas adaptações, no seminário de Ribeirão Preto. Como começava também a construção da catedral, Dom Jaime definiu a estratégia de construir o seminário com a ajuda de todas as paróquias da diocese e a catedral, com a colaboração dos fiéis da cidade de Maringá. Em julho de 1959, foram construídos os alicerces do Seminário, cuja obra foi intensificada em 1960. Em 1961, aconteceu a chamada “Festa da Cumeieira”, com o objetivo de angariar fundos para o término da construção, e contou com a visita do governador do Estado, o recém-empossado Ney Aminthas de Barros Braga.

Em 24 de março de 1962, foi inaugurado o primeiro pavilhão do Seminário Nossa Senhora da Glória. Estiveram presentes diversos bispos do Paraná e alguns de São Paulo e Santa Catarina, como também o governador do Estado, diversos secretários de Estado e milhares de pessoas. Monsenhor José Mess, representante do Núncio Apostólico, transmitiu uma bênção do Papa João XXIII aos diretores, alunos e benfeitores do Seminário e também entregou uma “generosa oferta para a continuação das obras do Seminário” (ARQUIDIOCESE DE MARINGÁ, 1982, p. 38).

O primeiro reitor do Seminário Menor Nossa Senhora da Glória foi o Cônego Tarcísio de Castro Moura, da diocese de Taubaté, e o ecônomo, o Irmão Teodósio Gerkens, da Congregação dos Irmãos da Misericórdia de Maria Auxiliadora, iniciando seus trabalhos em 1962. As irmãs de Santo Antônio Maria Claret assumiram a responsabilidade pelos serviços da casa. O ecônomo procurou dotar o seminário de uma sólida infra-estrutura para a manutenção das atividades cotidianas. Desenvolveu a horta, instalou uma granja de ovos e a criação de porcos.

⁴⁸ Bloco de mármore, retirado das escavações da Basílica de São Pedro, no Vaticano, e bento pelo Papa Pio XII.

O seminário obteve registro oficial como “Instituto Educacional e Agrícola de Maringá”, facilitando-lhe associar-se à Cooperativa Agrícola Sul - Brasil. Tornou-se produtor de verduras, frutas e ovos disputados nas feiras livres e reservados com antecedência por compradores fiéis, que faziam questão de qualidade. (ROBLES, 2007, p. 150).

Em 1965, tomaram posse o novo reitor, Pe. José Meneguzzo, e o diretor espiritual, Pe. Roberto Pezzi, sendo que o ecônomo permaneceu. Residia também no seminário o Pe. João Amâncio da Costa Novaes, que trabalhava como diretor da Obra das Vocações Sacerdotais. Ele percorria as paróquias promovendo a descoberta de vocações sacerdotais e arrecadando ajuda para a manutenção do seminário. Em 1966, um novo reitor assumiu a direção do seminário, o Cônego Urbano Giacobbo. Nesse ano também, o ecônomo, Irmão Teodósio, afastou-se de sua função para retornar à sua congregação. Em fevereiro de 1967, o recém-ordenado Pe. Orivaldo Robles assumiu a função de prefeito de disciplina. (ARQUIDIOCESE DE MARINGÁ, 1982).

Em 1964 foi iniciada a construção do segundo pavilhão do Seminário Diocesano, com a ajuda dos católicos alemães da organização *Adveniat*. Em 1967, aconteceu a inauguração desse pavilhão, quando então a Diocese completava seu décimo aniversário. Era um pavilhão destinado à residência das religiosas, à cozinha, refeitório e lavanderia. Segundo ROBLES (2007), com esse prédio foi possível abrir salas de aula para a 3ª e 4ª séries do ensino fundamental, onde eram professoras as Irmãs Claretianas da Escola Estadual Ipiranga e outras professoras da rede pública de ensino. O seminário também ministrava reforço escolar aos alunos com dificuldades de acompanhar o estudo.

Em 1969, a diocese teve que encerrar as atividades desse seminário menor. Teve uma duração de sete anos: do início de 1962 ao final de 1968. O motivo principal foi a falta de perseverança na vocação. A imensa maioria entrava no seminário por causa dos estudos, e não para ser padre. Por serem muito novos, eram enviados ao seminário pelos pais. Muitos queriam ver seus filhos estudarem de graça, até porque não podiam pagar as despesas com os estudos. E acreditava-se, talvez não sem razão, que os estudos no seminário eram muito bons.

Até 1968 foram matriculados 350 alunos. Devido à fraca escolarização com que chegavam os seminaristas, foi necessário abrir até o curso do terceiro ano primário. Em 1969, depois de cuidadosa reflexão, foi fechado o Seminário Menor, passando os seminaristas a residir em uma casa no centro de Maringá, cursando, porém, somente o 2º grau. Os alunos do 1º grau ficariam em suas próprias casas e paróquias. (ARQUIDIOCESE DE MARINGÁ, 1982, p. 54).

Sem dúvida, para tanto empenho e entusiasmo, para tanto esforço e dedicação, foi uma espécie de derrota que gerou frustração. De fato, dos trezentos e cinquenta seminaristas, somente um acabou sendo ordenado padre. Foi uma experiência que não deu certo, em termos quantitativos.

Embora exista essa longa tradição na Igreja Católica de seminários menores, após o Concílio Vaticano II, eles foram sendo fechados, por causa do contexto de crise já visto, e também porque se acreditava mais na autonomia da pessoa para escolher que vocação seguir. A vocação para o sacerdócio era vista antes como uma escolha daquela pessoa por Deus “desde toda a eternidade”, quase como um destino. Assim como na vida profissional o jovem decide que curso quer fazer ou que carreira quer seguir (os que podem, é claro), depois do ensino médio, a Igreja também foi passando a achar melhor aceitar um jovem no seminário somente depois do ensino médio.

Esse não foi o caso só de Maringá, como já vimos. A transição da identidade eclesial tridentina, que era clericalista, para a do Vaticano II, criou uma crise que levou à desistência de milhares de sacerdotes e seminaristas e, também, ao fechamento de mais de 100 seminários no Brasil, segundo Jacinski (2002).⁴⁹

O mundo atual traz uma maior autonomia da pessoa, uma valorização da subjetividade, o que significa uma menor influência da família e da Igreja nas decisões pessoais. Pode não ser a decisão mais acertada tirar uma criança ou um adolescente do convívio familiar e social, para colocá-lo num internato. Não parece ser um ambiente que favorece a maturidade, já que essa exige convivência com pessoas de ambos os sexos e diversas idades, além de contato com a realidade social, política, econômica e cultural mais plural e não somente unívoca. Além disso, há que se destacar que as atividades do seminário e o regime de internato tiram do adolescente e da criança aquela sadia liberdade para crescer com responsabilidade e autonomia. É difícil que alguém persevere numa decisão praticamente tomada por outros.

Depois de fechar o Seminário Menor, a metodologia do recrutamento vocacional para o sacerdócio, adotada pela diocese, passou a ser outra, então, baseada em encontros vocacionais, em visitas e conversas pessoais, enfim, centrada mais no acompanhamento personalizado. A Diocese de Maringá passou a receber para o seminário somente jovens que

⁴⁹ Especialista em História e Região pela Universidade Estadual de Ponta Grossa e mestre em Educação Tecnológica pelo CEFET/PR.

já haviam terminado o ensino médio ou estivessem cursando o último ano. A partir de 1969, os candidatos passaram a morar com o Pe. Gerhardt Schneider na Rua Vaz Caminha, na antiga residência das Irmãs Paulinas, chamada de *Emaús*.⁵⁰ Depois, foram para a Paróquia do Cristo Ressuscitado, zona 05, onde Pe. Schneider foi nomeado pároco. A partir de 1973, o Padre Nunzio Reghenzi, que havia chegado da Itália havia três anos, foi nomeado por Dom Jaime assistente da *Obra das Vocações Sacerdotais*, promotor da *Pastoral Vocacional* e Diretor do centro vocacional que funcionava no prédio da ADAR (Associação Diocesana de Assistência Rural), que mais tarde se chamaria Centro Vocacional Papa João Paulo I. Os jovens passaram a ser recebidos numa realidade paroquial, a da *Paróquia Santo Antônio de Pádua*, na Vila Santo Antônio, em Maringá. Os que ainda estavam terminando o ensino médio cursavam os estudos em colégios da cidade. Todos os candidatos ao seminário conviviam diariamente com os paroquianos e podiam participar de toda a vida paroquial em geral: grupos de jovens, catequese de crianças e adolescentes, cursos, festas etc. Era uma realidade de semi-internato.

Após o fechamento do Seminário Menor Nossa Senhora da Glória, em 1969, o prédio passou a ser usado para encontros de formação e de espiritualidade para o clero, para as pastorais e movimentos de leigos. Em relação à questão financeira, o investimento feito na construção e na manutenção do seminário foi significativo, e o dinheiro vinha das paróquias. O retorno em relação ao número de padres formados foi insignificante. Enfim, foi um investimento que não parecia compensar. Para uma visão de Igreja centrada na figura do sacerdote, esse dinheiro gasto soou como desperdício. Essa visão clericalista não valoriza o investimento na formação dos leigos. A experiência do uso do prédio do seminário para a formação, principalmente dos leigos, iria provar que o resultado desse investimento seria até altamente produtivo em termos de qualificação de líderes para a Igreja nas mais diversas áreas.

Em relação aos seminaristas maiores, quando Dom Jaime chegou a Maringá havia somente 02 estudando no Seminário do Rio de Janeiro, como já falamos. De 1957 a 1968, os seminaristas maiores da Diocese de Maringá formavam-se no *Seminário Provincial Rainha dos Apóstolos*, em Curitiba. A partir de 1969,

em razão do espírito de abertura para comunidades menores, surgido em tempos do Concílio Vaticano II, e também das dificuldades que então

⁵⁰ Em referência ao episódio dos “discípulos de Emaús”, que pode ser conferido na Bíblia, no Evangelho de Lucas, capítulo 24, versículos de 13 a 35.

apareceram, os seminaristas estabeleceram-se, inicialmente, numa pensão e, em seguida, na casa adquirida pela Diocese à Rua Assis Figueiredo, 33, Vila Guaíra. Foi então que Dom Jaime deu à comunidade o nome “Emaús”. (ARQUIDIOCESE DE MARINGÁ, 1982, p. 55).

Ali funcionou a Casa de Formação dos seminaristas maiores de Maringá até o final de 1978, quando, no início de 1979, depois de 10 anos, com o aumento do número de seminaristas, a comunidade “Emaús” foi transferida para a Rua Desembargador Motta, nº. 2480, para uma casa anexa à Igreja de São Francisco de Paulo, sempre em Curitiba. Até 1981, a comunidade foi dirigida pessoalmente por Dom Jaime Luiz Coelho, com a assistência do Pe. Nunzio Reghenzi. Em abril de 1981, a pedido da própria comunidade, a direção foi confiada ao Pe. Diniz Mikosz, do clero de Curitiba, cargo que ocupou até o fechamento da casa em 1983. De 1969 até 1982, passaram por “Emaús” 41 seminaristas, dos quais 12 são sacerdotes. Em 1982, a comunidade contava com 23 seminaristas, sendo 07 teólogos (02 já ordenados padres) e 16 filósofos. Os estudantes de filosofia faziam o curso na *Pontifícia Universidade Católica do Paraná* e os de teologia, no *Studium Teologicum*, Instituto de teologia da Arquidiocese de Curitiba.

De fato, o decreto *Optatam Totius*, sobre a formação sacerdotal, do Concílio Vaticano II, como já vimos, abria essa possibilidade de se criar seminários comuns para várias dioceses ou mesmo para toda uma região ou país, adaptados às circunstâncias da região ou da diocese. Foi um ato de coragem da parte de Dom Jaime, tido como conservador, deixar seus seminaristas fora do “grande seminário” de Curitiba. Mais ainda, deixá-los numa pensão por um tempo, e ainda, sem formador morando junto. Essa experiência de formação da chamada “Comunidade Emaús” foi um modelo que proporcionou melhores resultados que o anterior.

No espírito de *diocesanidade* suscitado pelo Concílio, ou seja, de cada diocese dar uma formação mais adaptada à sua realidade, em 1980 tiveram início as obras do terceiro pavilhão do Seminário Diocesano de Maringá, para a instalação do Curso de Filosofia. O primeiro e o segundo pavilhões estavam sendo usados para a formação de leigos e encontros do clero e deveriam continuar com essa mesma finalidade. Então, com a pretensão de se trazer a formação dos futuros padres para mais perto da diocese decidiu-se abrir em Maringá o Curso de Filosofia. Era necessário um prédio novo, mais moderno e adaptado à nova realidade. Em 21 de março de 1982 já se inaugurava esse prédio, cuja solenidade contou com a presença do Núncio Apostólico, Dom Carmine Rocco, e do novamente Governador do Estado, Ney Braga, como vinte anos antes.

A criação do Curso de Filosofia para a formação de padres em Maringá faz parte de um contexto mais amplo que envolve todo o norte do Paraná. É importante esclarecer que a Igreja Católica no Paraná é constituída por uma organização em “províncias”, que são o agrupamento de algumas dioceses de uma mesma região em torno de uma cidade pólo, que por sua vez é a sede de uma diocese. Essa diocese passa a se chamar “arquidiocese”. No Paraná existem dezessete dioceses e quatro províncias eclesiais e, portanto quatro arquidioceses, a saber: Curitiba, Londrina, Maringá e Cascavel. A província de Maringá foi criada em 16 de outubro de 1979, da qual fazem parte as dioceses de Maringá, Paranavaí, Campo Mourão e Umuarama. As dioceses são independentes umas das outras, mas essa organização em províncias tem o objetivo de unir esforços em algumas áreas. Uma delas é a formação de padres. Os bispos do norte e noroeste do Paraná, no começo da década de 1980, decidiram fixar a formação teológica de seus padres em Londrina para as duas províncias (Londrina e Maringá).⁵¹ Decidiram também fixar a formação filosófica em Apucarana, para a província de Londrina, e em Maringá, para a província de Maringá.

Então, a partir de 1984, os seminaristas de Maringá que estudavam em Curitiba e terminaram o Curso de Filosofia, vieram para cursar a teologia em Londrina, no Seminário e Instituto Teológico Paulo VI. Os que estavam já cursando teologia, a partir do segundo ano, permaneceram em Curitiba, e foram estudar no Seminário Rainha dos Apóstolos. Por problemas de adaptação ao grande seminário, no final de 1984, a Arquidiocese de Curitiba decidiu pelo afastamento de todos os seminaristas de Maringá. Vários desistiram e os três que perseveraram foram morar numa casa alugada no distrito de Pinhais, município de Piraquara, na qual permaneceram durante o ano de 1985. Assim, encerrava-se o ciclo da formação dos seminaristas de Maringá na capital do estado.

Desde 1983, a formação filosófica dos seminaristas da arquidiocese de Maringá passou a acontecer no Seminário Maior Nossa Senhora da Glória e no seu Instituto de Filosofia. Com a vinda da Pontifícia Universidade Católica do Paraná para Maringá e com a abertura do Curso de Filosofia na mesma, a partir de 2006 os seminaristas começam a realizar nela seus estudos filosóficos. Permanecem no Instituto Filosófico da Arquidiocese de Maringá os seminaristas do 2º e 3º anos até terminarem o curso, o que significa a previsão do seu fechamento para o final de 2007. Em 2006, começaram o curso de filosofia no Seminário Maior Nossa Senhora da Glória 25 seminaristas, sendo 13 da Arquidiocese de Maringá, 05 da

⁵¹ À exceção da diocese de Jacarezinho que, embora fazendo parte da província eclesial de Londrina, já tinha os seus próprios seminários menor e maior.

Diocese de Guajará-Mirim – RO, 01 da Diocese de Carolina – MA, 02 da Diocese de Paranavaí e 04 da Arquidiocese de Londrina.

Em relação  formação teológica, a partir de 1984, os seminaristas de Maringá passaram a cursar a Teologia no Seminário e Instituto Teológico Paulo VI, em Londrina. Isso durou até o final de 1994, quando, no começo de 1995, Dom Jaime decidiu enviar os seus seminaristas para Cascavel, no Seminário Maior Nossa Senhora de Guadalupe, cujos estudos teológicos eram realizados no CINTEC (Centro Interdiocesano de Teologia de Cascavel). O motivo que levou a isso foi uma discordância da Arquidiocese de Maringá com o esquema de formação adotado pelos Padres Sulpicianos, que tinham assumido a direção do Seminário e do Instituto Teológico Paulo VI de Londrina.⁵² A partir de então, a formação teológica dos seminaristas de Maringá passou a ser em Cascavel. Em agosto de 1998, a arquidiocese de Maringá abriu uma casa de formação em Cascavel somente para os seus seminaristas, que continuaram estudando no CINTEC. No incio de 2001, a formação teológica voltou a ser realizada em Londrina, são que dessa vez numa casa própria e não no Seminário Paulo VI. Os estudos continuaram acontecendo no Instituto Teológico Paulo VI, mas com a perspectiva da criação do Curso de Teologia por parte da PUC-PR, no seu *campus* de Londrina. Isso aconteceu em 2004, de modo que os seminaristas já estudam Teologia na PUC desde o começo de 2005. No ano de 2006, o Instituto Teológico Paulo VI contou apenas com as turmas do 3 e 4 anos, com a previsão de fechamento para o final de 2007. Na Casa de Formação de Teologia, em 2006 começaram os estudos 34 seminaristas, sendo 27 da Arquidiocese de Maringá e 07 da Diocese de Guajará-Mirim - RO.

Fato importante de ser registrado é a inclusão do Curso Propedêutico como uma etapa de formação dos presbíteros da Igreja no Brasil. A arquidiocese de Maringá, a partir de 1987, começou a enviar os seus candidatos ao Seminário Maior para o Curso Propedêutico em Umuarama. Foi uma decisão da Província Eclesiástica de Maringá criar um Seminário Propedêutico para os candidatos ao seminário maior das quatro dioceses. A diocese de Umuarama construiu um prédio próprio e instalou o Seminário Propedêutico Bom Pastor. Como não havia mais em várias dioceses, como no caso de Maringá, o seminário menor, era necessário que se desse ao rapaz que desejava ingressar no seminário uma preparação apropriada para não sofrer um impacto muito forte com a estrutura de vida do seminário. O

⁵² Os padres sulpicianos são membros da Associação de Clérigos ou Sociedade de Sacerdotes de São Sulpício, fundada por Jean Jacques Olier (1608-1657), pároco na Igreja de São Sulpício, em Paris; sua missão específica é a formação do clero.

documento nº 20 da CNBB, intitulado “Vida e Ministério do Presbítero – Pastoral Vocacional”, de 26 de fevereiro de 1981, sugere um período propedêutico:

Para aceitação no seminário maior recomenda-se um período prévio de preparação e acompanhamento dos candidatos. Este período poderia transformar-se num “Ano Propedêutico”, voltado para o aprimoramento da formação humana e espiritual do candidato. A formação intelectual, neste período, poderia incluir temas ou disciplinas como: Português, Latim, introdução à Bíblia, Introdução ao Mistério de Cristo, História da igreja, Espiritualidade. (CNBB, 1981, p. 87).

Na 22ª Assembléia Geral da CNBB, de 25 de abril a 04 de maio de 1984, foram aprovadas as Diretrizes Básicas da Formação de Presbíteros na Igreja do Brasil, que reforçaram a utilidade de um período propedêutico:

Conforme a modalidade adotada, pode ser útil e até necessário um período de preparação dos candidatos antes do ingresso no Seminário Maior. Esse período poderá constituir um “ano propedêutico”, voltado para a educação e o amadurecimento vocacional através de: aprimoramento da formação humana e espiritual; aprofundamento da experiência de Deus e da vida de oração; aquisição de uma imagem adequada de Igreja, inclusive através de uma revisão das primeiras experiências pastorais; iniciação à vida comunitária. Poderá, também, incluir uma complementação da formação intelectual. (CNBB, 1985, p. 25-26).

Em 1992, o Papa João Paulo II, na Exortação Apostólica Pós-Sinodal “Sobre a Formação dos Sacerdotes” falou do propedêutico como uma outra forma de acompanhamento vocacional para a entrada no seminário maior e encarregou a Congregação para a Educação Católica de recolher todas as informações a respeito das experiências feitas ou que se estivessem fazendo em relação a isso para um parecer em tempo oportuno:

Embora se vá tornando comum a convicção da necessidade dessa preparação prévia ao Seminário maior, verifica-se, todavia, uma diferente avaliação dos seus conteúdos e das suas características, ou seja, do fim preponderante, seja de formação espiritual para o discernimento vocacional, seja de formação intelectual e cultural. Por outro lado, não se podem esquecer as muitas e profundas diferenças que existem tanto relativamente à pessoa dos candidatos, como às diversas regiões e países. Isto sugere, ainda, uma fase de estudo e experimentação, para que se possam definir, de modo mais oportuno e significativo, os diversos elementos desta preparação prévia ou “período propedêutico”: o tempo, o lugar, a forma, os temas deste período que, além do mais, se deve coordenar com os anos seguintes da formação no Seminário. (JOÃO PAULO II, 1992, p. 164).

Em 1994, a 32ª Assembléia Geral da CNBB aprovou por unanimidade o novo texto das Diretrizes Básicas da Formação de Presbíteros da Igreja no Brasil. O mesmo foi, em 10 de maio de 1995, aprovado pela Congregação para a Educação Católica e, a partir de 01 de agosto de 1995, passou a vigorar obrigatoriamente com força de lei particular para a Igreja no Brasil. Nesse documento, o Propedêutico já aparecia como uma etapa de formação distinta tanto do seminário menor quanto do maior e com título e orientações próprias. Também aparece como necessário e não apenas como uma sugestão:

Torna-se, assim, necessário, cada vez mais, um período de preparação dos candidatos antes de ingressarem no Seminário Maior, até mesmo para aqueles que vêm do Seminário Menor e de grupos vocacionais. Esse período denominado Propedêutico, “tempo de preparação humana, cristã, intelectual e espiritual para os candidatos ao Seminário Maior”, em vista de um discernimento vocacional, seja organizado como uma instituição autônoma, distinta e articulada com as outras etapas da formação, levando em consideração as seguintes indicações: residência ou local próprio, com programação específica; não inferior a um ano; após o 2º grau; uma equipe responsável, valorizando a presença de leigos, homens e mulheres. (CNBB, 1995, p. 37-38).

No dia 08 de dezembro de 1992, a Arquidiocese de Maringá, na pessoa de Dom Jaime, decidiu instituir o Seminário Propedêutico em Maringá, na antiga e primeira residência episcopal, não enviando mais os candidatos ao Seminário de Filosofia para Umuarama. Recebeu o nome de Seminário Propedêutico Santo Cura D’Ars, em homenagem ao padroeiro dos padres diocesanos. Ali funcionou até 1997, já que a partir de 1998 foi transferido para o mesmo pavilhão do Seminário Maior Nossa Senhora da Glória, onde funcionava e funciona até hoje também o Instituto de Filosofia. Só o prédio é o mesmo, já que funciona numa ala separada com vida autônoma, tendo programa, espaços e formadores próprios. O procedimento atual é o seguinte: os candidatos selecionados nos encontros vocacionais que já concluíram o ensino médio são acolhidos para o curso propedêutico com duração mínima de um ano. Ali são acompanhados pelos formadores para um discernimento vocacional mais profundo, são introduzidos na vida comunitária do seminário, cultivam a espiritualidade de forma mais intensa, além de preencherem as lacunas deixadas por um estudo defasado através da complementação intelectual, que também os prepara para os exames vestibulares. Sendo aprovados no vestibular e, de acordo com o reitor, tendo adquirido maturidade vocacional, são encaminhados para a filosofia. Conforme o Livro de Registro de alunos, o Seminário Propedêutico começou o ano de 2006 com 12 seminaristas da Arquidiocese de Maringá e 04 da Diocese de Guajará-Mirim-RO.

Pudemos constatar o quanto a formação de padres na Arquidiocese de Maringá passou por um contexto de instabilidade. Os seminaristas passaram por diversas cidades, formadores e, principalmente, por experiências formativas diferentes. Várias delas não trouxeram os resultados esperados, enquanto outras foram bem sucedidas. A necessidade de padres fez com que a direção da arquidiocese não desistisse de tentar novas experiências. Uma delas, bem sucedida, apesar dos limites, foi a criação do Seminário Maior Arquidiocesano Nossa Senhora da Glória, que está prestes a completar 25 anos e será nosso objeto de estudo no próximo capítulo.

4. O SEMINÁRIO MAIOR ARQUIDIOCESANO NOSSA SENHORA DA GLÓRIA DE MARINGÁ

4.1. INTRODUÇÃO

Quando a Diocese de Maringá completava 25 anos de sua criação, foi inaugurado o prédio do Seminário Maior Arquidiocesano, o que aconteceu em 21 de março de 1982. O seu funcionamento começou em fevereiro de 1983, com a chegada de 20 seminaristas, sendo 10 da Arquidiocese de Maringá, 08 da Diocese de Umuarama e 02 da Diocese de Campo Mourão. Foi o primeiro Seminário Maior não só da Arquidiocese de Maringá, mas de toda a região noroeste do Paraná para seminaristas diocesanos. Esse seminário foi criado para atender os seminaristas na etapa da filosofia. Por isso, junto do seminário foi instalado o Instituto de Filosofia da Arquidiocese de Maringá, que encerrará suas atividades em 2007, uma vez que, sendo instalado o *campus* da Pontifícia Universidade Católica do Paraná em Maringá e tendo sido aberto nele o curso de filosofia, os seminaristas, a partir de 2006, começaram a realizar nessa universidade os seus estudos filosóficos.

Durante os 23 anos do seu funcionamento, 374 seminaristas de diversas dioceses foram matriculados nesse seminário e no seu Instituto Filosófico. Além das dioceses de Maringá, Campo Mourão e Umuarama, passaram por ele seminaristas de Paranavaí, Guarapuava, Londrina, Cornélio Procópio, Cascavel, Toledo, Foz do Iguaçu, Guajará-Mirim – RO, Rio Branco – AC, Sinop – MT e Carolina – MA.

Depois de ter fechado o Seminário Menor no final de 1968, novamente a Arquidiocese de Maringá voltava a ter um seminário. É necessário destacar o fato porque, ao contrário de diversas dioceses do Paraná, a Arquidiocese de Maringá, já com 50 anos de existência, só teve um seminário até 2002, quando foi inaugurado o primeiro seminário religioso, o Seminário Santo Agostinho, da Ordem dos Agostinianos Recoletos, na cidade de Maringá.

O prédio, com capacidade para 68 seminaristas internos, nunca contou com a capacidade máxima preenchida, sendo hoje quase a metade do prédio usada pelo Seminário Propedêutico Santo Cura D’Ars, que prepara os candidatos ao seminário maior.

Para a Igreja Católica em Maringá, esse seminário se reveste de uma importância fundamental. Dos 70 padres que trabalham hoje na Arquidiocese de Maringá, 35 estudaram no Seminário Maior Arquidiocesano Nossa Senhora da Glória. Isso significa que metade do clero dessa arquidiocese se formou, na etapa da filosofia, nesse seminário, sem contar o

número de padres das outras dioceses. Desses 35 padres, 31 estão trabalhando na condução de paróquias, 1 é falecido, 1 estuda num outro país, 1 trabalha num seminário e finalmente um trabalha exercendo um cargo político.

4.2. A CRIAÇÃO DO SEMINÁRIO MAIOR ARQUIDIOCESANO NOSSA SENHORA DA GLÓRIA

Como já vimos, entre 1965 e 1975 aconteceu uma crise nos seminários no Brasil, que proporcionou o surgimento de novas experiências de formação sacerdotal, as quais podemos denominar “pequenas comunidades”. Essa crise foi enfrentada pela Igreja, a partir do papado de João Paulo II e da onda conservadora que invadiu o mundo nos anos 80, com a decisão de pressionar os seminários a uma chamada “volta à grande disciplina”, o que revela uma decisão de reordenar uma situação que parecia fora do seu controle. Essa “volta à disciplina” reforçou uma forte tendência conservadora após o Concílio Vaticano II.

Várias medidas foram tomadas pela Congregação para a Educação Católica no sentido de reafirmar a disciplina sobre os seminários. Uma das primeiras, após o Concílio, foi a publicação da *Ratio Fundamentalis Institutionis Sacerdotalis* (Diretrizes Básicas da Formação Sacerdotal), em 1970. Essas normas davam certa liberdade para as adaptações de cada região, mas determinavam o básico. Reafirmavam a necessidade dos seminários como instituições destinadas à formação dos sacerdotes e dotadas dos elementos educativos mais importantes para a formação integral dos futuros presbíteros (SAGRADA CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, 1970). Até admitiam algum tipo de novas experiências, como as pequenas comunidades, por exemplo, mas dentro do grande seminário. A estrutura básica do seminário fechado, ou seja, o internato num prédio central, deveria ser mantida. Os pronunciamentos do Cardeal Gabriel Maria Garrone, prefeito da mencionada Congregação no período, embora dessem alguma esperança de renovação do modelo de formação sacerdotal, demonstravam que não havia nenhum interesse da Cúria Romana numa descentralização total do sistema de formação. Em todos os documentos posteriores sobre o assunto havia sempre algo explícito sobre o fato de qualquer nova experiência ter que ser aprovada pela Santa Sé.

O Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965) tinha trazido como sua marca mais forte a mudança da concepção eclesiológica de Hierarquia/Leigos para Povo de Deus, ou seja, a Igreja não foi reafirmada mais, nos documentos, na concepção dualista que praticamente criava duas categorias de pessoas: a hierarquia como a Igreja de primeira classe e os outros

como Igreja de segunda classe, para mostrar a igualdade fundamental de todos os seus membros.

Foi Cristo quem instituiu esta nova aliança, isto é, o novo testamento em seu sangue (cf. 1Cor 11,25), chamando de entre judeus e gentios um povo, que junto crescesse para a unidade, não segundo a carne, mas no Espírito, e fosse o novo Povo de Deus. Na verdade os que crêem em Cristo, os que renasceram não de semente corruptível, mas incorruptível pela palavra do Deus vivo (cf. 1Pd 1,23), não da carne, mas da água e do Espírito Santo (cf. Jo 3, 5-6), são finalmente constituídos “em linhagem escolhida, sacerdócio régio, nação santa, povo adquirido ... que outrora não eram, mas agora são povo de Deus” (1Pd 2, 9-10). (PAULO VI, 1964, p. 48-49).

O que passou a definir a situação dos membros da igreja a partir de então não foi mais o sacramento da ordem, mas o do batismo. Ressaltava a partir de então, em primeiro lugar a igualdade fundamental de todos os batizados, e só depois as diferenças entre os serviços de cada um.

Se pois na Igreja nem todos seguem o mesmo caminho, todos, no entanto, são chamados à santidade e receberam a mesma fé pela justiça de Deus (cf. 2Pd 1,1). E ainda que alguns por vontade de Cristo sejam constituídos mestres, dispensadores dos mistérios e pastores em benefício dos demais, reina, contudo, entre todos verdadeira igualdade quanto à dignidade e ação comum a todos os fiéis na edificação do Corpo de Cristo. (PAULO VI, 1964, p. 78).

O Vaticano II não só definiu a Igreja como Povo de Deus como também mostrou que a Igreja católica existe nas Igrejas particulares, ou seja, nas dioceses. Cada diocese contém todos os elementos para ser católica e o seu bispo, unido ao Papa, tem toda a autoridade de governo sobre ela.

Diocese é a porção do Povo de Deus confiada a um bispo para que a pastoreie em cooperação com o presbitério, de tal modo que, unida a seu pastor e por ele congregada no Espírito Santo mediante o evangelho e a eucaristia, constitua uma igreja particular, na qual está e opera a Una Santa Católica e Apostólica Igreja de Cristo. (PAULO VI, 1965, p. 409).

Sobre a formação dos padres, o Concílio Vaticano II, no Decreto *Optatam Totius*, como já vimos, mostrava que, devido à grande diversidade de povos e regiões, cada país poderia adotar um método próprio de formação sacerdotal, e que as leis universais sobre isso deveriam ser adaptadas às circunstâncias de tempo e lugar, a fim de que a formação sacerdotal correspondesse às necessidades pastorais das regiões onde o padre deveria exercer o seu

ministério. O citado decreto também possibilitava a criação de seminários comuns para várias dioceses.

Onde não houver possibilidade de cada diocese manter seminário próprio, sejam erigidos e promovidos seminários comuns para várias dioceses ou mesmo para toda uma região ou país. Assim se cuidará mais eficientemente da sólida formação dos alunos que, neste assunto, deve ser a lei suprema. Tais seminários, todavia quer regionais ou nacionais, devem ser regidos segundo as normas dadas pelos bispos interessados e aprovadas pela Sé Apostólica. (PAULO VI, 1965, p. 513).

A Sagrada Congregação para a Educação Católica, nas suas diretrizes de 1970, define as condições para se criar um seminário maior e o que se deve fazer caso não seja possível observá-las:

Um seminário maior só pode ser erigido e conservado quando houver tanto um conveniente número de alunos, superiores bem preparados para sua missão e fraternalmente unidos na obra comum, como também, onde o instituto incluir ainda uma escola filosófico-teológica, professores suficientes e qualificados, uma construção adequada, com uma biblioteca e aqueles outros recursos necessários à qualidade e natureza da instituição. Onde não for possível realizar todas essas condições numa única diocese, impõe-se erigir um seminário interdiocesano (regional, central ou nacional) e, conforme as circunstâncias locais, obter a fraterna cooperação do clero secular e regular para, unindo suas forças e recursos e conservando oportunamente os direitos e deveres de ambos os cleros, conseguir com mais facilidade estabelecer boas casas de estudos eclesiais, freqüentadas por seminaristas de ambos os cleros, os quais em suas respectivas casas recebem a formação espiritual e pastoral (SAGRADA CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, 1970, p. 20).

Também o Código de Direito Canônico, promulgado em 25 de janeiro de 1983, pelo Papa João Paulo II, estimulava a criação de seminários maiores em cada diocese onde fosse possível ou, pelo menos, de seminários interdiocesanos. “Onde for possível e oportuno, haja em cada diocese o seminário maior; caso contrário, os alunos que se preparam para o ministério sagrado sejam confiados a outro seminário, ou então seja fundado um seminário interdiocesano”. (JOÃO PAULO II, 1983, p. 107).

Então, com o espírito de *diocesanidade* suscitado pelo Concílio, ou seja, de cada diocese ou região dar uma formação mais adaptada à sua realidade, em 1980 tiveram início as obras do pavilhão do Seminário Diocesano, para a instalação do Curso de Filosofia. A diocese de Maringá já havia passado por diversas experiências e sempre na dependência da Arquidiocese de Curitiba. Predominava a instabilidade na formação do futuro clero. Daí a

pretensão de se trazer a formação dos futuros padres para mais perto da diocese. Com isso, se decidiu abrir em Maringá o Curso de Filosofia. Em 21 de março de 1982 foi inaugurado o prédio onde funcionaria o seminário de filosofia. A solenidade de inauguração contou com a presença do Núncio Apostólico, Dom Cármine Rocco, e do novamente Governador do Estado, Ney Braga, como vinte anos antes, quando fora inaugurado o seminário menor.

A criação do Curso de Filosofia para a formação de padres em Maringá faz parte de um contexto eclesial mais amplo que envolve a Igreja em todo o norte do Paraná. É importante esclarecer que a Igreja Católica no Paraná, e também em outros lugares, é constituída por uma organização em “províncias eclesiásticas”, conforme faculta o Código de Direito Canônico.

Para se promover a ação pastoral comum de diversas dioceses próximas, de acordo com as circunstâncias de pessoas e lugares, e para se estimularem as relações dos bispos diocesanos entre si, as igrejas particulares mais próximas sejam reunidas em províncias eclesiásticas, delimitadas por território determinado. (JOÃO PAULO II, 1983, p. 203).

A diocese sede da província eclesiástica, geralmente uma cidade pólo, recebe o título de “arquidiocese”. No Paraná existem dezessete dioceses e quatro províncias eclesiásticas e, portanto quatro arquidioceses, a saber: Curitiba, Londrina, Maringá e Cascavel.⁵³ A província eclesiástica de Maringá foi criada em 16 de outubro de 1979. Dela fazem parte as dioceses de Maringá, Paranavaí, Campo Mourão e Umuarama. Cada diocese da província é autônoma e é governada independentemente por seu bispo, mas essa organização em províncias tem o objetivo de unir esforços em algumas áreas. Uma delas é a formação de padres. Graças a essa organização em províncias, os bispos do norte do Paraná, da província de Londrina, e os do noroeste, da província de Maringá, resolveram discutir, no começo da década de 80, a formação dos seus futuros padres nas próprias províncias. Depois de algumas reuniões, os bispos das duas províncias decidiram criar um centro teológico e dois centros filosóficos. A formação teológica se daria em Londrina para as duas províncias (Londrina e Maringá), e a formação filosófica em Apucarana (para a província de Londrina) e em Maringá (para a província de Maringá). Padre Orivaldo Robles deixou registrada no Livro do Tombo do Seminário, no dia 05 de outubro de 1983, a confirmação dessa decisão:

⁵³ Foi criada a 18ª diocese em dezembro último passado e será instalada em março de 2007, é a nova diocese de São José dos Pinhais.

Reúnem-se em Apucarana os senhores bispos, reitores e alguns professores dos seminários maiores de ambas as províncias eclesíásticas do norte do Paraná. De Maringá compareceram, além do senhor arcebispo, o reitor, mons. Antonio de Pádua Almeida e Pe. Júlio Antonio da Silva. Nessa reunião fica decidido que, para 1984, o curso de teologia de ambas as províncias será em Londrina. A filosofia ficará em Maringá, para a província eclesíástica de Maringá e em Apucarana, para a província eclesíástica de Londrina. (LIVRO DO TOMBO, 1983, p. 04).

Foi assim que a partir de 1984, os seminaristas de Maringá que estudavam em Curitiba e terminaram o Curso de Filosofia, vieram para cursar a teologia em Londrina, no Seminário e Instituto Teológico Paulo VI. E desde 1983, a formação filosófica dos seminaristas da arquidiocese de Maringá passou a acontecer no Seminário Maior Nossa Senhora da Glória e no seu Instituto de Filosofia. A modalidade de formação escolhida foi a do seminário e instituto de estudos num mesmo local.

A organização funcional do seminário depende de opções pastorais, disponibilidade de recursos e outras circunstâncias locais. As soluções principais que, de fato, são as mais frequentemente adotadas no Brasil, são duas: - o “Seminário”, no sentido habitual do termo, que reúne, no mesmo local, a residência e os estudos; - as “Comunidades de Formação”, articuladas entre si e com um Centro de Estudos, onde os seminaristas fazem o curso filosófico e teológico. (CNBB, 1985, p. 29-30).

Os primeiros formadores, tendo sido designados anteriormente, chegaram para morar no Seminário no dia 1º de fevereiro de 1983: Pe. Orivaldo Robles, reitor, e Pe. José Fernandes de Souza, diretor espiritual. Os primeiros seminaristas chegaram no dia 14 de fevereiro de 1983. Eram 20 ao todo, sendo 10 da Arquidiocese de Maringá, 08 da Diocese de Umuarama e 02 da Diocese de Campo Mourão. Em 1º de março do mesmo ano foi proferida a aula inaugural por Dom Jaime Luiz Coelho, quando estavam presentes Dom José Maria Maimone, bispo de Umuarama, e Dom Virgílio de Pauli, bispo de Campo Mourão. Entrava em pleno funcionamento o Seminário Maior Nossa Senhora da Glória.

Podemos afirmar, então, que a crise por que passavam os seminários no Brasil e que afetava os seminaristas de Maringá que estudavam em Curitiba, contribuiu bastante para que se criasse o Seminário Maior Nossa Senhora da Glória em Maringá com seu curso de filosofia. Como foi construído para ser um grande seminário, representou de certa forma a “volta à disciplina”, já que poderia ser mais controlado pelo bispo e os formadores, estaria mais isolado da comunidade, o estudo seria feito no próprio seminário e não em algum instituto externo e os professores seriam selecionados pelo próprio seminário.

Embora houvesse o desejo, talvez sozinha a diocese de Maringá não conseguisse preencher todas as condições para criar esse seminário maior. Nesse aspecto, a organização em províncias da Igreja no Paraná ajudou muito. A união de esforços da província eclesial, principalmente no que se refere ao número de alunos, foi decisiva. Só com os seminaristas de Maringá seria muito difícil criar e manter o seminário, principalmente do tamanho deste.

Como os documentos do Vaticano II sobre a Igreja e a formação do clero estimulavam as dioceses a se dinamizarem como porção do Povo de Deus onde está e existe a Igreja Universal, e o novo Código de Direito Canônico possibilitava a criação de seminários diocesanos ou interdiocesanos, a diocese de Maringá se sentiu referendada no desejo de criar o seu seminário maior e assim o fez. No sentido de adaptação e inserção na realidade local foi um grande ganho. Em termos numéricos pode se dizer que foi um sucesso, já que metade do clero que a Arquidiocese de Maringá tem hoje foi formada neste seminário. Com esse seminário também se criou uma estabilidade na formação filosófica dos seminaristas da diocese. A diocese também se sentiu mais forte e segura, já que podia formar seus próprios padres e suprir suas necessidades institucionais, que sempre teve no clero sua maior força.

4.3. A IDENTIDADE DO SEMINÁRIO MAIOR NOSSA SENHORA DA GLÓRIA

A identidade de um seminário está referida totalmente à identidade do padre e da Igreja. Como já indicado, a Arquidiocese de Maringá se caracteriza mais no “cenário de uma Igreja da instituição”, usando a classificação do teólogo João Batista Libanio. Nela, o clero se posiciona como o “clero mais do altar, do sacramento, das celebrações, da organização paroquial, bem diferenciado em sua visibilidade, do que da presença discreta, do diálogo, da animação, da conversa confidencial, da orientação espiritual, da palavra profética” (LIBANIO, 1999, p. 30). O padre é visto mais na sua posição sacral na Igreja, o que reforça a dimensão do poder e da organização da Igreja. Enfim, o padre no cenário de uma Igreja da Instituição permanece no espaço intra-ecclesial.

Num certo sentido, assistimos a partir da segunda metade dos anos 70 a um aumento das vocações, acompanhando o retorno à instituição-padrão, o seminário (cada vez mais “padronizado” à moda antiga), e os novos presbíteros cada vez mais clericalizados, quase feitos à medida da paróquia, consagrada como a “forma” da Igreja no Código de Direito Canônico de 1983. (...) A geração Vaticano II voltou-se para o mundo. A geração atual

tende a voltar-se para si mesma, pela mediação institucional da Igreja, que lhe dá um lugar, um poder e os símbolos associados a este poder, a esta identidade. (BENEDETTI, 1999, p. 89 e 122).

Um decreto do Concílio Vaticano II foi dedicado aos padres. Chama-se *Presbyterorum Ordinis* (a Ordem dos Presbíteros). Através dele podemos resumir a real identidade do presbítero para a Igreja.

O ofício dos Presbíteros, por estar ligado à Ordem episcopal, participa da autoridade com que o próprio Cristo constrói, santifica e rege o seu Corpo. Por isso, o sacerdócio dos Presbíteros, supondo embora os sacramentos da iniciação cristã, é conferido por aquele Sacramento peculiar mediante o qual os Presbíteros, pela unção do Espírito Santo, são assinalados com um caráter especial e assim configurados com Cristo Sacerdote, de forma a poderem agir na pessoa de Cristo cabeça. (...) O fim que visam os Presbíteros, por seu ministério e vida, é ocupar-se da glória de Deus Pai em Cristo. Consiste esta glória em aceitarem os homens a obra de Deus, levada à perfeição por Cristo, de maneira consciente, livre e grata, levando-a a irradiar-se em toda a sua vida. Assim os Presbíteros, ao se dedicarem à oração e à adoração, ao pregarem a palavra, ao oferecerem o Sacrifício Eucarístico e administrarem os demais Sacramentos, ao exercerem os diversos ministérios em favor dos homens, contribuem de um lado para aumentar a glória de Deus e por outro para levar os homens a se adiantarem na vida divina. (PAULO VI, 1965, p. 441-442).

Mais tardiamente, a Exortação Apostólica pós-sinodal sobre a formação dos sacerdotes, do Papa João Paulo II, publicada em 1992, como conclusão do Sínodo dos Bispos de 1990, intitulada *Pastores Dabo Vobis* (Dar-vos-ei pastores), coloca todo o enfoque da identidade do padre na palavra Pastor, tentando reforçar mais o aspecto do serviço e não tanto o do poder.

É no interior do mistério da Igreja como comunhão trinitária em tensão missionária, que se revela a identidade cristã de cada um e, portanto, a específica identidade do sacerdote e do seu ministério. O presbítero, de fato, em virtude da consagração que recebe pelo sacramento da Ordem, é enviado pelo Pai, através de Jesus Cristo, ao qual como Cabeça e Pastor do seu povo é configurado, de modo especial, para viver e atuar, na força do Espírito Santo, ao serviço da Igreja e para a salvação do mundo. (JOÃO PAULO II, 1992, p. 34).

A partir da identidade do padre na visão da Igreja, passamos a compreender a identidade dos seminários. O decreto *Optatum Totius* do Concílio Vaticano II reafirmou a necessidade dos seminários como instituições dotadas dos elementos educativos mais importantes para a formação integral dos sacerdotes. O Código de Direito Canônico de 1983

aconselhava a criação de um seminário maior em cada diocese onde fosse possível. Mas foram as Diretrizes Básicas da Formação Sacerdotal, da Sagrada Congregação para a Educação Católica, de 1970, que começaram a definir melhor o seminário maior. É uma instituição que recebe alunos que já tenham concluído o ensino médio e, portanto, se caracteriza como uma instituição de ensino superior. É uma instituição para formar unicamente sacerdotes, que são definidos como pastores de almas.

Para que se possa falar em verdadeiro Seminário, conforme se pode deduzir dos documentos e da constante tradição eclesial, é preciso o seguinte: uma comunidade imbuída do verdadeiro espírito de caridade, aberta às necessidades do mundo atual e estruturada como um corpo, na qual se exerça eficazmente a autoridade do legítimo superior, no espírito e conforme o exemplo de Cristo e, com o auxílio de todos, deveras se favoreça a maturidade humana e cristã dos estudantes; a possibilidade de principiar a experiência da condição sacerdotal pelo relacionamento de fraternidade e dependência hierárquica; a explicação da doutrina do sacerdócio, feita por diretores delegados pelo próprio bispo, da vida sacerdotal e de todas as condições requeridas para um sacerdote, que os alunos aos poucos devem conhecer e receber, quer em relação à fé e à doutrina, quer em relação ao estilo de vida; a oportunidade de provar e confirmar a vocação sacerdotal com sinais e qualidades diversos, para que se possa apresentar ao bispo um juízo seguro sobre a idoneidade do candidato ao sacerdócio. (SAGRADA CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, 1970, p. 20).

O documento *Pastores Dabo Vobis* sobre a formação dos sacerdotes, fruto do Sínodo dos Bispos em 1990, mostra que, embora o seminário se apresente como um tempo e um espaço, sua configuração deve ser, sobretudo, a de uma “comunidade educativa em caminhada” (JOÃO PAULO II, 1992, p. 158). Esta deve ter como modelo o grupo de Jesus com os doze apóstolos. Deve constituir-se como uma verdadeira família. Enfim, o seminário deve ser uma comunidade, e especificamente da Igreja, para formar os seus padres.

O Seminário é, pois, uma comunidade eclesial educativa, mais, uma particular comunidade educadora. E é o fim específico a determinar-lhe a fisionomia, ou seja, o acompanhamento vocacional dos futuros sacerdotes, e portanto, o discernimento de sua vocação, a ajuda para lhe corresponder e a preparação para receber o sacramento da Ordem com as graças e responsabilidades próprias pelas quais o sacerdote é configurado a Jesus Cristo, Cabeça e Pastor, e é habilitado e comprometido a partilhar a sua missão de salvação na Igreja e no mundo. Enquanto comunidade educadora, a inteira vida do Seminário, em suas mais diversas expressões, está empenhada na formação humana, espiritual, intelectual e pastoral dos futuros presbíteros... (JOÃO PAULO II, 1992, p. 160).

Assim, a identidade do seminário é traçada como uma comunidade educativa da Igreja voltada para o fim específico de preparar os futuros sacerdotes, a partir de uma formação integral, entendida como a que abrange as dimensões humana, espiritual, intelectual e pastoral. O referido documento chega a reconhecer que a obra educativa acompanha pessoas concretas, situadas historicamente, e que, portanto, os educadores devem reconhecer as diversas situações, devem ter elasticidade, os responsáveis pelos seminários devem aproveitar as situações para uma contínua renovação, mas a instituição seminário é exigida como necessária para a formação dos sacerdotes.

Os documentos da CNBB sobre a formação sacerdotal mostram que “o Seminário é, antes de tudo, uma escola do Evangelho” (CNBB, 1995, p. 42). E também uma experiência de vida comunitária, já que deve qualificar o futuro padre para um relacionamento profundo com as comunidades onde irá trabalhar. Assim, “o seminário não deve ser concebido como um ambiente fechado sobre si mesmo, mas como a instituição que sustenta e orienta o processo pedagógico de discernimento e formação enraizado na comunidade eclesial mais ampla” (CNBB, 1981, p.85). O seminário é identificado também como o período que ajuda na conclusão do processo de discernimento vocacional, onde formandos e formadores procuram reconhecer a autenticidade da vocação do futuro sacerdote. Enfim, o seminário é definido como uma comunidade educativa que procura dar uma formação integral, entendida como o cultivo das dimensões humana, espiritual, intelectual e pastoral.

O Seminário é, portanto, uma experiência educativa rica e complexa, com exigências diversas que precisam de um esforço sério para serem integradas e equilibradas: - intensa vida comunitária, fraterna, e abertura ao mundo, ao serviço, à missão; - desenvolvimento da maturidade e da responsabilidade pessoal, e obediência disponível às exigências do Evangelho e da autoridade da Igreja; - profunda vida de oração, vivência litúrgica, esmero nas celebrações e multiplicidade de compromissos, trabalho, estudo, atividades pastorais; - preparação para as futuras tarefas pastorais e engajamento em responsabilidades imediatas; - formação intelectual e prática pastoral; - entrega total e sincera à vocação e, ao mesmo tempo, prudente verificação dos sinais da vontade de Deus. (CNBB, 1995, p. 44-45).

Chegamos assim especificamente ao Seminário Maior Nossa Senhora da Glória. Sua identidade não fugirá do que vimos até agora em relação aos seminários em geral, já que seu primeiro regimento de 1987 diz na observação inicial supor o que prescrevem os documentos do Vaticano e da CNBB publicados até à época e acatar integralmente suas disposições. O referido regimento assim o define:

O Seminário Maior Nossa Senhora da Glória, de Maringá, embora Arquidiocesano, na prática funciona como Provincial, servindo à formação dos futuros presbíteros da Província Eclesiástica de Maringá, na etapa dos estudos de Filosofia. Por sua própria natureza, é uma instituição perfeitamente caracterizada: uma escola do Evangelho, destinada exclusivamente à formação de futuros sacerdotes da Igreja Católica. Dessa fonte derivam as normas de sua vida e funcionamento, já que o sacerdócio não é propriedade nossa, para fazermos o que nos agrada; não podemos reinventar o seu significado, segundo o nosso ponto de vista pessoal. (SEMINÁRIO MAIOR NOSSA SENHORA DA GLÓRIA, 1987, p.06).

O Seminário Maior Nossa Senhora da Glória, no começo, se destinava aos seminaristas da Província Eclesiástica de Maringá, que compreende as dioceses de Maringá, Paranavaí, Campo Mourão e Umuarama. Por isso, chegou a ser chamado de provincial e realmente, por vários anos, na prática o foi. Acontece que segundo o Código de Direito Canônico um seminário provincial precisa da autorização da Santa Sé, e como ela não existiu, o referido seminário ficou definido como arquidiocesano de Maringá e aberto a outras dioceses. Com o passar do tempo, as dioceses da província deixaram de enviar para este seminário os seus alunos, enquanto que alunos de outras dioceses do Estado do Paraná e de outros estados passaram a cursar a filosofia nele. Assim, o título de provincial não lhe seria próprio durante um bom tempo de sua existência. Por isso, o novo regimento de 1998 contemplava o fato de ser arquidiocesano e não provincial.

O Seminário Maior Arquidiocesano “Nossa Senhora da Glória” está a serviço da formação dos futuros presbíteros da Arquidiocese de Maringá e dos de outras dioceses que queiram confiar a formação de seus seminaristas a esta instituição, estando elas dispostas a acolher integralmente as suas orientações para a etapa dos estudos de Filosofia. (ARQUIDIOCESE DE MARINGÁ, 1998, p. 18).

Enfim, o Seminário Maior Arquidiocesano Nossa Senhora da Glória é uma instituição da Arquidiocese de Maringá para formar os seus padres na etapa da filosofia. Começou atendendo também aos seminaristas da Província Eclesiástica de Maringá e depois acolheu seminaristas de outras dioceses do Paraná e também de outros estados. Além dos seminaristas da província, já passaram por ele, alunos de Guarapuava, Cascavel, Foz do Iguaçu, Londrina, Cornélio Procópio, Guajará-Mirim – RO, Rio Branco – AC, Sinop – MT e Carolina – MA. Recebe os seminaristas em regime de internato. Possui, até este ano de 2007, seu próprio Instituto de Filosofia, onde os seminaristas sempre estudaram. Recebe os seminaristas por um período de três anos, ou mais, quando necessário.

4.4. O PRÉDIO DO SEMINÁRIO MAIOR NOSSA SENHORA DA GLÓRIA

O prédio que abriga o Seminário Maior Arquidiocesano Nossa Senhora da Glória começou a ser construído em 1980 e foi inaugurado em 21 de março de 1982. Foi construído na mesma extensão de terras onde havia sido edificado o Seminário Menor, inaugurado em 24 de março de 1962, cujo prédio agora era usado para realização de retiros e encontros de formação dos leigos e do clero. Neste mesmo local havia também um segundo pavilhão, cuja construção começou em 1964, inaugurado quando da comemoração dos dez anos de instalação da diocese, no dia 24 de março de 1967. Era o pavilhão de serviços, destinado à cozinha, refeitório, lavanderia e residência das irmãs que ajudavam no seminário menor. Foi construído com a ajuda dos católicos alemães da “Adveniat”.

Robles (2007), relatando a história da Arquidiocese de Maringá, mostra como foi adquirido o terreno onde está construído o Seminário Nossa Senhora da Glória:

A CMNP havia reservado para o seminário da futura diocese um alqueire de terras, junto ao cemitério municipal.⁵⁴ Pela exigüidade da área, bem como pela localização, dom Jaime preferiu outro local. Conseguiu da mesma Companhia cinco alqueires no meio do mato, à direita da estrada que ruma de Maringá a Paranaíba. Pedindo aqui e ali, juntando até espórtulas das crismas que ministrava, levantou recursos para a posterior aquisição de duas chácaras anexas: uma, com 3½ alqueires, da qual se tinham desfeito os irmãos maristas, que os haviam recebido para construção de seu juvenato, adquirida por Cr\$ 1.200.000,00 (hum milhão e duzentos mil cruzeiros); outra, de 5 alqueires, pela importância de Cr\$ 750.000,00 (setecentos e cinqüenta mil cruzeiros), na área do atual Jardim Seminário. Aí foram construídas algumas casas para funcionários; havia também um pomar, que fornecia frutas para consumo dos seminaristas. Nos dias de hoje, tantos anos passados e mudanças havidas, o terreno do Seminário Arquidiocesano Nossa Senhora da Glória compreende área de 8½ alqueires paulistas, onde se situam, além do seminário, pequena reserva florestal, centro arquidiocesano de formação e um auditório com 800 lugares. (ROBLES, 2007, p. 149).

Os documentos do Vaticano e da CNBB sobre a formação dos padres publicados depois do Concílio Vaticano II não se delongam sobre a parte material dos seminários. As diretrizes da Sagrada Congregação para a Educação Católica de 1970 mencionam o seguinte:

Convém que o seminário seja tal que, todo aquele que aí entrar, nele encontre os indispensáveis subsídios para cultivar a própria vocação e executar plenamente a vontade de Deus. Para tal fim não se considere de pouca importância o que se refere à parte material: o local, a construção, o mobiliário e o arranjo sóbrio e digno das demais coisas, em conformidade

⁵⁴ CMNP é de Companhia Melhoramentos Norte do Paraná.

com a vida dos jovens. (SAGRADA CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, 1970, p. 08).

O Código de Direito Canônico sobre isso prescreve:

O bispo diocesano ou, se se trata de seminário interdiocesano, os bispos interessados, na medida por eles mesmo determinada de comum acordo, devem cuidar que se assegurem a constituição e a conservação do seminário, o sustento dos alunos, a remuneração dos professores e as outras necessidades do seminário (JOÃO PAULO II, 1983, p. 119).

O Sínodo dos Bispos de 1990 sobre a formação dos sacerdotes reafirmou o Seminário como lugar mais apropriado para tal objetivo:

A instituição do Seminário maior como lugar ideal de formação deve certamente confirmar-se como espaço normal, mesmo material, de uma vida comunitária e hierárquica, mais, como casa própria para a formação dos candidatos ao sacerdócio, com superiores verdadeiramente consagrados a este serviço. Esta instituição deu muitíssimos frutos ao longo dos séculos e continua a dá-los em todo o mundo. (JOÃO PAULO II, 1992, p. 157).

Nossa pesquisa trata dos seminários enquanto instituições educativas. O seminário é uma instituição menor da grande instituição milenar que é a Igreja Católica. E o processo educativo sempre desafia a realidade institucional. Pereira (2004) define assim a instituição:

A instituição é uma instância imaginária, que vai além do seu espaço aparente ou manifesto. Reúne saberes que permitem, a todo tempo, diagramar as relações sociais, organizar espaços, fixar e recortar limites. Além de sua forma virtual, imaginária e simbólica, as instituições não estão desvinculadas da prática social, das relações sociais entre as classes e do processo de produção da vida material. Cada sociedade, segundo o modelo infra-estrutural a que obedece, cria um tipo determinado de instituição. Essa tipologia institucional será mantida em todos os níveis, do Estado à família, dessa à Igreja, à escola, às relações de trabalho, ao sistema jurídico, à saúde, à cultura e ao lazer, aos meios de comunicação etc. [...] A vida religiosa é também uma instituição. Enquanto instituição, é um conjunto de tradições, regras e regulamentos, convenções, acordos, atividades, programas, dentro da estrutura hierárquica, administrativa e jurídica que perpassam a vida milenar da Igreja. É também o sistema de prescrições, desejos e proibições ideológicas que deverão ser introjetados pelos participantes para serem seguidos ou abolidos; e, finalmente, o conjunto do sistema simbólico produzido pelas instituições sociais que atravessam a vida das organizações e dos grupos comunitários. (PEREIRA, 2004, p. 280).

O prédio do Seminário Nossa Senhora da Glória, embora não se mencione nas entrevistas ou nos registros, indica ter recebido ajuda financeira do governo do Estado do

Paraná na época, já que numa placa de bronze no saguão de entrada se faz um agradecimento especial ao Governador Ney Braga, eleito indiretamente pelo regime militar para o período de 1979-1982, e que por sinal, também esteve presente como convidado especial na inauguração do prédio, como já tinha estado na inauguração do seminário menor.

Benedetti (1999) mostra o seminário como uma instituição que afasta do mundo social.

O primeiro passo do seminário é afastar do mundo do trabalho, um aspecto definidor do homem moderno e, mais especificamente ainda, do homem urbano. A primeira condição para ser padre é 'largar tudo'... Nada mais distante do mundo urbano! Mais, tudo isso é visto como renúncia, sacrifício, desapego, dom de si. E acaba contribuindo para aguçar (ou mesmo criar) um espírito de casta... Mas o Seminário, além de ser por excelência o lugar da inculcação do *habitus*, é também o lugar do controle. Os futuros padres são isolados para ser melhor controlados. (BENEDETTI, 1999, p. 123).

Para explicar teoricamente, valemo-nos das análises de Goffmann sobre as instituições totais.

Uma disposição básica da sociedade moderna é que o indivíduo tende a dormir, brincar e trabalhar em diferentes lugares, com diferentes co-participantes, sob diferentes autoridades e sem um plano racional geral. O aspecto central das instituições totais pode ser descrito com as rupturas das barreiras que comumente separam estas três esferas da vida. Em primeiro lugar, todos os aspectos da vida são realizados sob uma única autoridade. Em segundo lugar, cada fase da atividade diária do participante é realizada na companhia imediata de um grupo relativamente grande de outras pessoas, todas elas tratadas da mesma forma e obrigadas a fazer a mesma coisa em conjunto. Em terceiro lugar, todas as atividades diárias são rigorosamente estabelecidas em horários, pois uma atividade leva, em tempo determinado, à seguinte, e toda seqüência de atividades é imposta de cima, por um sistema de regras explícitas e um grupo de funcionários. Finalmente, as várias atividades obrigatórias são reunidas num plano racional único, supostamente planejado para atender aos objetivos oficiais da instituição. (GOFFMAN, 1974, p.17-18).

O Seminário Maior Nossa Senhora da Glória tem uma estrutura física para ser uma instituição total, já que ali os seminaristas moram, estudam, trabalham, se relacionam, rezam e fazem tudo o mais. Há que se destacar que em 2006 os seminaristas começaram a estudar na Pontifícia Universidade Católica – *Campus* de Maringá, situada no centro da cidade. O prédio e o local onde foi construído fazem do seminário um mundo auto-suficiente, centrado em si mesmo.

O local onde está construído o Seminário faz divisa com o Jardim Cosmos, do qual está separado por um muro. Aliás, o único lado do seminário com muro, quase que como para isolar ainda mais. O local, de fato, favorece pouco contato com as pessoas de fora. Segundo Foucault, “a disciplina às vezes exige a cerca, a especificação de um local heterogêneo a todos os outros e fechado em si mesmo” (FOUCAULT, 2004, p. 122).

Além do prédio do seminário, existem no local mais cinco construções: o prédio onde são realizados encontros de formação para leigos e sacerdotes (antigo seminário menor), o prédio onde funciona o refeitório para os referidos encontros, o anfiteatro com 800 lugares, a capela externa para 300 pessoas e uma casa para moradia da família de um administrador. Destaca-se no local a construção da caixa d’água. Como foi construída em forma de cálice e bem na entrada, caracteriza-se como a referência que mais identifica o local, também pelo fato de ter uma grande capacidade de reserva, necessária devido a quantidade de prédios e pessoas.

O prédio do Seminário Maior Nossa Senhora da Glória foi construído como continuação do 2º pavilhão inaugurado em 1967. Daí serem os dois prédios totalmente ligados, como se fossem uma só construção. Esse 2º pavilhão ficou reservado para cozinha, refeitório, lavanderia, despensas, depósitos, salas de TV e de jogos, capela para orações comunitárias, dependências de funcionários e garagens para carros. No 3º pavilhão ficaram os quartos para os seminaristas, quartos e escritórios para os formadores, salas de aula, biblioteca, salas de estar, capela para oração pessoal e saguão de entrada.

A preocupação central de Dom Jaime Luiz Coelho, como afirmou ao ser entrevistado, era com a acomodação dos seminaristas. Tinha ele como modelo o Seminário de Ribeirão Preto, sua diocese de origem, e lá, como afirmou, os quartos eram coletivos. Seu desejo inicial era construir o seminário com quartos individuais, mas não foi possível. Daí a construção de quartos para cada dois seminaristas. A construção toda tomou por base os quartos dos seminaristas, já que são 34. O modelo é simples, sem detalhes especiais: uma construção de tipo retangular, com corredores compridos ao meio e quartos de um lado e de outro. Do lado da frente do seminário, a construção conta com dois pisos e do lado de trás, aproveitando o declive do terreno, com três pisos. Justamente desse lado de trás, o primeiro piso todo foi dedicado às salas de aula, seis no total. Uma ala foi toda dedicada aos quartos dos padres formadores. São três suítes com escritório. Os quartos dos seminaristas são todos com banheiros também. Contam com duas camas, um grande armário de roupas embutido, dividido em duas partes, e duas escrivaninhas. São espaçosos e práticos. É neles que os seminaristas passam a maior parte de seu tempo.

Podemos dizer que realmente o espaço físico foi pensado em vista de comodidade e praticidade dos seminaristas. Não há grandes diferenças entre os quartos dos formadores e seminaristas nem uma separação acentuada nas alas de uns e outros. Como os padres formadores moram no seminário, acompanham tudo o que acontece de dia e de noite, reforçando o aspecto da vigilância e disciplina. Os espaços do refeitório, cozinha, salas de TV e de estar, capelas e biblioteca são comuns para padres formadores e seminaristas.

O Livro do Tombo registra a construção de um espaço para esportes em julho de 1984:

Outro fato a ser mencionado foi a construção da cancha de futebol de salão do Seminário, durante o mês de julho, pelos funcionários da Prefeitura Municipal de Maringá. Responsável direto por essa obra é o Sr. Odelando Veroneze, à época, secretário de serviços públicos. (LIVRO DO TOMBO, 1984, p. 06 v).

Fala também de adaptações dos espaços que foram feitas ao longo do tempo, como por exemplo, no final de 1984 e começo de 1985:

Começam os trabalhos para a transformação do refeitório em capela. Nestes dois anos, por se realizarem aqui os cursilhos de cristandade, encontros, retiros etc. de muitos grupos, houve necessidade de se usar o refeitório e cozinha do Seminário. Os seminaristas tiveram que usar duas salas, no térreo, para cozinha e refeitório. Desde o 1º semestre, com a ajuda da Alemanha, Dom Jaime iniciou a construção de novo pavilhão, a fim de abrigar essas dependências para uso de grupos de leigos. Agora, já no final dessa obra, poderá o refeitório e cozinha do Seminário voltarem a ser utilizados pelos seminaristas. Com o aumento de pessoal, a atual capela, situada numa das salas de aula, tornar-se-á pequena. Decidiu-se adaptar a sala que até hoje foi refeitório. O construtor prometeu entregar pronta a nova capela até 15 de janeiro próximo. (...) Prosseguem durante todo este mês os trabalhos de adaptação do prédio. Ao final já está pronta a capela, e o refeitório e a cozinha voltam ao uso exclusivo dos seminaristas. (LIVRO DO TOMBO, 1984-1985, p. 7 v e 8).

O Seminário Maior Nossa Senhora da Glória foi construído sem uma capela específica para as celebrações comunitárias. Era desejo de Dom Jaime construir uma capela e isto aconteceu em 1990, quando o seminário já estava no sétimo ano de funcionamento. Dom Jaime se responsabilizou pessoalmente em arrecadar os fundos necessários para tal construção, principalmente com amigos católicos da Europa. O Livro do Tombo registra a visita de um deles:

O Seminário recebe a visita do Sr. Ettore Inselvini, do *Segretariato Fraternalità Opere Brasiliane Papa Giovanni*, de Bréscia. O visitante,

juntamente com o Sr. Arcebispo Dom Jaime, o Reitor e Mons. Friedrich Gerkens percorreram os recintos desta casa de formação e visitaram a construção da futura “Capela do Seminário”. (LIVRO DO TOMBO, 1990, p. 30 v).

A referida capela foi inaugurada em 1º de dezembro de 1990, com o decreto que instituiu Nossa Senhora da Glória como titular principal e Santo Cura D’Ars como titular secundário, “cuja relíquia autêntica - ex-carne – conserva-se nesta mesma capela” (LIVRO DO TOMBO, 1990, p. 32 v). A capela tem capacidade para umas trezentas pessoas e no seu subsolo foram construídas uma grande sala e outras três salas menores, como também um conjunto de banheiros. Na inauguração estiveram presentes os bispos da Província Eclesiástica, diversos padres e religiosos e muitos leigos. Ficou assim registrado o esforço de Dom Jaime para a construção da mesma:

Ad perpetuam rei memoriam, registre-se o esforço pessoal de Dom Jaime Luiz Coelho, Arcebispo Metropolitano, na busca de fundos, na administração e no acompanhamento da construção deste Oratório, a “Capela do Seminário”. Que a Mãe da Glória e o Santo D’Ars, João Batista Vianney, intercedam pelos benfeitores, trabalhadores e executores desta casa de oração! (LIVRO DO TOMBO, 1990, p. 32 v-33).

Não somente em relação à capela, mas a todo o prédio do seminário, os recursos para a construção foram levantados pelas paróquias, com promoções e festas e com ajudas de católicos europeus. Como já foi dito, o agradecimento ao Governador Ney Braga registrado numa placa do Seminário poderia sugerir ajuda do governo do Estado, mas Dom Jaime em entrevista afirmou não ter recebido nenhuma ajuda do poder público.

O Seminário foi construído para atender a província eclesiástica, ou seja, seminaristas de quatro dioceses. Por isso, se fez com capacidade para 68 alunos internos, mas a capacidade total nunca foi preenchida. Em grande parte desses 24 anos de funcionamento, várias áreas do seminário ficaram ociosas. Uma ala toda com 13 quartos quase nunca era usada. A capela, por ser grande demais em relação ao número de seminaristas, ficou por vários anos sem uso, já que uma capela menor facilitava a comunicação e a integração de um grupo menor.

O fato de ficar uma parte do prédio ociosa levou à decisão de se trazer para esse mesmo local o Seminário Propedêutico, o que aconteceu no começo de 1998. “No próximo ano, o Seminário Propedêutico será transferido para este prédio. Algumas reformas serão feitas para melhor acomodar os seminaristas. O novo Reitor do Propedêutico será o Pe. Onildo Luiz Gorla Júnior e o Diretor Espiritual será o Pe. Obelino Silva de Almeida”. (LIVRO DO TOMBO, 1997, p. 87).

O Seminário Propedêutico Santo Cura D’Ars, embora funcione no mesmo prédio, tem vida independente, com formadores próprios, regimento, aulas e todo o andamento da casa próprios também. O prédio do Seminário foi e ainda é usado pelo Seminário Propedêutico para a hospedagem dos seminaristas e dos formadores, para refeitório e cozinha, capela e sala de estar. Como salas de aula e biblioteca foram usadas as dependências do subsolo da capela grande. Com isso, o uso do prédio ficou bastante racionalizado e os espaços foram todos ocupados.

4.5. OS FORMADORES DO SEMINÁRIO MAIOR NOSSA SENHORA DA GLÓRIA

No cenário de uma Igreja da Instituição, que coloca o padre como figura central, o seminário ganha um destaque muito grande. Ele será responsável por fornecer os quadros para a reprodução da instituição. Por isso, os documentos oficiais sempre pedem o apoio e o auxílio de todos os membros da Igreja, principalmente dos sacerdotes, para o sucesso do seminário: “E todos os sacerdotes considerem o Seminário como o coração da Diocese, oferecendo-lhe espontaneamente seu auxílio pessoal” (PAULO VI, 1965, p. 512). Para que o seminário cumpra a sua função, os seus formadores são peças fundamentais.

A formação dos estudantes depende não apenas de leis sábias, mas também e sobretudo de educadores idôneos. Sejam, pois, os superiores e mestres dos seminários escolhidos dentre os melhores, diligentemente preparados por sólida doutrina, adequada experiência pastoral e peculiar formação espiritual e pedagógica. É mister, pois, que se promovam institutos com tal finalidade, ou que ao menos se façam cursos adequados e se realizem, em tempos preestabelecidos, reuniões de superiores de seminários. Os diretores e professores considerem quanto o êxito da formação dos estudantes depende do seu modo de pensar e agir. Sob a orientação do reitor estabeleçam entre si estreita união de pensamento e ação. (...) Com diligente cuidado de predileção o bispo anime os que trabalham no seminário e apresente-se aos estudantes como autêntico pai em Cristo. (PAULO VI, 1965, p.512).

As Diretrizes da Sagrada Congregação para a Educação Católica, de 1970, acrescentam que os superiores devem ser escolhidos pelo bispo, abertos às necessidades da comunidade eclesial e civil, bons conhecedores da psicologia dos jovens e ter a devida preparação técnica. O seminário não pode escolher formadores improvisados nem que tenham uma atuação casual. Também indica como deve ser composta a equipe responsável pela direção.

Conforme o costume local, haja em cada seminário responsáveis por sua direção, isto é, o reitor, o vice-reitor, o diretor ou diretores espirituais, o prefeito dos estudos, o diretor dos exercícios pastorais, o responsável pela vida comunitária, o ecônomo e o bibliotecário. Sejam claramente definidas as funções, obrigações, direitos e a justa retribuição de cada um. (SAGRADA CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, 1970, p. 21).

O Código de Direito Canônico mostra o seminário como personalidade jurídica da Igreja, representada pelo reitor, reforça a necessidade de que o seminário tenha também professores e confessores, e, é claro, que todos participem “principalmente na manutenção da disciplina” (JOÃO PAULO II, 1983, p. 107).

Já a tónica do Sínodo dos Bispos de 1990 sobre a formação dos sacerdotes recaía sobre o espírito de unidade e de colaboração entre os membros da equipe de direção para desenvolver o programa do seminário. Em 04 de novembro de 1993, a Sagrada Congregação para a Educação Católica lançou um documento específico sobre os formadores intitulado “Diretrizes Sobre a Preparação dos Formadores nos Seminários”. O mesmo descreve a situação atual, destacando como o maior problema a escassez de formadores, principalmente nos países do bloco ex-comunista da Europa central e oriental e também na América Latina.

En situación delicada se encuentran incluso las diócesis – sobre todo en tierras de misión y en América Latina – que están experimentando un notable aumento de candidatos al sacerdocio. Aspiran a organizar sus propios seminarios, pero no les es fácil encontrar un número suficiente de formadores adecuadamente preparados. Las improvisaciones y soluciones de emergencia, a las que en ocasiones recurren, resultan problemáticas e insuficientes para garantizar que el futuro clero goce de un buen nivel espiritual, intelectual e pastoral. (CONGREGACIÓN PARA LA EDUCACIÓN CATÓLICA, 1993, p. 764).

Outro problema descrito no documento citado é a necessidade de se promover uma pedagogia mais dinâmica e aberta. Depois de mostrar que a responsabilidade pelos seminários é principalmente dos bispos, mas também de todos os sacerdotes e leigos, elenca os critérios para a escolha dos formadores: espírito de fé, sentido pastoral, espírito de comunhão, maturidade humana e equilíbrio psíquico, madura capacidade de amar, capacidade para a escuta, o diálogo e a comunicação e atenção positiva e crítica à cultura moderna. Termina sugerindo um itinerário e linhas fundamentais para a preparação dos formadores.

Os documentos da CNBB sobre o assunto também ressaltam o problema da escassez de formadores e acabam por orientar a exigência pelo menos de um número mínimo. Incentivam a participação nos diversos cursos para formadores no Brasil e no exterior, principalmente os oferecidos pelas universidades romanas e apontam para o trabalho da OSIB (Organização dos Seminários e Institutos do Brasil), que promove cursos e encontros freqüentes em diversos níveis.

Os formadores dos Seminários e Institutos, quer diocesanos quer religiosos, sejam incentivados a participar de encontros da OSIB, entidade que serve para troca de experiências, estudos de temas ligados à sua tarefa, formação permanente dos formadores e atualização teológico-pastoral-pedagógica. (CNBB, 1995, p. 104).

O Seminário Maior Nossa Senhora da Glória de Maringá, em toda a sua história, enfrentou o problema da escassez de formadores e da falta de preparação específica para o exercício da função. Muitas vezes, nem o mínimo exigido foi satisfeito. Por vários anos, por exemplo, o seminário não contou com a presença e atuação de um diretor espiritual. A maioria dos formadores só foi participar de cursos específicos de formação já no exercício da função, caracterizando o improvisado. O Livro do Tombo do Seminário foi aberto por Monsenhor Orivaldo Robles com o destaque da falta de formação específica para as funções que ele e o diretor espiritual estavam assumindo.

Desde o dia 1º deste mês, estamos no Seminário Pe. José Fernandes de Souza, Diretor Espiritual e eu, Pe. Orivaldo Robles, Reitor. Pe. José era vigário-ecônomo da Paróquia de Cruzeiro do Sul e eu, pároco de Marialva. Convidados por Dom Jaime Luiz Coelho, Arcebispo Metropolitano, para assumirmos as funções de Diretor Espiritual e Reitor do novo Seminário Maior Provincial, fizemos-lhe ver as nossas limitações e o nosso receio de não estarmos à altura daquilo que de nós seria exigido. Mas, em espírito de serviço à igreja de Deus, confiando na graça e misericórdia do Senhor, dispusemo-nos a tudo fazer para atender a esse apelo do Pastor da Arquidiocese. (LIVRO DO TOMBO, 1983, p. 01).

O 1º regimento do Seminário Maior Nossa Senhora da Glória de 1987 não chega a falar nada a respeito da função dos formadores. Já o de 1988, deixa tudo bem explícito. Chama de “equipe de formadores” os que conduzem o seminário e define sua composição: o bispo como presidente, o reitor, o diretor espiritual, o diretor de estudos, o ecônomo, o responsável da pastoral vocacional e outros sacerdotes nomeados pelo bispo. Todos os cargos devem ser preenchidos pela escolha do bispo, primeiro responsável pelo seminário.

O reitor é o coordenador geral do seminário, a quem cabe dirigir os seminaristas, toda a vida do seminário e também a equipe de formadores. Sua função básica é manter a disciplina: “no cumprimento dos próprios deveres, devem todos obedecer ao reitor, a quem compete a direção cotidiana do seminário, de acordo com as Diretrizes básicas para a formação sacerdotal e com o regulamento do seminário”. (JOÃO PAULO II, 1983, p. 117). Atua nas questões de foro externo em relação aos seminaristas. É ele que dá todas as autorizações necessárias e tem o poder de “desligar do seminário o formando que não esteja correspondendo à proposta de formação da Igreja ou que não aceite as orientações, normas e diretrizes da instituição” (ARQUIDIOCESE DE MARINGÁ, 1998, p. 23-24).

Nos seus 24 anos de funcionamento, conforme relata o Livro do Tombo, o Seminário Maior Nossa Senhora da Glória teve sete reitores. O 1º foi o Pe. Orivaldo Robles, que permaneceu no cargo por seis anos, do início de 1983 ao final de 1988. A ele coube a tarefa de dirigir o início da vida de funcionamento do seminário em todos os aspectos, inclusive o funcionamento do Instituto de Filosofia. O 2º reitor foi o Pe. Júlio Antônio da Silva, ficando quatro anos na função, do começo de 1989 ao final de 1992. O 3º reitor foi o Pe. Milton Antonio Bossoni. Dirigiu o Seminário por quatro anos também, do início de 1993 ao final de 1996. O 4º reitor foi o Pe. Nelson Aparecido Maia, por três anos, do início de 1997 ao final de 1999. O 5º reitor ficou à frente do Seminário somente por um ano, em 2000. Foi o Pe. Antonio de Pádua Almeida. O 6º reitor fui eu, Pe. Sidney Fabril, por cinco anos, do início de 2001 ao final de 2005. O último reitor, que assumiu a função no início de 2006, foi o Pe. Valdir Egea, que continua até o presente momento. Praticamente todos os reitores participaram de cursos específicos sobre a formação sacerdotal depois de estarem exercendo a função. O curso mais freqüentado foi o promovido pela OSLAM (Organização dos Seminários Latino-americanos), organismo do CELAM (Conselho Episcopal Latino-americano), com duração de quatro semanas, que acontece cada ano em um país da América Latina. Detalhe interessante registrado no Livro do Tombo é a participação dos formadores, principalmente dos reitores, nas assembléias regionais e nacionais da OSIB, fato que aconteceu todos os anos. Isso demonstra que, embora escassos e sem preparação prévia, houve um interesse dos próprios formadores e da Arquidiocese na sua preparação e atualização.

Quanto ao diretor espiritual, o regimento de 1998 mostra que sua função está ligada às questões espirituais dos seminaristas. Deve organizar a vida espiritual e litúrgica do seminário. O Seminário Maior Nossa Senhora da Glória enfrentou, segundo consta no Livro do Tombo, dificuldades em relação à estabilidade nessa função. O 1º diretor espiritual foi o

Pe. José Fernandes de Souza, que assumiu no começo de 1983 e ficou até setembro de 1985. No começo de 1988, o Pe. Bruno Elizeu Versari assumiu a função de assistente disciplinar e espiritual, ou seja, depois de mais de dois anos se voltava a ter dois formadores residindo no Seminário, embora a função do Pe. Bruno não fosse especificamente de diretor espiritual. No começo de 1991, assumiu o Pe. Edmar Peron, que ficou até o final de 1997, período de maior tempo de permanência de um diretor espiritual nesse seminário. Depois, no começo de 1998, o Pe. Obelino Silva de Almeida assumiu apenas por seis meses, já que foi nomeado reitor da comunidade de teologia da arquidiocese de Maringá em Cascavel. No começo de 1999, o novo diretor espiritual passou a ser o Pe. Pedro Jorge Delgado Bento, ficando também apenas por um ano. Em 2000 voltou ao Seminário como diretor espiritual o Pe. Milton Antonio Bossoni, assumindo até o final de 2002. Em 2003, assumiu o Pe. Janílson Canuto, que também ficou só por um ano. O Seminário teve de novo um diretor espiritual residindo na casa a partir de 2005, quando voltou o Pe. Obelino Silva de Almeida, que ficou na função até o final de 2006. A partir de 2007, assume o Pe. Francisco Gecivam Vieira Garcia. Nos vários períodos em que não havia um diretor espiritual morando no seminário, a função era exercida por uma equipe de padres que vinha atender aos seminaristas em alguns dias da semana. Encontramos no Livro do Tombo a preocupação em preencher a função com uma pessoa capacitada, mas não houve preparação e planejamento para tal.

Resposta definitiva do Pe. Francisco Javier Delvalle. Após vários contatos telefônicos, conversa com Dom Virgílio de Pauli e outros padres, finalmente sua decisão: não virá trabalhar conosco no próximo ano. Uma pena, já que vamos, de novo, enfrentar o trabalho de formação não podendo contar com um Diretor Espiritual no Seminário. (LIVRO DO TOMBO, 1986, p. 17 v).

A direção dos estudos foi a outra função que o seminário procurou suprir. No começo, o reitor acumulava essa função e nos primeiros anos, pelo que se percebe pelo Livro do Tombo, foi uma área que ocupou quase a maior parte do tempo e das preocupações do reitor, principalmente pelo fato de não ter um quadro de professores previamente preparado. O Regimento do Seminário de 1998 mostra que a função mais importante do diretor de estudos é “cuidar da organização geral do ‘Curso de Filosofia’, elaboração de seu currículo e seleção de seus mestres” (ARQUIDIOCESE DE MARINGÁ, 1998, p. 24). O primeiro diretor de estudos específico foi o Pe. Júlio Antônio da Silva. Assumiu a função em agosto de 1986 até o final de 1988. No começo de 1989, Pe. Júlio passou a ser o reitor, acumulando também a direção de estudos. Em junho de 1990 assumiu a função o Pe. Sidney Fabril, ficando até o final de 1996. No começo de 1997, o Pe. Nelson Aparecida Maia assumiu a reitoria e também

a direção dos estudos. A partir de janeiro de 1999, a referida função foi assumida pelo Pe. Leomar Antonio Montagna, na qual permanece até o presente momento.

A função de ecônomo sofreu também a situação de improviso e falta de preparação. O dinheiro para a manutenção do seminário sempre foi provido pelas dioceses signatárias, de modo que cabe a cada diocese providenciar os meios de arrecadá-lo, o que geralmente acontece através de taxas recolhidas das paróquias. Assim sendo, cabe ao ecônomo um trabalho mais de administração. Em geral, essa função quase sempre foi acumulada pelo reitor. O Livro do Tombo menciona pela primeira vez um ecônomo, específico na função, em agosto de 1986. Foi monsenhor Bernardo Cnudde que, permaneceu pouco tempo no cargo, não sendo possível precisar com exatidão por falta de registros. Vamos encontrar algum registro referente à economia de novo somente em setembro de 1994, quando foi formado o CAESAM (Conselho de Assuntos Econômicos dos Seminários da Arquidiocese de Maringá).

Reunião do Conselho de Assuntos Econômicos dos Seminários da Arquidiocese de Maringá – CAESAM. No dia 15 de agosto de 1994, o estatuto do Conselho foi aprovado por Dom Jaime, Arcebispo Metropolitano. No dia 19 de agosto, o estatuto foi apresentado ao futuro Conselho pelo reitor do Seminário. Neste mesmo dia foi formado o Conselho de Assuntos Econômicos dos Seminários da Arquidiocese de Maringá – CAESAM. Fazem parte do Conselho padres, leigos e a Irmã Lucila, que trabalha no Seminário. (...) O CAESAM tem por finalidade prover as necessidades financeiras dos Seminários da Arquidiocese de Maringá e administrar a economia. No dia 1º de setembro aconteceu a 1ª reunião do Conselho. Foram tratados alguns assuntos tais como: histórico do Conselho para colocar no livro ata; proposta de promoção para 1995 a ser apresentada na próxima reunião conjunta do clero e a rifa de um carro zero também a ser apresentada na reunião conjunta do clero. O Conselho fará reuniões ordinárias mensalmente. (LIVRO DO TOMBO, 1994, p. 51 v-52).

Esse Conselho foi uma tentativa de criar alternativas para desonerar as paróquias, uma vez que os gastos do Seminário aumentavam. Embora o Conselho contasse com a presença de vários leigos, o presidente era o próprio reitor do Seminário, na época o Pe. Milton Antonio Bossoni. Em março de 1996 toma posse como ecônomo dos seminários e, portanto, presidente do CAESAM, o Pe. Valter Antonio Brandão, ficando até o final de 1999. Depois, o referido Conselho deixou de existir e a função foi de novo acumulada pelos reitores.

Numa diocese o bispo tem todo o poder: “Compete ao Bispo diocesano, na diocese que lhe foi confiada, todo o poder ordinário, próprio e imediato. (...) Compete ao Bispo diocesano governar a Igreja particular que lhe é confiada, com poder legislativo, executivo e judiciário, de acordo com o direito”. (JOÃO PAULO II, 1983, p. 181 e 187). Isto significa

que ele não só é o primeiro responsável pelo seminário como também o que dá a primeira e a última palavra. Ele é quem escolhe os formadores, aprova os regimentos, aceita ou recusa os candidatos ao seminário e ao sacerdócio.

O primeiro representante de Cristo na formação dos sacerdotes é o bispo. Poder-se-ia dizer do bispo, de cada bispo, quanto nos diz o evangelista Marcos no texto já várias vezes citado: ‘Chamou a Si aqueles que quis e eles foram ter com ele. Constituiu doze dentre eles para que estivessem com ele, e também para os enviar’ (Mc 3,13-14). Na realidade, o chamado interior do Espírito precisa ser reconhecido pelo bispo como autêntico chamado. Se todos podem ‘ir ter’ com o bispo enquanto pastor e pai de todos, podem fazê-lo, de uma forma particular, os seus presbíteros pela comum participação do mesmo sacerdócio e ministério: o bispo, diz o concílio, deve considerá-los e tratá-los como ‘irmãos e amigos’. O mesmo se pode dizer analogamente de quantos se preparam para o sacerdócio. A propósito do ‘estar com ele’, com o bispo, revelar-se-á muito significativo para as suas responsabilidades formativas com os candidatos ao sacerdócio, que o bispo os visite frequentemente e, de certa maneira, ‘esteja’ com eles. (JOÃO PAULO II, 1992, p. 169).

Mesmo assim, o bispo deve ser alguém próximo dos seminaristas e acessível:

Sendo o bispo o primeiro representante de Cristo na formação dos presbíteros, deve visitar frequentemente o Seminário e velar sobre a formação aí ministrada. Seja acessível a contatos pessoais com formandos e formadores, em clima de confiança e cordialidade. Informe-se sobre vocação, índole, piedade e aproveitamento dos formandos, particularmente em vista das ordenações. O bispo deve demonstrar a mesma solicitude para com seus seminaristas confiados a outros seminários. (CNBB, 1995, p. 49).

A questão da proximidade do bispo com os seminaristas merece um destaque e uma grande preocupação da parte dos próprios bispos, já que a última pesquisa sobre o perfil do padre no Brasil, encomendada ao CERIS (Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais) pela Comissão Nacional de Presbíteros da CNBB, revelou que “quando os padres passam por alguma dificuldade no campo afetivo (crise vocacional, sexualidade, relações interpessoais etc.) recorrem geralmente a um padre amigo (37%) ou a Deus (20%). Há outros que recorrem: ao confessor (8%); a um diretor espiritual (6%); a amigos/as leigos/as (4%), e ao bispo (1%)”. (MEDEIROS; FERNANDES, 2005, p. 30-31). Isso mostra que durante o período de formação e também depois dele, não há a criação do vínculo necessário com o bispo para a abertura e confiança dos problemas mais íntimos e que tanto afetam os seminaristas e padres, como são os do campo psicoafetivo. Esse dado de apenas um por cento procurar o bispo para relatar seus problemas afetivos e o silêncio nas respostas ao

questionário enviado para essa pesquisa (apenas 41% devolveram o questionário) revelam o temor dos padres ante uma possível punição por parte das autoridades eclesiais.

O que implica em dizer que no registro do imaginário os presbíteros temem que as suas opiniões possam gerar, de maneira direta e indireta, efeitos punitivos provenientes da alta hierarquia da Igreja, na medida em que aquelas possam contrariar o que é esperado e desejado dos presbíteros, pelos altos escalões institucionais. A postura de temor do presbítero face às autoridades eclesiais reenvia ao imperativo da obediência que marca a ferro e fogo as instituições hierárquicas. Portanto, o imperativo da obediência e o temor correlato da punição circunscreveriam o imaginário do presbiterato, que se revela nesta negativa em se pronunciar sobre certos aspectos de sua existência pessoal e pastoral. (MEDEIROS; FERNANDES, 2005, 69-70).

No Seminário Maior Nossa Senhora da Glória percebemos a presença dos bispos nas reuniões formais, onde são tomadas as decisões. Pelo contrário, não percebemos tanto a presença informal, aquela que ajuda a criar os vínculos de amizade. No Livro do Tombo, encontramos registrada uma situação em que os alunos do Seminário e Instituto Teológico Paulo VI de Londrina fazem reivindicações aos bispos e são respondidos com a força da disciplina.

Reunião dos senhores bispos e formadores das duas províncias eclesiais do norte do Paraná. Em discussão os assuntos trazidos por Londrina: participação na semana teológica de Curitiba, reconhecimento dos estudos de filosofia, formação de pequenas comunidades e mudança do reitor. Esses são pedidos dos alunos. Após todas as ponderações redigiu-se, ao final da reunião, uma carta aos seminaristas em que os senhores bispos deixam claro: resposta negativa quanto à participação na semana teológica de Curitiba e formação de pequenas comunidades fora do seminário, estudo mais aprofundado do assunto de reconhecimento dos estudos de filosofia e afirmação de sua confiança nos atuais superiores dos seminários. Dom Getúlio Teixeira Guimarães, de Cornélio Procópio, foi escolhido para ouvir os seminaristas, conhecendo “*in loco*” os problemas do seminário de Londrina. (LIVRO DO TOMBO, 1985, p. 10 v).

Na conjuntura da “volta à disciplina” como já foi visto, o Seminário Maior Arquidiocesano Nossa Senhora da Glória também recebeu uma visita apostólica determinada pela Sagrada Congregação para a Educação Católica. O visitador apostólico designado para as visitas no Paraná foi Dom Murilo Sebastião Ramos Krieger, na época, bispo auxiliar de Florianópolis. A visita se deu do dia 20 a 23 de setembro de 1988 e constou de reuniões e conversas pessoais com os formadores, seminaristas, professores e funcionários. Uma carta com os resultados dessa visita só foi recebida pelo reitor em 18 de outubro de 1990, ou seja,

dois anos depois. Segundo relata o reitor na época, Pe. Julio Antonio da Silva, a carta era apenas genérica.

O reitor deste seminário recebe uma cópia da carta resposta da Congregação Vaticana para os Seminários fazendo uma avaliação da visita apostólica canônica aqui realizada em data de 20 a 23 de setembro de 1988. Das conclusões apresentadas pela “Congregação para a Educação Católica” destacamos sua solicitude pastoral, no sentido de garantir um seminário que forme autênticos presbíteros para a Igreja de Deus; porém não se pode deixar de relatar algumas generalizações documentadas nas conclusões. (LIVRO DO TOMBO, 1990, p. 31 v).

A carta a que se refere o então reitor do seminário foi enviada aos bispos com o seguinte título: Conclusões indicativas do encontro da Congregação da Educação Católica com a presidência da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e senhores bispos visitantes dos seminários do Brasil. Nela se reafirma o que os documentos sobre a formação dos sacerdotes já haviam trazido, com a insistência de transmitir aos seminaristas a clara identidade do sacerdote como homem de Deus e não tanto como homem do povo. O encontro aconteceu de 17 a 19 de julho de 1989, em Brasília, na sede da CNBB.

O Seminário Arquidiocesano Nossa Senhora da Glória recebeu também a visita do Núncio Apostólico no Brasil, Dom Carlo Furno, em 23 de março de 1987. Porém, não foi uma visita de inspeção e sim uma visita de cortesia, já que tinha vindo a Maringá, a convite de Dom Jaime Luiz Coelho, arcebispo metropolitano, para as festividades do trigésimo aniversário da criação da diocese.

Enfim, podemos ver que predominou no Seminário Maior Arquidiocesano Nossa Senhora da Glória a dificuldade de contar com um número adequado de formadores. Além disso, faltou um planejamento a fim de preparar os formadores com a antecedência necessária para um eficaz desempenho de suas funções. Nesse sentido, percebeu-se imprevisto e atuação casual. Os formadores procuraram se preparar já no exercício da função e se manterem atualizados e trocando experiências com formadores de outros seminários através da participação nos encontros da OSIB. A constante mudança de formadores revela despreparo dos padres e improvisação por parte da administração arquidiocesana. Essa não profissionalização é semelhante também em outras áreas, tais como catequese, grupos de jovens, grupos e movimentos de casais, pastorais. A Igreja sempre confia muito e depende demais da boa vontade das pessoas. Tal dinamicidade nem sempre obtém bons resultados.

Fato importante a ser ressaltado é a criação do Conselho de Formadores da Arquidiocese de Maringá em 2003, por Dom João Braz de Avis, 3º arcebispo metropolitano.

Esse conselho é formado por todos os padres que atuam na formação de sacerdotes para a diocese nas etapas do propedêutico, filosofia e teologia. Reúne-se mensalmente com a presença do arcebispo e todas as decisões que envolvem a formação sacerdotal na arquidiocese passam por ele. Possui um representante no Conselho Presbiteral e, mesmo sem estatuto, tornou a discussão sobre a formação sacerdotal e suas decisões mais democráticas.⁵⁵

Uma última palavra a respeito dos formadores deve ser dedicada aos funcionários. O Seminário Maior Arquidiocesano Nossa Senhora da Glória contou com funcionários para os serviços de cozinha, lavanderia, limpeza e serviços manuais externos. Os serviços que implicaram em decisões sobre a estrutura de formação foram realizados pelos próprios formadores, professores e seminaristas, como por exemplo, de contabilidade, secretaria, recepção e biblioteca. Os seminaristas se revezaram anualmente ou semestralmente nas diversas funções para atender às necessidades do Seminário, desde os serviços mencionados até os mais simples serviços manuais. Na coordenação dos serviços gerais de cozinha, lavanderia, limpeza e organização geral da casa, de 1989 a 2001 o Seminário contou com a ajuda da Congregação das Irmãs Missionárias do Santo Nome de Maria.

Podemos contar, a partir de março, com a presença de mais uma religiosa que, além de estudar Filosofia em nosso Instituto, ajudará na coordenação dos trabalhos da cozinha. Trata-se de Irmã Maria Matilde, da Congregação das Missionárias do Santo Nome de Maria. Esta congregação tem seguido com muito carinho a vida desta casa de formação, com a ajuda pessoal (por exemplo, a Irmã Maria Lucila que já há um ano trabalha com afinco no bem estar da casa) e financeira (por exemplo, verbas para a aquisição de livros para nossa biblioteca). (LIVRO DO TOMBO, 1990, p. 29).

Os funcionários e funcionárias ajudaram muito não somente pelo serviço que prestaram, mas também pela amizade e relacionamento com os seminaristas, pela simplicidade e dedicação, dando ao Seminário um clima um pouco mais familiar e ligado com a realidade externa. Por isso, foram verdadeiros formadores.

4.6. OS SEMINARISTAS DO SEMINÁRIO MAIOR ARQUIDIOCESANO NOSSA SENHORA DA GLÓRIA

⁵⁵ De acordo com o cânon 495 do Código de Direito Canônico, é Conselho Presbiteral é “um grupo de sacerdotes que, representando o presbitério, seja como o senado do Bispo, cabendo-lhe, de acordo com o direito, ajudar o Bispo no governo da diocese, a fim de se promover ao máximo o bem pastoral da porção do povo de Deus que lhe foi confiada”.

Consultando o Livro de Registro dos seminaristas, podemos constatar que durante os seus 24 anos de funcionamento, ou seja, do começo de 1983 ao final de 2006, passaram pelo Seminário Maior Arquidiocesano Nossa Senhora da Glória 377 seminaristas. Destes, 157 da Arquidiocese de Maringá (41,6%), 55 da Diocese de Umuarama (14,5%), 49 da Diocese de Campo Mourão (12,9%), 43 da Diocese de Guarapuava (11,4%), 27 da Diocese de Guajará-Mirim – RO (7,1%), 23 da Diocese de Paranavaí (6,1%), 06 da Arquidiocese de Londrina (1,5%), 04 da Diocese de Foz do Iguaçu (1%), 04 da Diocese de Cornélio Procópio (1%), 03 da Arquidiocese de Cascavel (0,7%), 03 da Diocese de Carolina – MA (0,7%), 02 da Diocese de Rio Branco – AC (0,5%) e 01 da Diocese de Sinop – MT (0,2%).

Entraram em média 15 seminaristas por ano. O ano em que entrou o maior número foi 2002, com 27 seminaristas. O ano em que menos entrou foi 2005, com 07 seminaristas. Não é possível perceber uma tendência de aumento ou diminuição do número de entradas, já que é preciso levar em consideração que a única diocese que mandou seminaristas todos os anos para esse seminário foi a de Maringá. Todas as outras mandaram seminaristas por algum tempo. Assim, Umuarama teve seminaristas de 1983 até 1996; Campo Mourão, de 1983 a 1998; Paranavaí, de 1984 a 1995; Guarapuava, de 1991 a 2004; Cascavel, de 1999 a 2001; Foz do Iguaçu, de 1993 a 1998; Guajará-Mirim, de 1994 até hoje; Rio Branco – AC, somente em 1994; Carolina – MA, em 2000 e 2001 e de 2005 até hoje; Sinop – MT, de 1988 a 1989; Londrina, em 1985 e de 2006 até hoje e Cornélio Procópio, somente em 1985.

Observando os dados do Livro de Registros dos seminaristas quanto a suas cidades de origem por diocese, constatamos o seguinte: dos 157 seminaristas de Maringá, 68 provêm da sede da diocese (43,3%), 78 do interior da diocese (49,6%) e 11 de fora da diocese (7%); dos 55 seminaristas de Umuarama, 12 são da sede da diocese (21,8%), 39 do interior da diocese (70,9%) e 04 de fora da diocese (7,2%); dos 49 seminaristas de Campo Mourão, 05 são da sede (10,2%), 38 do interior (77,5%) e 06 de fora da diocese (12,2%); dos 43 seminaristas de Guarapuava, 02 são da sede (4,6%), 40 do interior (93%) e 01 de fora da diocese (2,3%); dos 23 seminaristas de Paranavaí, 04 são da sede (17,3%), 17 do interior (73,9%) e 02 de fora da diocese (8,6%); dos 27 seminaristas de Guajará-Mirim – RO, 05 são da sede (18,5%), 20 do interior (74%) e 02 de fora da diocese (7,4%); dos 06 seminaristas de Londrina, 04 são da sede (66,6%) e 02 do interior da diocese (33,3%); dos 04 seminaristas de Foz do Iguaçu, 01 é da sede (25%) e 03 do interior da diocese (75%); os 04 seminaristas de Cornélio Procópio são do interior (100%), como também os 03 de Carolina – MA (100%) e o único de Sinop – MT (100%). Isso significa que 105 seminaristas (27,8%) provêm da cidade sede da diocese, a cidade maior, com mais características de cultura urbana, enquanto 246 seminaristas (65,2%)

provêm das pequenas cidades do interior da diocese, com características predominantemente rurais, e 26 seminaristas (6,8%) foram aceitos sem ter a família morando na diocese onde passaram a pertencer. Destes 26, a maioria também provêm de cidades pequenas do interior.

O dado de quase 70% dos seminaristas serem de origem rural questiona, inclusive, a atuação da Igreja, voltada quase que exclusivamente ao mundo urbano. Seria de se perguntar se a urbanização não exige um novo tipo de padre, preparado em modos alternativos de formação, como por exemplo, os que surgiram depois do Vaticano II no Brasil e na América Latina, interrompidos com a volta à disciplina, que enquadrou o seminário como o único meio de formação. Os seminários nos moldes que temos formam para o mundo urbano atual? Antoniazzi, ao comentar a origem dos seminaristas nas pesquisas realizadas pela CNBB em 1982 e 1993 com os seminaristas maiores do Brasil diz:

É o Brasil moderno que dá menos vocações? Parece que sim. Isso pode ser verificado também a partir do lugar de origem dos seminaristas atuais: 78% deles nasceram em cidades ou municípios inferiores a 100.000 habitantes, representando apenas 56,3% da população (Censo de 1991). Os outros 22% de seminaristas nasceram nas cidades acima de 100.000 habitantes, que abrigam 43,7% da população brasileira. Resultado: as cidades menores dão 5,5 seminaristas por 100.000 habitantes; as grandes cidades dão 2 seminaristas por 100.000 habitantes (a média geral é 3,97). Para não exagerar a diferença, é bom lembrar que 25 anos atrás a população urbana brasileira não superava os 60%, enquanto hoje supera os 75%. (ANTONIAZZI, 1995, p. 35-36).

A própria urbanização, que atinge todo o Brasil, é um fator que faz diminuir o número de vocações. Há um conjunto de fatores que contribui para isso. Entre eles está, principalmente, a pregação e a organização da Igreja, que com o seu tipo de linguagem e o seu modo de organização, não consegue atingir a cultura urbana. Há claramente uma distância entre o mundo urbano e o ministério do padre. O mundo é uma expressão cristalizada da própria modernidade e a Igreja Católica parece gravitar fora da órbita ideológico-cultural deste mundo, como também a formação dada nos seminários. Benedetti ilustra essa realidade falando da conversa que teve com um formador:

Recentemente conversava com um formador de seminaristas-teólogos. Defendia de maneira parcial e emotiva os seminaristas das críticas que lhes eram feitas pelo pouco empenho com a causa ecumênica, que nada lhes dizia. Seu argumento era de que “não eram obrigados a ter a mesma paixão da geração do Vaticano II. Que eles eram fruto de sua época”. Afora o fato, sério, de confirmar que o ecumenismo, “problema” dos anos 60, não era preocupação dos padres novos e dos seminaristas, o que ocorre é que não são filhos de seu tempo. Voltam-se para uma espécie de sacerdócio

intemporal, centrado nas idéias de “eleição especial”, “caráter”, “função essencial”, “novo gênero de vida”. Aparecem como secundários – ousaria dizer dispensáveis – o mundo, a sociedade, os homens e as mulheres aos quais essa escolha especial é posta a serviço. Assim, considerar o ecumenismo uma “coisa dos anos 60” e não uma inspiração decisiva da ação eclesial é sintoma de volta a um passado, “atual” porque intemporal. (BENEDETTI, 1999, p.117).

Oliveira (1984) fala de um “desclassamento” dos seminaristas, mostrando que a maioria deles passa a ter no seminário um estilo de vida bem superior ao que tinha antes, já que provém de famílias modestas. Conclui que o seminário passa a imagem de uma instituição que socializa os futuros sacerdotes segregando-os do seu meio social. Afirma que talvez seja exagerado falar de “aburguesamento”, já que os seminários não têm condições materiais equivalentes a um estilo “burguês”, embora em muitos seminários se viva bem melhor do que no comum das famílias brasileiras. Continua:

Entretanto não recearia dizer que a maioria dos seminaristas maiores encontra no seminário melhores condições de moradia e alimentação – sem mencionar os estudos – do que em casa de suas famílias. Inclusive, o fato de tantos deles terem se mudado de Estado, de cidade ou da roça para a cidade, para ingressarem no seminário é um fator que aumenta esse distanciamento do seminarista em relação à sua família e ao seu meio social de origem. (OLIVEIRA, 1984, p. 62).

Para ser admitido no Seminário Maior Nossa Senhora da Glória o candidato precisa apresentar os seguintes documentos: histórico escolar do Propedêutico, carta de apresentação do bispo ou do reitor do Propedêutico, fotocópias da certidão de batismo, crisma e casamento religioso dos pais, da carteira de identidade, do RG, do título de eleitor, do certificado de reservista, do histórico escolar do ensino médio e atestado médico que comprove boa saúde física e mental.

Os candidatos encaminhados pelos senhores bispos ao nosso Seminário Maior serão considerados aptos para essa etapa de sua formação e, como tal, tratados. As exigências de caráter humano, moral, social, espiritual, acadêmico e pastoral supõem adequada preparação anterior, cabendo à direção do Seminário a liberdade de aceitar ou excluir esses mesmos candidatos, segundo apresentem ou não a devida aptidão. Ao Seminário Maior não compete fornecer supletivamente os elementos formativos que deve supor. (SEMINÁRIO MAIOR NOSSA SENHORA DA GLÓRIA, 1987, p. 05).

Tanto os documentos do Vaticano quanto os da CNBB falam da apresentação de qualidades bem determinadas para entrar no seminário maior. Seriam elas: reta intenção, grau

suficiente de maturidade humana, conhecimento amplo da doutrina da Igreja, introdução aos métodos de oração, costumes conforme a tradição cristã, experiência de vida eclesial, atitudes que expressem o esforço de encontrar a Deus e a fé, comportamento condizente com a opção assumida e assimilação de conteúdos e atitudes propostos no Propedêutico. (CNBB, 1995). Além dessas qualidades, existem outras exigências.

São admitidos ao Seminário Maior Arquidiocesano “Nossa Senhora da Glória” de Maringá os candidatos que, além de possuírem as qualidades humanas e espirituais indispensáveis: a) tenham uma clara convicção a respeito de sua vocação e aceitem, sinceramente, a doutrina a respeito do presbiterato definida pela Igreja; b) esteja dispostos a assumir seriamente a preparação específica e sistemática ao ministério presbiteral; c) tenham feito uma experiência comprovadamente positiva no Seminário Propedêutico; d) tenham passado por experiências comunitárias e engajamento pastoral e demonstrem amor à Igreja e espírito de obediência a seus pastores; e) demonstrem integração humano-afetiva compatível com sua idade e tenham apreciação positiva do celibato, vendo-o como um valor e não somente como obrigação; f) apresentem condições de saúde física e psíquica e tenham idoneidade moral; g) tenham clareza quanto à diversidade de ministérios e carismas e consciência daquilo que vão assumir; h) tenham conhecimento prévio dos objetivos e planos do seminário e estejam dispostos a acolhê-los com espírito evangélico; i) quando oriundos de outras dioceses, sejam encaminhados por uma carta de apresentação assinada pelo respectivo bispo ou pelo formador do Propedêutico, acompanhada dos documentos necessários, conforme estabelece o estatuto do seminário. Os candidatos que já tiverem iniciado seus estudos de filosofia em algum outro seminário, somente serão aceitos depois de terem seus *curricula vitae* e acadêmicos examinados pela equipe de formadores. Os que vierem de outro seminário ou congregação religiosa somente serão aceitos após prudente exame dos documentos apresentados e depois de esclarecidos os motivos que os levaram a trocar de seminário. (ARQUIDIOCESE DE MARINGÁ, 1998, p. 20-21).

A maioria das exigências constitui uma bela carta de boas intenções, já que são tão subjetivas que fica difícil definir quem as tem ou não. Acaba prevalecendo a posição da autoridade do bispo ou do reitor da etapa anterior, ou seja, se der uma carta apresentando o candidato, este será aceito.

Em relação às saídas, constatamos que ao longo dos 24 anos de funcionamento do seminário, dos 377 seminaristas, 108 saíram por própria decisão (28,6%), numa média de 4,5 saídas por ano. Já 72 seminaristas (19%) foram afastados do seminário por decisão dos reitores, numa média de 03 afastamentos por ano. Ao todo chegaram à formatura 199 seminaristas (52,7%), numa média de 8,2 por ano. Alguns saíram ou foram afastados logo após a formatura. Interessante notar que 12 (3,1%) seminaristas que haviam saído ou tinham sido afastados retornaram ao seminário para continuar seus estudos. Outra informação que

deve ser registrada é que 36 (9,5%) seminaristas eram egressos de outros seminários religiosos ou mesmo diocesanos.

O assunto das saídas por decisão própria e dos afastamentos solicitados pelo seminário é um tanto quanto delicado e os documentos (Livro do Tombo e Livro de Registro dos Seminaristas) fazem um grande silêncio sobre os reais motivos. Esse silêncio acontece porque muitos seminaristas deixam o seminário sem explicar os reais motivos, ou então, dão explicações genéricas: problemas de ordem pessoal e familiar, discernimento vocacional e outros. Os afastamentos por parte do seminário são explicados como falta de motivações condizentes com a proposta formativa, falta de compromisso com exigências importantes da formação, necessidade de tempo para discernimento vocacional. O silêncio pode explicar a necessidade de preservar a intimidade e a honra da pessoa, já que sair do seminário ou ser afastado pode parecer um fracasso diante da família ou da comunidade religiosa de onde provém o seminarista. O fato de grande parte ser de cidades pequenas, a entrada no seminário dá certa fama à pessoa. A saída representa a perda desse *status* e o enfrentamento da realidade comum pode parecer difícil. Mas o silêncio sobre esse assunto indica também o temor criado diante de uma instituição hierárquica marcada pelo imperativo da obediência e pela disciplina. Isso evidencia que a força da institucionalidade religiosa (o seminário) quer manter no seu campo, o religioso, os problemas, sem precisar fazer apelo a outras instâncias e agentes sociais. (BIRMAN, 2005). O silêncio sobre o motivo pelo qual se afastou o seminarista revela também o desejo de preservar a instituição dos questionamentos e da má fama. Num dos casos de afastamento de seminaristas, por certa pressão dos bispos, o reitor chega a afirmar que

não houve, absolutamente, nenhuma comprovação. Mas exigiu o bem da comunidade e a credibilidade do seminário que o reitor tomasse essa decisão. Os seminaristas não entenderam assim. O clima tornou-se muito difícil, com ameaça de alguns deixarem o seminário também, por solidariedade aos despedidos. (LIVRO DO TOMBO, 1986, p. 14).

Ao consultar o Livro de Registro dos seminaristas e o Livro do Tombo encontramos a grande maioria das saídas por decisão própria e dos afastamentos solicitados pelo seminário com motivos não declarados. Depois, em relação aos motivos das saídas encontramos: compromissos familiares, entrada numa congregação religiosa, indefinição vocacional, questões de ordem afetiva, problemas de saúde, não acompanhamento dos estudos. Temos uma saída coletiva, que aconteceu em 1995: seis seminaristas transferidos das dioceses de Londrina e Cornélio Procópio vieram para o seminário cursar o 3º ano quando, por ausência do reitor devido a estudos, o bispo se responsabilizava pela reitoria. Não aceitando o estilo de

vida adotado nesse seminário, decidiram, depois de 20 dias, abandoná-lo; o que fizeram num dia de manhã sem dar a menor satisfação ao reitor em exercício. Quanto aos motivos de afastamento por decisão do seminário temos: dificuldade de acompanhar os estudos, discernimento vocacional, motivações não condizentes, indisciplina, questões de ordem afetiva e ligadas ao celibato, problemas na pastoral, questões de caráter e conduta, roubo de livros da biblioteca e casos com motivações descritas de forma até engraçada: “acentuado espírito de orgulho e obstinação”, “obstinado espírito de teimosia”. Vários seminaristas saíram ou foram afastados durante o período de férias.

Um quadro bastante revelador da identidade dos seminaristas do seminário que estamos estudando pode ser conhecido pelas respostas a um questionário elaborado pelo seminário em 2003, conservado nas pastas dos seminaristas que começaram como internos naquele ano, nas três turmas do curso de filosofia.⁵⁶ Em 2003, o Seminário Maior Nossa Senhora da Glória começou suas atividades contando com 42 seminaristas: 13 no primeiro ano, 20 no segundo ano e 09 no terceiro ano. Destes, 39 responderam ao questionário até o prazo pedido. A média de idade dos seminaristas foi de 25 anos, tendo o mais novo 19 e o mais velho 37 anos. Este dado revela uma diferença em relação à primeira turma que entrou em 1983, que tinha uma média de idade de 21 anos. É uma tendência que se constata de que os rapazes que têm procurado o seminário estão mais maduros. Somente 12 deles tinham carteira de habilitação para dirigir. Dos 39, 12 moravam em área rural e 27 em área urbana; 10 (25,6%) moravam na sede da diocese, 24 (61,5%) no interior da diocese e 05 fora da diocese. Isso marca de fato a cultura predominantemente rural dos seminaristas. 12 moraram sempre na mesma cidade e 27 mudaram pelo menos uma vez. 25 tinham telefone em casa e 14 não tinham. 33 tinham endereço eletrônico e 06 não tinham.

Quanto ao estudo, 15 cursaram pelo menos 1 ano de supletivo enquanto 24 fizeram todo o estudo regular; 15 nunca reprovaram enquanto 24 reprovaram (13 reprovaram 1 ano, 8 reprovaram 2 anos e 3 reprovaram 3 anos); 06 estudaram pelo menos 1 ano em escola particular e 33 só estudaram em escola pública; 24 ficaram algum tempo sem estudar enquanto 15 nunca interromperam seus estudos; 02 tinham curso superior completo (pedagogia e história) e 02 tinham o curso superior incompleto (direito e ciências contábeis). Esse quadro revela como é fraco e defasado o nível de estudos com o qual o seminarista chega de casa.

⁵⁶ O modelo usado para o referido questionário se encontra no anexo IV.

Quanto às profissões que já tinham exercido (cada um podia colocar todas onde já tinha trabalhado), encontramos: lavrador – 12, ajudante geral – 07, vendedor – 05, carpinteiro – 05, pedreiro – 04, operador de máquinas – 04, atendente de saúde – 03, auxiliar de escritório – 03. Com duas pessoas temos: empacotador, repositor, sorveteiro, auxiliar mecânico, auxiliar metalúrgico, garçom, auxiliar de corte, secretário, auxiliar de almoxarifado. Com uma pessoa temos: professor primário, costureiro de colchão, gráfico, autônomo, cozinheiro, artesão, office-boy, professor de violão, monitor, modelador, auxiliar de eletricista, serralheiro, padeiro, entregador de jornais, balconista, recepcionista, gerente comercial, auxiliar técnico eletrônico, pintor, tapeceiro, encarregado de firma. Somente um nunca tinha trabalhado fora. Pelo tipo de profissão exercida, logo notamos que os seminaristas são provenientes das famílias mais pobres.

Quanto à experiência de namoro, encontramos 10 que nunca a tinham feito, 13 que tiveram uma namorada, 08 que tiveram duas namoradas, 05 que tiveram três, 02 que tiveram quatro e 01 que teve 05 namoradas. Destes, 03 chegaram a ficar noivos. O fato de 10 nunca terem feito a experiência de namoro chama a atenção e faz questionar a profundidade de sua opção pelo celibato, ou seja, como pode fazer escolha alguém que nunca experimentou outras possibilidades?

Quando perguntados sobre terem sofrido algum problema de saúde física ou psíquica, 19 responderam que não tiveram, 05 tiveram problemas de gastrite, 02 tiveram depressão e 02, problemas de dores de cabeça. Depois com uma pessoa cada, encontramos: diabete, problemas de ouvido, hipertensão, cálculo renal, problema no nariz, deficiência na mão por acidente de trabalho, sinusite, cegueira de um olho, queimaduras, cisto benigno e malária. Dos 39 seminaristas que responderam o questionário, 19 já passaram ou estavam passando por processo de terapia com psicólogos (todos depois da entrada no seminário). O dado positivo é a ajuda da psicologia na formação dos sacerdotes como algo sólido, já que antes era bastante rejeitada, principalmente pelos bispos.

Dos 39 seminaristas, 06 foram batizados depois dos 06 anos e os outros todos quando criança. A primeira eucaristia foi recebida por 03 seminaristas após os 17 anos, quando a maioria a recebeu por volta dos 10 anos. A crisma foi recebida depois dos 18 anos por 13 seminaristas, sendo que os outros todos a receberam por volta dos 15 anos. Onde os seminaristas eram engajados antes de entrar no seminário? (Aqui era possível dar mais de uma resposta). Temos: catequese – 22, grupos de jovens – 20, equipes de liturgia e canto – 13, renovação carismática católica – 11, grupos de reflexão de adultos – 10, pastoral do batismo – 02, infância missionária – 02, vicentinos – 02, coroinhas – 02, pastoral do dízimo – 02, teatro

sacro – 01, rádio da igreja – 01, legião de Maria – 01. Dois responderam que não eram engajados em nada. Quanto ao exercício de liderança nesses grupos de igreja, 12 responderam que apenas participavam sem exercer nenhuma liderança, enquanto os outros todos fizeram parte das coordenações desses grupos. Cabe aqui também um questionamento: os 12 que não exerceram nenhum tipo de liderança, que condições têm para liderar depois uma comunidade paroquial toda? Que grau de motivação têm para serem líderes de comunidades?

Sobre a idade em que começaram a pensar em ser padre temos: 05 anos – 02, 06 anos – 02, 07 anos – 02, 08 anos – 02, 09 anos – 04, 10 anos – 01, 11 anos – 01, 14 anos – 01, 15 anos – 03, 16 anos – 03, 17 anos – 05, 18 anos – 02, 19 anos – 03, 20 anos – 03, 21 anos 01, 22 anos – 02. Dois não responderam. As motivações que os levaram a pensar no sacerdócio foram as seguintes: exemplo do padre – 11, participação nas atividades da igreja – 06, exemplo de uma freira – 03, ensinamento dos pais – 02, participação na catequese – 02, por convite de pessoas da igreja - 02. Com uma pessoa cada encontramos: desejo de se entregar a Deus, por ouvir a pregação e o canto na igreja, por perceber a necessidade de evangelização, por querer viver o projeto de Cristo, por amor ao Reino de Deus e aos irmãos, pelo convite de um padre na confissão, por ser coroinha, por querer ajudar as pessoas, pela participação num encontro vocacional, por receber o sacramento da crisma, pela participação num retiro da Renovação Carismática Católica. Isso significa que a falta de padres tão reclamada pela igreja está bastante ligada ao testemunho que dão aqueles que ela já formou. Dos 39 seminaristas, 34 passaram por encontros vocacionais nas dioceses e 05 não passaram. E ainda 10 seminaristas já haviam passado por algum outro seminário, sendo portanto egressos. Destes 10, 04 saíram por incompatibilidade com o carisma da congregação à qual pertencia o seminário, 02 por falta de acompanhamento dos formadores, 01 por causa da mudança da família, 01 por causa do isolamento demasiado e 02 porque foram dispensados.

Em relação a dados familiares, desses 39 seminaristas, 02 eram adotivos, 05 tinham pais separados, 02 tinham o pai falecido e 02 tinham a mãe falecida. Cresce o número de seminaristas que provêm de famílias cujos pais se separaram. Isso representa um desafio para a formação, já que os mesmos vão apresentar uma maior instabilidade emocional e afetiva. Quanto à profissão do pai: 15 eram agricultores, 07 eram aposentados, 03 eram pedreiros, 03 eram comerciantes, 03 eram autônomos, 02 eram vigias, 01 era marceneiro, 01 era jardineiro, 01 era auxiliar geral e 01 era balconista. Quanto à profissão da mãe: 22 eram donas de casa, 05 eram domésticas, 03 eram agricultoras, 02 eram microempresárias, 02 eram professoras, 01 era aposentada, 01 era vendedora e 01 era padeira. Quanto à escolaridade do pai: 21 tinham o 1º grau incompleto, 04 tinham o 1º grau completo, 06 tinham o 2º grau completo e

06 nunca estudaram. Quanto à escolaridade da mãe: 19 tinham o 1º grau incompleto, 05 tinham o 1º grau completo, 04 tinham o 2º grau completo, 01 tinha o 3º grau completo e 08 nunca estudaram. Quanto ao número de irmãos: 01 irmão – 02 seminaristas, 02 irmãos – 08, 03 irmãos – 07, 04 irmãos – 06, 05 irmãos – 04, 06 irmãos – 02, 07 irmãos – 02, 08 irmãos – 01, 09 irmãos – 02, 10 irmãos – 03, 12 irmãos - 01 e 01 era filho único. Quanto à participação do pai na igreja, 28 pais eram engajados e 09 não eram. Quanto à participação da mãe na igreja, 35 eram engajadas, 01 não era e 01 era evangélica. Esses dados mostram que os seminaristas são provenientes de famílias bastante pobres, com pouco estudo e com uma prática católica bastante intensa.

Os seminaristas, principalmente na primeira década de funcionamento do seminário, quando a Igreja no Brasil ainda vivia bastante influenciada pela Teologia da Libertação e da caminhada das CEBs, tiveram um bom nível de participação na vida do seminário e na influência sobre suas decisões. No começo, por exemplo, as reuniões semestrais com os bispos no seminário aconteciam somente com os formadores. Aos poucos, os seminaristas conseguiram participar com representantes até chegar o momento em que todos participavam juntos. Embora muitas delas fossem quase uma visita de cortesia, em algumas os seminaristas demonstravam sua insatisfação e faziam as reivindicações que achavam necessárias.

Reunião dos seminaristas com os senhores bispos e formadores. Esta reunião teve uma particularidade: ao lado das reclamações costumeiras, os seminaristas de Campo Mourão, em bloco, com exceção de apenas um, mostraram sua disposição de não voltar no próximo ano. Após a reunião conjunta, cada bispo reuniu-se em particular com os seus. Nada ficou decidido. Só no próximo ano, quando voltarem das férias, é que se poderá perceber que decisão foi tomada. (LIVRO DO TOMBO, 1987, P.22).

Outros momentos de tensão aconteceram como esse de junho de 1992: “reunião do reitor com a turma do 2º ano para uma avaliação do itinerário formativo. Os alunos voltam a reclamar de ‘coisas que são impostas a nós pelo seminário’. E também: ‘do pouco diálogo com o reitor’”. (LIVRO DO TOMBO, 1992, p. 38 v).

Um fato muito importante foi a organização dos seminaristas maiores do norte do Paraná. Os seminaristas do Seminário de Maringá e Apucarana (filosofia) e de Londrina (teologia) articularam-se e começaram a realizar encontros semestrais. Neles havia momentos de estudo, avaliação da caminhada nos seminários e troca de experiências e também confraternização. Esses encontros permitiam uma reflexão crítica sobre o tipo de formação

dada nos seminários e davam força aos seminaristas em suas lutas por mudanças. Há registros desses encontros até 1990.

Em Rolândia acontece o VII encontro dos seminaristas do norte do Paraná. Este seminário se fez presente com todos os seus seminaristas e padres formadores. O encontro foi precedido por uma celebração eucarística presidida pelo Pe. Paulo Brincat, reitor do Seminário Teológico de Londrina, o Paulo VI, que na ocasião representava o sr. Arcebispo Dom Geraldo Magela Agnelo. Foi um belo dia de entrosamento entre os estudantes de todo o norte do Paraná que cursam filosofia e teologia em Apucarana, Londrina e Maringá. (LIVRO DO TOMBO, 1989, p. 28 v).

Os seminaristas também conseguiram que fossem formadas equipes auxiliares de padres para ajudar no seminário, principalmente no acompanhamento deles, em períodos que o único formador residente era o reitor. Propuseram e foi implantada a chamada “Semana Propedêutica”, que acontece até hoje, e que é uma forma de acolher os seminaristas do primeiro ano e apresentar os colegas e o funcionamento da casa de forma específica. Participaram de diversos eventos realizados na diocese. Através dos seminaristas passou a acontecer o encontro dos pais. Fundaram o diretório acadêmico e conseguiram autonomia financeira para a realização de seus eventos acadêmicos, como por exemplo, de semanas filosóficas, participação em simpósios e congressos. Esses canais propiciaram um maior envolvimento dos seminaristas com a própria formação, coisa que os documentos pediam, mas que a estrutura do seminário parecia dificultar.

O seminarista é sujeito de sua formação, responsável pelo seu próprio crescimento, capaz de assumir o processo de desenvolvimento de suas potencialidades, numa contínua inter-relação entre seu universo pessoal e interno e os valores apresentados pela realidade externa. Entre esses sobressai o próprio projeto de vida presbiteral como é proposto pela igreja. (CNBB, 1985, p. 37).

Depois do que já denominamos a “volta à disciplina”, os seminaristas tiveram uma participação que corresponde melhor às aspirações das novas gerações: busca de realização pessoal e profissional, vida mais autônoma, quadro de atividades bem definido. “A geração atual de seminaristas (como, parece, a dos jovens seus contemporâneos) não manifesta claros projetos de mudança e cuida mais da própria ‘realização pessoal’”. (ANTONIAZZI, 1995, p. 37). As grandes causas sociais e eclesiais passaram a fazer parte de um número muito pequeno de seminaristas. Isso corresponde mais à última década do seminário.

Enfim, podemos comprovar que os seminaristas são jovens nascidos no meio rural ou em cidades pequenas e médias. Procedem da classe média-baixa ou pobre. Há um aumento das vocações das periferias das grandes cidades, onde reside a maioria das pessoas. Quase não se encontram seminaristas procedentes dos dois extremos da escala social: ricos e miseráveis.

A idade dos vocacionados aumentou, o que significa que muitos trazem consigo uma bagagem de experiências de trabalho e também afetivas e sexuais. Influenciados pelo contexto da sociedade em que vivem, tendem a supervalorizar a afetividade e a sexualidade, mas sem a maturidade correspondente e, às vezes, sem possuir nem mesmo uma clara identificação com a própria condição sexual. É uma juventude menos utópica e generosa, pouco disponível para a ousadia e ação, mais exposta ao consumismo e ao intimismo, apesar de mais realista e consciente de seus limites. (CNBB, 1995).

O perfil espiritual e pastoral é variado. Alguns candidatos buscam no seminário apenas uma carreira social. Outros provêm de experiências eclesiais profundas e com forte sintonia com o povo. Ainda há os que são ligados a pastorais e movimentos eclesiais não inseridos nas dioceses. Essa diversidade é percebida também nas famílias dos candidatos, já que aumenta o número de vocacionados provenientes de famílias desestruturadas ou incompletas, que podem apresentar uma maior fragilidade emocional, e não podem apresentar a certidão de casamento religioso dos pais.

Do ponto de vista intelectual, são muitos os candidatos que apresentam deficiências graves, com muitas defasagens e dificuldades de aprendizagem. O nível intelectual dos seminaristas, com raras exceções, é médio, o que torna os estudos difíceis e cria uma atitude favorável à superficialidade. Como ficará no futuro o papel da Igreja perante uma sociedade cada vez mais exigente em termos de competência, comunicação e informação, com padres provenientes de setores de cultura rural e menos modernos, despreparados para enfrentar o trabalho pastoral junto aos setores influentes da sociedade contemporânea, como são os formadores de opinião, os cientistas e professores universitários, os empresários?

4.7. PRINCÍPIOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DO PROCESSO FORMATIVO DO SEMINÁRIO MAIOR NOSSA SENHORA DA GLÓRIA

A Igreja Católica tem a visão de que “a formação é um processo permanente que abrange todas as fases da vida, com diversidade de formas e métodos”. (CNBB, 1995, p. 52). Também reconhece que a formação deve estar centrada na pessoa, que o seminarista deve ser sujeito de sua formação e que é uma pessoa historicamente situada.

A ação formativa, centrada na pessoa mais que nas estruturas, há de ser personalizante, superando os riscos da massificação ou despersonalização, permitindo ampla abertura aos dotes e inclinações pessoais e a manifestação da individualidade e originalidade de cada um. O próprio candidato ao sacerdócio deve ser considerado protagonista necessário e insubstituível de sua formação... A obra educativa, por natureza, é o acompanhamento de pessoas históricas, concretas, que caminham para a escolha e adesão a determinados ideais de vida. (CNBB, 1995, p. 52-53).

Para acompanhar o processo formativo é necessária uma equipe de educadores que trabalhe de forma integrada. Reconhece também que os seminários pertencem aos contextos sociais e culturais onde se encontram e que, portanto, a tarefa educativa precisa ser sempre renovada, acompanhando os ritmos e os graus de maturidade de cada um. Isso é favorecido pelo método participativo.

Neste sentido o método participativo tem se mostrado o mais adequado para o desenvolvimento da corresponsabilidade na formação e para um positivo exercício da autoridade. Este método baseia-se na centralidade de Cristo, valoriza o sujeito, considera suas condições reais, promove a interação e o diálogo na comunidade, a reflexão que estimula o aprofundamento das convicções e a descoberta do caminho de crescimento pessoal e de grupo. (CNBB, 1995, p. 54).

E, finalmente, a Igreja Católica entende que o processo formativo no seminário deve ser integral. Por formação integral ela entende uma ação educativa marcada pelas dimensões pastoral, humano-afetiva, comunitária, espiritual e intelectual, bem como a integração e a articulação das mesmas. (CNBB, 1995). A compreensão da formação sacerdotal dessa forma já vem marcada no Concílio Vaticano II quando afirma que “todos os aspectos da formação, o espiritual, o intelectual e o disciplinar, em ação conjunta devem ordenar-se a este fim pastoral” (PAULO VI, 1965, p. 511). Antes, as qualidades que marcavam o sacerdote eram a sabedoria, a santidade e a habilidade de governar. Isso porque a Igreja entende que Cristo

assumiu as funções de sacerdote, profeta e rei-pastor juntas, e o padre, como representa Cristo na terra deve assumir também essa tríplice função. Estas eram funções de pessoas específicas no povo de Israel no antigo testamento bíblico. O sacerdote devia oferecer sacrifícios e orações para santificar o povo. O padre também deve ser sacerdote, oferecer o sacrifício eucarístico e celebrar os demais sacramentos para santificar o povo e, portanto, deve ser santo. O profeta era aquele que falava em nome de Deus, pregando sua palavra e denunciando o pecado e as injustiças. O padre deve, então, ser profeta e mestre, homem da Palavra de Deus, anunciador do Evangelho e, portanto, sábio. O rei devia governar o povo como um pastor, guiando-o no caminho de Deus. O padre deve ser pastor, guia da comunidade e, portanto, ter capacidade para administração e governo.

É sabido que os presbíteros, pela sagrada ordenação e missão que recebem dos bispos, são promovidos para o serviço de Cristo Mestre, Sacerdote e Rei, cujo ministério participam. E é por este ministério que a Igreja aqui na terra não cessa de edificar-se num Povo de Deus, Corpo de Cristo e Templo do Espírito Santo. (PAULO VI, 1965, p. 439-440).

A partir do Concílio Vaticano II, começa a ficar mais claro que o modelo de padre que se pretende formar é o pastor e quais são as dimensões específicas da formação sacerdotal. Por isso afirma que “todos os aspectos da formação, o espiritual, o intelectual e o disciplinar, em ação conjunta devem ordenar-se a este fim pastoral”. (PAULO VI, 1965, p. 511) As Diretrizes Básicas da Formação Sacerdotal do Vaticano especificaram também que “o programa abrange a formação sacerdotal básica, isto é, humana, espiritual, intelectual e pastoral. Essas partes devem ser adequadamente harmonizadas, para que o sacerdote de Cristo seja preparado para as necessidades de nossa época”. (SAGRADA CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, 1970, p. 14-15). A Exortação Apostólica Pós-sinodal sobre a Formação dos Sacerdotes do Papa João Paulo II, de 1992, traz a expressão “dimensões da formação sacerdotal”. E entende que são elas: “a formação humana, fundamento de toda a formação sacerdotal”, “a formação espiritual: em comunhão com Deus e à procura de Cristo”, “a formação intelectual: a inteligência da fé” e “a formação pastoral: comungar da caridade de Cristo, Bom Pastor”. (JOÃO PAULO II, 1992).

No Brasil, os documentos da CNBB sobre a formação sacerdotal falam, em 1981, da formação espiritual (ser santo), intelectual (ser sábio) e pastoral (saber guiar). As Diretrizes Básicas da Formação de Presbíteros na Igreja do Brasil, de 1984, quando explicam o processo formativo, incluem nele as dimensões humano-afetiva, espiritual, intelectual e pastoral. Porém, logo antes, fala da vida comunitária como marca que identifica o seminário, ou seja,

mais do que lugar, o seminário é comunidade. Aparece aqui a palavra “afetiva” na dimensão humana, ressaltando a tendência de uma formação preocupada com a maturidade psicológica e com a necessidade da colaboração da psicologia. Quando as referidas diretrizes foram revisadas e atualizadas pela CNBB, dez anos depois, os bispos aprovaram por unanimidade (fato surpreendente) as novas Diretrizes Básicas da Formação dos Presbíteros da Igreja no Brasil, que passaram a ter força de lei particular para a Igreja no Brasil, passando a vigorar obrigatoriamente a partir de 01 de agosto de 1995. Nessas diretrizes aparece uma mudança significativa na compreensão das dimensões da formação sacerdotal. Já que o modelo de padre que, segundo os bispos, a Igreja precisa é o pastor, a dimensão pastoral, em vez de ser colocada por último como nas diretrizes anteriores, aparece primeiro, como o eixo de todo o processo formativo, ou seja, as outras dimensões se articulam ao redor dela. As novas diretrizes também incluem como dimensão, a comunitária. Assim, temos agora especificadas, nessa ordem, as seguintes dimensões: pastoral, comunitária, humano-afetiva, espiritual e intelectual. As referidas diretrizes trazem em anexo um plano de objetivos da formação sacerdotal que vamos mostrar na seqüência para uma visão de conjunto das dimensões.

Tabela 03

PLANO PROGRESSIVO E INTEGRADO DE OBJETIVOS DA FORMAÇÃO PRESBITERAL

METAS CONCRETAS	DIMENSÕES					
	PASTORAL (Eixo integrador)	HUMANO- AFETIVA	COMUNITÁRIA	ESPIRITUAL	INTELECTUAL	
OBJETIVO GERAL: Formação da Pessoa	Identidade pessoal	Buscar a maturidade pessoal em Jesus Cristo. Conhecer-se. Identificar-se com Jesus e seus valores.	Estar vigilante face ao individualismo, consumismo e hedonismo.	Iniciação à contemplação. Leitura da vida dos santos. Exercício: escrever e partilhar o que se contempla.	Conhecimentos gerais. Formação ar-tístico-literária. Estudo de línguas. Introdução à história e ao mistério de Jesus Cristo.	
	Convivência comunitária	Convivência integrada, participando de grupos e movimentos.	Motivar para vida comunitária. Respeito mútuo baseado na fé.	Castidade como abertura ao Reino. Espiritualidade da comunidade de Jesus Cristo. Acompanhamento e direção espiritual.	Filosofia. Ciências da pessoa. Introdução à história e ao mistério da Igreja.	
	Inserção social	Ser serviçal. Assumir iniciativas de organização e planejamento de comunidade. Aprender a administrar conflitos.	Capacitar-se ao relacionamento com os outros, com o diferente.	Analisar a si, a comunidade e a realidade social, levantando em conta os conflitos. Conhecer os motivos do passivismo e ativismo.	Pobreza como serviço e solidariedade com os pobres. Espiritualidade do seguimento e da cruz.	Ciências Sociais. Análise da realidade. Relação entre razão e fé.

* Fonte: CNBB, 1995 a, p. 106.

Tabela 04

PLANO PROGRESSIVO E INTEGRADO DE OBJETIVOS DA FORMAÇÃO PRESBITERAL

METAS CONCRETAS	DIMENSÕES					
	PASTORAL (eixo integrador)	HUMANO- AFETIVA	COMUNITÁRIA	ESPIRITUAL	INTELECTUAL	
OBJETIVO ESPECÍFICO: Formação do Presbítero	Ministério da Palavra	Internalizar os valores do Evangelho. Educar-se para o diálogo: sair de si e ir ao outro.	Leitura comunitária da Bíblia. Correlação fraterna à luz do Evangelho.	Espiritualidade da vontade de Deus. Espiritualidade Mariana. Leitura Orante da Bíblia.	Fundamentos teológicos de evangelização e catequese.	
	Ministério da Liturgia	Celebrar a vida pessoal e comunitária no mistério de Cristo e da Igreja.	Celebração comunitária da Eucaristia, da Reconciliação e da Liturgia das Horas.	Espiritualidade da Eucaristia e Reconciliação. Obediência à Igreja.	Fundamentos teológicos da celebração da liturgia.	
	Ministério do Pastoreio	Valorização dos ministérios leigos. Pastorais sociais.	Realizar-se como pessoa no exercício do pastoreio.	Abertura à fraternidade presbiteral e à pastoral de conjunto da diocese.	Obediência ao Espírito. Espiritualidade do serviço e da caridade pastoral.	Fundamentos teológicos para a ação pastoral do presbítero.

* Fonte: CNBB, 1995 a, p. 107.

Como o Seminário Maior Nossa Senhora da Glória começou a funcionar em 1983, seu processo formativo esteve marcado todo pelas dimensões da formação, uma vez que em 1984, saíram as diretrizes brasileiras da formação sacerdotal. O regimento de 1987 do Seminário foi elaborado no esquema das dimensões, na época, a espiritual, intelectual, pastoral e comunitária, nessa seqüência. Já o regimento de 1998 seguiu as novas diretrizes de 1995, com as cinco dimensões. Por isso, agora vamos procurar entender o que são e do que tratam as dimensões.

4.7.1 – FORMAÇÃO PASTORAL

Como todo o objetivo da formação sacerdotal é formar pastores, o aspecto pastoral deve receber ênfase especial em todas as dimensões e disciplinas. Mas aqui se trata de uma formação estritamente pastoral. Como será no curso teológico que o seminarista estudará a Teologia Pastoral, na filosofia caberá uma iniciação à reflexão pastoral a partir de experiências pastorais. Essas experiências têm por objetivos ajudar o seminarista a:

- crescer na assimilação pessoal das atitudes do Cristo Bom Pastor e no seguimento de sua missão, aprendendo a ter os mesmos sentimentos de Cristo;
- crescer no compromisso pessoal no serviço do povo de Deus e na caridade pastoral;
- abrir-se mais à comunhão com a vida do povo, com a comunidade cristã e com o presbitério;
- promover abertura de espírito para outras expressões espirituais, dentro da Igreja católica, e para outras confissões religiosas, numa atitude ecumênica;
- ser fermento de transformação da sociedade, pelo testemunho e ação solidária, na promoção da justiça e da fraternidade;
- abrir-se para o relacionamento com pessoas e setores influentes da sociedade (formadores de opinião, artistas, intelectuais, políticos...);
- integrar sua dimensão humano-afetiva nas relações humanas e nos contatos pastorais;
- capacitar-se para uma visão de conjunto da ação pastoral;
- adquirir um espírito missionário e a consciência da prioridade da evangelização... (CNBB, 1995, p. 56-57).

Os documentos da CNBB sobre a formação sacerdotal orientam que, quanto à metodologia, a formação pastoral não pode ser desenvolvida através de uma série de tarefas desconexas, mas por meio de um engajamento efetivo em comunidades, das quais o

seminarista conhecerá e respeitará sua caminhada, diversificará suas experiências, compartilhará sua vida e, gradativamente assumirá alguns serviços em conjunto com outros agentes pastorais. Recomenda-se o contato com pessoas em situações de sofrimentos, com movimentos sociais e populares e com os desafios da inculturação e das realidades emergentes.

“O trabalho pastoral dos seminaristas deverá ser planejado, acompanhado e avaliado. Evitar-se-á improvisação, imediatismo, empirismo, pragmatismo.” (CNBB, 1995, p. 58). Como se trata de engajamento, deve acontecer ao longo de todo o ano letivo, sem prejuízo dos estudos. Aqui cabe a questão da saída do seminarista do ambiente fechado do seminário e dos “perigos” que isso pode acarretar, a ponto de suscitar recomendações específicas sobre o grau de abertura do seminário e sobre o relacionamento com as mulheres.

Tudo isso exige que se estabeleça um adequado contato entre o seminário e a sociedade eclesial e civil, que constituem o campo próprio da atividade apostólica. Não se deve conceber o seminário de tal forma fechado que os alunos, como que contra sua vontade, se sintam apartados da verdadeira condição dos homens e das realidades. Nem tão aberto que os jovens considerem lícito fazer qualquer experiência. Convém fazer tudo na verdade, isto é, à luz da futura vida sacerdotal, bem compreendida e aceita. [...] Dê-se também a devida importância à preparação dos alunos para terem correto e sadio relacionamento com as mulheres. Assim conhecendo bem a sua índole e psicologia particular, conforme sua idade e diversos estados de vida, no exercício do ministério pastoral poderão prestar-lhes mais eficaz assistência espiritual e relacionar-se com elas com a sobriedade e prudência que convêm a ministros de Cristo. (SAGRADA CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, 1970, p. 44-45).

Os seminaristas poderão fazer estágios pastorais planejados nos fins de semana, nas férias, mas também em intervalos entre períodos de estudo. Importância especial é dada nos documentos sobre o contato dos seminaristas com os leigos, durante o estágio pastoral. Com eles se deve aprender muito: “entre os leigos, tenham mais espírito de aprendizes que de mestres”. (CNBB, 1995, p. 60). Com o estágio pastoral, os leigos podem participar da formação dos futuros padres, inclusive dando o seu parecer favorável ou não sobre a sua ordenação. “A opinião favorável da comunidade ou de seus representantes qualificados seja considerada requisito necessário para a ordenação presbiteral de um candidato. Ninguém seja ordenado presbítero se não tiver feito uma experiência pastoral positiva”. (CNBB, 1995, p. 60). Fato importante de se registrar é que, para o conhecimento da

realidade dos leigos, deve-se contar com o auxílio das ciências humanas e sociais: “para esse mais pleno conhecimento dos homens e das coisas, muito poderão ajudá-los as disciplinas psicológicas, pedagógicas e sociológicas, que deverão aprender sempre conforme as normas e métodos precisos da autoridade eclesiástica”. (SAGRADA CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, 1970, p. 45).

A formação estritamente pastoral no período inicial de funcionamento do Seminário Maior Nossa Senhora da Glória não teve tanta importância quanto na última década. Conforme o regimento de 1987, o seminarista era considerado despreparado para o trabalho pastoral devido a etapa quase inicial de sua formação e a falta do estudo da teologia pastoral. Os alunos do primeiro ano não tinham permissão para o trabalho pastoral. Os do segundo e terceiro anos eram incentivados a assumir trabalhos pastorais sob a responsabilidade dos párocos que os acolhiam. Podiam usar o tempo do início da tarde de sábado até o início da noite de domingo. Deviam evitar assumir serviços de coordenação e concentrarem suas atividades nas áreas de catequese e liturgia.

Já o regimento de 1998 dá um grande destaque para a formação pastoral, dedicando quase 10 páginas para tratar do assunto. A novidade que traz é a de um plano que organiza as atividades pastorais distribuindo os seminaristas por turmas. São escolhidos os locais onde os seminaristas devem atuar, chamados de “paróquias-piloto”. Os seminaristas do 1º ano deverão possuir uma visão de conjunto da paróquia, acompanhando o pároco em todas as atividades que puderem e participando de todas as reuniões, cursos e encontros, sem assumir um trabalho ou coordenação específica. No 2º ano, os seminaristas deverão envolver-se com pastorais específicas, fazendo um trabalho de assessoria das mesmas. É recomendado que privilegiem a catequese infantil, grupos de adolescentes e jovens e a pastoral vocacional. No 3º ano, o trabalho pastoral do seminarista deverá se concentrar numa pequena comunidade da paróquia (CEB, setor, capela etc.), onde exercitará sua capacidade de liderança e organização. Além disso, são programadas pelo seminário semanas de estágios pastorais durante o período de férias.

No Livro do Tombo não encontramos registros sobre a formação pastoral, ou porque não aconteceram tantos problemas com relação a ela ou porque não foi valorizada. Nunca houve também um formador específico para acompanhar o trabalho pastoral dos seminaristas, função que acabou sendo sempre acumulada pelo reitor. Porém, nos finais de semana os seminaristas sempre saíram para o trabalho pastoral. A possibilidade da saída do ambiente fechado do seminário, da disciplina, do horário rígido e da supervisão dos

formadores, cria muitas possibilidades de amadurecimento para o seminarista. O contato com as pessoas de ambos os sexos e diversas idades, com situações de sofrimento e alegria, com realidades sócio-culturais e religiosas diferentes, favorece o equilíbrio, corrige vícios, fornece elementos para uma opção mais consciente, ajuda a ligar teoria e prática, motivando para o estudo, amplia a visão do mundo e, de certa forma, alivia a tensão provocada pelo fechamento no seminário e motiva os que optaram pela vocação sacerdotal a se firmarem no processo formativo. Embora haja muitas recomendações nos documentos oficiais e se tenha percebido um esforço no regimento de 1998, transparece claramente a falta de um projeto consistente de formação pastoral no Seminário Maior Arquidiocesano Nossa Senhora da Glória. Esta é mais uma razão que explica que a formação de um padre acabe não atingindo seus objetivos. Se os meios não são utilizados, ou não de forma correta, não se atingem os fins. Se se quer formar padres que sejam pastores e não se favorecem recursos adequados, formadores capacitados e investimentos suficientes para tal, o resultado não se dará.

4.7.2 – FORMAÇÃO PARA A VIDA COMUNITÁRIA

O documento do Concílio Vaticano II sobre a formação sacerdotal não é explícito sobre a vida comunitária, embora a suponha. O destaque que dá é para a disciplina, mais exigida para a vida comunitária.

Considere-se a disciplina da vida do seminário não apenas como vigoroso baluarte da vida comunitária e da caridade, mas como parte indispensável da formação, para conseguir autodomínio, promover sólida madureza da pessoa e formar as demais disposições do espírito que ajudam decididamente no ordenado e frutuoso trabalho da Igreja. (PAULO VI, 1965, p. 517).

As diretrizes da Sagrada Congregação para a Educação Católica falam da vida comunitária na dimensão espiritual, já que ela permite exercitar a renúncia à vontade própria e a procura do bem do próximo. Recomendam que os seminaristas sejam gradualmente introduzidos na vida da diocese, a comunidade concreta a que deverão pertencer, principalmente na vida do clero.

A CNBB deu tanta importância à vida comunitária que na revisão das diretrizes para a formação sacerdotal, válidas a partir de 1995, a colocou como uma das dimensões da formação e como critério básico de discernimento da vocação para ser padre. Percebeu que muitos obstáculos se opunham à vida comunitária na sociedade e na igreja e enumerou-os:

- o clima de individualismo, relativização dos compromissos assumidos, competição, consumismo que reina na sociedade e que penetra, muitas vezes, na alma e na mentalidade de muitos jovens, mesmo de candidatos ao presbiterato;
- as dificuldades e desequilíbrios do próprio processo de formação, como o excesso de atividades externas de alguns ou o fechamento de outros em suas próprias preocupações pessoais e em atitudes individualistas;
- a impressão negativa de que a vida e o ministério do presbítero, especialmente diocesano, não permitirão efetivamente a continuação da experiência comunitária vivida no seminário. (CNBB, 1995, p. 61).

As diretrizes da CNBB mostram que a perspectiva da vida comunitária no seminário tem dois aspectos: levar o futuro padre à comunhão com o bispo e o clero e à convivência com o povo, do qual deve conhecer e estimar a cultura e os valores. A vida comunitária no seminário deve ser alimentada pelos momentos da vida em comum: eucaristia, oração comunitária, revisão de vida, planejamento das atividades, lazer, esporte, convivência espontânea. Os conflitos ajudam na formação para a vida comunitária, já que são oportunidades de exercício do diálogo e do respeito ao pluralismo.

As referidas diretrizes inserem na formação à vida comunitária a questão do sustento do seminarista. Orienta que deve contribuir para o próprio sustento e ser corresponsável na aquisição, administração e uso dos bens. “A comunidade formativa esteja atenta à realidade pessoal de cada formando, buscando, juntos, caminhos que evitem paternalismo, acomodação e aburguesamento”. (CNBB, 1995, p. 63). Admite a possibilidade de trabalho remunerado desde que não atrapalhe o estudo e os outros aspectos da formação e incentiva para o exercício do trabalho não remunerado como forma de educação ao espírito de pobreza e à solidariedade com os trabalhadores.

Na vida comunitária é que aparece fortemente o peso da disciplina no Seminário Maior Arquidiocesano Nossa Senhora da Glória. É onde está o maior e mais detalhado número de normas. Cada gesto do seminarista parece estar esquadrihado. Há um grande número de atividades comunitárias, onde todos devem fazer obrigatoriamente as mesmas coisas ao mesmo tempo: “os atos comunitários obrigam a todos. Nenhum seminarista, por

conta própria, poderá dispensar-se dessa participação. Cada um cuidará da pontualidade no cumprimento das atividades previstas”. (SEMINÁRIO MAIOR NOSSA SENHORA DA GLÓRIA, 1987, p. 16).

O regimento de 1987 orienta sobre a maneira de se dirigir aos bispos, padres, funcionários e colegas, usando sempre a expressão que marque a função de cada um. Fala ainda sobre o uso de barba e bigode e sobre o tipo de roupa apropriada para cada ambiente e situação. Mostra o modo como o quarto deve ser mantido e delimita a visita dos próprios colegas nos quartos, como também o uso de aparelhos de som, televisão, telefone e visitas dos familiares e amigos. Regula inclusive a movimentação dos seminaristas pela casa.

Na movimentação dos seminaristas pela casa, deve-se evitar, sempre que possível, o corredor em frente aos quartos dos sacerdotes. Para a biblioteca utiliza-se a porta principal, próxima ao saguão de entrada. Terão acesso à cozinha somente os membros das equipes responsáveis, à hora das refeições, para trazer e levar utensílios ou alimentos, e também para ajudar na limpeza após o jantar. Nenhum seminarista está autorizado a servir-se da cozinha para preparar pratos diferentes, chás, refrescos, nem a movimentar-se nessa área, reservada às pessoas encarregadas do trabalho doméstico. (SEMINÁRIO MAIOR NOSSA SENHORA DA GLÓRIA, 1987, p. 18).

O regimento de 1998 conserva o teor das mesmas normas e acrescenta uma observação a respeito da exigência dos trabalhos manuais no seminário. Mostra que atitudes geradoras de comunhão, além de outras coisas, exigem:

Dedicação aos trabalhos manuais da comunidade, em espírito de solidariedade a milhões de trabalhadores brasileiros e, também, como forma concreta de cada um contribuir com a própria formação. A omissão habitual a esse dever de solidariedade, além de manifestar ausência de espírito de pobreza, demonstrará a falta de aptidão para o exercício de coordenação e animação da comunidade eclesial. (ARQUIDIOCESE DE MARINGÁ, 1998, p. 37-38).

Observemos como era definido o horário diário no Seminário Maior Nossa Senhora da Glória em 1987:

06,00 h – Levantar. Higiene pessoal
 06,30 h – Oração da manhã. Meditação. Celebração Eucarística
 07,30 h – Café da manhã
 08,00 h – Aulas
 09,40 h – Recreio. Cafezinho
 10,00 h – Aulas

11,40 h – Oração do meio-dia
 12,00 h – Almoço
 13,00 h – Trabalho manual ou estudo
 14,30 h – Banho
 15,00 h – Cafezinho
 15,15 h – Estudo
 16,30 h – Recreio
 17,00 h – Estudo
 18,30 h – Oração da tarde
 19,00 h – Jantar. Terço de Nossa Senhora
 21,00 h – Estudo
 22,00 h – Oração da noite. Chá
 22,30 h – Repouso
 23,00 h – Último horário para se apagarem as luzes
 (SEMINÁRIO MAIOR NOSSA SENHORA DA GLÓRIA, 1987, p. 21).

A documentação consultada mostra que as normas e horários da vida comunitária foram se alterando apenas em pequenos detalhes ao longo dos anos de funcionamento do seminário. Nisso podemos constatar a força da disciplina e de seus mecanismos de controle.

Em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações. [...] Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar as “disciplinas”. (FOUCAULT, 2004, p. 118).

Foucault mostra ainda que

O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna mais obediente quanto é mais útil, e inversamente. (FOUCAULT, 2004, p. 119).

Esse autor mostra também que as disciplinas que se tornaram, nos séculos XVII e XVIII, fórmulas gerais de dominação são “diferentes ainda do ascetismo e das ‘disciplinas’ de tipo monástico, que têm por função realizar renúncias mais do que aumentos de utilidade e que, se implicam em obediência a outrem, têm como fim principal um aumento do domínio de cada um sobre seu próprio corpo”. (FOUCAULT, 2004, p.119). Se podemos classificar a disciplina no seminário como de tipo monástico ou ascético, que não visa tanto a utilidade, não podemos negar que ali também “a disciplina fabrica assim

corpos submissos e exercitados, corpos ‘dóceis’”. (FOUCAULT, 2004, p. 119). A disciplina e a disciplinarização do corpo têm funções “pedagógicas” muito claras, e a mística do esforço pessoal, garantida pela vigilância, visa garantir a eficiência institucional e pessoal. A tábua de horários do Seminário analisado aqui, guardadas as devidas proporções, parece estar voltada para esses objetivos.

Os efeitos dessa ordem disciplinar deveria se mostrar também em outros momentos. Quer dizer, o efeito da disciplina deveria ser notado sempre, inclusive em festas. O Livro do Tombo traz registros de muitas confraternizações e festas, no mínimo umas duas por semestre, para favorecer a integração e a convivência entre os seminaristas. Nas reuniões de avaliação, a insatisfação e a maior lista de reclamações se encontra na dimensão comunitária. A formação para a vivência comunitária não tem produzido os efeitos que se esperavam, como mostra uma pesquisa realizada em 2002 pela CNBB, já que o relacionamento entre o clero apresenta áreas problemáticas:

Há uma quarta preocupação – com base estatística menor, mas igualmente evidente – posta à mostra pelos dados colhidos. Na convivência dentro do clero, as relações são sentidas como menos satisfatórias do que as percebidas nos relacionamentos com os outros ambientes e grupos com os quais o padre partilha sua vida. Essa característica é mais palpável no relacionamento com os bispos. Há um número razoável de padres que têm dificuldades sérias de relacionamento com esses seus superiores diretos. (VALLE, 2004, p. 108).

A 42ª Assembléia Geral da CNBB, realizada de 21 a 30 de abril de 2004, refletiu sobre a situação dos padres e apontou com um dos desafios a falta de fraternidade presbiteral. Numa carta aos padres, oferece algumas pistas para a promoção de maior integração comunitária entre os padres:

- Promover a partilha de vida e de bens desde a formação inicial e permanente, combatendo individualismo e acomodação. Investir recursos humanos e econômicos na formação de formadores. - Apoiar e incentivar as Fraternidades Sacerdotais e Associações de Presbíteros. O bispo, primeiro agente da pastoral presbiteral, procure valorizar ao máximo os organismos de comunhão e participação, de modo especial os Conselhos de Presbíteros. Seu papel é cuidar dos presbíteros. Todos os presbíteros devem ser incorporados no processo da pastoral presbiteral. (CNBB, 2004, p. 20).

A necessidade de se criar uma pastoral para atender aos padres no aspecto da vida comunitária revela que o esquema de formação no seminário, carregado da formalidade da disciplina, não favorece a criação dos vínculos necessários para um bom relacionamento.

Nos últimos anos, no Seminário Maior Nossa Senhora da Glória, foi iniciada uma experiência dos chamados “grupos de vida”.

Aconteceu um encontro com o Pe. Valdir Riboldi, diretor espiritual do Seminário Nossa Senhora de Guadalupe, de Cascavel, sobre os “Grupos de Vida”. É uma experiência nova aqui e se resume na formação de grupos pequenos no seminário, formados por diocese e por turmas, para partilhar a vida, a partir das diversas dimensões da formação. Os grupos têm coordenadores escolhidos pelos membros, reunião semanal, preparação da liturgia e outros serviços, projeto do caixa-comum, da correção fraterna e outras experiências. Está começando neste ano, mas já tem dado bons frutos. (LIVRO DO TOMBO, 2002, p.107).

Os grupos de vida continuam até hoje e já estão sendo criados em diversos seminários do Paraná, do Brasil e da América Latina.

A formação comunitária, devido ao esquema do grande seminário, isolado e marcado pela disciplina é um grande desafio, talvez o maior, para a formação de padres que estarão à frente de comunidades, no futuro.

4.7.3 – FORMAÇÃO HUMANO-AFETIVA

O documento do Vaticano II sobre a formação dos sacerdotes e as diretrizes da Sagrada Congregação para a Educação Católica supõem a formação humano-afetiva, mas não a explicitam. O que fazem é incluir alguns de seus aspectos na dimensão espiritual. Isso, de certo modo, revela certo desprezo por tudo o que não seja espiritual e certa pretensão de que o espiritual supere qualquer problema humano. Com o passar do tempo, a Igreja constatou que de fato “a graça supõe a natureza”, e passou a tratar mais especificamente dos problemas humanos na formação dos padres. A Exortação Apostólica Pós-Sinodal Sobre a Formação dos Sacerdotes, do Papa João Paulo II, de 1992, trata especificamente da formação humana como “fundamento de toda a formação sacerdotal”.

A Exortação *Pastores Dabo Vobis* mostra a importância da formação humana no que se refere aos destinatários da missão do padre, já que se dirige a pessoas concretas. Por

isso, “precisamente para que o seu ministério seja humanamente mais credível e aceitável, é necessário que ele modele a sua personalidade humana de modo a torná-la ponte e não obstáculo para os outros, no encontro com Jesus Cristo, redentor do homem”. (JOÃO PAULO II, 1992, p. 116-117). O padre precisa conhecer em profundidade a pessoa humana, seus problemas e dificuldades, promover o encontro e o diálogo, conquistar confiança e manifestar juízos serenos e objetivos.

Portanto, não só para uma justa e indispensável maturação e realização de si mesmo, mas também com vista ao ministério, os futuros presbíteros devem cultivar uma série de qualidades humanas necessárias à construção de personalidades equilibradas, fortes e livres, capazes de comportar o peso das responsabilidades pastorais. É preciso, pois, educação para o amor à verdade, à lealdade, ao respeito por cada pessoa, ao sentido da justiça, à fidelidade à palavra dada, à verdadeira compaixão, à coerência, e, particularmente, ao equilíbrio de juízos e comportamentos. (JOÃO PAULO II, 1992, p. 117).

O referido documento dá ênfase à capacidade humana de relacionamento com os outros, já que o padre deve ser “homem de comunhão” numa sociedade que vive situações de massificação e solidão, principalmente nas grandes concentrações urbanas.

Isto exige que o sacerdote não seja arrogante nem briguento, mas afável, hospitaleiro, sincero nas palavras e no coração, prudente e discreto, generoso e disponível para o serviço, capaz de oferecer pessoalmente e de suscitar, em todos, relacionamentos francos e fraternos, pronto a compreender, perdoar e consolar. (JOÃO PAULO II, 1992, p. 118).

O Papa João Paulo II mostra ainda que a maturidade afetiva supõe a centralidade do amor na existência humana, já que sem o amor, ela fica privada de sentido. Trata-se de um amor que engloba as dimensões físicas, psíquicas e espirituais da pessoa humana e se exprime na entrega de si mesmo e na acolhida de outra pessoa. Daí a necessidade de uma educação para a sexualidade, principalmente para o padre, que é chamado ao celibato. Também uma formação para o uso da liberdade e para a consciência moral, já que o padre deve dar uma resposta livre e consciente ao chamado.

As diretrizes da CNBB para a formação dos sacerdotes insistem em que haja preocupação maior na formação humano-afetiva nas etapas iniciais, mas não seja descuidada em nenhum momento da formação permanente. O crescimento humano-afetivo do seminarista se manifesta quando emerge nele a capacidade para:

- perceber sem distorções e julgar, com objetividade, justiça e senso crítico, as pessoas e os acontecimentos da vida;
- realizar opções livres e decisões responsáveis, feitas à luz de motivos autênticos e interiorizados, tomando consciência do conjunto de energias e motivações inconscientes que se transformam em energia e motivação consciente, na linha do próprio projeto vocacional;
- relacionar-se adequadamente com as pessoas, com as comunidades e com os irmãos no seminário. O futuro presbítero deve crescer na aprendizagem do conhecimento e aceitação do outro, saber intuir as dificuldades e problemas alheios. Desenvolver atitudes de cooperação, diálogo e respeito;
- colaborar e trabalhar em equipe, a fim de possibilitar ao futuro presbítero uma liderança comunitária, que favoreça a comunhão e a participação na Igreja;
- relacionar-se madura e construtivamente com pessoas de ambos os sexos, diferentes idades e condições sociais;
- amar verdadeiramente, mediante a superação gradual do egocentrismo e o crescimento na doação e serviço criativo aos outros. Isto somente decorre de uma suficiente autonomia psicológica, que é liberdade de qualquer rigidez ou compulsão, e da integração positiva da sexualidade, que assegura a maturidade e o equilíbrio das relações humanas e da caridade. (CNBB, 1995, p. 66-67).

Aspecto particularmente importante é o fato de a Igreja aceitar a colaboração da pedagogia, psicologia, sociologia e outras ciências, já que antes só se aceitava a ajuda do diretor espiritual. É fato comum hoje nos seminários o acompanhamento psicológico. Pudemos comprovar isso também no Seminário Maior Nossa Senhora da Glória, quando falamos sobre os seminaristas. Isso não foi conseguido sem conflitos, principalmente entre os formadores e bispos. Os formadores participaram de alguns cursos, onde o pré-requisito era a terapia psicológica. Através deles, a psicologia foi fazendo parte da formação dos sacerdotes. Porém, a resistência dos bispos foi grande.

Reunião dos bispos e padres formadores da Província Eclesiástica de Maringá. [...] A segunda parte da reunião foi somente entre os padres formadores e bispos. Teve como assunto uma avaliação do ano de 1994 e preparação para o ano de 1995. Os bispos manifestaram grande preocupação com o acompanhamento psicológico dos seminaristas. Aham que nós, padres formadores, estamos caindo no psicologismo e deixando a direção espiritual de lado. Foi bastante discutida essa questão. Os padres formadores explicaram que ninguém está deixando a direção espiritual, mas que o acompanhamento psicológico é um instrumento que só irá ajudar as pessoas que tem problemas psicológicos, uma vez que problema psicológico não se resolve somente com direção espiritual. Ficou claro por parte dos padres formadores que a linha é essa porque fazemos a Escola de Formadores. E a linha da Escola é levar muito em

consideração a dimensão humano-afetiva. (LIVRO DO TOMBO, 1994, p. 56 v).

Interessante notar também a afirmação da CNBB sobre o vínculo que o seminarista deve manter com a realidade da sua família e da sua comunidade de origem:

O desenvolvimento sadio requer um contato regular da pessoa com a realidade sócio-político-econômica, com o ambiente cultural de origem, especialmente com a própria família. Deve-se evitar uma distância muito grande entre as condições de vida das famílias dos seminaristas e o ambiente formativo. O futuro presbítero deve conhecer e partilhar, o quanto possível, a cruz e o sofrimento, as alegrias e esperanças do povo. (CNBB, 1995, p. 68-69).

Essa afirmação é interessante porque explica a falta de maturidade humano-afetiva de vários padres. O mais interessante é perceber a contradição entre essa posição e a estrutura de seminário sugerida. Um seminário afastado, um tanto quanto isolado, onde os seminaristas passam a grande parte do seu tempo, sem trabalhar fora, baseado na disciplina, não forma, então, pessoas com maturidade humano-afetiva. Não seria o caso de propor um novo modelo de seminário? Mais parecido com as experiências de formação surgidas depois do Concílio Vaticano II?

O regimento do Seminário Maior Arquidiocesano Nossa Senhora da Glória de 1987 nem fala sobre a dimensão humana e o de 1998 faz uma compilação das diretrizes da CNBB.

4.7.4 – FORMAÇÃO ESPIRITUAL

A formação espiritual ganha todo o destaque em todos os documentos, desde os do Vaticano, até o Código de Direito Canônico, como também os da CNBB e os regimentos do Seminário Maior Arquidiocesano Nossa Senhora da Glória. Os pontos fundamentais são os mesmos, trabalhados em todos os documentos. Vamos resumi-los para destacar os princípios teórico-metodológicos da formação espiritual. O documento que mais aprofunda a questão é o do Papa João Paulo II, *Pastores Dabo Vobis*, de 1992, que é a conclusão do Sínodo dos Bispos de 1990 sobre a formação dos sacerdotes.

O conteúdo essencial da formação espiritual é claramente expresso no documento do Concílio Vaticano II, que o Papa João Paulo II depois desenvolve:

A formação espiritual [...] seja tal que os formandos aprendam a viver numa familiar e constante comunhão com o Pai por seu Filho Jesus Cristo no Espírito Santo. Pela sagrada ordenação deverão os alunos configurar-se com Cristo sacerdote. Habituem-se por isso a aderir a Ele como amigos mediante um íntimo consórcio de vida. De tal modo vivam seu mistério pascal que saibam iniciar nele o povo que lhes será confiado. Seja-lhes ensinado a procurar Cristo na meditação fiel da Palavra de Deus, na ativa comunicação com os sacrossantos mistérios da Igreja, principalmente na eucaristia e no ofício divino; no bispo que os envia e nos homens a quem são enviados, particularmente nos pobres, nos pequenos, nos doentes, nos pecadores e nos incrédulos. Com filial confiança amem e venerem a bem-aventurada Virgem Maria que, como mãe, foi dada ao discípulo por Jesus Cristo enquanto agonizava na cruz. (PAULO VI, 1965, p. 514).

Os valores fundamentais e as exigências do caminho espiritual esperados do candidato ao sacerdócio estão bem resumidos no texto acima. A primeira exigência e valor é o de viver unido a Cristo por uma profunda amizade. O segundo valor é o da procura de Jesus. Ele pode ser encontrado através da leitura meditada e orante da Palavra de Deus (*lectio divina*), que deve se tornar itinerário de conversão e “critério de juízo e avaliação dos homens e das coisas, dos acontecimentos e dos problemas”. (JOÃO PAULO II, 1992, p. 128). A resposta à Palavra de Deus é dada pela oração.

Um aspecto não por certo secundário da missão do padre é o de ser educador para a oração. Mas só se ele foi formado e continua a formar-se na escola de Jesus orante, é que poderá formar os outros na mesma escola. Isto mesmo lhe pedem os homens: o sacerdote é o homem de Deus, aquele que pertence a Deus e faz pensar em Deus. [...] Os cristãos esperam encontrar no sacerdote não só um homem que os acolhe, que os escuta com todo o gosto e lhes testemunha uma sincera simpatia, mas também e sobretudo um homem que os ajuda a ver Deus, a subir em direção a Ele. É necessário, portanto, que o sacerdote seja formado para uma profunda intimidade com Deus. (JOÃO PAULO II, 1992, p. 129).

O ponto culminante da oração é a eucaristia, que, por sua vez, também se situa como ponto mais alto e a fonte dos outros Sacramentos e da Liturgia das Horas. “Para a formação espiritual de todo e qualquer cristão, e especialmente do sacerdote, é inteiramente necessária a educação litúrgica, no pleno sentido de uma inserção vital no mistério pascal de Jesus Cristo morto e ressuscitado, presente e operante nos Sacramentos

da Igreja”. (JOÃO PAULO II, 1992, p. 130). O padre é sobretudo o ministro da Eucaristia, já que só ele pode celebrá-la.

Convém, portanto, que os seminaristas participem diariamente da celebração eucarística, de tal forma que depois assumam como regra de sua vida sacerdotal esta celebração cotidiana. Eles deverão também ser educados no sentido de considerar a celebração eucarística como o momento essencial do seu dia-a-dia, no qual participarão ativamente, jamais se contentando com uma mera assistência rotineira. Enfim, os candidatos ao sacerdócio devem ser formados nas íntimas disposições que a Eucaristia promove: o reconhecimento pelos benefícios recebidos do Alto, pois a Eucaristia é ação de graças; a atitude oblativa que os impele a unir à oferta eucarística de Cristo, a própria oferta pessoal; a caridade alimentada por um sacramento que é sinal de unidade e partilha; o desejo de contemplação e de adoração diante de Cristo realmente presente sob as espécies eucarísticas. (JOÃO PAULO II, 1992, p. 131-132).

Os documentos mostram também a importância do sacramento da Penitência, já que dele brotam o sentido da ascese e da disciplina interior, o espírito de renúncia e de sacrifício, a aceitação da fadiga e da cruz, elementos que precisam ser inculcados numa cultura cheia de secularismo, avidez e hedonismo, como é a atual.

A formação espiritual deve levar também os seminaristas a procurar Deus nos homens. Daí a importância da vida comunitária, onde se deve perceber o Cristo no próximo. Particular importância recebe o amor preferencial pelos pobres e pelos pecadores. Vivendo o amor pelas pessoas, o seminarista vai se formando para ser o homem da caridade.

É na perspectiva da caridade que se encaixa a educação para a obediência, para o celibato e para a pobreza. A formação espiritual deve dar uma particular atenção na preparação do seminarista para conhecer, amar e viver a verdadeira natureza do celibato e da castidade, que é a “escolha de um amor maior e indivisível a Cristo e à sua Igreja, na disponibilidade plena e alegre do coração para o ministério pastoral”. (JOÃO PAULO II, 1992, p.136). Não se deve assumir o celibato como simples norma jurídica ou como condição meramente exterior para ser admitido à ordenação. A pobreza é um sinal forte do Evangelho e, por isso, os seminaristas devem aprender a vivê-la.

Aprendam, portanto, os seminaristas a viver na simplicidade, na austeridade mesmo, na partilha fraterna de seus bens materiais e espirituais. Estimulem-se práticas de partilha de recursos financeiros, mesmo pequenos, que preparem a viver a comunhão de bens também no

presbitério. Cresçam no amor sincero pelos irmãos mais empobrecidos e aprendam a reconhecer seus direitos e valores, especialmente seu “potencial evangelizador”. Tomem consciência de todas as implicações da “opção pelos pobres” e desde já assumam como prioridade o anúncio do Evangelho a todos, mas muito mais especialmente aos mais empobrecidos (operários, camponeses, indígenas, grupos afro-americanos, marginalizados), incluindo a promoção e defesa da dignidade humana, e reconhecendo o rosto sofredor de Cristo nos menores, nos doentes, nos velhos e em todos os empobrecidos. (CNBB, 1995, p.78).

A vida no seminário deve fazer também o seminarista crescer no espírito de obediência e de corresponsabilidade, conformando-se com a vontade de Deus e buscando o bem comum. A obediência implica na disponibilidade à observância dos ensinamentos da Igreja, do regimento e das orientações dos formadores. Exige a busca de caminhos melhores para a vida comunitária, o diálogo sincero e o respeito à liberdade e responsabilidade de cada um. Deve também preparar o padre para assumir as decisões pastorais tomadas em comum e aceitar novas missões, mesmo mais exigentes. “Em um mundo dominado pelos interesses egoístas e pela competição desenfreada, o futuro presbítero é chamado a dar testemunho da livre doação a Deus e ao bem comum”. (CNBB, 1995, p. 79).

Para acompanhar a formação espiritual do seminarista, cada seminário deve ter o seu orientador espiritual, embora cada seminarista possa escolher um outro, desde que autorizado pelo bispo. A ele cabe o sigilo, praticamente como o da confissão, para poder gozar de toda a confiança do seminarista. O orientador espiritual deve cuidar de tudo o que se refere à orientação espiritual: vida litúrgica do seminário, exercícios espirituais e práticas de piedade. Entre as práticas de piedade mais fortes está a oração do terço, que faz com que o seminarista cultive um amor filial a Nossa Senhora.

Acompanhamos já como foi instável a figura do diretor ou orientador espiritual no Seminário Maior Arquidiocesano Nossa Senhora da Glória. Isso trouxe uma formação espiritual defasada e improvisada. Muitos esforços foram feitos e muitas coisas aconteceram mesmo sem o diretor espiritual. Esse Seminário mantém horários diários para a Missa, Liturgia das Horas, práticas devocionais e oração pessoal. Também mantém um dia por mês para exercícios espirituais, ou seja, retiros. Uma vez por semestre acontece também um retiro de 05 a 07 dias. Isso revela que existe uma preocupação com a formação espiritual, mas não é algo que foi acontecendo de forma sistemática. Esta realidade foi confirmada na 42ª Assembléia Geral da CNBB. Os bispos do Brasil discutiram sobre a

vida e o ministério dos presbíteros em sua assembléia de 2004. Um dos pontos tratados foi a espiritualidade. Constataram os bispos que “muitos padres têm dificuldade para manter assiduamente uma vida de oração e não têm uma espiritualidade regular. Entre as causas está certamente o ativismo e secularismo de nosso tempo que penetrou até mesmo em certos setores da Igreja. (CNBB, 2004, p. 11). Também comprovaram “certas deficiências na formação que têm provocado a falta de sensibilidade espiritual em certos padres”. (CNBB, 2004, p. 12). Como pistas de ação, além de outras, sugeriram “aprimorar a formação espiritual nos seminários, formando padres santos para o presente e o futuro da Igreja, através da espiritualidade de comunhão. Para isto, ajudará a presença de um padre responsável pela formação espiritual, além do reitor e do diretor espiritual nos seminários”. (CNBB, 2004, p. 16). Sugerem, ainda, para resolver o problema da formação espiritual, a elaboração de um programa de formação espiritual que abranja todo o tempo de formação e também depois da ordenação, sobretudo para os padres novos e a visita regular e freqüente do bispo aos seminaristas e formadores.

4.7.5 – FORMAÇÃO INTELECTUAL

Esta dimensão aparece fortemente em todos os documentos da Igreja sobre a formação, tanto nos do Vaticano quanto nos da CNBB e nos regimentos do Seminário Maior Nossa Senhora da Glória.

Os documentos costumam mostrar a motivação pastoral da formação intelectual, ou seja, os estudos do seminarista devem levá-lo a ser um bom pastor. O próprio exercício do sacerdócio exige uma profunda formação intelectual.

Além disso, a situação atual, marcada simultaneamente por uma busca diversificada de expressões religiosas e por uma desconfiança nas capacidades da razão, e por uma mentalidade técnico-científica que ignora as questões éticas e religiosas, exige um nível excelente de formação intelectual. Acrescente-se ainda que o atual fenômeno do pluralismo, bem acentuado não só no âmbito da sociedade humana, mas também no da própria comunidade eclesial, requer uma particular atitude de discernimento crítico: é um ulterior motivo que demonstra a necessidade de uma formação intelectual, a mais séria possível. [...] Por isso, é inaceitável a tendência a diminuir a seriedade e a exigência dos estudos, em razão da deficiente preparação dos candidatos ou por outros motivos. Mais do que nunca os fiéis têm direito à competência, clareza e

profundidade daqueles que assumem a responsabilidade de mestres na fé, no desempenho do ministério presbiteral. (CNBB, 1995, p. 81-82).

Os documentos mostram que para se formar um pastor, a base do estudo será a teologia. Mas a teologia exige o estudo da filosofia, já que esta leva a uma profunda compreensão da pessoa humana, da sua liberdade, das suas relações com o mundo e com Deus, e contribui para despertar e educar a busca da verdade. A filosofia exige o estudo das ciências humanas, porque ajudam a encarnar o ministério do padre na realidade. A CNBB enumera os desafios pedagógicos levantados pela formação intelectual dos padres:

- motivar os iniciantes quanto aos objetivos e à relevância do curso;
- educar ao estudo, ao rigor metodológico, à reflexão crítica;
- despertar o gosto pelo estudo e informação, motivando o estudante para que se eleve a um nível de compreensão e reflexão mais alto;
- procurar comunicar, de forma ordenada e orgânica, o que é realmente essencial e educar à capacidade de síntese, em face da multiplicidade das informações e da crescente especialização das diversas disciplinas;
- promover o crescimento conjunto dos estudos com a vida espiritual e pastoral, de modo que se alimentem mutuamente fé e vida; procurar uma correta interação entre teoria e prática;
- descobrir as raízes da cultura contemporânea, ajudando a discernir seus valores e ambigüidades, e para dialogar com as pessoas do seu tempo;
- prestar grande atenção à necessidade de inculturação da mensagem cristã, muitas vezes formulada em termos de tradição latina ou ocidental, que devem ser adequadamente interpretados e inseridos em outros contextos culturais. (CNBB, 1995, p. 84-85).

O estudo da filosofia, que vem desde o Concílio de Trento, é visto pela Igreja como aquele que garante a certeza da verdade, e isto é fundamental para a identidade e a missão do sacerdote, já que “se não se está certo da verdade, como é possível pôr em jogo a própria vida inteira e ter força para interpelar, a sério, a vida dos outros?”. (JOÃO PAULO II, 1992, p. 141). A filosofia é sempre vista na sua relação com a teologia, ou seja, a complementaridade entre fé e razão.

A formação filosófica, que deve estar baseada num patrimônio filosófico perenemente válido, mas leva em conta também a pesquisa filosófica do tempo atual, seja ministrada de tal modo que enriqueça a formação humana dos alunos, lhes aguça a mente e os torne mais aptos para fazerem os estudos teológicos. (JOÃO PAULO II, 1983, p. 113).

O que os documentos chamam de “patrimônio filosófico perenemente válido” ou “sã filosofia”, a Congregação para a Educação Católica explicou, mas nem precisava, tratar-se de uma referência clara à filosofia de Santo Tomás de Aquino.

Neste sentido são plenamente justificadas e permanecem válidas as repetidas recomendações da Igreja acerca da filosofia de S. Tomás, na qual aqueles primeiros princípios de verdade natural são límpida e organicamente enunciados e harmonizados com a revelação, e na qual se encerra também aquele dinamismo inovador que, como atestam os biógrafos, caracterizava o ensino de S. Tomás e deve hoje também caracterizar o ensino de quantos querem seguir as suas pegadas, numa contínua e renovada síntese das conclusões recebidas da tradição com as novas conquistas do pensamento humano. (SAGRADA CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, 1972, p. 13).

A referida Congregação fala ainda que a formação filosófica deve ter “como testemunhas os maiores filósofos cristãos que transmitiram os primeiros princípios filosóficos, dotados de perene validade, por se fundamentarem na própria natureza”. (SAGRADA CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, 1970, p. 36). Deve ser dada toda a importância ao estudo da Filosofia Sistemática e da História da Filosofia, e depois das ciências humanas e sociais (antropologia, sociologia, economia, política, psicologia, pedagogia, comunicação social, literatura, artes...). A organização do curso de filosofia deve: “- levar a um conhecimento aprofundado da pessoa humana, da sociedade, do mundo e de Deus; - estimular a compreensão e o diálogo com as formas de pensamento atuais; - educar à reflexão crítica e à abertura aos novos conhecimentos, que com ritmo acelerado vêm questionando e enriquecendo o saber humano”. (CNBB, 1995, p. 87). Durante o curso, deve-se dar continuidade ao estudo da Doutrina Católica iniciado no propedêutico, começar o estudo da Doutrina Social da Igreja e conhecimento da Cultura Brasileira. E ainda, permitir o desenvolvimento de aptidões artísticas para os alunos que o desejarem, mas sem prejuízo do curso filosófico. O Código de Direito Canônico praticamente obriga ao estudo do Latim e de uma língua estrangeira moderna. Recomenda-se ainda a iniciação ao uso da informática.

Os estudos devem ser feitos num prazo de 03 anos e nunca inferior a 02 anos e deve exigir a elaboração de uma monografia ou de um trabalho de conclusão.

O currículo dos estudos filosóficos incluirá, como mínimo, as seguintes disciplinas e respectiva carga horária:

- Metodologia Científica

30 horas/aulas

- Lógica	60 horas/aulas
- Teoria do Conhecimento e Filosofia das Ciências	90 horas/aulas
- História da Filosofia	240 horas/aulas
- Filosofia Geral: Problemas Antropológicos	90 horas/aulas
- Filosofia Geral: Problemas Metafísicos	90 horas/aulas
- Filosofia da Religião	60 horas/aulas
- Ética	90 horas/aulas
- Filosofia Social e Política	90 horas/aulas
- Filosofia da Linguagem	60 horas/aulas
- Psicologia	60 horas/aulas
- Sociologia	60 horas/aulas
- Introdução à Economia (ou História dos Sistemas Econômicos)	60 horas/aulas
- Outras disciplinas (versando, principalmente, sobre a sociedade e cultura brasileira, política, comunicação social e pedagogia)	120 horas/aulas

A carga horária do currículo mínimo dos estudos filosóficos é de 1.200 horas, correspondendo a 20 horas semanais, durante 30 semanas, em dois anos. (CNBB, 1995, p. 90).⁵⁷

O que se diz dos professores é que devem ser autênticos formadores, preocupados com todas as dimensões do processo formativo e não apenas com o ensino da sua disciplina. Exige-se deles o preparo para uma atenção crítica e atualização na escolha das problemáticas emergentes, como também renovação de métodos de ensino, o que implica da parte do seminário uma conveniente remuneração econômica, dotação de publicações úteis nas bibliotecas e promoção de colaboração entre seminários e institutos, favorecendo o intercâmbio de professores. O Código de Direito Canônico é mais exigente e severo.

Para o encargo de professor nas disciplinas filosóficas, teológicas e jurídicas, sejam nomeados pelo bispo ou pelos bispos interessados somente os que, eminentes em virtudes, tenham conseguido doutorado ou licença numa universidade ou faculdade reconhecida pela Santa Sé. [...] O professor que faltar gravemente ao seu ofício, seja destituído pela autoridade mencionada... (JOÃO PAULO II, 1983, p. 115).

Pede ainda que os professores se preocupem com a unidade e harmonia do curso, o que para tal se exige alguém que coordene toda a organização dos estudos.

⁵⁷ A Sagrada Congregação para a Educação Católica publicou em 1972 uma carta aos bispos sobre o “Ensino da Filosofia nos Seminários”. Foi publicado também em português pela *Typis Polyglottis Vaticanis*, em Roma. O texto trata da necessidade da filosofia para a formação dos futuros padres, mesmo num contexto de dificuldades para a filosofia, como era na época, e dá algumas diretrizes para o ensino da mesma. A CNBB também publicou em 1987, na sua coleção de estudos, as “Orientações para os estudos filosóficos e teológicos”. Está no nº 51 e foi publicado pelas Edições Paulinas. O estudo trata de questões fundamentais do curso filosófico, dos grandes eixos da formação filosófica, das questões institucionais e pedagógicas, além de trazer um ementário do currículo mínimo de filosofia e uma sugestão de grade curricular.

Os estudantes devem ser exercitados gradativamente no estudo, na pesquisa, no debate das questões intelectuais e pastorais. Ainda deve se exercitar na análise de situações e problemas concretos, na formação do juízo crítico, na compreensão da cultura popular e no diálogo com pessoas e grupos diversos. Deve ser educado no uso da biblioteca e dos instrumentos bibliográficos e de pesquisa científica adequados a seu programa de estudos e acompanhar periódicos. O seu desempenho deve ser avaliado frequentemente para se constatar sua competência intelectual. (CNBB, 1995).

Fato interessante a ser notado é o de que a CNBB pede aos seminários que “o currículo filosófico seja organizado de tal forma que facilite sua convalidação nos termos da legislação civil”. (CNBB, 1995, p. 92). Isto porque quase todos os cursos filosóficos até o ano 2000 tinham o reconhecimento apenas eclesiástico. Em 2000, quando o Ministério da Educação passou a reconhecer civilmente os cursos de teologia, os cursos de filosofia começaram também a pedir o reconhecimento. Como as exigências para o reconhecimento são maiores, muitos institutos de filosofia foram se juntando para poder cumpri-las, já que se tinham multiplicado muitos institutos de filosofia da Igreja pelo Brasil. E aí se aplica o princípio: “quanto maior a quantidade, menor a qualidade”. Muitos institutos foram criados sem as mínimas condições, principalmente no que se refere à formação de professores. Em 2001, a CNBB promoveu, em Brasília, o 1º Seminário Nacional sobre a Formação Presbiteral da Igreja no Brasil, tendo como foco principal a “Metodologia do Processo Formativo”. Na publicação das conclusões, um dos autores, falando da falta de qualidade dos institutos, chega a dizer:

É preciso que os nossos institutos de filosofia e teologia voltem a ser realmente academias de estudos e pesquisas e não simples escolinhas eclesioprofissionalizantes, lugares apenas de transmissão de amontoado de informações categoricamente ensinadas e timidamente recebidas... é preciso recriar a coragem para o pensar profundo, para a interdisciplinaridade, em que os formandos sejam realmente preparados para o diálogo de nível com os problemas complexos do mundo e das pessoas. (NERY, 2001, p. 42-43).

Analisando criticamente a formação filosófica nos seminários, uma constatação é inevitável: a filosofia ainda parece ser serva da teologia. Como é possível ter uma formação filosófica profunda, que chegue realmente à verdade, se a filosofia é estudada de uma forma direcionada e não livre? Se já são dadas as conclusões onde os seminaristas devem chegar, que liberdade de pensamento eles têm? “Ora, isto numa academia é

inadmissível, pois aqui deveria vigorar a liberdade do livre pensar e buscar... Nós sabemos da importância da liberdade para o avanço e a solidez das ciências. Se tal não existe, o que se tem é um jardim de infantilismos”. (NERY, 2001, p. 41). Como fica a autonomia da filosofia?

Qual a profundidade do estudo de seminaristas, que vêm de uma formação básica e científica defasada, diante da multiplicidade de correntes filosóficas contrastantes, de um saber cultivado com um grande nível de tecnicidade no vocabulário, nas análises e demonstrações, que exigem uma alta especialização? E como enfrentar essa realidade com professores sem a formação adequada?

Como fica a situação da maioria dos seminaristas que deixam o seminário ou são afastados, já que isto acontece na etapa da filosofia, sem ter feito um curso reconhecido civilmente? Saem praticamente “com uma mão na frente e outra atrás”, tendo que recomeçar tudo. Eles são “úteis” para a instituição da Igreja só quando querem ser padres? Depois que saem, não servem mais? E o seu direito à cidadania? Não seria a Igreja a primeira a dever promovê-la?

Esses questionamentos revelam os limites da formação intelectual geral, e especificamente a filosófica, dos seminários. Avanços têm acontecido, embora num ritmo mais lento do que o necessário, e localizado em alguns centros apenas. Porém, é preciso repensar um itinerário formativo, principalmente na dimensão intelectual, alternativo e diverso.

4.7.5.1. O INSTITUTO FILOSÓFICO ARQUIDIOCESANO DE MARINGÁ (IFAMA)

Junto com o Seminário Maior Arquidiocesano Nossa Senhora da Glória foi criado o Instituto Filosófico, ou seja, ele existe desde o começo de 1983 e encerrará suas atividades neste ano de 2007, já que desde o início de 2006, a Pontifícia Universidade Católica de Curitiba abriu no seu *campus* de Maringá o curso de filosofia, onde os seminaristas passaram a estudar desde então.

O Instituto Filosófico Arquidiocesano de Maringá é uma instituição de ensino superior, cuja entidade mantenedora é a Arquidiocese de Maringá. Não é credenciado junto ao MEC. Portanto, tem somente validade eclesial.

O Seminário tem como objetivo formar padres para a Igreja da Província Eclesiástica de Maringá. Portanto, não tem compromisso prioritário com o reconhecimento oficial de seu curso. Seu currículo acadêmico organiza-se em função de seu objetivo, não em vista de sua equiparação com o programa de faculdades oficiais ou particulares. (SEMINÁRIO MAIOR NOSSA SENHORA DA GLÓRIA, 1987, p. 11).

Não se pode dizer que houve um planejamento aprofundado para se começar o curso. O 1º reitor, Padre Orivaldo Robles, através de entrevista concedida para essa pesquisa e pelo que se nota dos seus registros no Livro do Tombo, foi quem assumiu toda a direção do curso, além de também lecionar algumas disciplinas. Pessoa bem preparada intelectualmente, procurou através de consultas a outros institutos filosóficos da Igreja e às exigências dos documentos eclesiais sobre o assunto, montar o programa do curso de filosofia para o Instituto que iria iniciar. Em termos de recursos, ele podia contar com o prédio e os alunos. Faltavam professores, biblioteca, diretor de estudos e secretaria.

O primeiro currículo (1983 a 1985) contava com as seguintes disciplinas e respectivas cargas horárias:

- Introdução à Filosofia	45 horas/aulas
- Lógica	60 horas/aulas
- História da Filosofia antiga	180 horas/aulas
- Introdução à História	60 horas/aulas
- Psicologia Geral	60 horas/aulas
- Sociologia Geral	60 horas/aulas
- Metafísica Geral	60 horas/aulas
- Teoria do Conhecimento	60 horas/aulas
- Sociologia do Desenvolvimento	60 horas/aulas
- Biologia	60 horas/aulas
- Economia Política	60 horas/aulas
- História da Filosofia Medieval	60 horas/aulas
- Psicologia Evolutiva	60 horas/aulas
- Cultura Religiosa	120 horas/aulas
- Cultura Brasileira	60 horas/aulas
- História da Filosofia Moderna	60 horas/aulas
- História do Brasil	60 horas/aulas
- Antropologia Filosófica	60 horas/aulas
- Ética Geral	60 horas/aulas
- Filosofia da Natureza	60 horas/aulas
- Filosofia Política	60 horas/aulas
- Metafísica Especial	60 horas/aulas
- História da Filosofia Contemporânea	60 horas/aulas
- Ética Especial	60 horas/aulas
- Filosofia e História das Religiões	60 horas/aulas
- História da Filosofia no Brasil	60 horas/aulas

- Psicopatologia	60 horas/aulas
- Liturgia	120 horas/aulas
- Língua Portuguesa	180 horas/aulas
- Latim	90 horas/aulas

Eram 30 disciplinas e uma carga horária de 2.175 horas-aulas.

Conforme o primeiro regimento do Seminário, no 5º ano de funcionamento do curso, em 1987, eram consideradas básicas as seguintes disciplinas: Introdução à Filosofia, Metodologia Científica, Lógica, Ontologia, Teoria do Conhecimento, Teodicéia, Filosofia da Linguagem, Antropologia Filosófica, Ética, Filosofia da Natureza, Filosofia da Religião, Filosofia Social, Introdução à Teologia e História da Filosofia de qualquer período. Estas disciplinas eram eliminatórias, vale dizer, o aluno reprovado em uma delas deveria repetir todo o período. As disciplinas consideradas complementares eram: Psicologia Geral, Sociologia Geral, Biologia Geral, Introdução ao Cristianismo, Introdução à Economia, Doutrina Social da Igreja, Psicologia Evolutiva, Estudo dos Problemas Brasileiros, Psicologia da Personalidade e Cultura Brasileira. Estas eram ministradas no período de um semestre letivo e o aluno que reprovasse em uma delas deveria repeti-la no semestre seguinte, cumulativamente com as disciplinas próprias do período. (SEMINÁRIO MAIOR NOSSA SENHORA DA GLÓRIA, 1987). Percebemos como foram feitas algumas mudanças de disciplinas, mas nada tão significativo em relação ao primeiro currículo. Há um aumento da carga horária das disciplinas ligadas à psicologia, fato ligado talvez à própria necessidade dos seminaristas, já que nessa época não se propiciava a eles acompanhamento psicológico, e também na tentativa de preparar para o trabalho pastoral, já que o padre trabalha diretamente com os problemas das pessoas, que são muitas vezes psicológicos, mas confundidos como espirituais. Há também um aumento do número de disciplinas ligadas à doutrina cristã, fruto talvez da preocupação com o impacto que a filosofia provocava nos alunos, ou seja, era preciso reforçar a fé, os argumentos teológicos, diante dos questionamentos da razão.

Em 1991, quando se esboçava um regimento específico para o Instituto Filosófico, constavam do currículo as seguintes disciplinas com sua carga horária:

- História da Filosofia Antiga	120 horas/aulas
- Metodologia Científica	60 horas/aulas
- Psicologia Geral	60 horas/aulas
- Cultura Brasileira	60 horas/aulas
- Língua Portuguesa	120 horas/aulas
- Ontologia	60 horas/aulas
- Lógica Formal	60 horas/aulas

- Sociologia Geral	60 horas/aulas
- Estudos de Problemas Brasileiros	60 horas/aulas
- Teoria do Conhecimento	60 horas/aulas
- Teodicéia	60 horas/aulas
- História da Filosofia Medieval e Cristã	60 horas/aulas
- Filosofia da Linguagem	60 horas/aulas
- Antropologia Filosófica	60 horas/aulas
- História da Filosofia Moderna	60 horas/aulas
- Filosofia da Religião	60 horas/aulas
- Psicologia da Personalidade	60 horas/aulas
- Ensino Social da Igreja	60 horas/aulas
- Filosofia da Natureza	60 horas/aulas
- Filosofia Social	60 horas/aulas
- Introdução à Teologia	60 horas/aulas
- Psicologia Evolutiva	60 horas/aulas
- História da Filosofia Contemporânea	60 horas/aulas
- Lógica Matemática	60 horas/aulas
- Filosofia Moral I	60 horas/aulas
- Filosofia Moral II	60 horas/aulas
- Psicopatologia	60 horas/aulas
- História da Filosofia na América Latina e no Brasil	60 horas/aulas
- Introdução à Economia	60 horas/aulas
- Didática Geral	60 horas/aulas

Eram 30 disciplinas e 1.920 horas-aulas. Também percebemos algumas pequenas mudanças. Aparece a Didática nesse currículo, revelando um início de preocupação com a capacitação pedagógica dos alunos. As disciplinas que antes estavam ligadas à doutrina cristã foram retiradas do currículo do Instituto e colocadas nos programas de formação internos do Seminário.

A formação presbiteral é acompanhada de uma matéria especial, de nome “Princípios de Espiritualidade”, dada no Seminário Maior Arquidiocesano Nossa Senhora da Glória de Maringá, semanalmente, pelo Diretor Espiritual, constando da seguinte programação: para a turma do primeiro ano: Visão Global da Espiritualidade Cristã; para a turma do segundo ano: Aspectos Eclesiológicos da Espiritualidade e para a turma do terceiro ano: A Espiritualidade Presbiteral. (SEMINÁRIO MAIOR ARQUIDIOCESANO NOSSA SENHORA DA GLÓRIA, 1991, p. 03).

O último currículo do Instituto, que consta no Diretório de Estudos de 2002, juntamente com o estatuto e o regimento próprios do Instituto, agora aprovados oficialmente pelo Arcebispo Dom Murilo Sebastião Ramos Krieger, traz as seguintes disciplinas e carga horária:

1º ANO**1º Semestre:**

- Iniciação à Filosofia	60 horas/aulas
- Metodologia Científica e Filosófica	45 horas/aulas
- Lógica	60 horas/aulas
- História da Filosofia Antiga I	60 horas/aulas
- Língua Portuguesa I	60 horas/aulas
- Inglês I	60 horas/aulas
- Cristianismo e Filosofia	15 horas/aulas

2º Semestre:

- Teoria do Conhecimento	75 horas/aulas
- Psicologia Geral	60 horas/aulas
- Sociologia Geral	60 horas/aulas
- História da Filosofia Antiga II	60 horas/aulas
- Língua Portuguesa II	60 horas/aulas
- Inglês II	60 horas/aulas
- Cristianismo e Filosofia	15 horas/aulas

2º ANO**1º Semestre:**

- Antropologia Filosófica	90 horas/aulas
- Ética I	60 horas/aulas
- Filosofia Fundamental II (Teodicéia)	60 horas/aulas
- História da Filosofia Medieval	60 horas/aulas
- Psicologia Social	60 horas/aulas
- Inglês III	30 horas/aulas
- Iniciação à Teoria da Comunicação Social	30 horas/aulas
- Cristianismo e Filosofia	15 horas/aulas

2º Semestre:

- Filosofia da Ciência	60 horas/aulas
- Ética II	60 horas/aulas
- Psicopatologia	30 horas/aulas
- Filosofia da Educação	45 horas/aulas
- História da Filosofia Moderna	60 horas/aulas
- Filosofia Fundamental I (Metafísica)	90 horas/aulas
- Inglês IV – 30 e Cristianismo e Filosofia	15 horas/aulas

3º ANO**1º Semestre:**

- História da Filosofia Contemporânea	90 horas/aulas
- Filosofia da Religião	60 horas/aulas
- Filosofia da Natureza	60 horas/aulas
- Filosofia da Linguagem	60 horas/aulas
- Didática	30 horas/aulas
- Monografia	30 horas/aulas
- Inglês V	30 horas/aulas
- Iniciação à Economia	30 horas/aulas

- Cristianismo e Filosofia	15 horas/aulas
<u>2º Semestre:</u>	
- Filosofia da História	60 horas/aulas
- Filosofia Política	60 horas/aulas
- Filosofia da Arte	45 horas/aulas
- História do Pensamento Brasileiro	60 horas/aulas
- Monografia	30 horas/aulas
- Inglês VI	30 horas/aulas
- Filosofia Social	60 horas/aulas
- Psicologia do Desenvolvimento	60 horas/aulas
- Cristianismo e Filosofia	15 horas/aulas

O Diretor explica quais os núcleos e a finalidade desse Curso Filosófico:

Nosso Curso de Filosofia é ministrado durante seis semestres (três anos), compreende 2.295 horas-aulas e 38 disciplinas. As disciplinas do currículo estão articuladas em quatro núcleos principais: 1º) Introdutório: primeiros instrumentos conceituais para a abordagem da problemática da filosofia; 2º) Histórico: principais correntes e filósofos da história do pensamento e as influências sobre a cultura contemporânea, especialmente em nosso país; 3º) Filosófico-Sistemático: visão global e orgânica dos grandes problemas humanos, vistos sob o ângulo específico da reflexão filosófica; 4º) Ciências Humanas: elementos fundamentais que forneçam instrumentos e exemplos de análise da realidade brasileira e latino-americana. [...] Nosso Curso de Filosofia tem como finalidade investigar os problemas filosóficos e as questões fundamentais à luz das ciências e das culturas, manter uma atitude de abertura para com a Revelação Divina, contribuir e manifestar a coerência que deve reinar entre o reto conhecimento humano e a visão cristã do mundo, da pessoa humana e de Deus. Nosso Curso de Filosofia aspira proporcionar aos seus estudantes uma sólida formação filosófica e preparar pessoas que conheçam a fundo o pensamento clássico e moderno, de maneira que possam desempenhar sua tarefa em diálogo com os diversos ambientes culturais em espírito de colaboração com filósofos e teólogos. (MITRA ARQUIDIOCESANA DE MARINGÁ, 2002, p. 04).

Esse currículo demonstrou uma preocupação maior com as filosofias contemporâneas e também com a preparação pedagógica dos alunos. É de se destacar a importância da aprendizagem de uma língua estrangeira moderna. O curso de fato está bastante ligado ao objetivo de formar padres e, portanto, de preparar para a teologia, antes de formar pensadores livres e críticos.

Quanto aos professores, no começo a maioria das disciplinas era dada por padres, que tinham como formação apenas a graduação em filosofia, só com reconhecimento eclesiástico, salvo algum caso, ou seja, nenhuma especialização sequer em relação ao

conteúdo e quase nenhuma preparação quanto à prática docente. Já em maio de 1984, depois de um ano de funcionamento do Instituto, constatamos a preocupação do reitor com o quadro de professores. O caminho escolhido foi a procura da Universidade Estadual de Maringá: “O reitor conversa com o Reitor da Universidade Estadual de Maringá. Assunto: pormenores referentes à participação de professores da UEM no Seminário. Desde o ano passado, a cada semestre lecionam no Seminário dois ou mais professores da Universidade”. (LIVRO DO TOMBO, 1984, p. 5 v). A solução encontrada pelo Instituto foi buscar professores qualificados na Universidade Estadual de Maringá. Isso foi acontecendo de forma cada vez mais intensa até chegarmos à quase totalidade de professores leigos e ligados à UEM e outras faculdades. Muitas vezes, a escolha dos professores seguiu o critério de serem membros atuantes na Igreja ou, pelo menos, afinados com a instituição católica. O Instituto de Filosofia do Seminário chegou a oficializar um acordo com a Universidade, conforme consta no regimento de 1991:

Alguns professores do Instituto de Filosofia de Maringá pertencem ao corpo docente da Fundação Universidade Estadual de Maringá e oferecem seus préstimos generosos na formação dos futuros presbíteros da Província Eclesiástica de Maringá. Seus préstimos são gratuitos, fazendo parte de suas “horas de disponibilidade”, em comum acordo com a “Resolução N° 262/87-CAD”, firmada entre a Mitra Arquidiocesana de Maringá e a Fundação Universidade Estadual de Maringá, em data de 03 de dezembro de 1987. (SEMINÁRIO MAIOR ARQUIDIOCESANO NOSSA SENHORA DA GLÓRIA, 1991, p. 02).

Esse convênio fez com que o Instituto de Filosofia tivesse o contato necessário com a Universidade para poder prover a sua necessidade de professores qualificados. Os professores que aceitavam lecionar nos termos do acordo não foram muitos. Porém, isto levou o Instituto a sair do risco de ter um quadro de professores formado só com padres e sem a qualificação necessária. O convênio de cooperação técnica e científica entre o Seminário e a UEM previu também o cadastro de alunos do Instituto na biblioteca da UEM, facilitando o acesso dos mesmos. Vale dizer que o mesmo convênio vem sendo renovado ao longo de todos esses anos.

Fato importante a ser destacado é que não havia na Universidade o Curso de Filosofia. O mesmo foi implantado em 2000 e reconhecido em 2005. O Curso de Filosofia do Seminário foi o único de Maringá e da região até então. Os professores da Universidade

que lecionavam no Seminário estavam mais ligados aos centros de ciências humanas e sociais.

Em termos de organização do Instituto de Filosofia do Seminário, percebemos uma falha no que se refere às reuniões de professores. Encontramos poucos registros delas e nos calendários anuais pesquisados. A frequência era semestral, quando aconteciam, e na maioria das vezes, não estavam presentes todos os professores. Encontramos o registro de uma reunião bem sucedida no final do 3º ano de funcionamento do Instituto.

Reunião dos professores no Seminário. É a 1ª que fazemos com a presença de quase todos. Sentiu-se um clima de muita seriedade e amor pela boa formação dos novos presbíteros. A presença do Sr. Arcebispo e a responsabilidade demonstrada pelos professores tornaram a reunião um acontecimento marcante na vida do nosso Seminário. Ficou decidido que se fará, ao final do ano, uma revisão do currículo e sentiu-se a necessidade de cada professor ter em mãos o temário de aulas de todas as matérias. A avaliação de todos é francamente favorável ao clima de seriedade e empenho nos estudos que se percebe entre os seminaristas. (LIVRO DO TOMBO, 1985, p. 10).

A falta de reuniões freqüentes, do conhecimento geral do curso, das ementas, por parte de todo o corpo docente, fez com que faltasse no curso a organicidade necessária para que tivesse uma linha fundamental. Cada professor ia caminhando quase sozinho com sua disciplina. Isso muitas vezes fez do curso uma “colcha de retalhos”. Praticamente não dá para se falar de “um” corpo docente, mas de vários membros separados. Enfim, um curso marcado pela fragmentação.

Em relação aos alunos, a grande maioria foi composta pelos internos do Seminário, sobre os quais já falamos, inclusive sobre o preparo e desempenho intelectual. O que deve aqui ser acrescentado é que o Instituto de Filosofia do Seminário acolheu alunos externos. O fato do curso não ser reconhecido civilmente não atraiu leigos. Então, os alunos externos foram principalmente religiosos e religiosas. Em 1989 vieram as primeiras religiosas: “Início das aulas. Uma novidade para o Curso de Filosofia: vão ser admitidas três religiosas para cursarem com o 1º ano o referido curso”. (LIVRO DO TOMBO, 1989, p. 27 v). Depois foram matriculadas outras religiosas. Não houve uma regularidade na entrada de freiras, ou seja, em alguns anos nenhuma entrou no curso. O Instituto teve alunas da Congregação das Missionárias do Santo Nome de Maria, de São Carlos de Lyon, das Damas da Instrução Cristã, da Pia Sociedade Filhas de São Paulo, das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus e das Carmelitas da Caridade de Vedruna. Há que se destacar

esse fato, já que além de externas, eram mulheres. Um avanço que permitia um contato maior dos alunos internos com pessoas de fora do seminário e de outro sexo.

Duas Congregações masculinas enviaram seminaristas para esse Instituto. A primeira foi a Congregação da Sagrada Família de Bérghamo, em 1993. Os alunos vinham todos os dias da cidade de Peabiru, que pertence à Diocese de Campo Mourão. Não permaneceram mais do que cinco anos. A partir de 2002, quando foi aberto em Maringá o primeiro seminário religioso, começaram a estudar no referido Instituto os seminaristas da Ordem dos Agostinianos Recoletos, que continuam até hoje. Apenas quatro leigos estudaram no Instituto ao longo de sua existência, sendo que dois concluíram e dois desistiram. Aconteceu que em algumas situações alguns seminaristas foram afastados do Seminário ou pediram para sair e resolveram terminar o curso como leigos. O número de alunos externos não chegou a 50 ao longo de todo o período de funcionamento. Não é possível saber o número exato porque a documentação do Instituto não foi sempre feita corretamente, já que o trabalho de secretaria sempre foi exercido por alunos voluntários e se constatam imprecisões.

Fato importante em relação aos alunos foi a criação do Diretório Acadêmico Pe. José Jézu Flor. A necessidade de participar mais da vida do Instituto e de ver suas reivindicações atendidas levou os alunos a se organizarem. A decisão aconteceu em uma assembléia de avaliação geral do Instituto e do Seminário com os formadores, acontecida em 03 de novembro de 1992.

Acontece uma assembléia dos seminaristas com os formadores. É discutida a proposta de se criar um “Diretório Acadêmico” no Instituto de Filosofia. O anteprojeto do diretório é aprovado por unanimidade. Ele será apresentado aos senhores arcebispo e bispos que mantêm seminaristas nesse Seminário. Além da discussão dessa proposta do Diretório, foram feitas algumas avaliações dos vários aspectos internos da vida do Seminário. Entre as deficiências apontadas pelos seminaristas está a falta de um diretor de estudos, com mais tempo para o acompanhamento intelectual. Outros aspectos negativos levantados: fotocopiadora estragada, feriados sem saída para as casas, falta de educação de alguns seminaristas, sobretudo no refeitório e a pouca disponibilidade de alguns nos serviços da casa. Também foram levantados alguns aspectos positivos. Destacaram: a aquisição do vídeo-cassete, o curso de extensão programado e realizado na última semana de outubro, cujo tema foi: “Filosofia no Brasil”, ministrado pelo Professor Dr. Cassiano, da Universidade Federal do Paraná... (LIVRO DO TOMBO, 1992, p. 40 v).

Com a organização dos seminaristas, esses cursos de extensão ou “semanas filosóficas” aconteceram praticamente todos os anos. O Livro do Tombo registra as seguintes temáticas e assessores: Pensamento de Hegel – Paulo Afonso de Araújo; Doutrina de Hegel – Pe. Diniz Mikosz; Filosofia da Educação – Lourenço Zancanaro; Filosofia da Libertação – Pe. Domenico Costela; Filosofia da Linguagem – Alvin Mozart; Ética na Pós-Modernidade – Lourenço Zancanaro; Filosofia na América Latina – Euclides André Mauri; Filosofia da Mente – Antônio Trajano M. Arruda e Maria Eunice Q. Gonzáles. O Diretório Acadêmico passou a organizar também algumas promoções e foi conseguindo autonomia financeira. Com isso, adquiriu uma fotocopadora para os alunos, que só pagavam o preço de custo, promoveu a participação de representantes dos seminaristas em congressos e outros eventos e chegou até a fazer empréstimo de dinheiro, quantias pequenas, mas suficientes, para alguns alunos em situação de necessidade. A autonomia financeira deu mais liberdade de ação, já que viabilizava os instrumentos necessários, sem a dependência do Seminário ou das dioceses.

Durante a maior parte do período de funcionamento do Instituto de Filosofia houve um sistema de rodízio das turmas do 2º e 3º anos, ou seja, num ano funcionava o 2º ano e no outro o 3º, de modo que algumas turmas saíam do 1º e cursavam as disciplinas do 3º, para depois cursarem as do 2º. Embora as disciplinas fossem organizadas para facilitar esse sistema de rodízio, a turma que não fazia o processo normal sempre se sentia um tanto quanto prejudicada. Esse sistema era adotado para economizar com o salário dos professores e também porque algumas turmas tinham um número reduzido de alunos. Na década de 90, por vários anos esse sistema foi abolido, mas em 1999, voltou a ser adotado. Também com a chegada do 2º arcebispo, que exigiu a oficialização do regimento do Instituto, voltou a questão da exigência da defesa da monografia em banca. Os alunos se opuseram fortemente ao reitor na época, que defendeu tais decisões. A presença do arcebispo foi necessária para a adoção dessas medidas.

Os professores do Instituto Filosófico foram convocados para uma reunião. Pela primeira vez, Dom Murilo se fez presente à reunião pedagógica. Os seminaristas apresentaram suas reivindicações, argumentando contrariamente à implantação do sistema de rodízio das turmas (2º e 3º anos) e da defesa das monografias em banca. Ao final, decidiu-se pelo cumprimento do regimento interno do Instituto. A presença de Dom Murilo foi decisiva para definir tais questões. Como consequência dessa reunião, o reitor passou a sofrer represálias de alguns seminaristas e o clima no Seminário se tornou tenso... (LIVRO DO TOMBO, 1998, p. 93 v).

O regimento, que não era sempre cumprido, previa tanto a possibilidade do rodízio como a defesa da monografia. Além disso, a frequência exigida nas aulas foi sempre de, no mínimo, oitenta por cento. Para a aprovação em qualquer disciplina, a nota exigida foi sempre sete (7). Não a obtendo, o aluno deveria fazer a recuperação e, não conseguindo, obtinha a reprovação. Os exames de avaliação sempre ficaram a critério dos professores. Como já vimos, vários alunos saíram ou foram afastados por não conseguirem acompanhar os estudos.

O Instituto conta com uma biblioteca que tem em torno de 15 mil exemplares e uns 12 mil ou mais títulos, mais da metade especificamente sobre filosofia. A qualidade da biblioteca, pelo número de exemplares e pelas obras que possui, foi importante para o Instituto. No começo, os investimentos contaram com a ajuda da *Adveniat*, organização de católicos alemães, e depois, com os investimentos dos próprios recursos destinados ao Seminário. Os alunos internos tiveram o privilégio de contar com essa biblioteca em casa. No entanto, pode-se observar, por exemplo, que não tem havido uma política conseqüente e efetiva de aquisição de livros que possa dar bom suporte à formação acadêmica e intelectual dos futuros padres. A biblioteca também não tem uma organização de acordo com os padrões científicos e nem conta com sistema informatizado. Nunca contou com um profissional da área. Os trabalhos de organização dos livros foram feitos sempre pelos próprios alunos, sob a supervisão de algum formador.

Para serem admitidos no Instituto, os alunos não precisaram disputar vaga nem fazer alguma espécie de exame de seleção. Somente durante os dois primeiros anos foram feitos testes elaborados pelo próprio Seminário para traçar o perfil dos alunos, a fim de que os professores soubessem o nível intelectual em que se encontravam. Não tinham, no entanto, o objetivo de barrar ou dificultar o ingresso de nenhum candidato ao Instituto. “Pré-teste de avaliação. Previamente o reitor elaborara quatro provas (Língua Portuguesa, História, Religião e Cultura Geral) que são aplicadas, duas por dia. O nível escolar dos seminaristas revela-se bastante fraco”. (LIVRO DO TOMBO, 1983, p. 02).

Enfim, o Instituto Filosófico Arquidiocesano de Maringá cumpriu seu papel com relação à formação de padres para a Igreja. Seria necessário um estudo sobre o desempenho dos alunos na sociedade, principalmente daqueles que concluíram o curso.

5. CONCLUSÕES

Podemos concluir que de fato o Seminário Maior Arquidiocesano Nossa Senhora da Glória de Maringá se revestiu de uma importância fundamental para a Arquidiocese de Maringá. Nele já foi formada a metade do clero dessa Arquidiocese e logo já terá sido formada a maioria dele. Isso nos faz constatar a abrangência de sua influência enquanto instituição educativa, já que forma líderes com grande poder de atuação junto a muitos grupos sociais de Maringá e da região.

Esse Seminário representa a experiência formativa de maior sucesso para a Arquidiocese de Maringá, uma vez que diversas iniciativas tomadas acabaram fracassando. Ele se tornou, de fato, a referência e o critério para se pensar e planejar toda a formação para o clero de Maringá. Principalmente o fator da sua estabilidade, uma vez que já conta com quase 25 anos, permitiu um aprofundamento da reflexão e da experiência formativa.

Concluimos também que os seminários são caixas de ressonância da Igreja. Conhecer o seminário ajuda muito a conhecer o modelo eclesiológico em vigor. Os seminários instituídos pelo Concílio de Trento e implantados em todo o mundo, especialmente durante os dois séculos seguintes, ajudaram a construir uma nova identidade católica, que praticamente vigorou até o século passado. Essa identidade estava centrada na figura do padre, que como “outro Cristo”, concentrava em suas mãos todo o poder em nome da Instituição. A construção dessa identidade, motivada pela necessidade de responder à Reforma, fez com que o clero tivesse uma formação muito mais consistente que em épocas anteriores. E principalmente essa formação fez com que a identidade tridentina fosse reproduzida por praticamente quatro séculos. Os ares novos que levaram ao Concílio Vaticano II, e dele foram soprados com maior força, provocaram na Igreja Católica um breve intervalo de tempo onde foram realizadas novas experiências eclesiais, principalmente na América Latina e no Brasil. Experiências novas também aconteceram no campo da formação sacerdotal, as quais podemos identificar como “Casas de Formação”. O clima de insegurança sentido nesse período chegou a caracterizar uma crise, principalmente no clero, com muitas desistências e fechamento de seminários. Com o Vaticano II, a Igreja se definia não mais na classificação Hierarquia/Leigos, mas como Povo de Deus, o que exigia uma nova identidade do padre. O corpo social da Instituição não pôde suportar por muito tempo a instabilidade das novas experiências e, com o

pontificado de João Paulo II, começou uma volta à disciplina, também nos seminários. Com isso, os seminários foram reafirmados como instituições necessárias para a formação sacerdotal e mantiveram praticamente o mesmo esquema de formação determinado pelo Concílio de Trento, ao mesmo tempo em que conseguiram incorporar algumas mudanças introduzidas pelas novas experiências.

Estudar o Seminário Arquidiocesano Nossa Senhora da Glória ajudou a conhecer o modelo de Igreja que tem vigorado em Maringá nos últimos 25 anos, a forma de atuação da Igreja junto aos católicos e junto às outras igrejas e à sociedade em geral. A Igreja Católica representada pela Arquidiocese de Maringá se caracteriza no cenário de “Igreja da Instituição”. Essa atua no sentido de reforçar seus três centros principais: o Vaticano, a diocese e a paróquia. Procura mostrar o seu poder, a força das suas leis e a sua tradição. Predomina nela a tradição garantida pela autoridade.

O modelo de padre desse cenário é o do altar, do sacramento, das celebrações, da organização paroquial. Incentiva-se a centralização do poder nas mãos do padre, em sua posição sacral na Igreja e seu reconhecimento social. O padre permanece no espaço intra-ecclesial, protegido dos riscos do confronto com a realidade. Importante aqui também é a manutenção do celibato. É um retorno do clericalismo. Esse padre é pouco inquieto com relação ao destino da sociedade e da Igreja, tem pouco interesse pelos estudos e quase nenhum pelo ecumenismo e pela justiça social. Nos seminários para formar esse tipo de padre, o papel relevante é do Direito Canônico, que traça a prática pessoal e pastoral, valorizando a disciplina eclesiástica, reforçada desde Trento. Afastado do mundo do trabalho e procurando enquadrar o seminarista na estrutura eclesial, o seminário é visto como uma “instituição total”.

O Seminário Maior Arquidiocesano Nossa Senhora da Glória se enquadra no cenário da “Igreja da Instituição”. Podemos constatar que ele formou quadros quase que exclusivamente para a instituição. Falta uma pesquisa sobre os que terminaram o curso de filosofia e não seguiram o caminho do sacerdócio, mas dentre os que foram ordenados sacerdotes, praticamente todos trabalham na organização paroquial.

Não se pode deixar de mostrar certa influência que esse seminário sofreu nos anos 1980, da Teologia da Libertação. Embora o auge dessa linha tenha se dado nos anos 1970, os anos iniciais do seminário foram vividos no contexto da Igreja das CEBs no Brasil, da opção preferencial pelos pobres, da aplicação das conclusões da Conferência de Puebla, acontecida em 1979. Era ainda o início do pontificado de João Paulo II, que se caracterizou

por uma volta à disciplina. Os inícios do seminário aconteceram também no contexto social e político do fim do regime militar e da instalação da Assembléia Nacional Constituinte, que formulou a nossa atual Constituição. O Seminário Maior Arquidiocesano Nossa Senhora da Glória teve alguns elementos da “Igreja da Práxis Libertadora” nesse período, sentiu os ares do Concílio Vaticano II, quando num pequeno lapso de tempo a Igreja Católica, desde o Concílio de Trento, deixou de se preocupar tanto com a disciplina e com a autoridade. Diversos elementos das chamadas “Casas de Formação”, experiências de formação em pequenas comunidades e, às vezes, inseridas em bairros pobres, mais freqüentes entre os religiosos, acabaram se tornando posse também do seminário que estudamos. Elementos de maior espaço de manifestação da subjetividade, da liberdade de escolha e da autonomia se fizeram presentes e permanecem até hoje nesse Seminário.

O Seminário Maior Arquidiocesano Nossa Senhora da Glória foi regido sempre segundo as diretrizes de formação sacerdotal da Cúria Romana e da CNBB. Principalmente os documentos da CNBB sobre a formação sacerdotal mostraram que o padre deveria conhecer profundamente a sociedade, o homem de seu tempo e saber dialogar com as formas de pensamento atuais, já que a Igreja seria profundamente questionada. Não constatamos entre os padres formados nesse seminário, nenhum desenvolvendo um trabalho direto junto aos formadores de opinião, aos setores influentes da sociedade maringense ou da região, ou num trabalho de liderança dos excluídos na luta pela transformação da sociedade. Estão praticamente todos trabalhando num contexto intra-eclesial. São produtos da formação que receberam. Só conseguem realizar o trabalho para o qual se formaram. A sociedade, cada vez mais, contesta a Igreja e exige dela respostas mais convincentes. Mas será que os padres estão preparados para dar essas respostas? A formação que os padres receberam os tornou capazes de responder aos desafios do homem de hoje? Parece que não. Isso significa que os objetivos postos nos documentos oficiais não estão sendo cumpridos. A Igreja propõe metas para o padre, que esse modelo de seminário não consegue preparar para cumprir, quanto mais o que a sociedade exige. Percebe-se assim, a distância entre o idealismo dos documentos oficiais e a realidade.

Ao constatarmos que quase 70% dos seminaristas que estudaram no Seminário Maior Nossa Senhora da Glória provêm do mundo rural e que praticamente 80% da população, também na Arquidiocese de Maringá, vivem no mundo urbano, reforçamos a tese de que a formação recebida não prepara para essa realidade, fazendo com os seminaristas e padres se voltem para uma espécie de sacerdócio intemporal. O próprio

seminário torna-se fechado, um mundo auto-suficiente. Nesse sentido, as experiências de formação realizadas no período Pós-Vaticano II, parecem corresponder melhor aos desafios do homem moderno e urbano. Aquela geração se voltava para o serviço e o diálogo com o mundo, enquanto a geração atual tende a voltar-se mais para si mesma, pela mediação institucional da Igreja, que lhe dá lugar, poder e símbolos associados a essa identidade. Aquelas experiências levavam à formação de pessoas mais maduras, livres, autônomas, capazes de um compromisso mais profundo. A formação no esquema tridentino, baseada fortemente na disciplina, forma pessoas imaturas, quase ingênuas, prontas para obedecer e manter a estrutura institucional. Se a Igreja quer atingir a sociedade com sua proposta, uma vez que essa caminha num processo de rápidas mudanças, geradoras de novos comportamentos e de problemas éticos inteiramente novos, deverá formar padres capazes de escutar e discernir os “sinais dos tempos”.

O Seminário Maior Arquidiocesano Nossa Senhora da Glória foi marcado por situações de improviso. Faltaram projetos bem elaborados, formadores e professores capacitados e planejamento nas mais diversas áreas. Muitas coisas funcionaram à base da boa vontade. Para vencer esse desafio é necessária a busca de um esforço de todos os responsáveis no sentido de entender que a formação sacerdotal é um conjunto orgânico e integrado de todas as dimensões em todas as etapas e que exige a contribuição de todos para a obtenção do resultado comum.

Enfim, esperamos que esse trabalho tenha contribuído para se entender melhor a formação sacerdotal, especificamente a que é realizada no Seminário Maior Arquidiocesano Nossa Senhora da Glória. A pesquisa fez com que constatássemos que essa discussão está muito restrita ainda aos meios eclesiais. Com esse trabalho, apresentado no programa de pós-graduação de uma universidade pública, esperamos despertar o interesse de especialistas na área de educação e de novos pesquisadores para a formação sacerdotal.

REFERÊNCIAS

AYALA, Eduardo J. Z.; ZEVALLOS, Martha A. *As (i) Limitações da Pesquisa Histórica em Educação*. In: **Revista do Centro de Educação da Universidade de Santa Maria-RS**, nº 17, edição: 2001. Disponível em: <www.ufsm.br/ce/revista/ceesp/2001/01/a8.htm>. Acesso em: 01 ago. 2006.

ALMEIDA, Luís Castanho de. *Notas para a História dos Seminários*. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**, mar., Petrópolis: Vozes, v.9, fasc. 1, p. 114-130, mar. 1949.

ALVES, Gilberto Luiz. **O Pensamento Burguês no Seminário de Olinda (1800-1836)**. Ibitinga: Humanidades, 1993.

ALVES, Manoel. *A Escola Católica, Uma História de Serviço ao Povo e à Nação Brasileira*. In: **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 3, n. 7, p. 01-25, set. a dez. 2002.

ANTONIAZZI, Alberto. *Os Seminaristas Maiores: comparação dos resultados das pesquisas de 1982 e 1993*. In: CNBB. **Situação e Vida dos Seminaristas Maiores no Brasil (II)**. São Paulo: Paulus, 1995, p. 07-38.

ARQUIDIOCESE DE MARINGÁ. **Os Quinze Anos da Diocese de Maringá**. Revista comemorativa, Maringá, 1972.

_____. **Os Vinte e Cinco Anos da Diocese de Maringá**. Revista Comemorativa, Maringá, 1982.

_____. **Diocese de Maringá: Trinta e Cinco Anos de História**. Revista Comemorativa, Maringá, 1992.

_____. **Diocese de Maringá: 40 Anos de História**. Revista Comemorativa. Maringá, 1997.

ARQUIDIOCESE DE MARINGÁ. **Seminários Arquidiocesanos. Estatutos e Regimentos.** Maringá, 1998.

AZZI, Riolando. **A Sé Primacial de Salvador: a Igreja Católica na Bahia – 1551-2001.** Vol. I: Período Colonial. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. **A Sé Primacial de Salvador: a Igreja Católica na Bahia – 1551-2001.** Vol. II: Período Imperial e Republicano. Petrópolis: Vozes, 2001.

BALUST, Luis Sala. *La Formación Clerical – Bosquejo Histórico.* In: **Seminários: estudos y documentos**, Salamanca: Ediciones Sigueme; Sacerdotes Operários, v. 10, n. 22-23, p. 11-35, jan. a ago. 1964.

BEAULIEU, G.; CHARBONNEAU, P.E.; MARTINS, L. Arrobas. **Educação Brasileira e Colégio de Padres.** São Paulo: Herder, 1966.

BENEDETTI, Luiz Roberto. *O “Novo Clero”:* *Arcaico ou Moderno.* In: **Revista Eclesiástica Brasileira**, Petrópolis: Vozes, v. 59, fasc. 233, p. 88-126, mar. 1999.

BENELLI, Sílvio José. **Pescadores de Homens – Estudo Psicossocial de um Seminário Católico.** São Paulo: UNESP, 2006.

BERNAL, Sérgio. **CNBB: Da Igreja da Cristandade à Igreja dos Pobres.** São Paulo: Loyola, 1989.

BINGEMER, Maria Clara Lucchetti. **Foucauld e o Mistério de Nazaré.** Disponível em: <[http:// catolicanet.com/?system=news&action=read&id=38901&eid=142](http://catolicanet.com/?system=news&action=read&id=38901&eid=142)>. Acesso em: 01 ago. 2006.

BIRMAN, Joel. *A Subjetivação na Experiência Sacerdotal.* In: MEDEIROS, Katia Maria Cabral; FERNANDES, Sílvia Regina Alves (Orgs.). **O Padre no Brasil: interpelações, dilemas e esperanças.** São Paulo: Loyola, 2005, p. 65-86.

BOFF, Leonardo; BOFF, Clodovis. **Como Fazer Teologia da Libertação**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

BUFFA, Ester. *História e Filosofia das Instituições Escolares*. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; GATTI JÚNIOR, Décio. **Novos Temas em História da Educação Brasileira: Instituições Escolares e Educação na Imprensa**. Campinas: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2002, p. 25-38.

_____; NOSELLA, Paolo. **Schola Mater: a Antiga Escola Normal de São Carlos**. São Carlos: EdUFSCar, 2002.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales – 1929-1989: A Revolução Francesa da Historiografia**. 7 reimpressão. São Paulo: UNESP, 1997.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. **Uma Introdução à História**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CELAM. **Conclusões da Conferência de Puebla**. 3 ed. São Paulo: Paulinas, 1979.

CNBB. **Formação dos Presbíteros da Igreja no Brasil – diretrizes básicas**. São Paulo: Paulinas, 1995 a.

_____. **Formação dos Presbíteros na Igreja do Brasil – diretrizes básicas**. 2 ed. São Paulo: Paulinas, 1985.

_____. **Vida e Ministério do Presbítero – Pastoral Vocacional**. 2 ed. São Paulo: Paulinas, 1981.

_____. **Vida e Ministério dos Presbíteros**. São Paulo: Paulus, 2004.

_____. **Situação e Vida dos Seminaristas Maiores no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 1984.

CNBB. **Situação e Vida dos Seminaristas Maiores no Brasil (II)**. São Paulo: Paulus, 1995 b.

_____. **Metodologia do Processo Formativo: a formação presbiteral da Igreja no Brasil**. São Paulo: Paulus, 2001.

_____. **Orientações para os Estudos Filosóficos e Teológicos**. São Paulo: Paulinas, 1987.

_____. **Conclusões Indicativas do Encontro da Congregação da Educação Católica com a Presidência da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e Senhores Bispos Visitadores dos Seminários do Brasil**. Brasília, 1989.

COELHO, Jaime Luiz. **Carta Pastoral sobre a Plenitude do Sacerdócio e de Saudação aos seus Diocesanos**. Maringá, 1957.

CONGREGACIÓN PARA LA EDUCACIÓN CATÓLICA. *Directrices sobre la Preparación de los Formadores en los Seminarios*. In: CELAM. **La Formación Sacerdotal**. 3ª ed. Bogotá – Colômbia: CELAM, 2005, p. 761-799.

CONSTITUIÇÕES ECLESIAÍSTICAS DO BRASIL. **Nova Edição da Pastoral Coletiva de 1915**. Adaptada ao Código de Direito Canônico, ao Concílio Plenário Brasileiro e às recentes decisões das Sagradas Congregações Romanas. Rio Grande do Sul: Tipografia La Salle, 1950.

COZZENS, Donald B. **A Face Mutante do Sacerdócio**. São Paulo: Loyola, 2001.

DE SOUZA, N. (Org.) **Catolicismo em São Paulo: 450 anos da presença da Igreja Católica em São Paulo (1554-2004)**. São Paulo: Paulinas, 2003.

DUSSEL, Enrique D. **Historia General de la Iglesia en América latina**. Tomo I/1. Salamanca: Ediciones Sígueme, 1983.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. 29 ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

FRAGO, Antonio Viñao. *Historia de la Educación y Historia Cultural: Posibilidades, Problemas, Cuestiones*. In: **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo, n. 0, p. 63-82, 1995.

_____. **Alfabetização na Sociedade e na História: vozes, palavras e texto**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

FRISANCO, Fátima Aparecida. **Ensino Religioso na Escola Pública Brasileira: Uma Questão Política**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Estadual de Maringá, 2000, 107 p.

GARRONE, Gabriel Maria. *Carta sobre o Seminário Dividido em Pequenas Comunidades Dispersas*. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**, Petrópolis: Vozes, v. 28, fasc. 1, p. 172-176, mar. 1968.

GATTI JÚNIOR, Décio. *História das Instituições Educacionais: Inovações Paradigmáticas e Temáticas*. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; GATTI JÚNIOR, Décio (Orgs.). **Novos Temas em História da Educação: Instituições Escolares e Educação na Imprensa**. Campinas: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2002, p. 03-24.

_____; PESSANHA, Eurize Caldas. *História da Educação, Instituições e Cultura Escolar: Conceitos, Categorias e Materiais Históricos*. In: GATTI JÚNIOR, Décio; INÁCIO FILHO, Geraldo (Orgs.). **História da Educação em Perspectiva: Ensino, Pesquisa, Produção e Novas Investigações**. Campinas: Editores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2005, p. 71-90.

_____. *Dimensões do ensino de história da educação: história, fontes e formas didático-pedagógicas*. In: MIGUEL, Maria Elizabeth Blanck e CORRÊA, Rosa Lydia Teixeira (Orgs.). **A Educação Escolar em Perspectiva Histórica**. Campinas: Autores Associados, 2005, p. 171-227.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, Prisões e Conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

HOLANDA FERREIRA, Aurélio Buarque de. **Novo Dicionário Aurélio**. 12 reimpressão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

INÁCIO FILHO, Geraldo. *Pesquisa em História da Educação: Situação Atual*. In: **Revista Educação e Filosofia**. Uberlândia: EDUFU, v. 18, n. especial, p. 23-40, mai. 2004.

JACINSKI, Edson. *Formação Filosófica na Diocese de Ponta Grossa: Dilemas na Construção de uma nova Subjetividade Eclesial*. In: **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 7, n. 2, p. 115-130, 2002. Disponível em: <<http://www.rhr.uepg.br/v7n2/6%20-%20jacinski%20Ok.pdf>>. Acesso em: 02 mar. 2006.

JOÃO PAULO II. **Código de Direito Canônico**. São Paulo: Loyola, 1983.

_____. **Exortação Apostólica Pós-sinodal Sobre a Formação dos Sacerdotes – “Pastores Dabo Vobis”**. 2 ed. São Paulo: Paulinas, 1992.

KOSHIBA, Luiz; PEREIRA, Denise Manzi Frayze. **História do Brasil**. 3 ed. São Paulo: Atual, 1980.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. 2 ed. Tomos I a X, São Paulo: Loyola, 2004.

LIBANIO, João Batista. **A Volta à Grande Disciplina**. 2 ed. São Paulo: Loyola, 1984.

_____. **Cenários da Igreja**. 2ª ed. São Paulo: Loyola, 1999.

LIVRO DO TOMBO do Seminário Maior Arquidiocesano Nossa Senhora da Glória. Maringá, 1983 a 2006.

LIVRO DE REGISTRO DOS ALUNOS do Seminário Maior Arquidiocesano Nossa Senhora da Glória. Maringá. 1983 a 2006.

LOCKS, José. *A Crise dos Seminários*. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**, Petrópolis: Vozes, n. 128, v. 32, p. 935-942, dez. 1972.

LUZ, France. **O Fenômeno Urbano numa Zona Pioneira: Maringá**. Maringá: A Prefeitura, 1997.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. *Linhas de Investigação em História da Educação e da Alfabetização em Portugal: Um Domínio do Conhecimento em Renovação*. In: SANFELICE, José Luís; SAVIANI, Dermeval; LOMBARDI, José Claudinei (Orgs.). **História da Educação: Perspectivas para um Intercâmbio Internacional**. Campinas: Autores Associados: HISTEDBR, 1999, p. 49-65.

_____. *Breve Apontamento para a História das Instituições Educativas*. In: SANFELICE, José Luís; SAVIANI, Dermeval; LOMBARDI, José Claudinei (Orgs.). **História da Educação: Perspectivas para um Intercâmbio Internacional**. Campinas: Autores Associados; HISTEDBR, 1999, p. 67-72.

_____. *Contributo para a História das Instituições Educativas – entre a Memória e o Arquivo*. In: FERNANDES, Rogério; MAGALHÃES, Justino (Orgs.). **Para a História do Ensino Liceal em Portugal: Actas dos Colóquios do I Centenário da Reforma de Jaime Moniz (1849-1895)**, Braga: Universidade do Minho, 1999, p. 63-77.

_____. *A História das Instituições Educacionais em Perspectiva*. In: GATTI JÚNIOR, Décio; INÁCIO FILHO, Geraldo. **História da Educação em Perspectiva: Ensino, Pesquisa, Produção e Novas Investigações**. Campinas: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2005, p. 91-103.

MARMILICZ, André. **O Ambiente Educativo nos Seminários Maiores do Brasil – Teoria e Prática**. Curitiba: Vicentina, 2003.

MARTINS, Padre Valdomiro Pires. **Catecismo Romano**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1962 (versão da ed. de 1566).

MATOS, Henrique Cristiano José. **Nossa História – 500 anos de presença da Igreja Católica no Brasil**. Tomo I: Período Colonial, São Paulo: Paulinas, 2001.

_____. **Nossa História – 500 anos de presença da Igreja Católica no Brasil**. Tomo II: Período Imperial e Transição Republicana, São Paulo: Paulinas, 2002.

_____. **Nossa História – 500 anos de presença da Igreja Católica no Brasil**. Tomo III: Período Republicano e Atualidade, São Paulo: Paulinas, 2003.

MEDEIROS, Katia Maria Cabral; FERNANDES, Sílvia Regina Alves (Orgs.). **O Padre no Brasil: interpelações, dilemas e esperanças**. São Paulo: Loyola, 2005.

MITRA ARQUIDIOCESANA DE MARINGÁ. **Curso de Filosofia: diretório de estudos, estatuto e regimento**. Maringá, 2002.

MONROE, Paul. **História da Educação**. 14 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

MORO, Celito. **A Formação Presbiteral**. Aparecida: Santuário, 1997.

MOURA, Laércio Dias de. **A Educação Católica no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Loyola, 2000.

NERY, Prudente. *Que Eu Possa Ver de Novo!* In: CNBB. **Metodologia do Processo Formativo: a formação presbiteral da Igreja no Brasil**. São Paulo: Paulus, 2001, p. 37-43.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. 2ª ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.

NUNES, Clarice; CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *Historiografia da educação e fontes*. In: GONDRA, José Gonçalves (org.). **Pesquisa em História da Educação no Brasil**. Rio de Janeiro: DP & A, 2005, p. 17-62.

OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de. *Seminaristas Maiores: um Questionamento sobre sua Socialização*. In: CNBB. **Situação e Vida dos Seminaristas Maiores no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 1984, p. 60-64.

PADIN, Dom Cândido; GUTIÉRREZ, Gustavo; CATÃO, Francisco; CELAM. **Conclusões da Conferência de Medellín – 1968: Trinta anos depois, Medellín é ainda atual?** São Paulo: Paulinas, 1998.

PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma Economia Periférica: o Caso do Paraná**. São Paulo: HUCITEC; Curitiba: Secretaria da Cultura e do Esporte do Governo do Estado do Paraná, 1981.

PAULO VI. *Decreto “Optatam Totius” sobre a Formação Sacerdotal*. In: VIER, Frederico (Coord.). **Compêndio do Vaticano II: constituições, decretos, declarações**. 15 ed. Petrópolis: Vozes, 1982, p. 505-526.

_____. **“Summi Dei Verbum” – Lettera Apostolica La Formazione Dei Seminaristi**. Roma, 1963. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/paul_vi/apost_letters/documents/hf_p-vi_apl_19631104_summi-dei-verbum>. Acesso em 08 jun. 2006.

_____. *Constituição Dogmática “Lumen Gentium” sobre a Igreja*. In: VIER, Frederico (Coord.). **Compêndio do Vaticano II: constituições, decretos, declarações**. 15 ed. Petrópolis: Vozes, 1982, p. 37-113.

_____. *Decreto “Christus Dominus” sobre o Múnus Pastoral dos Bispos na Igreja*. In: VIER, Frederico (Coord.). **Compêndio do Vaticano II: constituições, decretos, declarações**. 15 ed. Petrópolis: Vozes, 1982, p. 401-436.

PAULO VI. *Decreto “Presbyterorum Ordinis” sobre o Ministério e a Vida dos Presbíteros*. In: VIER, Frederico (Coord.). **Compêndio do Vaticano II: constituições, decretos, declarações**. 15ª ed. Petrópolis: Vozes, 1982, p. 437-484.

PEREIRA, William Cesar Castilho. **A Formação Religiosa em Questão**. Petrópolis: Vozes, 2004.

PEREZ, Gustavo; GREGORY, Alfonso; LEPARGNEUR, François. **O Problema Sacerdotal no Brasil**. Rio de Janeiro: CERIS; Bruxelas: FERES; Bogotá: CIS, 1965.

PIZZARDO, José. *O IV Centenário da Instituição dos Seminários*. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**, Petrópolis: Vozes, v. 23, fasc. 2, p. 477-481, jun. 1963.

POSSAMAI, Paulo César. *A Igreja na Colônia do Sacramento*. In: DREHER, Martin (Org.). **Populações Rio-Grandenses e Modelos de Igreja**. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: EST, 1998, p. 01-43. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/ppgh/paulo/artigos_pdfs/IGREJA.pdf#search=%22Paulo%20C%C3%A9sar%20Possamai%20-%20a%20Igreja>. Acesso em: 20 ago. 2006.

REIS, José Carlos. *Os Annales: a Renovação Teórico-Methodológica e “Utópica” da História pela Reconstrução do Tempo Histórico*. In: SAVIANI, Dermeval, LOMBARDI, José Claudinei e SANFELICE, José Luís (Orgs.). **História e História da Educação: O Debate Teórico-Methodológico atual**. 2. ed. Campinas: Autores Associados; HISTEDBR, 2000, p. 25-49.

REYCEND, João Batista. **O Sacrossanto e Ecumênico Concílio de Trento** (em Latim e Português). Tomo II, Lisboa: Oficina Patriare de Francisco Luiz Ameno, 1781. Disponível em: <http://purl.pt/360/1/sc-7007-/html/Versao5/Índice%20em%20português/P_P00.html>. Acesso em: 07 jul. 2006.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da Educação Brasileira: a Organização Escolar**. 19ª ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

RIZZARDO, Redovino. **Carlos Borromeu**. São Paulo: Paulinas, 1984.

ROBLES, Orivaldo. **A Igreja que Brotou da Mata: os 50 anos da Diocese de Maringá**. Maringá: Dentalpress, 2007.

RUBERT, Arlindo. *O Primeiro Seminário Tridentino do Brasil*. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**, Petrópolis: Vozes, v. 30, fasc. 117, p. 129-135, mar. 1970.

SAÉZ, José Luis. **La Formación Sacerdotal en Santo Domingo – Desde el Concilio de Trento a la Fundación de la República**. Santo Domingo, 1999.

SAGRADA CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. **Instrução Sobre Alguns Aspectos da Teologia da Libertação**. São Paulo: Paulinas, 1984.

_____. **Instrução Sobre a Liberdade Cristã e a Libertação**. São Paulo: Paulinas, 1986.

SAGRADA CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA. **Diretrizes Básicas da Formação Sacerdotal**. Petrópolis: Vozes, 1970.

_____. **O Ensino da Filosofia nos Seminários**. Roma: Typis Polyglottis Vaticanis, 1972.

SANFELICE, José Luís. *História das Instituições Escolares: apontamentos preliminares*. In: **Revista HISTEDBR on-line**, Campinas, n. 8, out. de 2002. Disponível em: < http://www.histedbr.fae.unicamp.br/uniso_art01.html >. Acesso em: 07 jul. 2006.

SAVIANI, Dermeval. *O Debate Teórico e Metodológico no Campo da História e sua Importância para a Pesquisa Educacional*. In: SAVIANI, Dermeval, LOMBARDI, José Claudinei e SANFELICE, José Luís (Orgs.). **História e História da Educação: O Debate Teórico-Metodológico atual**. 2. ed. Campinas: Autores Associados; HISTEDBR, 2000, p. 07-15.

SCHMIDT, José Bonifácio; COLLING, Oscar João. **A Formação Presbiteral na Opção pelos Pobres**. Petrópolis: Vozes, 1986.

SCWARTZMAN, Simon. *A Política da Igreja e a Educação: o Sentido de um Pacto*. 1986, p. 01-20. Disponível em: <<http://www.scwartzman.org.br/simon/alceu.htm>>. Acesso em: 02 mar. 2006.

SEMINÁRIO MAIOR NOSSA SENHORA DA GLÓRIA. **Diretrizes de Vida**. Maringá, 1987.

SERNA, Reinaldo Fredy Ruiz. **Vida y Ministerio de los Clérigos Seculares Según las Actas y Decretos del Concilio Plenário de América Latina, Celebrado em Roma em el Año 1899**. Roma, 2000. Tese (Doutorado) – Universidade Gregoriana.

SHOOYANS, Michel. *A Crise Vocacional no Clero Secular*. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**, Petrópolis: Vozes, v. 26, fasc. 1, p. 08-28, mar. 1966.

SERBIN, Ken. *Os Seminários: crise, experiências e síntese*. In: SANCHIS, Pierre (Org.). **Catolicismo: Modernidade e Tradição**. São Paulo: Loyola, 1992, p. 91-152.

TRINTIN, Jaime Graciano. **A Nova Economia Paranaense: 1970-2000**. Maringá: Eduem, 2006.

VAINFAS, R. (Dir.). **Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

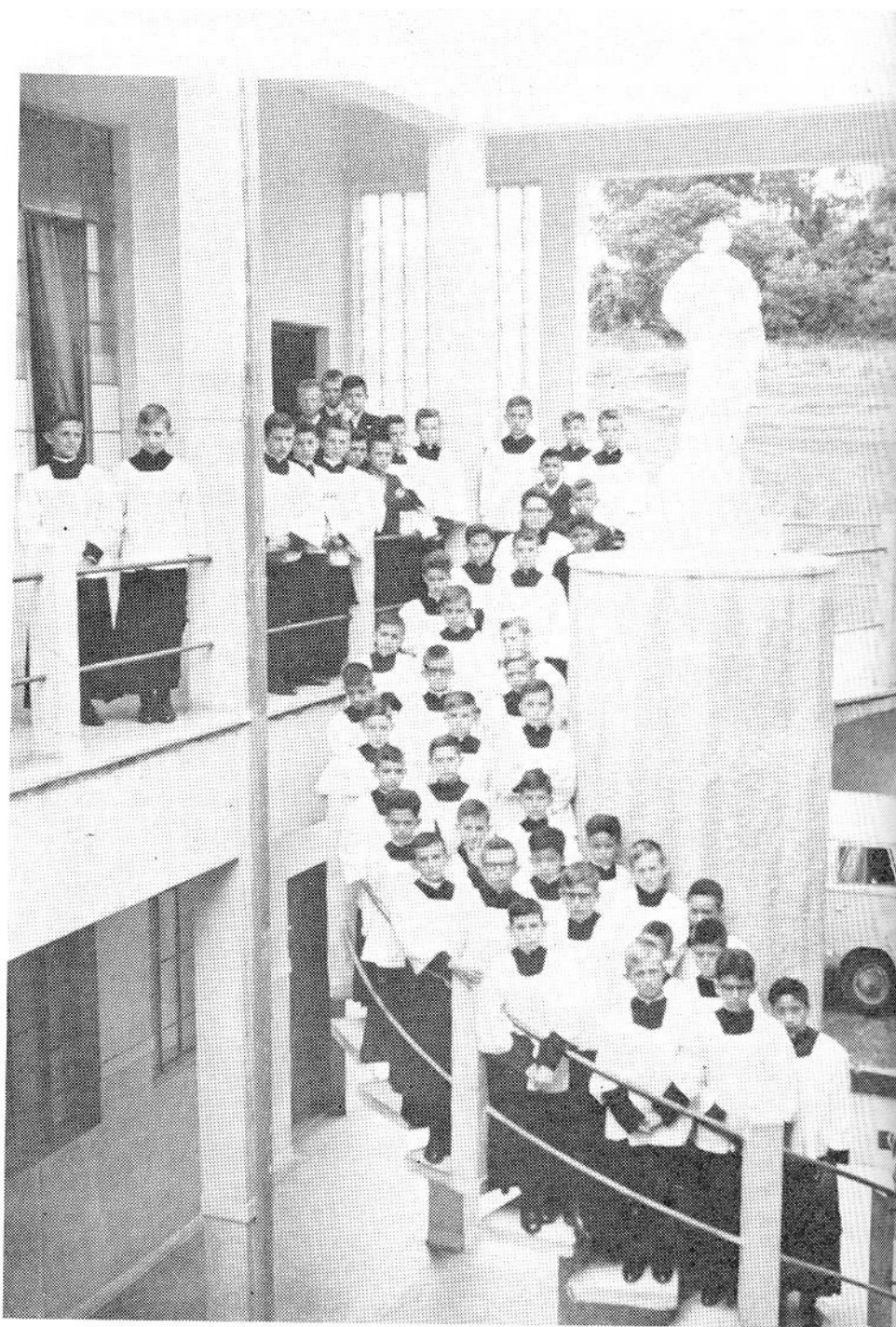
VALLE, Edênio (Org.); BENEDETTI, Luiz Roberto; ANTONIAZZI, Alberto. **Padre, você é Feliz? Uma sondagem psicossocial sobre a realização pessoal dos presbíteros do Brasil**. São Paulo: Loyola, 2004.

VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *História da Educação no Brasil: a constituição histórica do campo (1880-1970)*. In: **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 37-70, jul. 2003.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. *História das Instituições Escolares: de que se fala?* In: LOMBARDI, José Claudinei e NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (Orgs.). **Fontes, História e Historiografia da Educação**. Campinas: Autores Associados: HISTEDBR; Curitiba: PUCPR; Palmas-PR: UNICS; Ponta Grossa: UEPG, 2004, p. 13-35.

ANEXOS

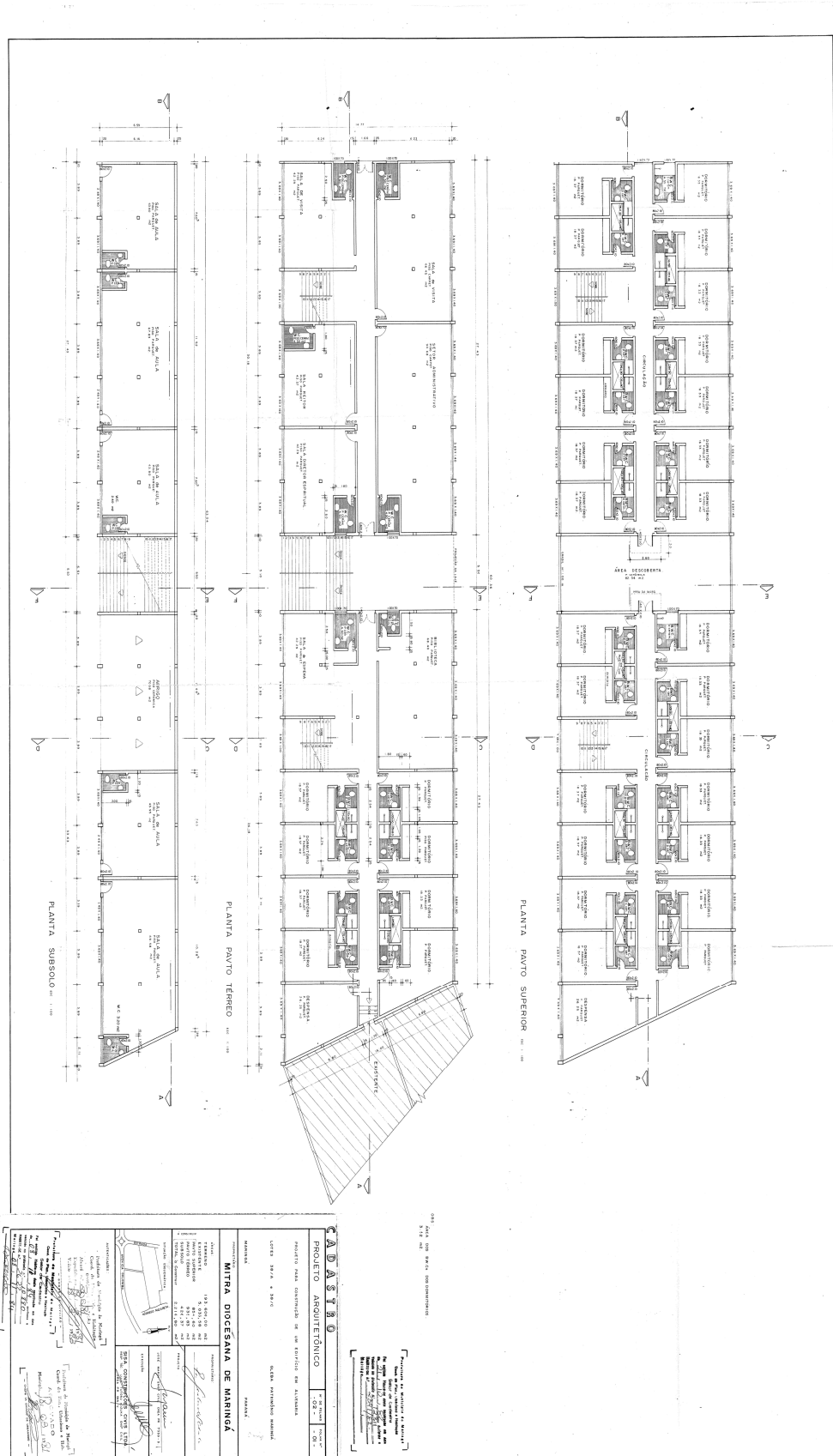
ANEXO I – FOTOS DO SEMINÁRIO MENOR E MAIOR NOSSA SENHORA DA GLÓRIA DE MARINGÁ E PROJETO ARQUITETÔNICO DO SEMINÁRIO MAIOR



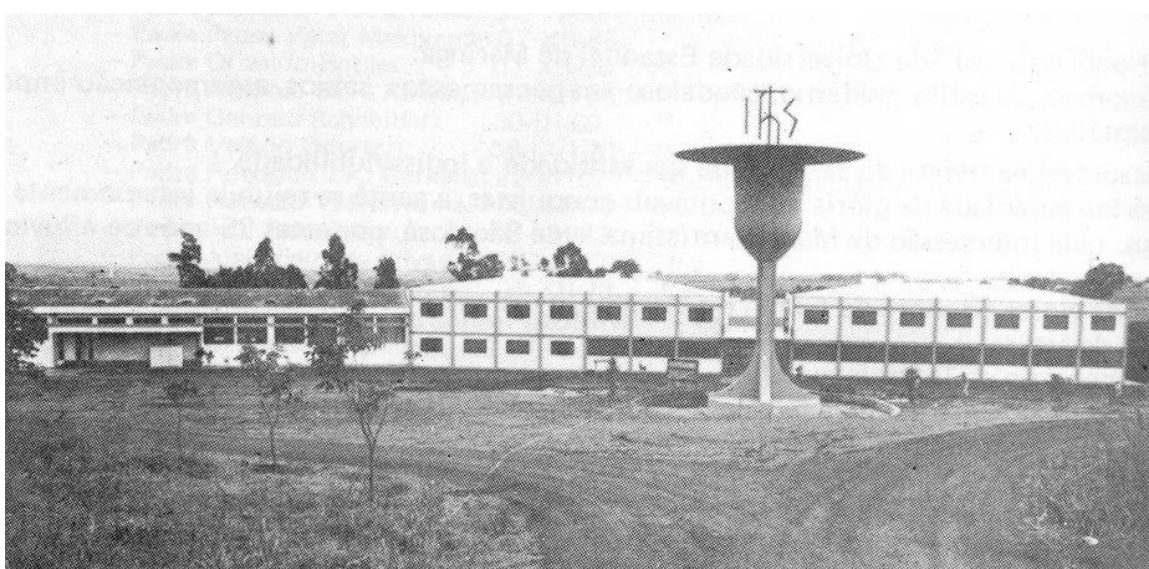
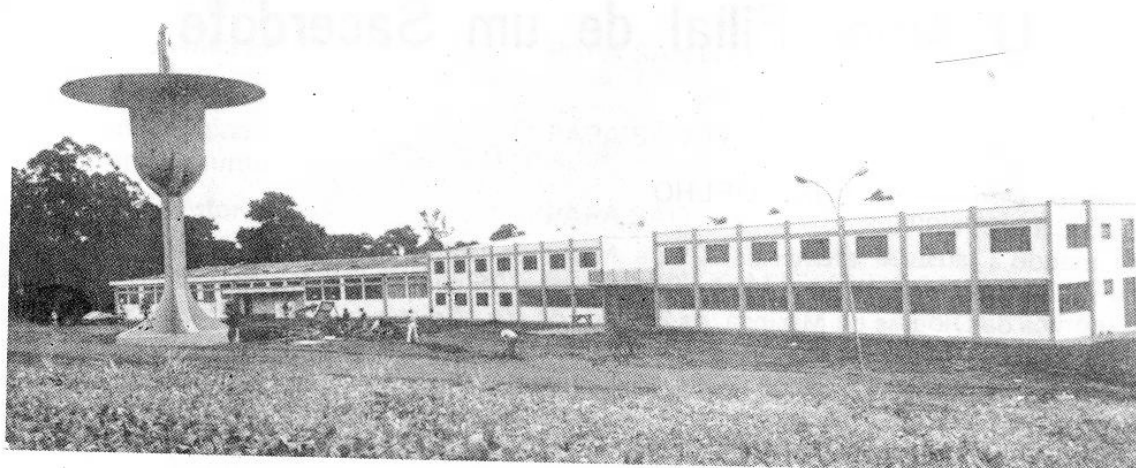
Alunos do Seminário Menor Diocesano Nossa Senhora da Glória – Maringá - 1962
(Acervo da Cúria Metropolitana de Maringá)



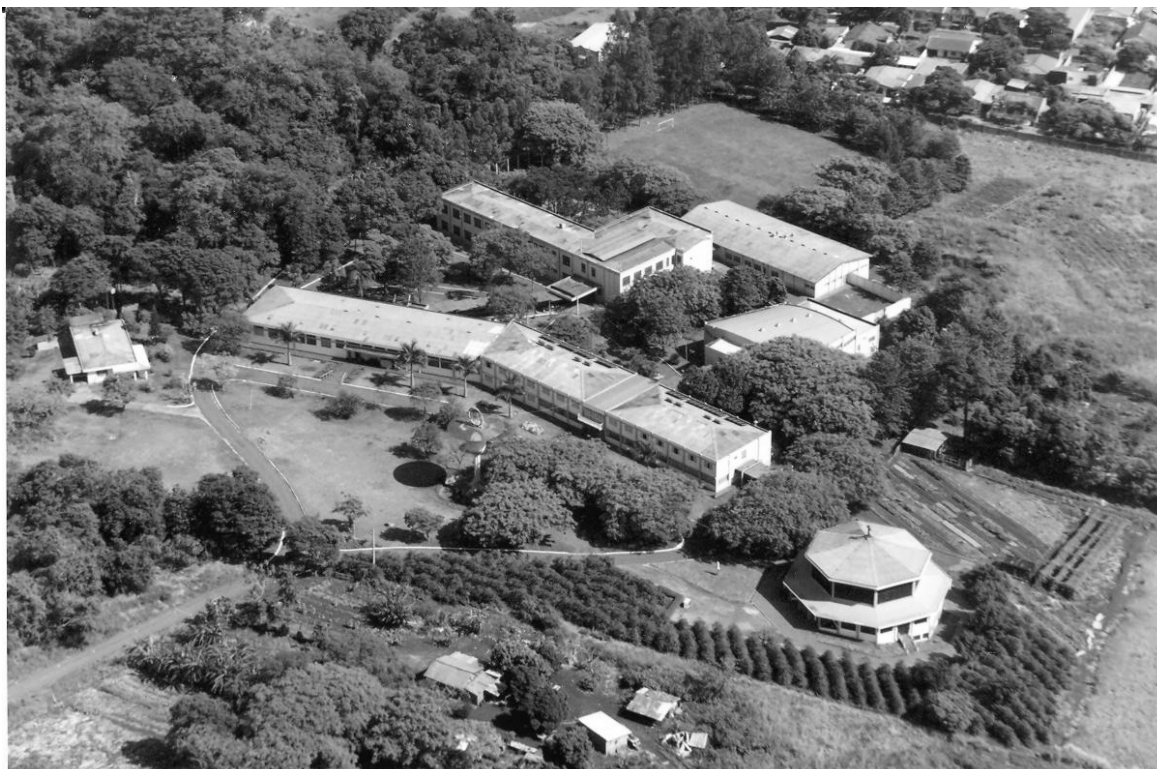
Seminaristas do Seminário Menor Diocesano Nossa Senhora da Glória junto à caixa d'água - Maringá – 1966 (Acervo da Cúria Metropolitana de Maringá)



Projeto Arquitetônico do Seminário Maior Arquidiocesano Nossa Senhora da Glória, aprovado pela Prefeitura em 1981 – Maringá (Acervo da Cúria Metropolitana de Maringá)



Seminário Maior Arquidiocesano Nossa Senhora da Glória, ao final da construção – Maringá - 1982 (Acervo da Cúria Metropolitana de Maringá)



Vista aérea de todo o terreno e construções do Seminário Maior Arquidiocesano Nossa Senhora da Glória – Maringá - 2002 (Acervo do Seminário)



Reitor e Alunos da 1ª Turma de formandos do Seminário Maior Arquidiocesano Nossa Senhora da Glória – Maringá - 1985 (Acervo do Seminário)



Alunos numa das salas de aula do Seminário Maior Arquidiocesano Nossa Senhora da Glória – Maringá - 2003 (Acervo do Seminário)



Fachada do Seminário Maior Arquidiocesano Nossa Senhora da Glória – Maringá - 2006 (Acervo do Seminário)



Capela do Seminário Maior Arquidiocesano Nossa Senhora da Glória – Maringá - 2006 (Acervo do Seminário)



Caixa d'água do Seminário Maior Arquidiocesano Nossa Senhora da Glória – Maringá - 2006 (Acervo do Seminário)

**ANEXO II – PRIMEIRO REGIMENTO DO SEMINÁRIO MAIOR
ARQUIDIOCESANO NOSSA SENORA DA GLÓRIA DE MARINGÁ – 1987**

**SEMINÁRIO MAIOR
NOSSA SENHORA DA GLÓRIA**

**DIRETRIZES
DE VIDA**

MARINGÁ -1987

**SEMINÁRIO MAIOR NOSSA SENHORA DA GLÓRIA
MARINGÁ**

Observação Inicial

Introdução

1. Vida Espiritual

2. Vida de estudos

3. Vida Pastoral

4. Vida comunitária

Horários do dia no Seminário

OBSERVAÇÃO INICIAL

Não há a intenção de apresentar aqui mais um documento sobre a instituição do seminário. Apenas procurou-se elencar um conjunto de normas, cuja validade foi sendo comprovada ao longo destes anos de funcionamento do Seminário Maior Nossa Senhora da Glória, de Maringá.

Excusado é dizer que a vida e o funcionamento de qualquer seminário no Brasil supõem tudo o que prescrevem pelos menos três importantes documentos: *Ratio Fundamentalis Institutionis Sacerdotalis*, da Sagrada Congregação para a Educação Católica (06-01-1970), sua adaptação brasileira conhecida por *Formação dos Presbíteros na Igreja do Brasil - Diretrizes Básicas* da CNBB, publicada sob o nº 30 dos documentos da CNBB (31-07-1984), e outra publicação anterior da mesma CNBB, conhecida como *Vida e Ministério do Presbítero – Pastoral vocacional*, documento 20 da CNBB (26-02-1981).

Acatando integralmente essas disposições, o presente trabalho representa modesto esforço de atender ao que prescreve o cân. 243 do Código de Direito Canônico: *Cada seminário tenha o próprio regulamento aprovado pelo Bispo diocesano.*

INTRODUÇÃO

O Seminário Maior Nossa Senhora da Glória, de Maringá, embora arquidiocesano, na prática funciona como provincial, servindo à formação dos futuros presbíteros da Província Eclesiástica de Maringá, na etapa dos estudos de Filosofia.

Por sua própria natureza, é uma instituição perfeitamente caracterizada: uma *escola do Evangelho* (Doc. 30 da CNBB, 60), destinada exclusivamente à formação dos futuros sacerdotes da Igreja Católica. Dessa fonte deveriam as normas de sua vida e funcionamento, já que *o sacerdócio não é propriedade nossa, para fazermos o que nos agrada; não podemos reinventar o seu significado, segundo o nosso ponto de vista pessoal* (João Paulo II, cit. no Doc. 30 da CNBB, 57).

Os candidatos encaminhados pelos senhores Bispos ao nosso Seminário Maior serão considerados aptos para essa etapa de sua formação e, como tal, tratados. As exigências de caráter humano, moral, social, espiritual, acadêmica e pastoral supõem adequada preparação anterior, cabendo à direção do seminário a liberdade de aceitar ou excluir esses mesmos candidatos, segundo apresentem ou não a devida aptidão. Ao seminário Maior não compete fornecer supletivamente os elementos formativos que deve supor.

Ao mesmo tempo que se afirma a grande responsabilidade dos formadores, importa reconhecer, igualmente, que os jovens admitidos ao Seminário devem estar *dispostos a assumir seriamente a preparação específica e sistemática ao ministério Presbiteral* (Doc. 30 da CNBB, 57).

1. VIDA ESPIRITUAL

1. 1. A identificação com o Cristo-Pastor deve ser preocupação primeira de quem se propõe ser presbítero da Igreja. Nessa perspectiva devem orientar-se todas as iniciativas de formação espiritual e a vida inteira do Seminário.

1. 2. A experiência de vida comum de Cristo com os Apóstolos será o modelo do dia-a-dia da vida comunitária. A partir da fé, deve ir progressivamente intensificando-se um clima de amizade, abertura, confiança, serviço e amor fraterno, já dentro do seminário, como pressuposto para a espiritualidade presbiteral.

1. 3. Papel importante nesse clima ocupa o esforço pessoal de conversão interior, em busca da aceitação mútua, do respeito ao outro e da superação de divergências, bem assim do egoísmo, vaidade, orgulho e individualismo que todo homem carrega consigo. A conversão pessoal é a exigência primeira em qualquer modelo de espiritualidade cristã (Mt 4, 17). Portanto, nenhum jovem conseguirá atender ao chamado para a vida presbiteral, sem vencer, dentro de si, ao homem velho (Ef 4, 20-24).

1. 4. Elemento integrante da espiritualidade do pastor, a pobreza terá que ser cultivada não apenas em palavras, mas com o testemunho da austeridade e singeleza de vida, já no tempo de formação. Por isso o Seminário atribui especial importância ao trabalho, inclusive manual, pois uma das marcas da pobreza é exatamente a necessidade de trabalhar para viver. Além disso, o trabalho possibilita a identificação com o Cristo que, *sendo rico, se fez pobre* (2 Cor 8,9) e trabalhou com suas mãos (Mc 6,3). Aos simples cristãos o Apóstolo recomenda incisivamente a necessidade de trabalho, apelando ao seu próprio exemplo (2 Tes 3, 7-10).

1. 5. Se o presbítero deve considerar *como a si recomendados de modo particular os pobres e os mais fracos, com os quais o próprio Senhor se apresenta associado* (P.O. 6), além do cultivo pessoal da pobreza, tem o seminarista a obrigação de ir, desde já, exercitando-se em abrir o próprio coração, em sincero amor pelos mais simples e menos valorizados, seja dentro, seja fora do seminário.

1. 6. Não há padre diocesano sem ligação com o Bispo e com um presbitério. Um dos critérios do crescimento espiritual do seminarista é o estabelecimento de laços de respeito e obediência ao próprio Bispo, sucessor dos Apóstolos, bem como de solidariedade e comunhão com os presbíteros.

1. 7. A exemplo do senhor (Mt 20, 28), o padre existe para servir. Já na comunidade do Seminário o jovem mostra, na sua convivência diária, com que seriedade está assumindo este elemento essencial da espiritualidade do presbítero.

1. 8. Cada semestre é iniciado, no Seminário Maior de Maringá, com um retiro espiritual de três dias, em clima de silêncio e recolhimento, sob a orientação de pregador autorizado pelo Ordinário local. Mensalmente, outras iniciativas são tomadas, visando favorecer o espírito de interioridade e meditação.

1. 9. O Seminário considera valor inquestionável a celebração diária da Eucaristia, fonte e centro de toda a espiritualidade cristã (S.C. 536). Todos os dias ainda a comunidade reúne-se para a oração da manhã, da tarde e da noite, usando preferencialmente a *Liturgia das Horas*, que recolhe o tesouro da oração bíblica e Cristã (S.C. 655-656). O incentivo à criatividade não pode, em nenhuma hipótese, servir de pretexto à banalização e empobrecimento do conteúdo e do sentido da oração. A oração do meio-dia faz-se em particular, antes do almoço. Às refeições a oração é espontânea e comunitária, com o cuidado de não se cair na vulgaridade ou formalismo.

1. 10. Por ser mariana toda espiritualidade cristã, à Mãe do Senhor é reconhecido pelo Seminário todo o culto que a Igreja, ao longo dos séculos, lhe tributa. Após o jantar, cada dia, está previsto tempo para a recitação, individual ou em grupos, do terço de Nossa Senhora. Semanalmente essa devoção é praticada, uma vez em comum.

1. 11. Todos os dias o seminarista deverá manter amoroso contato com a palavra de Deus, através da leitura da Sagrada Escritura. Também terá o cuidado de fazer sua leitura espiritual, aproveitando as riquezas dos mestres de espiritualidade. Sugere-se, como horário para essas leituras, o tempo após a oração das completas, antes do repouso.

1.12. Todo seminarista deve ter seu Diretor Espiritual, livremente escolhido, ao qual recorrerá mensalmente, ao menos uma vez, para tratar com ele de sua situação espiritual. Com ele ainda, ou outro sacerdote, deve confessar-se com freqüência. Não existe, na atualidade, Diretor Espiritual oficialmente designado e residente no Seminário, o que configura situação anômala, para cuja superação empenham-se os responsáveis pela vida da Igreja na Província Eclesiástica de Maringá.

2. VIDA DE ESTUDOS

2.1. O seminário tem como objetivo formar padres para a Igreja da Província Eclesiástica de Maringá. Portanto, não tem compromisso prioritário com o reconhecimento oficial de seu curso. Seu currículo acadêmico organiza-se em função de seu objetivo, não em vista de sua equiparação com o programa de faculdades oficiais ou particulares.

2.2. A freqüência dos alunos é obrigatória a todas as aulas. Casos particulares devem ser tratados com o Diretor de Estudos. Os alunos estarão todos em sala, no horário previsto, para receber o professor. Devendo um aluno faltar, por motivo justo, a uma aula, comunique ao encarregado da sala que, por sua vez, notificará o professor. Quaisquer atividades acadêmicas fora do seminário serão previamente comunicadas à Direção, que decidirá sobre sua validade e possibilidade.

2.3. A avaliação do rendimento escolar faz-se por meio de duas provas (bimestrais) por semestre letivo, com contagem de pontos numa escala de zero a dez. O total de pontos conseguidos nas duas provas será dividido por dois, para ser conhecida a média semestral. Quando essa média for igual ou superior a sete pontos, o aluno estará dispensado de prestar as provas finais do semestre. Caso contrário, o total de pontos da prova final, somado à média semestral e dividido por dois, deverá ser igual ou superior a cinco pontos para o aluno considerar-se aprovado naquele semestre. Na avaliação do rendimento escolar, a decisão cabe ao professor da disciplina em apreço.

2.4. As disciplinas consideradas básicas para o currículo de Filosofia do Seminário são eliminatórias, vale dizer, o aluno reprovado em uma delas deverá repetir o período. São disciplinas básicas: Introdução à Filosofia, Metodologia Científica, Lógica, Ontologia, Teoria do Conhecimento, Teodicéia, Filosofia da Linguagem, Antropologia Filosófica, Ética, Filosofia da Natureza, Filosofia da Religião, Filosofia Social, Introdução à Teologia e História da Filosofia de qualquer período.

2.5. As disciplinas complementares oferecidas pelo seminário são: Psicologia Geral, Sociologia Geral, Biologia Geral, Introdução ao Cristianismo, Introdução à economia, Doutrina Social da Igreja, Psicologia Evolutiva, Estudos de Problemas Brasileiros, Psicologia da Personalidade e Cultura Brasileira. Cada uma é ministrada no período de um semestre letivo. O aluno reprovado em alguma destas deverá repeti-la no semestre seguinte, cumulativamente com as disciplinas próprias do período.

1.5. Os livros, bem como demais subsídios necessários ao estudo, deverão ser providenciados pelos seminaristas. Para uso, o seminário cede alguns manuais, sobretudo os de difícil aquisição. É obrigação do aluno cuidar diligentemente dos livros confiados ao seu uso, devolvendo-os como os recebeu. Não deverá abandoná-los fora do lugar devido, anotá-los, marcá-los com sinais danificadores etc. Os livros de consulta da Biblioteca do Seminário, sobretudo quando existe apenas um exemplar, não devem, por nenhum motivo, ser de lá retirados. Quando terminar a consulta a um livro, deve seu usuário repô-lo exatamente no mesmo local de onde o retirou.

3. VIDA PASTORAL

3.1. O Trabalho pastoral do seminarista situa-se na perspectiva da sua identificação progressiva com o Cristo-Pastor. Por força das responsabilidades que o Batismo e a Crisma lhe confiam, ele se compromete com a Igreja. Não se trata, pois, de ensaios ou treinamentos, mas do exercício de verdadeiro poder que lhe foi conferido pelo Senhor.

3.2. É preciso ter claro, porém, que sua presente situação exige a canalização do melhor do seu tempo e de suas energias para a própria formação, sobretudo porque, nesta fase, ainda estão despreparados para um autêntico trabalho de pastor. Nem se deve esquecer que a ação pastoral não se identifica com o puro exercício de algumas atividades, sendo, antes, desdobramento externo de uma profunda vivência interior e personalizada do mistério cristão. Ao lado disso, há também um conjunto de normas ditadas pela Teologia Pastoral e pela experiência da Igreja, cujo domínio é obrigatório, caso se pretenda desenvolver ação pastoral digna desse nome.

3.3. Por tudo isso entende-se que o trabalho pastoral dos seminaristas, ao tempo do curso de Filosofia, necessariamente há que ser distinto daquele de outras etapas de sua formação. Pelos mesmos motivos também, não é difícil compreender a recomendação do seminário de que, no primeiro ano do curso de Filosofia, os alunos abstenham-se de atividades pastorais.

3.4. No Seminário Maior de Maringá, os alunos, a partir do segundo ano de seu curso, são incentivados a assumir trabalhos pastorais, sob a responsabilidade dos párocos que os acolhem, conforme o plano pastoral da arquidiocese. Devem ainda seguir as orientações do coordenador de pastoral, que reside, atualmente, no Seminário e com quem avaliarão, periodicamente, o trabalho desenvolvido.

3.5. Para o trabalho pastoral, o tempo reconhecido pelo seminário estende-se desde o início da tarde de sábado até o início da noite do domingo, semanalmente. Os seminaristas terão o cuidado de evitar quaisquer compromissos fora deste período. Igualmente devem evitar assumir serviços de coordenação nas paróquias. Sua atuação há de exercer-se preferentemente nas áreas de Catequese e Liturgia, mais condizentes com seu atual estágio de formação.

4. VIDA COMUNITÁRIA

4.1. Os atos comunitários abrigam a todos. Nenhum seminarista, por conta própria, poderá dispensar-se dessa participação. Cada um cuidará também da pontualidade no cumprimento das atividades previstas.

4.2. O clima que se deve respirar em toda a vida da comunidade há que ser de fraternidade e verdadeiro amor cristão. Todos estão comprometidos com o esforço para consegui-lo.

4.3. No trato entre os seminaristas devem evitar-se preconceitos, discriminações, palavras e apelidos ofensivos. As referências aos senhores Bispos se fará sempre através do apelativo *Dom*; aos sacerdotes, através de *Padre* e, no tratamento, o pronome será *senhor*. O mesmo vale, com as devidas adaptações, para religiosos, professores e funcionários da casa.

4.4. O seminário zela, com particular empenho, pela nobreza e respeito no tocante a conversas, brincadeiras, piadas etc. O ambiente geral da casa deve ser de alegria e de descontração, como convêm a amigos e irmãos. Nada justifica, porém, certa mentalidade eivada de grosseria e malícia, muito difundida, aliás, mas inaceitável entre cristãos ou pessoas apenas educadas.

4.5. O seminário é uma instituição da Igreja. À Igreja, pelos seus legítimos representantes, compete decidir sobre a melhor maneira de formar os seus futuros pastores. *O seminarista é sujeito de sua formação* (Doc. 30 da CNBB, 101) sempre que se disponha a realizar *o próprio projeto de vida presbiteral como é proposto pela Igreja* (id. ib.). Assim, o seminário incentiva o diálogo, mas não pode admitir a contestação, por palavras e atitudes, a valores eclesiais.

4.6. Os funcionários serão vistos como auxiliares na formação e, desse modo, tratados com carinho e respeito. Isso, no entanto, não serve de justificativa para conversas desnecessárias, interrupções de suas atividades, intromissão em seu ambiente de trabalho, solicitação de serviços especiais etc.

4.7. Os seminaristas manterão barba e bigode raspados, asseio corporal e dignidade nas vestes. Simplicidade não se confunde com desleixo nem excentricidade. Fora dos quartos ninguém se apresentará sem camisa, salvo no esporte ou trabalho manual. Em dias quentes admite-se o uso de bermudas, exceção feita aos momentos de oração, aulas e refeições comunitárias.

4.8. O quarto dos seminaristas é lugar reservado ao estudo, reflexão e interioridade. Ambos os ocupantes têm igual obrigação de zelar por esses valores. Não são permitidas visitas desnecessárias ou longas, conversas em voz alta, recreação de grupo etc. As camas destinam-se exclusivamente ao repouso noturno, devendo ser empregado somente nesse uso. Os quartos desocupados permanecerão fechados. Nenhum seminarista está autorizado a servir-se deles ou de utensílios de seu interior.

4.9. Nos quartos não são permitidos modificações que venham a danificar paredes, armários ou instalações. Ninguém, por iniciativa própria, pode introduzir elementos estranhos como quadros, cartazes, adesivos, adaptações da rede elétrica etc.

4.10. O seminário tolera a presença de rádio ou toca-fitas nos quartos. Seu uso, porém, está limitado aos momentos de lazer ou trabalho manual. Em hipótese alguma se justifica usá-los, como distração, em período de aula, estudo, oração ou silêncio comunitário.

4.11. Na movimentação dos seminaristas pela casa, deve-se evitar, sempre que possível, o corredor em frente os quartos dos sacerdotes. Para a biblioteca utiliza-se a porta principal, próxima ao saguão de entrada.

4.12. Terão acesso à cozinha somente os membros das equipes responsáveis, à hora das refeições, para trazer ou levar utensílios ou alimentos, e também para ajudar na limpeza após o jantar. Nenhum seminarista está autorizado a servir-se da cozinha para preparar pratos diferentes, chás, refrescos, nem a movimentar-se nessa área, reservada às pessoas encarregadas do trabalho doméstico.

4.13. O uso do telefone é facultado para verdadeiras necessidades. Um aparelho para mais de quarenta pessoas só pode ser usado com parcimônia. Todos têm obrigação de

limitar ao mínimo o seu emprego, destinando, para isso, de preferência, o horário após as refeições. Os interlocutores habituais devem ser notificados disso. Ligações interurbanas serão pagas pelos interessados. Para uso do telefone a Direção do seminário deve ser notificada.

4.14. A televisão destina-se a noticiários e outros eventos de real interesse cultural, religioso ou de informações. Não se reconhece a publicidade como critérios para definir a validade de um programa anunciado. Numa justa hierarquia de valores, todos devem reconhecer à televisão seu lugar, bastante relativo, como elemento formador. Deve a direção ser consultada quanto a programações diferentes dos noticiários e do *Globo Repórter*. Na sala de televisão, bem como em locais de reunião da comunidade, é proibido fumar.

4.15. Dentro de casa é fundamental a observância do silêncio nos horários previstos. Mesmo nos períodos de recreio não se justifica algazarras e gritarias, próprias de pessoas sem interioridade de vida. Sobretudo a partir das 21,00 h, o silêncio da noite deve ser rigorosamente preservado até o café da manhã seguinte. O chá após a oração da noite, para os que desejam, é tomado em clima de silêncio.

4.16. O seminário pertence a todos e todos os seus bens pertencem à Igreja. Cada um tem o dever de zelar pelas instalações, aparelhos e objetos com o cuidado devido àquilo que lhe é próprio. Por serem comuns os bens, ninguém tem direito exclusivo sobre as coisas da casa. Assim, em casos de danificação ou perda, o responsável reparará o dano que provocou.

4.17. Familiares e amigos dos seminaristas que, porventura, venham a passar pelo Seminário, serão bem-vindos e deverão ser acolhidos como em sua casa. Entende-se que, antes de mais nada, serão apresentados à Direção e, quando possível, à comunidade. Por outro lado, visitas podem ser recebidas apenas em horários que não comprometem as atividades do Seminário (aulas, estudos, oração, repouso...). Sempre que possível, os seminaristas orientem nesse sentido quem os visita, sobretudo se residem em Maringá ou proximidades. Nenhuma pessoa poderá ser convidada a percorrer a casa ou pernoitar no

seminário sem o conhecimento da Direção. As visitas devem ser atendidas na sala destinada a esse fim.

4.18. Em caso de necessidade, o Seminário prestará a ajuda possível na solução de problemas de saúde. Os seminaristas têm obrigação de prever essas situações. Tratamentos previsíveis dentários ou de saúde devem encaminhar-se durante as férias, evitando-se o tempo letivo, já bastante limitado.

OBSERVAÇÃO – Sempre que, nestas normas, se fala em *Direção* entende-se o Reitor ou, em sua ausência, algum dos sacerdotes residentes no Seminário. Caso não estejam estes, trata-se dos seminaristas eleitos pelos colegas para alguns serviços junto à comunidade, como Prefeito, Encarregado do Trabalho, Representante de Curso etc.

HORÁRIO DO DIA NO SEMINÁRIO

06,00 h – Levantar. Higiene pessoal

06,30 h – Oração da manhã. Meditação. Celebração Eucarística.

07,30 h – Café da manhã

08,00 h – Aulas

09,40 h – Recreio. Cafezinho.

10,00 h – Aulas

11,40 h – Oração do meio-dia

12,00 h – Almoço

13,00 h – Trabalho manual ou estudo

14,30 h – Banho

15,00 h – Cafezinho

15,15 h – Estudo

16,30 h – Recreio

17,00 h – Estudo

18,30 h – Oração da tarde

19,00 h – Jantar. Terço de Nossa Senhora

21,00 h – Estudo
22,00 h – Oração da noite. Chá
22,30 h – Repouso
23,00 h - Último horário para se apagarem as luzes

OBSERVAÇÃO – Às segundas-feiras o levantar é às 6,30 h. A eucaristia celebra-se às 18,00 h, com a oração da tarde.

Às segundas e quartas-féias, na parte da tarde, são ministradas aulas de disciplinas auxiliares.

Às quintas-feiras, na parte da tarde, podem os seminaristas sair para compras e há prática de esportes.

Às 18,30 h retoma-se o horário normal da casa.

Aos sábados o horário prevê:

06,30 h – Levantar. Higiene pessoal
07,00 h – Oração da manhã. Meditação. Eucaristia
08,00 h – Café da manhã
08,30 h – Estudo
10,00 h – Cafezinho
10,30 h – Estudo
11,45 h – Oração do meio-dia
12,00 h – Almoço
Trabalho Pastoral

Visto e Aprovado

Dom Jaime Luiz Coelho

Arcebispo Metropolitano

Maringá, 12-I-1987

**ANEXO III – SEGUNDO REGIMENTO DO SEMINÁRIO MAIOR
ARQUIDIOCESANO NOSSA SENHORA DA GLÓRIA DE MARINGÁ - 1998**

**SEMINÁRIO MAIOR ARQUIDIOCESANO
“NOSSA SENHORA DA GLÓRIA”**

Regimento Interno

INTRODUÇÃO

“Cada Seminário tenha o próprio regulamento aprovado pelo Bispo Diocesano... Nele se adaptem as normas das Diretrizes Básicas para a Formação Sacerdotal às circunstâncias particulares, e se determine mais exatamente, sobretudo os pontos disciplinares referentes à vida quotidiana dos alunos e à organização de todo o Seminário” (Código de Direito Canônico, Cân. 243).

O Seminário **Maior Arquidiocesano Nossa Senhora da Glória** está a serviço da formação dos futuros presbíteros da Arquidiocese de Maringá e dos de outras Dioceses que queiram confiar a formação de seus seminaristas a esta instituição, estando elas dispostas a acolher integralmente as suas orientações para a etapa dos estudos de Filosofia.

Por sua própria natureza, o Seminário Maior é uma instituição perfeitamente caracterizada como uma “escola do Evangelho” (CNBB, Doc. 55, nº 63). É também uma comunidade educativa e, como tal, “deve obedecer a um programa claramente definido... que esteja clara e decididamente a serviço da única finalidade específica que justifica a existência do Seminário, a saber, a formação dos futuros presbíteros, pastores da Igreja” (cf. PDV nº 61). Dessa fonte derivam as normas de sua vida e funcionamento, já que “o sacerdócio não é propriedade nossa, para fazermos o que nos agrada: não podemos reinventar o seu significado, segundo o nosso ponto de vista pessoal” (João Paulo II, citado no Doc. 55 da CNBB, nº 65).

Os candidatos encaminhados pelos senhores Bispos a este Seminário Maior serão considerados aptos para esta etapa de sua formação e, como tal, tratados. As exigências de caráter humano, moral, social, espiritual, acadêmico e pastoral supõem adequada preparação anterior, pressupostamente oferecida pelo período Propedêutico. Caberá à Direção do Seminário a liberdade de aceitar ou dispensar esses mesmos candidatos, segundo apresentem ou não a devida aptidão ao sacerdócio. Ao Seminário Maior não compete fornecer-lhes supletivamente os elementos formativos que deve supor já tenham sido obtidos.

Ao mesmo tempo em que se destaca a grande responsabilidade dos formadores, importa reconhecer, igualmente, que os jovens admitidos ao Seminário devem estar “dispostos a assumir seriamente a preparação específica e sistemática ao ministério presbiteral” (Id. Ibid., nº 65). Considerando-se sujeito e protagonista da formação (cf. PDV, nº 69), o seminarista deve estar aberto para reconhecer e acolher as mediações humanas indispensáveis para o seu crescimento progressivo. Desse modo, “o clima de liberdade, o respeito pela pessoa humana, a valorização da iniciativa pessoal não devem ser interpretados como uma liberação de toda espécie de disciplina. O seminarista que acolhe

livremente o seu estado de vida deve também livremente aceitar os seus condicionamentos e respeitá-los. A disciplina faz parte da estrutura espiritual, quer do seminarista quer do presbítero, durante toda a sua vida. Tal disciplina não deve ser suportada somente como uma imposição do exterior, mas, por assim dizer, precisa ser interiorizada, inserida no complexo da vida espiritual, como um componente indispensável” (Sagrada Congregação para a Educação Católica, 74).

1. OBJETIVOS E CRITÉRIOS GERAIS

“Os Seminários Maiores são necessários para a formação sacerdotal” (OT 4).

1.1. Sentido do Seminário:

“O Seminário Maior representa o período conclusivo do processo de discernimento vocacional, do qual participam solidariamente formandos e formadores, buscando, em diálogo freqüente e progressivo à luz da fé, reconhecer a autenticidade da vocação” (CNBB, Doc. 55, nº 68). Espera-se, assim, de quem ingressa no Seminário Maior, que já tenha feito uma opção vocacional e tenha suficiente clareza do que quer.

O Seminário Maior deve ser considerado como uma escola em que o candidato aprende a ter Cristo como ideal e modelo de vida. Deve tornar-se, pois, um período de experiência profunda de vida e intimidade com Cristo e sua Igreja, já que tem como identidade profunda o fato de ser, “a seu modo, uma continuação, na Igreja, da mesma comunidade apostólica reunida em volta de Jesus, escutando a sua Palavra, caminhando para a experiência da Páscoa, esperando o dom do Espírito para a missão” (PDV, nº 60).

Dada a natureza eclesial da vocação ao ministério presbiteral, é necessário que o seminarista sinta o Seminário “não de um modo exterior ou superficial, quer dizer, como simples lugar de habitação e de estudo, mas de um modo interior e profundo como comunidade, uma comunidade especificamente eclesial, uma comunidade que revive a experiência do grupo dos Doze unidos a Cristo” (PDV, nº 60).

1.2. Objetivos do Seminário:

O objetivo específico do Seminário é oferecer uma preparação adequada ao ministério presbiteral, por meio de um processo de formação que cada vez mais insira o candidato na comunidade eclesial.

Todas as tarefas, programas, atitudes e meios visam, em primeiro lugar, a formar o seminarista, como ser humano e cristão, e orientá-la com clareza e decisão para assumir a vocação presbiteral, como resposta consciente e livre ao chamado do Senhor.

Ser seminarista significa viver com renovado empenho a vida batismal, num seguimento mais generoso de Cristo Mestre e Pastor, que o chama a uma vocação específica no Ministério Sacerdotal.

1.3 . Critérios de Admissão:

São admitidos ao Seminário Maior Arquidiocesano Nossa Senhora da Glória, de Maringá, os candidatos que, além de possuírem as qualidades humanas e espirituais indispensáveis:

- a) tenham uma clara convicção a respeito de sua vocação e aceitem, sinceramente, a doutrina a respeito do presbiterato definida pela Igreja;
- b) estejam dispostos a assumir seriamente a preparação específica e sistemática ao ministério presbiteral;
- c) tenham feito uma experiência comprovadamente positiva no Seminário Propedêutico;
- d) tenham passado por experiências comunitárias e engajamento pastoral e demonstrem amor à Igreja e espírito de obediência a seus pastores;
- e) demonstrem integração humano-afetiva compatível com sua idade e tenham apreciação positiva do celibato, vendo-o como um valor e não somente como obrigação;
- f) apresentem condições de saúde física e psíquica e tenham idoneidade moral;
- g) tenham clareza quanto à diversidade dos ministérios e carismas e consciência daquilo que vão assumir;
- h) tenham conhecimento prévio dos objetivos e planos do seminário e estejam dispostos a acolhê-los com espírito evangélico.
- i) quando oriundos de outras dioceses, sejam encaminhados por meio de uma “carta de apresentação” assinada pelo respectivo Bispo ou pelo formador do Propedêutico, acompanhada dos documentos necessários, conforme estabelece o estatuto do seminário.

O candidato que já tiver iniciado seus estudos de Filosofia em algum outro Seminário somente será aceito depois de ter seu “*curriculum vitae*” e curso acadêmico examinado pela Equipe de Formadores. O que vier de outro Seminário ou Congregação Religiosa somente será aceito após prudente exame dos documentos apresentados e depois de esclarecidos os motivos que o levaram a trocar de Seminário.

NOTA: “Ao ingressarem no Seminário Maior, os candidatos ao Presbiterato deverão apresentar qualidades bem determinadas: reta intenção, grau suficiente de maturidade humana, conhecimento bastante amplo da doutrina da fé, alguma introdução aos métodos de oração, costumes conforme a tradição cristã e experiência de vida eclesial. Possuam também as atitudes pelas quais, na sua região, é expresso o esforço de encontrar Deus e a Fé” (PDV 62, EN 48). “Apresentem um comportamento condizente com a opção assumida, e demonstrem ter assimilado conteúdos e atitudes propostos na etapa do Propedêutico” (CNBB, Doc. 55, nº 66).

2 - ORGANIZAÇÃO GERAL DO SEMINÁRIO

“A organização funcional do Seminário depende de opções pastorais, disponibilidade de recursos e de outras circunstâncias locais” (CDC, Cân. 237).

2.1. A responsabilidade do Arcebispo:

O primeiro animador do Seminário e da Pastoral Vocacional é o Arcebispo, a quem está confiada a principal responsabilidade pela Igreja Particular (cf. PDV 65).

O Seminário, com seus formadores e formandos, reconhecerá no Arcebispo o seu principal coordenador. O diálogo com os educadores, o encontro periódico com os seminaristas e a orientação sobre os rumos do Seminário, farão acontecer a verdadeira comunhão da Igreja-comunidade na pessoa do Arcebispo (Cf. Doc. 55 da CNBB, n.º 80).

Os demais Bispos que enviarem seminaristas ao Seminário Arquidiocesano “Nossa Senhora da Glória” de Maringá deverão sentir-se co-responsáveis pelo andamento do seminário em todos os aspectos: formativo, espiritual, pastoral e financeiro. Por essa razão, é conveniente que esses pastores visitem freqüentemente seus seminaristas, tomando conhecimento, assim, da realidade do seminário, tanto em suas alegrias como em suas preocupações.

2.2. A Equipe de Formadores:

“Para que o processo formativo possa efetivamente acompanhar as exigências de crescimento e as condições reais dos formandos, é imprescindível que seja conduzido por uma Equipe de Educadores, que saiba discernir os passos pedagógicos apropriados, através do diálogo com os formandos” (CNBB, Doc. 55, n.º 89).

- a) Ao grupo de padres envolvidos diretamente com a formação dá-se o nome de “Equipe de Formadores”. Sua composição está prevista no *Estatuto* do Seminário Maior Arquidiocesano Nossa Senhora da Glória – Art. 9º.
- b) A Equipe de Formadores deverá dar testemunho de vida fraterna, de unidade de espírito e de ação, de critérios comuns de formação, sob a orientação do Reitor (cf. CNBB, Doc. 55, n.º 74).
- c) Dos membros da Equipe de Formadores “espera-se, não somente a dedicação competente em suas funções, mas testemunho pessoal de maturidade, compreensão, espírito evangélico e eclesial e alegria no exercício do ministério. Essa equipe deve atuar de forma integrada, fazendo ressaltar a diversidade e complementaridade dos dons e tarefas de cada um de seus membros, num espírito de comunhão fraterna, sendo sinal da comunhão que Cristo viveu com seus discípulos. Igualmente, a Equipe de Formadores deve contribuir para a estreita comunhão do Seminário com o Arcebispo, o presbitério e a comunidade arquidiocesana, e deve associar ao processo formativo, a participação de educadores leigos, homens e mulheres” (id. *Ibid.*, n.º 89-90).
- d) A Equipe de Formadores dedicar-se-á integralmente ao acompanhamento e à orientação aberta e amiga dos seminaristas, por meio da convivência com eles e de um clima de diálogo fraterno.

- e) O trabalho da equipe de formação visa, antes de tudo, a criar nos seminaristas a consciência de que eles são os principais sujeitos da própria formação. Por isso, deverá desenvolver um profundo espírito de responsabilidade para que se crie, no Seminário, um ambiente propício e favorável ao trabalho formativo.
- f) A organização do Seminário é assegurada pelo funcionamento coordenado dos vários organismos e com competências claramente definidas, que abranjam todos os aspectos da vida formativa e comprometam todos os membros da comunidade. “Para maior eficácia do processo formativo, haja clareza na distinção de funções de cada membro da Equipe de Formação” (id. Ibid., n.º 91).

2.2.1. Funções do Reitor:

A Direção é o órgão máximo de governo do Seminário, cuja autoridade se exerce com o espírito de serviço para animar e coordenar toda a vida do seminário e ser sinal visível e instrumento de unidade. Caberá ao Arcebispo designar, além do Reitor, os demais membros para a Direção do Seminário.

São funções do Reitor:

- a) coordenar a vida do Seminário e ser elo de união entre formadores e formandos;
- b) ser o animador da vida do Seminário, imprimindo-lhe o ritmo de uma casa que objetiva preparar futuros presbíteros;
- c) manter periódicos encontros pessoais com os seminaristas, para fins de orientação e avaliação;
- d) zelar pela disciplina no Seminário e pelo cumprimento deste estatuto e deste regimento;
- e) convocar e presidir as reuniões com os formadores, com os formandos, com os representantes de turmas, as assembleias bimestrais e outras que se fizerem necessárias;
- f) acompanhar e orientar as experiências pastorais dos seminaristas e manter contato com os párocos das paróquias onde fazem pastoral. Convocar e presidir a reunião bimestral com eles;
- g) informar aos senhores Bispos, no final de cada ano, por meio de relatório escrito, o desempenho dos seminaristas oriundos das respectivas dioceses;
- h) autorizar programações e dispensas fora dos horários comuns estabelecidos;
- i) desligar do Seminário o formando que não esteja correspondendo à proposta de formação da Igreja ou que não aceite as orientações, normas e diretrizes da instituição;
- j) representar oficialmente o Seminário e, junto com o ecônomo, movimentar a conta bancária;

2.2.2. Funções do Diretor Espiritual:

“Em cada Seminário haja ao menos um Diretor Espiritual, deixando aos alunos a liberdade de procurar outros sacerdotes, que tenham sido destinados pelo Bispo para esse encargo” (CDC, Cân. 239, § 2).

É de competência do Diretor Espiritual:

- a) coordenar toda a área da espiritualidade no Seminário;
- b) elaborar um plano de espiritualidade para o Seminário, de acordo com a equipe de direção, acompanhando e avaliando sua execução;
- c) programar e dinamizar a vida litúrgica;
- d) oferecer assistência espiritual aos seminaristas, quer individualmente, quer em grupo;
- e) programar e organizar os retiros espirituais de cada semestre e as “manhãs de espiritualidade”, a cada mês;

2.2.3. Funções do Diretor de Estudos:

- a) cuidar da organização geral do “Curso de Filosofia”, elaboração de seu currículo e seleção de seus mestres;
- b) zelar pelo cumprimento das normas estabelecidas pelo Estatuto e Diretrizes do Instituto de Filosofia;
- c) orientar os alunos, individualmente ou em grupos, na solução de suas dificuldades acadêmicas;
- d) admitir ou demitir professores, quando necessário;
- e) supervisionar os trabalhos de secretaria;
- f) orientar, supervisionar e visar as monografias de conclusão do curso;
- g) convocar e presidir as reuniões pedagógicas;

2.2.4. Funções do Ecônomo:

- a) tratar de todos os assuntos de ordem econômica e administrativa;
- b) responsabilizar-se pelas pessoas que prestam serviço no seminário;
- c) realizar pagamentos, quitar recibos, zelar pela conservação do patrimônio do seminário; movimentar, em conjunto com o Reitor, a conta bancária;
- d) providenciar o balancete mensal e prestar contas ao Arcebispo e presbitério;
- e) demonstrar aos Bispos que têm seminaristas no Seminário, a situação financeira do estabelecimento e receber os pagamentos correspondentes;
- f) organizar e fiscalizar o sistema de arrecadação de subvenções oriundas das paróquias da Arquidiocese.

2.2.5. Equipe de seminaristas:

- a) Conselho de Equipes:
 - é composto por um representante de cada turma, por ela escolhido;
 - os eleitos de cada turma reunir-se-ão uma vez por mês com a Equipe de Direção para, juntos, avaliarem a caminhada do Seminário;
 - o representante da turma será também o “líder da classe”, responsável por manter contatos em nome dela e de ser o elo de ligação entre o corpo discente e a Direção.
- b) Equipe de seminaristas:
 - são as turmas de alunos, de conformidade com o curso que freqüentam;
 - cada equipe terá um formador responsável, que com ela se reunirá, no mínimo, a cada quinze dias.

c) Serviços e funções:

- no início de cada semestre, em assembléia geral, serão escolhidos pelos seminaristas os responsáveis pelos diversos serviços e funções: o “prefeito” da casa, os responsáveis pela organização das equipes de trabalho e pelas demais funções existentes.

d) Diretório Acadêmico:

- é o organismo representativo do conjunto dos alunos do Seminário, cuja diretoria é eleita anualmente;
- o Diretório Acadêmico é regido por um estatuto próprio, que prevê seus objetivos, as atribuições de cada membro e da diretoria e disciplina suas relações com a Equipe de Formadores.

3. EXIGÊNCIAS DO PROCESSO FORMATIVO - AS DIMENSÕES DA FORMAÇÃO

“A formação é um processo permanente que abrange todas as fases da vida, com diversidade de formas e métodos (CNBB, Doc. 55, nº 84). A ação formativa, centrada na pessoa mais que nas estruturas, há de ser personalizante, superando os riscos de massificação ou despersonalização, permitindo ampla abertura aos dotes e inclinações pessoais e a manifestação da individualidade e originalidade de cada um (id. *ibid.*, nº 85)”.

Ao considerar o processo de formação presbiteral, devemos levar em conta que “a obra educativa, por natureza, é o acompanhamento de pessoas históricas, concretas, que caminham para a escolha e adesão a determinados ideais de vida” (PDV, nº 61). Por essa razão, “em vista do amadurecimento integral e harmônico do futuro pastor, tenham presentes as diversas dimensões pastoral, humano-afetiva, comunitária, espiritual e intelectual, bem como sua integração e articulação. Dioceses e Seminários se esforcem para elaborar um plano progressivo de metas concretas nos vários aspectos e etapas do processo formativo, prevendo-se conteúdos temáticos correspondentes” (CNBB, Doc. 55, nº 92).

3.1. Formação Pastoral

3.1.1. Justificativas:

No seu conjunto, as dimensões da formação presbiteral, destinadas à formação integral do futuro padre, dão à formação pastoral um espaço privilegiado, já que “toda a formação dos candidatos é destinada a dispô-los de modo particular para comungar da caridade de Cristo, Bom Pastor. Portanto, nos seus diversos aspectos, essa formação deve ter um caráter essencialmente pastoral” (PDV 57). Desse modo, no processo formativo, a pastoral torna-se o eixo integrador de todos os demais elementos: uma boa formação espiritual, humano-afetiva, intelectual e para a vida comunitária está diretamente orientada à atuação do presbítero-pastor que, pela caridade pastoral, é chamado a seguir os exemplos do Cristo mestre, sacerdote e pastor (cf. OT 4).

O Seminário, como lugar e momento privilegiado para essa formação integral do futuro presbítero, não deve descuidar-se da responsabilidade de oferecer aquelas condições mínimas e indispensáveis para que o ideal formativo seja mais facilmente atingido. Por ser, “antes de tudo, uma escola do Evangelho” (PDV 60), o Seminário deverá educar para a caridade pastoral, que será o elemento essencial da espiritualidade do futuro presbítero, desenvolvendo a capacidade de viver comunitariamente, “pois insere, gradativamente, o futuro presbítero na comunhão com o presbitério e o habilita para o relacionamento fraterno, mais qualificado, com as comunidades eclesiais” (CNBB, Doc. 55, nº 63).

A elaboração de um PROJETO DE FORMAÇÃO PASTORAL, que esteja em íntima sintonia com todos os demais elementos do processo formativo, torna-se, portanto, mais do que uma exigência, uma grande necessidade. Sem ele correr-se-ia o risco de comprometer a necessária “coordenação existente entre os diversos aspectos da formação humana, espiritual e intelectual, e, ao mesmo tempo, a sua específica finalidade pastoral” (CNBB, Doc. 55, nº 83).

3.1.2. Objetivos:

A) Objetivo Geral:

Introduzir o seminarista, progressiva e metodologicamente, nas práticas pastorais, levando-o a adquirir as qualidades e habilidades do Cristo Bom Pastor e a crescer na consciência de pertencer à Igreja Universal e Particular

B) Objetivos Específicos:

De acordo com as Diretrizes Básicas para a Formação dos Presbíteros da Igreja no Brasil (CNBB, Doc. 55, nº 94), as experiências pastorais do seminarista, durante o período da Filosofia, devem ajudá-lo a:

- a) despertar a consciência de que é chamado a servir o Povo de Deus, criando comunhão com a comunidade cristã e com o presbitério;
- b) aprofundar o significado do seguimento do Cristo Bom Pastor, como modelo da Espiritualidade do Padre Diocesano, pela prática da caridade pastoral;
- c) integrar sua dimensão humano-afetiva nas relações humanas (com homens e mulheres; crianças, adolescentes, jovens e adultos) e nos trabalhos pastorais;
- d) abrir-se para o relacionamento com pessoas influentes da sociedade (formadores de opinião, artistas, intelectuais e políticos);
- e) adquirir um espírito missionário e a consciência de que a Igreja é, por sua natureza, missionária;
- f) capacitar-se para uma visão de conjunto da ação pastoral.

3.1.3. Estratégias e meios (elementos dinamizadores)

A) Orientações gerais:

“O espírito pastoral deve informar inteiramente a formação sacerdotal, já que o Seminário tem como finalidade a preparação de pastores de almas e, por isso, há de dar-se especial relevo à dimensão pastoral” (RFIS).

Em vista disso, é preciso que:

- a) o seminarista esteja engajado num trabalho pastoral fora do Seminário e não apenas execute tarefas pastorais (cf. CNBB, Doc. 20; CNBB, Doc. 55, nº 95);
- b) aprenda a integrar teoria e prática pastorais;
- c) cresça no compromisso e na caridade pastoral;
- d) abra-se para a comunhão com os demais seminaristas, com a comunidade dos fiéis, com o presbitério e com o Arcebispo;
- e) assimile, em sua vida pessoal, os gestos e atitudes de Jesus Cristo, que fez a “opção pastoral” pelos pobres e oprimidos;
- f) planeje e avalie os seus trabalhos, juntamente com a comunidade onde for realizar sua atividade pastoral, com o Pároco e com a Direção do Seminário;
- g) esteja aberto para receber ajuda e orientação na sua ação pastoral;
- h) procure preparar-se bem para as tarefas pastorais a serem realizadas junto à comunidade, lembrando-se de que deve ensinar mais pelo testemunho e exemplo de vida cristã do que por palavras;
- i) assuma compromissos pastorais somente aos sábados depois do almoço e aos domingos, devendo estar em casa até às 22 horas;
- j) procure, de acordo com a orientação do Seminário, diversificar suas atividades, possibilitando experiências em situações pastorais diferentes e nunca assumindo compromissos estáveis;
- k) organize o tempo de férias, reservando momentos para a convivência com a família e com a comunidade de origem.

B) Orientações práticas:

Há necessidade de uma orientação segura quanto aos passos a serem dados pelos seminaristas durante os três anos dessa etapa formativa, respeitando o princípio da gradualidade tão incentivado pelos documentos mais recentes sobre formação presbiteral. Em vista disso, propomos um plano sistemático e progressivo de engajamento pastoral, que considere e respeite a especificidade de cada momento em que o seminarista se encontra. Cada etapa terá objetivos específicos a serem atingidos dentro de atividades pastorais também específicas. O êxito de cada uma delas dependerá, sobretudo, da seriedade com que for encarada pelo seminarista. O êxito de todo processo dependerá, grandemente, do sério acompanhamento, planejamento e avaliação do Pároco e dos agentes pastorais envolvidos. Do êxito do projeto dependerá o delineamento do perfil do futuro pastor e, conseqüentemente, o progresso das comunidades cristãs.

B.1. As paróquias-piloto

As paróquias-piloto são paróquias previamente escolhidas pela equipe de formadores, dentro dos critérios e do espírito do projeto de formação pastoral, para acolherem os seminaristas de acordo com o período (ano acadêmico) em que se encontrem.

Na concretização dessa proposta, devem ser considerados:

- a) a disponibilidade da comunidade paroquial e do pároco;
- b) a realidade pastoral de cada paróquia e as reais condições de cada seminarista;
- c) a distância da paróquia em relação ao Seminário, para se evitar cansaço excessivo e perda de tempo;
- d) a realidade cultural dos seminaristas, sobretudo dos que vêm de outras dioceses;

B.2. A disponibilidade dos párocos:

Os párocos que estiverem dispostos a acolher os seminaristas deverão sentir-se co-responsáveis por sua formação global. Deles esperar-se-á: abertura, acolhimento, docilidade.

Tais atitudes manifestar-se-ão, sobretudo:

- a) na orientação personalizada dada aos seminaristas;
- b) no planejamento de suas atividades pastorais;
- c) na avaliação periódica;
- d) na comunhão com a Equipe de Formadores expressa, dentre outras formas, pela participação assídua às reuniões bimestrais de avaliação;
- e) na contribuição financeira para despesas de passagens dos seminaristas.

C) A distribuição dos seminaristas por turmas:

Fato facilmente observável é o de que, geralmente, um seminarista do terceiro ano de Filosofia tem uma habilidade pastoral maior que um do primeiro. Tal constatação seria suficiente para justificar nossa proposta de se distribuírem os seminaristas nas paróquias-piloto de acordo com o período em que se encontram.(*). A motivação, porém, para essa orientação é, em primeiro lugar, a de que as atividades pastorais devem ser exercidas “com necessária gradualidade” (cf. PDV 57), considerando que “através da experiência inicial e gradual no ministério, os futuros sacerdotes poderão ser inseridos na viva tradição pastoral de sua Igreja Particular, aprenderão a abrir o horizonte de sua mente e de seu coração à dimensão missionária da vida eclesial, exercitar-se-ão em algumas formas primeiras de colaboração entre eles mesmos e com os presbíteros, aos quais serão enviados” (PDV 58). Além de que, “a formação estritamente pastoral não deve se reduzir a uma série de tarefas ou de experiências pastorais, desconexas entre si e mal justapostas a outros aspectos da formação. O seminarista, ao longo da formação, deve ter a possibilidade de desenvolver organicamente sua experiência pastoral, através de um engajamento em comunidades das quais procurará conhecer a história para respeitar sua caminhada e ter experiência pastoral diversificada...” (CNBB, Doc. 55, nº 95).

(*) NOTA: Essa orientação é flexível. Conforme as circunstâncias, poderá uma mesma paróquia contar com seminaristas de anos acadêmicos diferentes.

C.1. O primeiro ano de Filosofia

No período em que, supostamente, o seminarista está iniciando sua caminhada de envolvimento com a comunidade eclesial sem, contudo, possuir a visão de conjunto e a capacitação necessária para desempenhar com habilidade as atividades pastorais mais complexas, recomenda-se que:

- a) ele seja encaminhado a uma das paróquias-piloto escolhidas para oferecer-lhe o acompanhamento necessário;
- b) esteja disponível para acompanhar o pároco em todas as atividades possíveis;
- c) participe de todas as reuniões, cursos e palestras e, nessas ocasiões, dê o seu testemunho de vocacionado;
- d) esteja disponível para visitar as famílias ligadas à comunidade pastoral, grupos de jovens, de adolescentes e de crianças;

- e) tenha contato com as pessoas em situações de sofrimento (doentes, presos, migrantes, sem-casa, sem-terra, sem-trabalho);
- f) participe das celebrações eucarísticas, sem ocupar o lugar dos MECES;

C.2. O segundo ano de Filosofia

Depois de ter sido introduzido no contexto mais amplo de uma realidade paroquial, o seminarista poderá “envolver-se” mais com pastorais específicas, tendo oportunidade de conhecê-las em profundidade. Será, então, o “assessor” dessas pastorais e, como tal, terá que estar em sintonia com as orientações das equipes de coordenações arquidiocesana e paroquial. Note-se que se fala em acompanhar pastorais e não movimentos de Igreja. Na efetivação dessa orientação, considerem-se os seguintes critérios:

- a) escolher as pastorais a serem acompanhadas sob a orientação do pároco e com a anuência da Direção do Seminário, nunca de forma aleatória ou apenas sob a motivação do gosto pessoal;
- b) privilegiar a catequese infantil, de grupos pré-jovens, a pastoral da juventude e a pastoral vocacional;
- c) elaborar um planejamento que contemple os elementos essenciais (atividades, objetivos, data, hora, local, assessoria, recursos.);
- d) ter a preocupação de “vocacionalizar” os conteúdos dessa pastoral, conscientizando, em primeiro lugar, para a vocação fundamental e, depois, para as vocações específicas;
- e) tomar o cuidado para não monopolizar os trabalhos da pastoral, dando o necessário espaço a seus agentes. Evitar paternalismos ou dependência exagerada de ambas as partes.

C.3. O terceiro ano de Filosofia

Estando no terceiro ano de Filosofia, o seminarista, depois de percorrer as etapas anteriores, deverá estar em condições de envolver-se mais diretamente com uma comunidade específica da paróquia (CEBs, setor, capela, etc.), em que, em profunda comunhão com o pároco e com as lideranças da comunidade, seguindo as orientações dos Planos de Pastoral, arquidiocesano e paroquial, exercitará sua capacidade de liderança e organização. Sem assumir compromissos estáveis (coordenações), poderá:

- a) acompanhar, orientar e dinamizar o Conselho de Pastoral da comunidade;
- b) participar das reuniões das coordenações das várias pastorais existentes na comunidade;
- c) organizar e dirigir encontros, cursos, palestras para formação dos agentes (dentro de sua capacidade);
- d) participar das reuniões do CPP e do CPV;
- e) presidir celebrações da palavra, respeitando os MECES da comunidade;
- f) engajar-se nos trabalhos de promoção humana e social existentes na comunidade (pastorais sociais: da criança, da saúde, etc.);
- g) organizar ou engajar-se nos trabalhos da Pastoral Vocacional da comunidade e procurar, por seu testemunho vocacional, despertar novas vocações.

D) Atitudes e vivências:

As atitudes principais que se espera desenvolver nos candidatos em cada uma das etapas acima indicadas são as seguintes:

- a) abertura a novas experiências;
- b) capacidade de diálogo;
- c) caridade pastoral orientada a partir da realidade de sofrimento do povo;
- d) capacidade de trabalhar em equipe;
- e) entrega generosa de si aos mais pobres;
- f) amor e fidelidade à Palavra de Deus e ao Magistério da Igreja;
- g) integração na pastoral da paróquia;
- h) acolhida e respeito à religiosidade popular;
- i) capacidade de exercer liderança e outras.

E) A participação da comunidade eclesial na formação presbiteral:

A respeito da participação da comunidade eclesial na formação presbiteral, citam-se literalmente as palavras do CNBB, Documento 55 (nº 99 e 100): “As experiências pastorais devem favorecer, para os seminaristas, o convívio fraterno com os leigos, o conhecimento melhor de suas aspirações religiosas e de suas atividades apostólicas e do desenvolvimento da capacidade de comunicação e relacionamento... [que o seminarista] dedique especial atenção aos mais humildes e marginalizados, e aos que mais precisam de aproximação solidária e fraterna. Entre os leigos, tenham mais espírito de aprendizes que de mestres...

O engajamento pastoral do seminarista é, também, uma oportunidade para que os agentes de pastoral, as comunidades eclesiais e o povo participem da formação dos futuros presbíteros, estimulando-os com o seu testemunho e seu apoio e também participando da avaliação do seu desempenho. A opinião favorável da comunidade ou de seus representantes qualificados seja considerada um requisito necessário para a ordenação presbiteral de um candidato. ‘Ninguém seja ordenado presbítero se não tiver feito uma experiência pastoral positiva’ (VMPPV 312)”.

F) Acompanhamento dos formadores:

“O trabalho pastoral dos seminaristas será devidamente planejado, acompanhado e avaliado” (CNBB, Doc. 55, nº 96). É da competência da Direção do Seminário:

- a) indicar as paróquias onde os seminaristas atuarão;
- b) orientar o planejamento das atividades pastorais;
- c) avaliar periodicamente, com os seminaristas, as experiências que estão sendo feitas por eles;
- d) convocar os padres das paróquias-piloto para uma reunião bimestral de avaliação;
- e) pedir um plano anual de ação pastoral a cada seminarista, que deverá apresentá-lo, em tempo hábil, com o visto do pároco;
- f) pedir um relatório semestral das atividades pastorais realizadas;
- g) transferir o seminarista de uma paróquia para outra, em caso de extrema necessidade;
- h) informar ao Arcebispo, e aos Bispos das respectivas dioceses, sobre a caminhada pastoral de cada seminarista;
- i) consultar o pároco e a comunidade sobre o desempenho do seminarista.

G) Período das férias:

“Os períodos de férias escolares sejam também valorizados para contatos com a própria família e a comunidade de origem, e para estágios... Conforme a organização dos estudos e as possibilidades de cada instituição, sejam previstos estágios pastorais, devidamente planejados e avaliados” (CNBB, Doc.55 nº 96;98).

G.1. Férias de julho:

Todos os seminaristas da Arquidiocese devem reservar uma semana em julho para a “Semana Vocacional” (em uma ou mais paróquias), organizada por eles, juntamente com a equipe de formadores, o Arcebispo e outras pessoas envolvidas.

Devem ainda:

- a) manter contato, nos finais de semana, com sua comunidade de origem;
- b) aproveitar para estabelecer contatos íntimos com a própria família;
- c) participar, quando estudantes de Teologia, dos Cursos do Clero, ficando obrigados às mesmas exigências feitas aos padres. (Participar integralmente. As ausências somente serão aceitas quando permitidas pelo Arcebispo).

G.2 . Férias de “final de ano”:

- a) Haverá uma Semana Vocacional em dezembro e outra em fevereiro, das quais todos os seminaristas deverão participar. Os demais dias desses meses deverão ser destinados pelos seminaristas ao contato com suas comunidades de origem. O mês de janeiro fica inteiramente livre para os seminaristas conviverem com suas famílias. O final da Semana Vocacional de dezembro será o momento oportuno para a realização da convivência dos seminaristas, a ser organizada e promovida pela Equipe de Formadores, juntamente com o Arcebispo e um representante de cada etapa, reservando momentos para estudo, oração e convivência.
- b) As Semanas Vocacionais deverão ser previamente preparadas com os Párocos e posteriormente avaliadas. Sugere-se que a avaliação seja feita no último dia, reunindo todos os envolvidos para um grande momento de avaliação-celebração.
- c) Caberá à Equipe de Formadores, juntamente com o Arcebispo, o presbitério e representantes dos seminaristas, elaborar a programação das Semanas Vocacionais (quais paróquias, quando, que objetivos, etc.).
- d) O trabalho de férias não é remunerado. Cada paróquia, de acordo com suas possibilidades, poderá oferecer alguma ajuda aos seminaristas (dinheiro, roupas, objetos de uso pessoal, etc.).

NOTA: Conscientes do valor e da necessidade das Semanas Vocacionais como meios eficazes de promoção vocacional, nenhum seminarista, por iniciativa própria, poderá dispensar-se delas. Somente um motivo muito sério justificaria sua ausência. Tais motivos, entretanto, deverão ser apresentados ao Sr. Arcebispo, primeiro responsável e grande interessado pelo trabalho de promoção vocacional na Arquidiocese.

- e) Ao longo das férias, exceto em janeiro, os seminaristas serão escalados para “cuidar” do Seminário, tendo de cumprir as orientações dadas pelo Reitor.

- f) Salvaguardados os compromissos diocesanos, que sempre prevalecem sobre quaisquer outros, serão oferecidas aos seminaristas oportunidades de participarem de cursos, retiros e encontros durante as férias. Tais atividades, entretanto, deverão ser previstas com a devida antecedência e submetidas à aprovação do Arcebispo.
- g) As situações excepcionais, tais como ordenações e profissões religiosas, que exigirem a realização de atividades preparatórias (semanas ou tríduos vocacionais), obedecerão os mesmos critérios estabelecidos para a realização das Semanas Vocacionais.

3.2. Vida Comunitária

3.2.1. Justificativas:

O processo de formação presbiteral, iniciado sistematicamente no momento em que o candidato ingressa no Seminário, não deve descuidar-se, em nenhuma de suas etapas, da dimensão comunitária que, no início da caminhada formativa, deve levar o jovem a ampliar sua capacidade de convivência com os companheiros e, progressivamente, ajudá-lo a criar laços de amizade, solidariedade e comunhão fraterna. Existem, portanto, motivações evangélicas e eclesiais para a vida comunitária no Seminário, como se vê a seguir:

- a) a própria natureza da vocação eclesial (Plano de Salvação - LG 9);
- b) a própria natureza do ministério ordenado que, com sua radical forma comunitária, pode apenas ser assumida como obra coletiva (cf. PDV 17);
- c) a própria comunhão com Cristo, à luz da comunhão de vida que havia entre os Apóstolos que, acompanhando Jesus, preparavam-se para assumir plenamente a missão no mundo (cf. CNBB, Doc. 55, nº 103).

"A comunidade do Seminário, longe de se reduzir à convivência de um simples grupo de amigos, tem como ideal a realização daquela comunhão fraterna que é, ao mesmo tempo, sinal e fruto da comunhão com Deus Pai, no Filho, pelo Espírito Santo" (Id. Ibid., nº 103). Por isso, deverá ser uma comunidade de irmãos, cuja convivência seja inspirada no amor, na partilha e no perdão.

3.2.2. Objetivos

Objetivo geral

Aprender a viver comunitariamente não é só uma exigência, senão uma necessidade. Não se trata, portanto, de uma vivência comunitária qualquer, mas a de um grupo de jovens que se sente chamado a seguir a Jesus Cristo no Sacerdócio Ministerial, isto é, que comungam de um mesmo ideal. O grande objetivo da formação para a vida comunitária é "a comunhão com seu bispo e o presbitério, e a convivência com o povo, do qual deve conhecer e estimar profundamente a cultura e os valores". (Id. Ibid., nº 104).

objetivos específicos

- a) Superação progressiva de atitudes dissonantes com o projeto de vida sacerdotal, tais como o individualismo, a relativização dos compromissos assumidos, a

competição, o consumismo, o fechamento em si próprio, a desconfiança em relação aos outros, etc.;

- b) Abertura ao diálogo sincero, à correção fraterna, à expressão sincera de sentimentos, à participação progressiva no planejamento e na disciplina da vida comunitária;
- c) Crescimento na vivência do espírito de pobreza e desprendimento, na responsabilidade quanto à aquisição, administração e uso de bens, evitando-se o risco do aburguesamento.

3.2.3. Estratégias e meios (elementos dinamizadores):

A vida em comunidade nem sempre é fácil, mas deve ser construída diariamente com a graça de Deus e a colaboração de todos. São essenciais, para tanto, atitudes geradoras de comunhão com os demais membros e de participação nas atividades que, por sua vez, exigem:

- a) Consciência de que os atos comunitários obrigam a todos e de que nenhum seminarista, por conta própria, poderá dispensar-se da participação ativa nos momentos comunitários - celebrações (orações comunitárias e missas), trabalhos (internos, externos, auxílio à cozinha, etc.), esportes, refeições, confraternizações, encontros de formação, ensaio de cantos - e nos vários serviços e funções. Cada um deverá esmerar-se por ser pontual no cumprimento das atividades previstas;
- b) Esforço por manter um clima de fraternidade e de verdadeiro amor cristão, de confiança e de respeito mútuo, de diálogo sincero e sadio, buscando viver a unidade na diversidade;
- c) Espírito de obediência e corresponsabilidade em relação às suas obrigações, fazendo, com alegria, as renúncias necessárias. O seminarista deve convencer-se de que a disciplina é condição para se criar um clima comunitário adequado à formação nos seus aspectos essenciais, como a comunhão com o Bispo, com o presbitério e com o povo de Deus que lhe será confiado;
- d) Modéstia no vestir e no falar. A simplicidade, contudo, não se confunde com desleixo nem com excentricidade. No modo pessoal de se portar, o seminarista deve cuidar do asseio corporal (vestir-se com simplicidade, conservar a barba e os cabelos cortados, etc.). Constituir-se-ia desrespeito à própria comunidade ir à capela, ao refeitório e às salas de aulas trajando bermudas, calções ou camisetas sem manga;
- e) Consideração no trato com os companheiros, evitando atitudes preconceituosas e discriminatórias, bem como palavras e apelidos ofensivos;
- f) Respeito aos ambientes de estudo, de repouso e de recolhimento, guardando silêncio nos horários e ambientes previstos, sobretudo nos quartos e corredores, e o grande silêncio, a partir das 22 horas. O quarto de cada seminarista deve ser o "lugar de privacidade", mantido sempre limpo e conservado, sem modificações que danifiquem paredes, armários ou instalações, lugar este nunca transformado em ambiente de recreação, de reuniões e longas conversas; os aparelhos de som devem ser usados com moderação e somente nos momentos de trabalho manual ou de lazer, nunca como distração, em período de aula, de estudo, de oração ou de silêncio comunitário; o fumo nunca deve ser utilizado em ambientes fechados.
- g) Dedicção aos trabalhos manuais da comunidade, em espírito de solidariedade a milhões de trabalhadores brasileiros e, também, como forma concreta de cada um

- contribuir com a própria formação. A omissão habitual a esse dever de solidariedade, além de manifestar ausência de espírito de pobreza, demonstrará a falta de aptidão para o exercício de coordenação e animação da comunidade eclesial;
- h) Carinho e respeito no trato com os funcionários do Seminário, obrigação esta que, no entanto, não serve de pretexto para conversas desnecessárias, interrupções de atividades, intromissão no ambiente de trabalho deles, solicitação de serviços especiais etc.;
 - i) Ingresso na cozinha apenas quando fizer parte da equipe responsável pelo serviço às mesas e pela limpeza após as refeições. Cabe à Irmã responsável estabelecer outras normas práticas que deverão ser acatadas por todos;
 - j) Utilização do telefone apenas para atender às verdadeiras necessidades. O aparelho deverá ser usado sempre com parcimônia. Todos têm a obrigação de limitar seu emprego ao mínimo, destinando, para isso, de preferência, o horário após as refeições. Os interlocutores habituais deverão ser notificados dessa orientação. As ligações interurbanas deverão sempre ser anotadas e pagas pelo usuário. Para ligações locais, deve-se utilizar o telefone público;
 - k) Utilização dos aparelhos de televisão e videocassete apenas nos horários reservados para isso, preocupando-se em selecionar os programas com critério, levando em conta a globalidade da formação dos seminaristas. A Direção será sempre comunicada quanto à necessidade de utilização desses aparelhos fora dos horários permitidos;
 - l) Cuidado na utilização dos microcomputadores que estão à disposição de cada turma. Zelo por sua limpeza e conservação, deixando os consertos que se fizerem necessários para serem feitos por pessoas especializadas. Comunicar à Direção a ocorrência de danos nos equipamentos;
 - m) Cuidado para que as visitas não atrapalhem a ordem da casa evitando convites para as refeições ou para pernoites no Seminário sem antes comunicar o fato a Direção e à Irmã responsável pela cozinha;
 - n) Ida à cidade somente nos dias e horários reservados para essa finalidade. As saídas extraordinárias devem ser comunicadas à Direção. Não assumir compromissos pastorais durante a semana;
 - o) Cuidados com a saúde durante o período de férias, principalmente em relação aos tratamentos programáveis, inclusive os dentários, evitando-se sua execução durante o ano letivo, já bastante limitado. O Seminário, contudo, prestará a ajuda que lhe for possível na solução de problemas de saúde;
 - p) Zelo pela conservação e boa ordem do Seminário, precioso patrimônio da Igreja a serviço da formação dos futuros padres. Pelo fato de os bens serem de uso comum, ninguém tem direito exclusivo sobre as coisas da casa. Assim, em caso de danificação ou perda, o responsável reparará o dano que provocou.

NOTA: “A *capacidade de conviver e trabalhar em equipe, junto com a disponibilidade ao serviço do povo, serão critérios básicos de discernimento da vocação ao ministério Presbiteral*” (CNBB, Doc. 55, nº 109).

3.3. Formação Humano-Afetiva:

3.3.1. Justificativas:

Antes de se pensar em formar o "padre", é preciso se preocupar com a formação da pessoa. Daí a importância dessa dimensão humano-afetiva, que busca a formação da pessoa naqueles aspectos que lhes são essenciais: personalidade, caráter, vida afetiva, relacionamentos, etc.

"Sem uma oportuna formação humana, toda a formação sacerdotal ficaria privada de seu necessário fundamento... Portanto, não só para uma justa e indispensável maturação e realização de si mesmo, mas também com vista ao ministério, os futuros presbíteros devem cultivar uma série de qualidades humanas necessárias, a construção de personalidades equilibradas, fortes e livres, capazes de comportar o peso das responsabilidades pastorais" (PDV, nº 43).

"O presbítero precisa de amadurecimento humano-afetivo progressivo integrado, porque é chamado a ser ponte e não obstáculo para os outros, em seu encontro com Jesus Cristo, Redentor do homem. A maturação humano-afetiva do presbítero é, pois, uma exigência de seu próprio ministério, uma decorrência da caridade pastoral que deve ser o fundamento de sua vida e a meta de sua formação global" (CNBB, Doc. 55, nº 110).

3.3.2. Objetivos

C) Objetivo geral

Buscar a maturidade pessoal de cada um, em Jesus Cristo; conhecer-se; identificar-se com Jesus e seus valores; ser pessoa em comunidade; adquirir motivações baseadas nos valores evangélicos e capacidade para julgar, à luz desses valores; capacitar-se para o relacionamento com o outro, com o "diferente"; assegurar condições para uma sólida e livre opção pelo celibato por causa do Reino.

D) Objetivos específicos:

- a) adquirir capacidade de auto-conhecimento equilibrado, com exclusão de percepções distorcidas, e de resistência às tensões e provas a que a vida submete toda pessoa;
- b) internalizar os valores do Evangelho e educar-se para o diálogo, isto é, sair de si e ir ao encontro do outro;
- c) celebrar a vida pessoal e comunitária no mistério de Cristo e da Igreja;
- d) realizar-se como pessoa, no exercício do pastoreio.

3.3.3 Estratégias e meios (elementos dinamizadores)

A maturidade psico-afetiva global é uma construção progressiva, em que a ação de Deus e a liberdade humana se integram. Esse processo deve ser acompanhado pelos formadores num clima de abertura e confiança recíproca, valendo-se, oportunamente, da colaboração de pedagogos, psicólogos e outros especialistas de comprovada idoneidade, competência e orientação cristã (cf. CNBB, Doc. 55, nº 113). Tal crescimento manifestar-se-á, normalmente, mediante a emergência da capacidade para (cf. id. *ibid.*, nº 114ss):

- a) perceber, sem distorções, e julgar, com objetividade, justiça e senso crítico, as pessoas e os acontecimentos da vida, atitude que supõe sensibilidade, espírito fraterno e bom senso;
- b) fazer opções livres e adotar decisões responsáveis, feitas à luz de motivos autênticos e internalizados, tomando consciência do conjunto de energias e motivações

- inconscientes, que se transformam em energia e motivação consciente, na linha do próprio projeto vocacional. Tal atitude exigirá do formando um grande esforço para conhecer-se em profundidade (suas qualidades, defeitos, vícios e virtudes) e para acolher sua história pessoal, valorizando-a;
- c) relacionar-se com homens, mulheres, crianças, jovens, adultos e idosos, mas especialmente com seus irmãos no Seminário. Isso requer crescimento na aprendizagem e aceitação do outro, sabendo perceber as dificuldades e problemas alheios. Para isso, é necessário desenvolver atitudes de cooperação, diálogo e respeito;
 - d) relacionar-se de forma dialogal com a autoridade, visando ao bem comum, à obediência e à execução das normas estabelecidas. Os formadores deverão ser vistos como amigos e os encontros pessoais com eles encarados como oportunidade para buscar aprofundar-se no processo de auto-conhecimento;
 - e) optar clara e sinceramente pelo celibato sacerdotal, pelo espírito e vida de pobreza, manifestada na simplicidade e na partilha dos bens;
 - f) tornar-se apto para o trabalho, manifestando gratuidade, solidariedade e disponibilidade para todos os serviços, previstos ou não;
 - g) desenvolver as aptidões individuais para a música, o canto, as artes, as línguas e para as técnicas de comunicação;
 - h) dedicar-se regularmente ao esporte também como meio de autodomínio e de relacionamento com os companheiros;
 - i) capacitar-se para colaborar e trabalhar em equipe, tendo em vista o desenvolvimento do espírito de liderança, que favorece a comunhão e a participação na Igreja;
 - j) aceitar a prática da disciplina pessoal, manifestada por meio do respeito ao regulamento e às orientações dos formadores, como condição indispensável de autodomínio e como fator de desenvolvimento das atitudes de disponibilidade e de serviço;
 - k) ter consciência de que a participação em bailes, festinhas e a presença em ambientes não recomendáveis não se coadunam com a opção presbiteral celibatária. Por isso, deve-se usar de bom senso, e portar-se bem, de acordo com cada ambiente;
 - l) esforçar-se por moderar e eliminar tendências (inclinações à bebida, ao fumo, etc.) e comportamentos (dependência afetiva, agressividade, exibicionismo, etc.) inadequados, sinais de desequilíbrio psico-afetivo e de imaturidade. Quando o esforço pessoal e os meios ordinários não forem suficientes para a superação dessas dificuldades, o formando deve dispor-se a receber ajuda especializada (acompanhamento psicológico);
 - m) lembrar-se permanentemente da sua realidade familiar e social, respeitando os autênticos valores religiosos e culturais de sua origem.

3.4. Dimensão Espiritual

3.4.1. Justificativas

A formação espiritual deve constituir gradativamente “o coração que unifica e vivifica” toda a vida do presbítero e, portanto, a vida de cada seminarista. Isto de tal maneira que, sem ela, “a formação pastoral desenrolar-se-ia privada de qualquer fundamento e que ela constitui o elemento de maior importância na formação” presbiteral (cf. PDV 45).

A unidade de vida e a espiritualidade do presbítero se constroem ao redor da identificação com o Cristo-Pastor, na docilidade ao Espírito Santo e na prática da caridade

pastoral. É justamente a caridade pastoral que unificará a vida e o ministério do presbítero (PO 14), desenvolvendo no seminarista não apenas a maior das virtudes teológicas - o amor - mas também a comunhão com a ação pastoral da Igreja local (VMPPV 296).

A formação espiritual do futuro presbítero é, inseparavelmente, trinitária, cristocêntrica e eclesial. Ele é chamado a compreender como, pelo Sacramento da Ordem, será enviado pelo Pai e configurado a Cristo, para atuar e viver, na força do Espírito Santo, na comunhão da Igreja, para a salvação do mundo (PDV 12).

3.4.2. Objetivos

A formação espiritual se propõe a:

- a) ordenar a vida do futuro presbítero à santidade, que consiste na comunhão íntima e profunda com o Pai, pelo Filho e no Espírito Santo e que se atinge pela perfeição da caridade;
- b) proporcionar a unidade da vida ao redor da identificação com o Cristo Pastor, na docilidade ao Espírito Santo e na prática da caridade pastoral;
- c) desencadear o “processo de crescimento espiritual, possível somente pelo esforço sincero e permanente de conversão, que significa disponibilidade aos novos apelos de Deus e empenho em corrigir falhas e pecados do homem velho”;
- d) abranger a pessoa toda, a fim de que o seminarista, ciente de que “a graça não destrói, mas aperfeiçoa a natureza”, se esforce sinceramente para responder ao Projeto de Deus e vir a ser um padre simples e humilde, acolhedor e fraterno.

3.4.3. Estratégias e meios (elementos dinamizadores)

- a) **Palavra de Deus.** O futuro presbítero, antes de ser servidor da Palavra de Deus, será discípulo e ouvinte. Por isso, com frequência, fará a leitura meditada e orante da Sagrada Escritura (*Lectio Divina*), que é a escuta humilde e cheia de amor daquele que fala, alimentando no coração os pensamentos de Deus, de modo que a fé, qual resposta à Palavra, torne-se o seu novo critério de juízo e avaliação. Por isso todos os dias o seminarista deverá fazer sua leitura orante da palavra de Deus. Sugere-se, como horário para esta leitura, o tempo após a oração da noite, antes do repouso.
- b) **Liturgia.** A presença de Cristo no dia a dia da Igreja se expressa, junto com a Palavra, nos gestos salvíficos dos sacramentos e no culto litúrgico. O futuro presbítero, que será o principal animador e servidor da celebração litúrgica, desde o início do Seminário, deve ter uma participação consciente e ativa na liturgia.
- c) **Eucaristia.** O Seminário, com toda a Igreja, atribui um valor inquestionável à celebração diária da Eucaristia, fonte e centro de toda a espiritualidade cristã, em que se torna presente quotidianamente o mistério da comunhão com Deus em Cristo e se adquire força para a caminhada rumo à Páscoa definitiva... Da participação diária na celebração eucarística, o seminarista faça o centro de sua espiritualidade e nela alimente e interiorize: a) o espírito comunitário e o zelo pela unidade (cf. PO 6 e CD 15), b) o espírito apostólico e a caridade pastoral (cf. PO 5, 14b), c) a oração pessoal e o ministério sacerdotal, no qual agirá em nome de Cristo (cf. PO 14b; LG 28); enfim, tenha-a como princípio e fonte de unidade de sua própria vida (cf. PO 14b).

- d) **Liturgia das Horas.** Aprenda a celebrar a Liturgia das Horas, que precisa tornar-se a estrutura que sustenta e vivifica a oração pessoal e comunitária do padre, em união com a oração de toda a Igreja.
- e) **Oração.** Um aspecto importante da missão presbiteral é o de o padre ser educador para a oração. Por isso, é fundamental que o seminarista conheça e experimente "o sentido autêntico da oração cristã, que é o de ser um encontro vivo e pessoal com o Pai pelo Filho Unigênito e sob a ação do Espírito Santo" (PDV 47), um diálogo que faz participar do colóquio filial que Jesus tem com o Pai (cf. PDV 47).
- f) **Reconciliação.** A dimensão penitencial da vida cristã, que consiste em fazer morrer o pecado e ressuscitar para a vida nova em Cristo, será vivida no Seminário por meio da prática cotidiana do perdão e da penitência. A celebração freqüente do sacramento da Penitência fortifica e renova essa busca de conversão a Deus e libertação do pecado. Por isso, o seminarista deve confessar-se com freqüência, com seu Diretor Espiritual ou com outro padre de sua livre escolha, contanto que o tenha como seu confessor, evitando confessar-se cada vez com um padre diferente, o que não ajudaria no seu próprio crescimento.
- g) **Bispo e presbitério.** Não há padre diocesano sem ligação com um Bispo e com um presbitério. Um dos critérios do crescimento espiritual do seminarista é o estabelecimento de laços de respeito e obediência ao seu Bispo, sucessor dos Apóstolos, bem como de comunhão com os presbíteros. Nesse sentido, todos os seminaristas devem cultivar a amizade e a solidariedade com os companheiros, com os quais integrarão futuramente o presbitério.
- h) **Vida cristã e caridade pastoral.** A formação espiritual se desenvolve também pelo exercício da vida cristã e da caridade pastoral, que se realizará no interior da comunidade do Seminário e, ainda, através da participação na vida de outras comunidades cristãs e de engajamentos pastorais. Recomenda-se que o seminarista mantenha contato com uma comunidade cristã paroquial ou de base, sem assumir papéis de liderança ou direção, pelo menos em um primeiro momento. Deve ele partilhar dos anseios e responsabilidades do povo cristão, mostrando verdadeira fraternidade para com os leigos (cf. PO 9). Deve, antes de tudo, assumir as tarefas mais humildes e sacrificantes desempenhando-as com espírito de serviço. Quando chamado a responsabilidades ou funções mais qualificadas, deve procurar desempenhá-las com o mesmo espírito de doação e sacrifício, que é o marco do autêntico discípulo de Jesus.
- i) **Espírito Missionário.** A dimensão missionária que prepara o futuro presbítero a servir a Igreja é constitutiva da formação espiritual em sua realidade local e em seu horizonte sem fronteiras. Essa perspectiva foi enfatizada pelo Concílio Vaticano II: "A própria formação dos candidatos ao sacerdócio deve procurar dar-lhes aquele espírito verdadeiramente católico que os habitue a olhar para além dos confins da própria diocese, nação ou rito, indo ao encontro das necessidades da missão universal, prontos a pregar o Evangelho por toda parte" (OT 20; RM 67).

- j) **Vida comunitária.** Para o desenvolvimento de sua espiritualidade, o seminarista encontra o apoio da sua comunidade de formação. A experiência da comunhão fraterna é elemento essencial da espiritualidade cristã. Toda a vida comunitária do Seminário deve ser sustentada pela espiritualidade e, por sua vez, deve reforçá-la, de forma que a experiência espiritual seja vivida sem intimismo ou individualismo, mas por meio da partilha e do diálogo.
- k) **Virgem Maria.** Em sua espiritualidade, o seminarista deve cultivar um amor filial para com Maria, mãe de Jesus e modelo de participação decisiva na história da salvação (cf. *Marialis Cultus* 37). Contemplando-a, aprenda o significado de uma total dedicação de amor à sua missão, ao louvor de Deus e à salvação dos irmãos, aprofundando sua identificação com a vontade de Cristo (cf. Jo 2,5) que procura a vontade do Pai e sua glória (cf. Jo 4,34; 17,4). O Seminário reconhece todo o culto que a Igreja, ao longo dos séculos, tributa à Mãe do Senhor e dele participa. A cada dia estará previsto o tempo necessário para a recitação, individual ou em grupos, do Terço de Nossa Senhora.
- l) **Orientação Espiritual.** Apoio e orientação à vida espiritual serão oferecidos aos seminaristas, de modo mais pessoal e sistemático, por um Orientador Espiritual. Cada seminarista poderá escolher o próprio Orientador Espiritual, entre os presbíteros indicados pelo Bispo (Cf. CDC, Cân. 239, §2º), devendo recorrer a esse Orientador para tratar de sua situação espiritual, ao menos uma vez por mês.
- m) **Retiros.** Cada semestre é iniciado com um retiro espiritual de três dias e meio, começando sempre na noite anterior do primeiro dia e terminando com o almoço do quarto dia. Ao longo do semestre, outras iniciativas serão tomadas, visando a favorecer o espírito de interiorização e de meditação, entre as quais encontram-se: “Manhãs de Interiorização” e as Celebrações Penitenciais, cujo programa preverá a possibilidade da confissão individual e, ainda, durante a Quaresma, às sextas-feiras, a realização da Via-Sacra.
- n) **Pobreza.** A pobreza evangélica no seguimento de Jesus é, hoje, um sinal particularmente forte do Evangelho e da opção preferencial da Igreja na América Latina pelos pobres (cf. SD 178b; 296). Os seminaristas aprendam, portanto, a viver na simplicidade, na austeridade mesmo, na partilha fraterna de seus bens materiais e espirituais. Devem crescer no amor sincero pelos irmãos mais empobrecidos e aprender a reconhecer seus direitos e valores, especialmente seu "potencial evangelizador" (cf. DP 1147). Devem tomar consciência de todas as implicações da "opção pelos pobres" (cf. DP 134-165; SD 178;296) e desde já encarar como prioridade o anúncio do Evangelho a todos, mas muito especialmente aos mais empobrecidos (operários, camponeses, indígenas, grupos afro-americanos, marginalizados), incluindo a promoção e a defesa de sua dignidade humana (cf. DP 711), e reconhecendo o rosto sofredor de Cristo nos menores, nos doentes, nos velhos e em todos os empobrecidos (cf. DP 31-39; SD 178).
- o) **Obediência.** A vida do Seminário deve favorecer o crescimento do espírito de obediência e de corresponsabilidade. Sua autenticidade está na conformação interior com a vontade de Deus e na busca sincera do bem comum, assumindo, com alegria, as renúncias necessárias. A obediência se expressa também na cordial disponibilidade do

seminarista à observância dos ensinamentos da Igreja, do estatuto do Seminário, deste regimento interno e das orientações dos formadores. Considerando que o padre não exerce seu ministério a título pessoal, mas na condição de membro incorporado ao presbitério, a obrigação de obediência exige também que o futuro presbítero, em seu período de formação, eduque-se para assumir as decisões pastorais tomadas pelo Bispo juntamente com o presbitério, bem como esteja pronto a aceitar novas missões, mesmo que para trabalhos mais exigentes. Em um mundo dominado pelos interesses egoístas e pela competição desenfreada, o futuro presbítero é chamado a dar testemunho da livre doação a Deus e ao bem comum.

- p) **Celibato.** O carisma do celibato, expressão eminente da gratuidade do Reino, sinal luminoso da caridade pastoral e dom precioso para a Igreja, deverá ser assumido através de uma opção realmente amadurecida e livre. Essa opção, condição para o exercício do ministério em nossa Igreja, é assumida definitivamente por ocasião do Diaconato. O seminarista deve descobrir e aprofundar os motivos de sua opção, sempre à luz da doutrina do Concílio Vaticano II, da Encíclica Sacerdotalis Caelibatus e da Instrução sobre a Formação para o Celibato Sacerdotal, emanada da Congregação para a Educação Católica, em 1974 (cf. PDV 50).

3.5. Dimensão Intelectual

3.5.1. Justificativas

“A formação intelectual dos candidatos ao sacerdócio encontra a sua específica justificação na própria natureza do ministério ordenado e manifesta a sua urgência atual defronte ao desafio da nova evangelização, à qual o Senhor chama a Igreja, no limiar do terceiro milênio. ‘Se já cada cristão - escrevem os Padres Sinodais - deve estar pronto a defender a fé e a dar a razão da esperança que vive em nós (cf. 1Pd 5,15), com muito maior razão os candidatos ao sacerdócio e os presbíteros devem manifestar um diligente cuidado pelo valor da formação intelectual na educação e na atividade pastoral. Esta motivação pastoral da formação intelectual confirma quanto se disse já sobre a unidade do processo educativo, na suas diferentes dimensões...” (PDV 51).

3.5.2. Objetivos

) *Objetivo Geral*

Toda a formação intelectual está orientada à formação do pastor. Visa a capacitá-lo para dialogar com o mundo moderno, marcado “simultaneamente por uma busca diversificada de expressões religiosas, por uma desconfiança nas capacidades da razão e por uma mentalidade técnico-científica que ignora as questões éticas e religiosas” (CNBB, Doc. 55, nº 144). “Acrescente-se ainda que o atual fenômeno do pluralismo, bem acentuado não só no âmbito da sociedade humana, mas também no da própria comunidade eclesial, requer uma particular atitude de discernimento crítico” (PDV 51).

“Um momento essencial da formação intelectual é o estudo da Filosofia, que leva a uma compreensão e interpretação mais profunda da pessoa, da sua liberdade, das suas relações com o mundo e com Deus” (PDV 52). Como poderá o futuro presbítero prescindir de instrumento tão eficaz no processo de discernimento da verdade? E “se não se está certo da

verdade, como é possível por em jogo a própria vida inteira e ter força para interpelar, a sério, a vida dos outros?” (id. *ibid.*).

C) *Objetivos específicos*

A formação intelectual, oferecida de modo particular durante o curso de Filosofia, deve (cf. CNBB, Doc. 55, nº 154):

- a) levar a um conhecimento aprofundado da pessoa, da sociedade, do mundo e de Deus;
- b) estimular a compreensão e o diálogo com as formas de pensamento atuais;
- c) educar para a reflexão crítica e para a abertura aos novos conhecimentos que, com ritmo acelerado, vêm questionando e enriquecendo o saber humano.

3.5.3. Estratégias e meios (elementos dinamizadores)

“A obrigação dos estudos, que preenche uma grande parte da vida de quem se prepara para o sacerdócio, não constitui de modo algum um componente exterior e secundário do crescimento humano, cristão, espiritual e vocacional: na realidade, por meio do estudo, particularmente da Teologia, o futuro sacerdote adere à Palavra de Deus, cresce na sua vida espiritual e dispõe-se a desempenhar o seu ministério pastoral” (PDV 56).

Ao Seminário, como ambiente propício e indispensável para o aperfeiçoamento da formação intelectual dos futuros presbíteros, caberá:

- a) oferecer as condições mínimas indispensáveis (estrutura física) para o crescimento progressivo dos seminaristas em sua dimensão intelectual;
- b) favorecer a aquisição de bens e materiais audiovisuais que possam ajudar no processo de aprendizagem;
- c) cuidar da manutenção e atualização da biblioteca;
- d) zelar pela qualidade do corpo docente;
- e) promover atividades extra-acadêmicas (seminários, painéis, etc.) objetivando o aperfeiçoamento da aprendizagem;
- f) favorecer a participação dos alunos em cursos fora do Seminário;
- g) incentivar iniciativas de natureza cultural.

Aos seminaristas, na condição de primeiros interessados na própria formação acadêmica, compete:

- a) ter presente que os estudos visam a formar pastores e, por isso, devem levá-lo a sério, não perdendo tempo com futilidades;
- b) dedicar-se, incansavelmente, à leitura de obras sadias que visem a despertar uma visão global e crítica da realidade, sobre o homem, sobre o mundo e sobre Deus;
- c) esforçar-se por criar o hábito da reflexão e da sistematização, mediante a descoberta de uma metodologia de estudos adequada que o ajude, também, a chegar a uma síntese pessoal, evitando o risco de concluir o curso com apenas um conjunto desconexo de doutrinas e idéias;
- d) buscar, através dos estudos, aprofundar e amadurecer a fé;
- e) elaborar um planejamento de estudos e cumpri-lo fielmente, devendo saber estudar e repousar no tempo certo;

- f) usar racionalmente o seu tempo disponível, não desperdiçando oportunidades para aprofundar seus estudos no Seminário e aproveitando feriados e tempos livres para rever matérias e leituras de proveito pessoal;
- g) freqüentar assiduamente todas as aulas;
- h) freqüentar a biblioteca, guardando sempre o silêncio necessário e dando o devido cuidado aos livros;
- i) prestar as provas exigidas e esforçar-se para alcançar a média estabelecida como condição para aprovação;
- j) elaborar uma monografia sobre um tema filosófico, como condição para a conclusão do curso.

4. A DISCIPLINA NO SEMINÁRIO

A formação dos seminaristas tem por objetivo metas essenciais. A organização da vida no Seminário, por isso, depende de um mínimo de disciplina que deve ser assumida por toda a comunidade. A disciplina é um conjunto de normas práticas que estabelecem os deveres de cada um e educam o espírito e o caráter na virtude e nas convicções. Observar-se-ão, portanto, com diligência, as prescrições regulamentares, mesmo as menores, com a certeza de que assim todos se preparam para amanhã serem sacerdotes cumpridores dos inúmeros deveres do ministério sacerdotal.

A obediência sincera e dialogal com os formadores não é apenas uma virtude cristã, mas também um meio de formação do caráter. A Igreja espera que, no Seminário, aprenda-se a obedecer aos superiores, por amor a Cristo. A obediência exige busca pessoal da vontade de Deus, iniciativa própria e manifestação oportuna e leal das próprias razões aos superiores, aos quais compete a decisão final. A autoridade, na Igreja, é serviço e vem do Senhor e daqueles que são seus representantes. Assim, no Seminário se obedece aos superiores, aos próprios colegas, e às pessoas da casa, em seus respectivos ofícios.

É também importante levar em conta que:

- a) O espírito de silêncio favorece o clima de oração, de seriedade e de respeito e ajuda a criar meios de interioridade e reflexão.
- b) A pontualidade nos atos é fator de formação para uma vida organizada, educando para se dar valor a cada coisa em seu tempo e lugar.
- c) O comportamento do seminarista, dentro e fora do Seminário, deve ser o de alguém que, recebendo uma vocação específica, procura testemunhá-la através de suas convicções, palavras e atitudes.
- d) O esporte e o trabalho manual são meios de obtenção de equilíbrio e de saúde pessoal e comunitária, física e psicológica, social e moral, devendo ser exercidos com regularidade e espírito fraterno.
- e) Qualquer ato lesivo à disciplina no Seminário será avaliado pela Equipe de Direção, cabendo ao Reitor ou Arcebispo a decisão final.

5. DISPOSIÇÕES DIVERSAS

5.1. Desligamento do Seminário

O seminarista que, conforme as etapas de formação, não estiver correspondendo ao “projeto de vida” e aos objetivos do Seminário, após um diálogo aberto e sincero - ouvido o parecer dos formadores - e, se for conveniente, dos colegas de convívio, sempre consultando o Bispo -, será convidado a deixar o Seminário.

5.2. Casos Omissos

Os casos não contemplados nestas diretrizes serão resolvidos pela Equipe de Direção e, se for o caso, pelo Arcebispo Metropolitano de Maringá.

5.3. Atualização

As presentes diretrizes poderão ser modificadas toda vez que se julgar necessário realizar melhorias, com a autorização do Arcebispo Metropolitano, tendo antes sido ouvida a equipe de Direção.

5.4. Aprovação

Este *Regimento Interno* do Seminário Maior Arquidiocesano Nossa Senhora da Glória, de Maringá, foi aprovado pelo Arcebispo Metropolitano, Dom Murilo Sebastião Ramos Krieger, no dia 1º de outubro de 1997, entrando em vigor imediatamente, “ad experimentum”, por um período de dois anos.

**ANEXO IV – MODELO DO QUESTIONÁRIO APLICADO AOS SEMINARISTAS
PARA UMA PESQUISA INTERNA EM 2003**



**SEMINÁRIO MAIOR ARQUIDIOCESANO NOSSA SENHORA DA GLÓRIA
INSTITUTO FILOSÓFICO ARQUIDIOCESANO DE MARINGÁ
BR 376 - KM 130 - CAIXA POSTAL 789 - FONE (0XX44) 224-4965
CEP: 87001-970 - MARINGÁ - PARANÁ - BRASIL**

1 - DADOS PESSOAIS:

Nome: _____ Nasc: ___/___/___
RG: _____ CPF: _____ Tit. Eleitor: _____
Habilitação: _____ Reservista: _____

2 - ENDEREÇO:

Rua: _____ nº _____
Bairro: _____ CEP: _____ Fone: _____
E-mail: _____ Cidade: _____ Estado: _____
Caixa Postal: _____ CEP: _____
Outras cidades onde morou e por quanto tempo:
A - _____ anos
B - _____ anos
C - _____ anos
D - _____ anos

3 - ESTUDO:

() Regular () Supletivo - Que séries: _____
Foi reprovado? () Não () Sim - Que séries: _____
() Escola pública () - Particular Quais séries? _____
Ficou algum tempo sem estudar? () Não () Sim - Quanto tempo? _____
Curso superior () Não () Sim Qual? _____
Onde? (Estabelecimento) _____

4 - PROFISSÃO:

Quais profissões já exerceu e quanto tempo em cada uma?

1 - _____
2 - _____
3 - _____
4 - _____
5 - _____

Manutenção pessoal: recebe ajuda de quem para se manter? _____

5 - NAMORO:

Quantos namoros sérios ou noivados já teve e por quanto tempo?

6 - SAÚDE:

Teve ou tem algum problema de saúde física ou psíquica? () Sim () Não
Qual? _____

Já fez ou faz terapia com psicólogos(as)? () Sim () Não
Quanto tempo? _____

7 - IGREJA:

Idade com que recebeu os sacramentos: Batismo: _____

1ª Eucaristia: _____ Confirmação: _____

No que já foi engajado e por quanto tempo? _____

Que tipo de liderança exerceu? _____

Do que mais gostou? _____

8 - VOCAÇÃO:

Com qual idade começou a pensar em ser padre? _____

Por quê? _____

Fez encontros e acompanhamentos vocacionais? () Sim () Não

Onde e por quanto tempo? _____

Esteve em outros seminários? () Sim () Não

Quais e por quanto tempo? _____

Por que saiu? _____

Teve quantos diretores espirituais até hoje? _____

Qual os nomes deles e por quanto tempo fez direção com cada um?

9 - DADOS FAMILIARES:

É adotivo? () Sim () Não (especificar os dados da família com a qual você foi criado).

a) Nome do pai: _____ Idade: _____

Problema de saúde () Sim () Não - Qual problema? _____

Profissão: _____ Escolaridade: _____

Se for falecido, cite a data: ___/___/____. Faleceu do quê? _____

Participa da igreja? () Sim () Não - Em quê? _____

É separado? () Sim () Não - Há quanto tempo? _____

b) Nome da mãe: _____ Idade: _____

Problema de saúde () Sim () Não - Qual problema? _____

Profissão: _____ Escolaridade: _____

Se for falecida, cite a data: ___/___/____. Faleceu do quê? _____

Participa da igreja? () Sim () Não - Em quê? _____

É separada? () Sim () Não - Há quanto tempo? _____

c) Nome do irmão(ã): _____ Idade: _____

Problema de saúde () Sim () Não - Qual problema? _____

Profissão: _____ Escolaridade: _____

Se for falecido(a), cite a data: ___/___/____. Faleceu do quê? _____

Participa da igreja? () Sim () Não - Em quê? _____

É casado(a)? () Sim () Não - Há quanto tempo? _____

É separado(a)? () Sim () Não - Há quanto tempo? _____

c.1) Nome do irmão(ã): _____ Idade: _____

Problema de saúde () Sim () Não - Qual problema? _____

Profissão: _____ Escolaridade: _____

Se for falecido(a), cite a data: ___/___/____. Faleceu do quê? _____

Participa da igreja? () Sim () Não - Em quê? _____

É casado(a)? () Sim () Não - Há quanto tempo? _____

É separado(a)? () Sim () Não - Há quanto tempo? _____

c.2) Nome do irmão(ã): _____ Idade: _____

Problema de saúde () Sim () Não - Qual problema? _____

Profissão: _____ Escolaridade: _____

Se for falecido(a), cite a data: ___/___/____. Faleceu do quê? _____

Participa da igreja? () Sim () Não - Em quê? _____

É casado(a)? () Sim () Não - Há quanto tempo? _____

É separado(a)? () Sim () Não - Há quanto tempo? _____

c.3) Nome do irmão(ã): _____ Idade: _____
 Problema de saúde () Sim () Não - Qual problema? _____
 Profissão: _____ Escolaridade: _____
 Se for falecido(a), cite a data: ___/___/____. Faleceu do quê? _____
 Participa da igreja? () Sim () Não - Em quê? _____
 É casado(a)? () Sim () Não - Há quanto tempo? _____
 É separado(a)? () Sim () Não - Há quanto tempo? _____

c.4) Nome do irmão(ã): _____ Idade: _____
 Problema de saúde () Sim () Não - Qual problema? _____
 Profissão: _____ Escolaridade: _____
 Se for falecido(a), cite a data: ___/___/____. Faleceu do quê? _____
 Participa da igreja? () Sim () Não - Em quê? _____
 É casado(a)? () Sim () Não - Há quanto tempo? _____
 É separado(a)? () Sim () Não - Há quanto tempo? _____

c.5) Nome do irmão(ã): _____ Idade: _____
 Problema de saúde () Sim () Não - Qual problema? _____
 Profissão: _____ Escolaridade: _____
 Se for falecido(a), cite a data: ___/___/____. Faleceu do quê? _____
 Participa da igreja? () Sim () Não - Em quê? _____
 É casado(a)? () Sim () Não - Há quanto tempo? _____
 É separado(a)? () Sim () Não - Há quanto tempo? _____

c.6) Nome do irmão(ã): _____ Idade: _____
 Problema de saúde () Sim () Não - Qual problema? _____
 Profissão: _____ Escolaridade: _____
 Se for falecido(a), cite a data: ___/___/____. Faleceu do quê? _____
 Participa da igreja? () Sim () Não - Em quê? _____
 É casado(a)? () Sim () Não - Há quanto tempo? _____
 É separado(a)? () Sim () Não - Há quanto tempo? _____

c.7) Nome do irmão(ã): _____ Idade: _____
 Problema de saúde () Sim () Não - Qual problema? _____
 Profissão: _____ Escolaridade: _____
 Se for falecido(a), cite a data: ___/___/____. Faleceu do quê? _____
 Participa da igreja? () Sim () Não - Em quê? _____
 É casado(a)? () Sim () Não - Há quanto tempo? _____
 É separado(a)? () Sim () Não - Há quanto tempo? _____

c.8) Nome do irmão(ã): _____ Idade: _____
Problema de saúde () Sim () Não - Qual problema? _____
Profissão: _____ Escolaridade: _____
Se for falecido(a), cite a data: ____/____/____. Faleceu do quê? _____
Participa da igreja? () Sim () Não - Em quê? _____
É casado(a)? () Sim () Não - Há quanto tempo? _____
É separado(a)? () Sim () Não - Há quanto tempo? _____

c.9) Nome do irmão(ã): _____ Idade: _____
Problema de saúde () Sim () Não - Qual problema? _____
Profissão: _____ Escolaridade: _____
Se for falecido(a), cite a data: ____/____/____. Faleceu do quê? _____
Participa da igreja? () Sim () Não - Em quê? _____
É casado(a)? () Sim () Não - Há quanto tempo? _____
É separado(a)? () Sim () Não - Há quanto tempo? _____